

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

**“Tudo que é cânone desmancha no ar: a rizomática literatura
comparada do tempo presente”**

Aluno: José Reynaldo de Salles Carvalho
Orientador: Doutor Jaime de Almeida (UNB)

Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade de Brasília/UNB
como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Brasília
Verão de 2006

Para Clio.

Agradeço a todos que me ajudaram.

“O tempo é a minha matéria,
o tempo presente, os homens presentes, a vida
presente”.

Carlos Drummond de Andrade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
O ACONTECIMENTO	15
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	18
INTER, TRANS, PÓS-DISCIPLINARIDADE.....	58
A LITERATURA COMPARADA	86
O CÂNONE E SUA IMPLOSÃO	122
A QUESTÃO VALORATIVA	148
RIZOMA	156
CONCLUSÃO	160
BIBLIOGRAFIA	164
FONTES.....	183

Introdução

“Se admitirmos que tudo é provisório e historicamente condicionado, não vamos parar de pensar, como temem alguns; na verdade, essa admissão será a garantia de que jamais pararemos de pensar - e repensar.”

Linda Hutcheon

Já disse Gilles Deleuze que

uma “época” não preexiste aos enunciados que a exprimem, nem às visibilidades que a preenchem. São dois aspectos essenciais: por um lado, cada estrato, cada formação histórica implica uma repartição do visível e do enunciável que se faz sobre si mesma; por outro lado, de um estrato a outro varia a repartição, porque a própria visibilidade varia em modo e os próprios enunciados mudam de regime.¹

Esta dissertação trata das reconfigurações epistemológicas recentes, ocorridas na área disciplinar da literatura comparada, analisadas a partir dos marcos teóricos e metodológicos da nova história cultural: muito provavelmente a literatura é o campo de estudos onde mais explicitamente tem se mostrado notória a crise pós-moderna da epistemologia tradicional.

O título deste trabalho obviamente remete ao livro de Marshal Berman *Tudo que é sólido desmancha no ar - A Aventura da Modernidade*² no qual o autor analisa a atmosfera intelectual que originou a sensibilidade moderna, os fenômenos culturais, sociais e tecnológicos que marcaram a transição para a era contemporânea.

Este empreendimento, porém, prioriza o tempo presente, principalmente o que tem sido nomeado, por alguns pensadores, como pós-modernidade. Estou convicto de que estamos no meio de um processo, em curso na contemporaneidade, no qual está sendo enunciada uma nova visão do mundo e dos valores; ocorrem alterações nas condutas sociais e nas posturas políticas, que acabam por maquinar novas identificações por meio das quais os indivíduos se incluem no mundo.

As convicções e as certezas otimistas do intento iluminista foram abaladas, pois a razão não libertou a humanidade, tampouco nenhum projeto utópico nos levou ao paraíso.

¹ DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1998, p. 58.

² BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar - A Aventura da Modernidade*. Companhia das Letras, São Paulo, 1986.

A lógica do efêmero e do provisório, a flexibilidade das opiniões, o gosto pelo espetacular e a inconstância das ações e mobilizações sociais redesenham o traçado contemporâneo, seja no campo artístico, literário, cultural e político.³

Com o questionamento do projeto humanista e positivista ocidental alguns pensadores postulam uma desconstrução dos ideais universalistas, dissemina-se a percepção de que as produções culturais são articuladas em espaços sociais e históricos, é detonada uma heterogeneidade enunciativa e diversas minorias lutam pela apropriação dos meios de produção de sentido.

Embora alguns autores afirmem que seja muito difícil conceituar a pós-modernidade, não creio que tal tarefa seja tão árdua.

A teórica da pós-modernidade Linda Hutcheon⁴ cunhou o termo ex-centricidade para designar aqueles cujas vozes sempre estiveram apartadas da história oficial e que hoje posicionam-se concomitantemente dentro e fora do discurso dominante. O pós-moderno tem como característica marcante resgatar e conferir valor àquilo que forças hegemônicas do centro mundial sempre insistiram em colocar à margem ou denominar de Outro, inquirindo as aspirações de centralidade e universalidade dos cânones tradicionais.

Dois autores, Agnes Heller e Ferenc Fehér elaboraram uma conceituação interessante:

a pós-modernidade não é nem um período histórico nem uma tendência cultural ou política de características bem definidas. Pode-se em vez disso entendê-la como o tempo e o espaço privado-coletivos, dentro do tempo e espaço mais amplos da modernidade, delineados pelos que têm problemas com ela e interrogações a ela relativas, pelos que querem criticá-la e pelos que fazem um inventário de suas conquistas, assim como de seus dilemas não resolvidos.⁵

Vista sob o prisma da cotidianidade a pós-modernidade consiste, como aprendi com Márcia Kuyumjian, no embaralhamento das temporalidades. O acaso me forneceu uma imagem que suponho bem apropriada para ser mencionada como exemplo: uma senhora que vi em um transporte coletivo em Brasília, descendo pela porta traseira do veículo com um terço em uma mão e um telefone celular na outra. Modernidade é certeza e regra. Pós-modernidade é suspeita e contradição.

³ SOUZA, Eneida Maria de. O Fim das Ilusões. *Anais do IX Congresso Internacional da ABRALIC*. Porto Alegre, 2004, *CD-ROM*.

⁴ HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro, Imago, 1991.

⁵ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. *A condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998, p. 11.

Estamos igualmente em uma conjuntura atrevida, insolente, de mudança paradigmática, uma circunstância intervalar, onde os campos de conhecimento são reconfigurados e os santuários profanados.

Acontece uma desterritorialização dos campos disciplinares estanques, e diversas teorias críticas da cultura surgem no panorama movediço das novas geopolíticas da produção de conhecimento; relações de poder e hierarquizações institucionais acadêmicas são recartografadas.⁶

Alguns historiadores divulgam que pós-modernidade e teoria são incompatíveis. Não creio que tal argumento se sustente, pois o que o pós-modernismo rechaça são aquelas teorias fechadas, pensadas como grandes relatos e utilizadas como algo modelar.

O pós-moderno não significa total rompimento com o passado nem é algo fatalista como argumentou Perez Zagorin em seu difundido debate com F. R. Ankersmit.⁷

Lembro que Ankersmit retrucou afirmando que

para mim o pós-modernismo é, acima de tudo, uma teoria da escrita. Isto é, não tanto uma teoria da interpretação como a hermenêutica, mas sim uma teoria dos efeitos (não intencionais) da escrita interpretativa como os encontramos na teoria literária e, é claro, na escrita histórica.⁸

Tive um contato inicial com a área de literatura comparada em 1998, quando cursava na Universidade de Brasília, como ouvinte, uma disciplina de pós-graduação em Comunicação ministrada pelo professor Denilson Lopes, da FACOM/UNB. A ele quero agradecer pela indicação deste fascinante ramo do conhecimento. Uma primeira idéia sobre esta pesquisa começou a ser concebida, de forma embrionária, em dezembro desse mesmo ano, quando a revista literária *Cult* trouxe um dossiê sobre estudos culturais, exibindo uma seleção de textos apresentados no VI Congresso Internacional da ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada), cuja temática tinha sido dedicada à indagação: “literatura comparada = estudos culturais?”. Em um dos depoimentos, a crítica literária norte-americana Marjorie Perloff afirmou algo que considerei extremamente pretensioso:

Os estudos culturais pressupõem, mesmo que não explicitamente, que um dado poema ou romance é sintoma de uma formação econômica, social e cultural

⁶ Idéia de Heloisa Buarque de Hollanda.

⁷ Ver tal debate *In Topoi* - Revista de História, n.2, PPGHIS – UFRJ, mar. 2001. Textos eletrônicos disponíveis em http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/topoi_2.htm.

⁸ ANKERSMIT, F.R. “Resposta a Zagorin” *In Topoi*, *Op. cit.*, p. 167-68.

específica, e os pesquisadores se atêm a características gerais em detrimento do trabalho individual. Nesse caso, os estudos culturais podem prescindir da literatura e concentrar sua atenção em Madonna, revistas em quadrinhos e shopping centers. A maioria dos acadêmicos americanos enxergou isso e tenta, agora, um retorno à literatura. Quem é que quer estudar apenas sociologia?⁹

Do meu ponto de vista, a estudiosa sacralizava o trabalho dos literatos, desmerecendo autores e pesquisadores de outras áreas, além de essencializar o conceito extremamente dinâmico de literatura. Desde então venho realizando, às vezes de forma sistemática e de outras nem tanto, estudos nesse domínio, tendo inclusive me filiado em 2004 à já mencionada ABRALIC.

No começo da pesquisa estava disposto a investir nas facetas conflituosas da relação entre a literatura comparada e os estudos culturais, fruto de uma ainda reminescente visão maniqueísta minha, socializado que fui nas cosmologias do cristianismo e do marxismo e exercitado para diferenciar nitidamente o bem do mal. Hoje, todavia, tendo para uma espécie de anarquismo niilista, algo como uma mistura das idéias de Charles Bukowski com as de Samuel Beckett, com leve pitada de um ativismo (mistura de arte com ativismo político) que pode ser representado, talvez, pelo *Luther Blissett Project*,¹⁰ ou por sua sucessora, a *The Wu Ming Foundation*. Segundo Pina Coco, “Wu Ming se autodefine como uma empresa autônoma política, que condena a figura do intelectual afastado do conjunto da produção social, bem como experimentalismos narrativos – a não ser que ‘ajudem a contar melhor’. Seu protagonista é a multidão anônima de figurantes e, por trás ou através deles, a multidão também anônima de eventos, destinos, movimentos, vicissitudes”.¹¹

O campo cultural na atualidade sofreu intenso deslocamento, derivado da recente reorientação política de práticas estéticas e comportamentais contemporâneas. Nas fissuras do modelo cultural hegemônico, que denunciam ser etnocêntrico e colonialista, as chamadas minorias reivindicam maior atenção à alteridade.

⁹ *Cult* - Revista Brasileira de Literatura. São Paulo, Lemos Editorial, n. 17, dez. 1998, p. 50.

¹⁰ Um mito pop, um pseudônimo multiusuário, uma identidade em aberto, adotada e compartilhada por centenas de *hackers*, ativistas e operadores culturais em vários países e um dos melhores exemplos de interseção entre tecnologia, teoria crítica, arte e política radical.

¹¹ COCO, Pina. Luther Blisset e o terrorismo cultural *In* OLINTO, Heidrun Krieger; SCHÖLLHAMER, Karl Erik. *Literatura e Cultura*. Rio de Janeiro, PUC-Rio. São Paulo, Loyola, 2003, p. 166.

Vivemos em um período de transição caracterizado pela “preponderância do incerto, a indeterminação do singular, a flutuação dos significantes sem rota definida e a natureza híbrida e multifacetada dos discursos, literários ou não”.¹²

Estamos saindo de uma época onde uma limitada democracia aspirava construir uma história geral da literatura, propagando uma metodologia comum para se abordar o fenômeno literário, independentemente de particularidades específicas. De modo intencional ou não os comparatistas pioneiros propagaram princípios eurocêntricos como modelos universais a serem seguidos. Prevalencia a ótica de que a literatura devia ser abordada de forma apolítica, postura hoje contestada com vigor, pois dissimulava propósitos opressores de reafirmação da hegemonia de um sistema sobre os demais. A contestação desse modelo que pretendia universalidade e o evidenciamento da falta de propósito dos argumentos apologéticos em favor de uma apolitização do literário atuaram de maneira não uniforme nos núcleos hegemônicos e nas periferias mundiais, porém em ambos os enquadramentos se constatou uma mesma manifestação, ou seja, o acercamento da literatura comparada à questões de identidade nacional e cultural.

No eixo América do Norte/Europa Ocidental o âmago das inquietações se moveu para comunidades minoritárias, encorajadas com políticas de identidade e ocupadas na procura de jurisdições propícias para modos de expressão alternativos, e nas outras regiões planetárias se passou a solicitar, enfaticamente, uma mudança de direção na mirada, com a qual se pudesse focar as inquietações literárias irrompidas a partir do lugar próprio do estudioso.

Por trás da controvérsia sobre gostos estéticos estão escamoteados problemas referentes à diferença de classe, à possibilidade de ampla democratização cultural e à diminuição do privilégio de um saber concedido a poucos. A literatura hoje não é mais algo que distingue o burguês, não é mais um espaço domesticado pelos projetos humanistas, é algo sobre o qual se perdeu o controle.

O multiculturalismo controverte toda espécie de fronteira, a monoculturalidade e o conceito de nação nela implícito.

Encarado como militância de grupos minoritários envolve, por meio das chamadas ações afirmativas, toda uma gama de reivindicações e conquistas econômicas, legais, políticas e sociais.

Ensina Ligia Chiappini que

¹² CARVALHAL, Tania Franco. Interfaces da Literatura Comparada In SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco dos. *Literatura comparada: interfaces e transições*. Campo Grande, MS, UCDB/UFMS, 2001, p.12.

os teóricos do multiculturalismo costumam opô-lo à Modernidade, a cujo discurso homogeneizador se contrapõem o pluralismo, o hibridismo, a interculturalidade e os discursos e valores de fronteira. Faz parte dessa crítica à Modernidade, a crítica à noção homogeneizadora de nação e de identidade nacional. Em troca, fala-se da nação como um constructo, como uma invenção com base em mitos, cuja narrativa silencia fraturas e contradições.¹³

A fragmentação identitária forjou novos movimentos sociais. Com o declínio das utopias políticas, houve a emergência da política da identidade. Grupos baseados em particularidades existenciais, até então dissimuladas, passaram a se afirmar a partir daquilo que os fazia relegados.

Selecionei pequena parcela que julgo representativa da enorme produção comparatista contemporânea.

Procuro analisar o campo disciplinar e acadêmico da literatura comparada, especialmente no Brasil, notadamente o modo como seus integrantes o representam simbolicamente, tentando também não descuidar da investigação sobre as concorrências e solidariedades entre seus membros, porque acredito que não devemos esquecer da lição de Roger Chartier de que a história se desenrola por meio de tensão constante entre práticas e representações.

Apresento e perscruto o estado da arte comparatista contemporânea, examinando sua interação com campos disciplinares percebidos como gêneros de discurso e de representação, advertindo sobre o que escreveu Rildo Cosson:

Falar de gênero diz respeito ao funcionamento interno da literatura e dos discursos em geral em termos de organização de textos, taxonomias e hierarquias que não têm mais lugar em uma cultura mundializada. A queda dos muros, a hibridização, a interdisciplinaridade, as diásporas, o desafio das fronteiras canônicas e tudo o mais que se pensa como próprio do pós-moderno demandam movimentos de cruzamento e intercruzamentos que os gêneros nas suas concepções tradicionais não conseguem operar. Não obstante, o uso da categoria de gênero persiste nos mais diversos contextos, ainda que se procure dela escapar com novas denominações que não deixam de funcionar como tal. Já a representação está ligada à relação mundo e texto, envolvendo não apenas o dizer mimético, como também as definições de ficção, literatura, papel da linguagem, entre outras questões. A sua definição vai além da literatura e requer que se adote perspectivas de ordem diversas, tais como filosófica, sociológica e política, até porque se tornou também um conceito-chave nas ciências humanas como um todo, como o demonstrou exemplarmente Foucault. Além disso, os novos aportes críticos, quer sejam vistos como pós-modernos, pós-coloniais ou pós-estruturalistas, tomam a representação literária como ponto de partida para

¹³ CHIAPPINI, Ligia. “Multiculturalismo e Identidade Nacional”. Comunicação apresentada no 1º Encontro Fronteiras Culturais. Porto Alegre, dez. 2000.

tratar de tópicos como raça, nacionalismo, gênero (gender), ética, classe social e diversidade cultural.¹⁴

Esta dissertação é um discurso historiográfico, gênero específico que realiza uma representação sobre representações, pois a escrita historiográfica é um discurso, apreensível por meio das mediações efetivadas na esfera das representações.

Este trabalho faz parte também de um plano acadêmico pessoal no qual tento inscrever essas investigações na área da história cultural do tempo presente em uma estética transdisciplinar, em que vigorem a abertura sistêmica, o pluralismo metodológico e o fluxo de debates atuais, para, sobretudo, atestar a nova história cultural como uma teoria crítica contemporânea.

Embora visto freqüentemente como algo homogêneo e consensual, o discurso acadêmico é um lócus de competição, composto por uma pluralidade de vozes e subjetividades controversas em seus métodos e propósitos. Para Anna Balocco¹⁵ o mundo acadêmico é uma formação discursiva complexa, e as enunciações nesse espaço institucional obedecem a regras contraditórias.

Aprendi, entretanto, que mais que um terreno de disputas, a história está aberta a possibilidades e que também na área literária não se deve simplesmente substituir um campo por outro, mas lutar por uma maior democratização disciplinar. A meu ver, não faz sentido desconstruir um modelo para se colocar a antítese em seu lugar. Meu conhecimento certamente ainda é incipiente, mas após as precisas e elucidativas orientações do professor Jaime de Almeida e das aulas e indicações bibliográficas das professoras Eleonora Brito, Isabel Edom, Márcia Kuyumjian, Nancy Alessio e Thereza Negrão, forçosamente teria de sofisticar minha visão de mundo. Também quero agradecer a todos os citados, professores na acepção plena da palavra. Embora essas ocasiões sejam propícias à adulações, minha gratidão é verdadeira. Necessário dizer, entretanto, que assumo todos os ônus por possíveis falhas.

Passo a priorizar, portanto, as propostas que tentam sair do impasse ou, como ensina Stuart Hall, tentar não mais enxergar a diferença

como “as tradições deles versus as nossas” - não de uma forma posicional, mas mutuamente excludente, autônoma e auto-suficiente (...) recusar [essa visão] porque o “ou” permanece o local de contestação constante, quando o propósito

¹⁴ COSSON, Rildo. “Gênero e Representação”. Comunicação apresentada no XVII Encontro Nacional da ANPOLL. Gramado, RS, 2002. Texto eletrônico disponível em http://www.ceud.ufms.br/litcomp/forum/forumII_3.htm.

¹⁵ BALOCCO, Anna Elizabeth. “Identidade e discurso acadêmico: o caso da prosa acadêmica sobre as literaturas de língua inglesa” *In Open to Discussion*, n.12, dez. 2002, Instituto de Letras da UERJ, Rio de Janeiro.

da luta deve ser, ao contrário, substituir o “ou” pela potencialidade e pela possibilidade de um “e”, o que significa a lógica do acoplamento, em lugar da lógica de oposição binária.¹⁶

Há toda uma disputa pelo poder interpretativo. Lembrando Foucault: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”.¹⁷

Diversas vozes lutam por espaço e visibilidade, grupos buscam o direito de ser diferente.

Fico seduzido pelas potencialidades mestiças, híbridas, tais como as cogitadas por Donald Schüller:

O Ocidente criou o homem dicotômico, fraturador obstinado. São obras do fraturador, as oposições. (...) Depois do homem dicotômico vem o homem híbrido. Aliás, o homem híbrido já vinha sendo anunciado pelo homem dicotômico desde o princípio. É que a linha divisória cria o desejo de transgressão. (...) O homem da *hybris* não respeita limites. (...) É insolente, transgressor, criminoso, trágico. (...) Ele não é só o autor da peste. Para o homem dicotômico, ele é a própria peste, inimigo da ordem, promotor do caos. Embora lamentavelmente a desgraça do homem híbrido, o homem dicotômico julga o aniquilamento dele absolutamente necessário para a saúde do mundo.¹⁸

Comentando especificamente sobre a América, Schüller continua:

A hibridez floresce nas culturas empurradas para a margem. Lançados à periferia, se misturaram estilos, línguas, costumes. Como exigir pureza do que nasceu impuro étnica e literariamente? Ora, a pureza, desde as idéias platônicas, perece de sua imobilidade. A renovação vem das sombras, da margem, do mundo em movimento, de discursos rebeldes à gramática e à lógica. Longe de absolutos, acontece a coexistência de mutilados. (...) O que nos distingue, se algo nos distingue, é a aceitação do que antes se proscovia. Já não há motivos para que a periferia, outrora lugar do fracasso, da decepção, do proibido e do temido,

¹⁶ HALL, Stuart. Que “negro” é esse na cultura negra? In *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, UFMG, 2003, p. 344-45. No artigo em questão Hall está discutindo aspectos da agenda política e cultural do movimento negro no Reino Unido. Como está tratando de formas de se burlar a essencialização da diferença, por meio de uma lógica diferente da diferença, aproveito-o como exemplo, mesmo sabendo da especificidade do contexto no qual foi utilizado.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo, Loyola, 1996, p. 10.

¹⁸ SCHÜLLER, Donald. Do Homem Dicotômico ao Homem Híbrido In BERND, Zilá; DE GRANDIS, Rita (orgs.). *Imprevisíveis Américas: questões de hibridação cultural nas Américas*. Porto Alegre, Sagra Luzzatto/ABECON, 1995, p. 11.

esconda a hibridez. (...) Combatia-se o híbrido por que se temia o caos, a que agora não se nega o direito de existir e de produzir. No fim da era dos centros, o descentramento. A constelação aleatória em lugar da sintaxe teleológica. O infinito insondável, depois do universo conhecido, explorado, dominado. Mundo sem fronteiras. Possibilidades infinitas ...¹⁹

¹⁹ *Idem*, p. 20.

O Acontecimento

“Longe de ser um plácido reino de refinamento apolíneo, a cultura pode ser um campo de batalha onde as causas se expõem à luz do dia e lutam entre si.”

Edward Said

A questão do cânone detém a primazia no atual debate literário no Brasil e, de forma contínua e incessante, tem ocupado a agenda dos últimos congressos especializados.

De 30/07 a 02/08/1996 foi realizado, na UFRJ, o V Congresso Internacional da ABRALIC, com a temática Cânones e Contextos.

Ao longo dos três dias de duração do evento, diversas Comunicações foram apresentadas nas Sessões de Abertura e Plenária, nas seis Sessões Semiplenárias e nas treze Mesas-Redondas. O Congresso teve diversos debates sobre seu tema central e sobre os subtemas que encabeçaram cada uma das cinco áreas programadas: “Cenários da Cidade”, “Nacionalismos, Etnias e Sexualidades”, “Pós-Colonialismo e Identidades Culturais”, “Globalização, Tradução e Trocas Culturais” e “Práticas e Instâncias Canônicas: Teoria, Crítica e Historiografia Literárias”.

Diversos trabalhos de alta qualidade foram apresentados, mas dois em especial chamaram a atenção porque, proferidos por dois professores de renome internacional, foram vistos como verdadeira rebelião contrária à aproximação entre os estudos propriamente literários e os estudos culturais, contra o que Raúl Antelo denominou de “política de representação”. Esses textos sintetizaram a desconfortável situação de alguns setores com a expansão do culturalismo na área literária e explicitaram num primeiro momento uma demarcação nítida de posicionamentos. E na feliz expressão de Rachel Lima²⁰ expuseram que as casamatas estão em pânico. Nas notas de seu texto, diz Lima que o termo casamatas foi retirado do livro *Distúrbio eletrônico/Critical art emsemble*,²¹ organizado pelo Coletivo Baderna, citando este trecho:

O poder nômade criou pânico nas ruas com suas mitologias de subversão política, deterioração econômica e infecção biológica, o que por sua vez produz uma ideologia de fortificação, e conseqüentemente uma demanda por casamatas. Agora é necessário levar pânico à casamata, perturbando desta forma a ilusão de segurança e não deixando nenhum lugar para se esconderem. O jogo pós-moderno consiste no incitamento ao pânico em toda parte.

²⁰ LIMA, Rachel Esteves. Os Estudos Culturais e as casamatas em pânico. *Anais do IX Congresso Internacional da ABRALIC*. Porto Alegre, 2004, *CD-ROM*.

²¹ CRITICAL Art Ensemble. *Distúrbio Eletrônico*. São Paulo, Conrad, 2000, p. 37 *Apud* LIMA, *Op. cit.*

Desses dois trabalhos elegi as passagens que considere mais contundentes. Realço isso: são trechos de falas selecionados por mim, já que é inviável a transcrição completa das apresentações. Acredito, porém, que as partes escolhidas sejam aquelas que causaram maior perturbação e que incitaram a divisão dos especialistas em campos opostos.

Em *O Comparatismo Hoje*, Luiz Costa Lima afirmou:

No momento presente, contemporâneo às acusações dirigidas ao falso universalismo que a teoria teria provocado, o comparatismo torna-se então o que? Pode-se defini-lo como o lugar das perplexidades ou como uma área do vale-tudo. De perplexidades: ante a suspeita que recai sobre a teoria como filhote do imperialismo (!) ou rebento do machismo (!) ou da suposta superioridade dos brancos (!) de que modo se poderá exercer a comparação? Pois, como se poderá comparar isso com aquilo sem que se tenha previamente identificado, justificado e legitimado ao menos uma categoria capaz de tornar comparáveis os objetos ... comparados? À medida que a perplexidade não é dobrada, o comparatismo se torna então infestado pelo vale-tudo. Por que diabo não compararíamos os poemas de Rigoberta Manchu com os de Safo?! Não bastaria como categoria legitimadora a heterodoxia política de uma e a sexual de outra? Ou por que não fazer o mesmo com a famigerada Tony Morrison e a hoje desconhecida Carolina de Jesus? Não seria difícil descobrir um metro comum; ante o receio de acusações de elitismo, que comunidade acadêmica protestaria? (...) Pois a crise do comparatismo é a crise mesma da literatura. Enquanto disciplinas acadêmicas, uma e outra têm sobrevivido apenas por inércia.²²

Já em *A Crítica Literária Hoje*, Leyla Perrone-Moisés declarou:

A crítica foi uma atividade muito exercitada e muito respeitada nos tempos modernos, vocês ainda devem estar lembrados. Hoje, em tempos ditos pós-modernos, ela anda um pouco anêmica. (...) Não se trata, aqui, de negar a utilidade e a oportunidade dos “estudos culturais”. Trata-se de defender um espaço para os estudos especificamente literários. O “culturalismo” que atinge a área literária, e não apenas ela, ameaça substituir as disciplinas especializadas por um ecletismo desprovido de qualquer rigor na formação do pesquisador e na formulação de conceitos e juízos. Quanto à literatura, se esta se dilui na “cultura”, passa a ser vista apenas como expressão, reflexo, sintoma, e perde sua função de conhecimento, de crítica do real e proposta indireta (estética) de alternativas para o mesmo. (...) Ora, inexistindo, na Pós-modernidade, critérios de julgamento e hierarquia de valores consensuais, a atividade crítica se torna extremamente problemática. A desconfiança na estética como disciplina idealista e elitista, a proliferação de critérios particulares e o questionamento do “grande relato” que constitui a história literária ocidental solapam as bases de qualquer crítica. (...) A principal discussão teórica da atualidade se trava em torno do cânone, como podem comprovar a produção teórica da última década e os temas dos últimos congressos literários. (...) Ora, não pode existir crítica literária se não houver um conjunto de valores estéticos reconhecidos e, por conseguinte, um cânone de referência. (...) Esse estado de coisas pós-moderno, que atingiu o ensino de literatura, nos leva agora a pensar em nossa responsabilidade como intelectuais, críticos e professores. (...) será que, ao efetuarmos a liquidação

²² LIMA, Luiz Costa. *O Comparatismo Hoje*. *Anais do V Congresso Internacional da ABRALIC. Cânones & Contextos*, v.1, Rio de Janeiro, ABRALIC, 1997, p. 83.

sumária da estética, do cânone e da crítica não jogamos fora, com a água do banho, uma criança que se chamava Literatura?²³

Tendo em vista a enorme repercussão de suas falas, posteriormente os dois críticos voltaram à carga, para reforçar suas posições.

Argumentou Costa Lima que

Os estudos culturais têm sido a chave para a feitura de ensaios e teses que, tratando de temas literários, não sabem muito bem que diabo pode ser literatura; que, por isso, misturam amadoristicamente informações históricas, sociológicas, antropológicas a pretexto de escrever sobre um tema literário. Neste sentido, eles são uma extensão do sensacionalismo oba-oba que domina a linguagem midiática.²⁴

Já Perrone-Moisés, em entrevista concedida um pouco antes do VI Congresso Internacional da ABRALIC, acontecido em Florianópolis de 19 a 22 de agosto de 1998, afirmou:

Eu não combato a literatura de consumo, o *best seller*, o livro de auto-ajuda. Eu tento colaborar para que permaneça no mundo a pluralidade. É preciso que haja espaço para tudo e para as atividades dotadas de valor. O risco que corremos hoje é a perda de um setor da atividade humana (...) Os estudos acadêmicos perderam seu lastro. O excesso de experimentalismo e o modismo, aliados às tendências politicamente corretas exportadas pelas universidades americanas, privilegiariam nos campi brasileiros o estudo de autores e obras por conteúdos ideológicos. É a substituição de grandes autores que constam dos programas por outros, louvados como marginais, ou emergentes. O processo pode conduzir os estudos à censura e ao menosprezo estético (...) Em nosso tempo não há instância que forneça critérios de avaliação (...) Pretendo a retomada do projeto da modernidade, com valores estéticos e cognitivos amplos e uma atitude crítica. Eu me coloco na posição dos que consideram que nem todas as propostas da modernidade literária foram levadas ao fim (...) Diante da ausência de projetos ambiciosos e críticos, sejam eles literários ou sociais, vejo as portas do mundo abertas para perdas e violência (...) Há uma falsa idéia de que todas as culturas têm lugar na globalização. Devemos lembrar que a globalização é econômica, e não cultural. As utopias são possibilidades de outras vias.²⁵

²³ PERRONE-MOISÉS, Leyla. A Crítica Literária Hoje. *Anais do V Congresso Internacional da ABRALIC. Cânone & Contextos*, v.1, Rio de Janeiro, ABRALIC, 1997, p. 86.

²⁴ LIMA, Luiz Costa. "A Origem do Horror". Entrevista concedida a Cláudia Nina. *Jornal do Brasil, Suplemento Idéias & Livros*, 22/11/2003.

²⁵ PERRONE-MOISÉS, Leyla. "Leyla Perrone-Moisés prega o retorno à modernidade e à ambição crítica". Entrevista concedida a Jadyr Pavão Jr. *Jornal da Tarde, Caderno de Sábado*, 15/08/1998.

Pressupostos Teóricos e Metodológicos

“Como era bom
O tempo em que marx explicava
Que tudo era luta de classes
Como era simples o tempo em que freud explicava
Que Édipo tudo explicava
Tudo clarinho limpinho explicadinho
Tudo muito mais asséptico
Do que era quando nasci
Hoje rodado sambado pirado
Descobri que é preciso aprender
A nascer todo dia.”

Chacal (Ricardo de Carvalho Duarte)

Neste tópico procuro analisar os pressupostos teóricos e metodológicos que nortearam este trabalho, notadamente os parâmetros que balizam a nova história cultural, minha visão sobre esse universo conceitual e aspectos do desenvolvimento de minha pesquisa.

Procuro elaborar um trabalho de história cultural do social, tal como teorizada por Roger Chartier, utilizando também as diretrizes da história do tempo presente. Por história cultural do social, aprendi com Eleonora Brito que

seu projeto implica em “dar atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, sustentam as operações de construção de sentidos”. Temos então que o mundo como representação é obra dos discursos que, ao apreenderem a realidade conferem-lhe significação, atribuindo-lhe sentidos. Logo, os sentidos são historicamente produzidos pelos atores sociais através de mecanismos de representação que articulam modalidades de relações com o mundo social a partir de operações de classificações, delimitações, práticas e institucionalizações.²⁶

Essa noção de uma história cultural do social tem três conceitos principais, que são representação, prática e apropriação; Roger Chartier nos ensina que a história se desenrola numa tensão contínua entre práticas e representações e critica, por meio desse conceito de apropriação cultural, qualquer delimitação reducionista entre erudito e popular, já que o importante seria “identificar a maneira como, nas práticas, nas representações ou nas produções, se cruzam e se imbricam diferentes formas culturais”.²⁷

Esta parte teórico-metodológica do trabalho está intimamente entrelaçada com o restante da dissertação, pois muitas das questões discutidas pelos historiadores na

²⁶ BRITO, Eleonora Zicari Costa de. “História, historiografia e representações”. Comunicação apresentada no II Simpósio Nacional de História Cultural. Rio de Janeiro, 2004.

²⁷ CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Lisboa, Difel, 1990, p. 51.

contemporaneidade são, em minha opinião, correlatas às pensadas pelos estudiosos da literatura.

Considero a literatura comparada e a nova história cultural disciplinas muito próximas, no que se refere às novas disposições epistemológicas e às turbulências internas que causaram no campo disciplinar a elas afeto.

Tenho o intuito proposital de misturar as duas disciplinas neste item: muito do que se vai ler sobre a nova história cultural pode ser justaposto ao que digo acerca da literatura comparada e vice-versa. Mais do que um cotejamento entre as duas disciplinas, procuro fazer um imbricamento entre elas.

Se a história cultural está sendo designada de nova história cultural, é porque algo mudou. E a mudança mais significativa pode ser datada do final da década de 60 passada, quando grupos ligados aos direitos das minorias buscaram maior visibilidade social. Começou aí a derrocada dos grandes paradigmas explicativos da realidade, o que acarretou um talho epistemológico profundo que expôs as fragilidades dos modelos conceituais até então dominantes no campo disciplinar da História. Ao se interessar por categorias crescentemente significativas no cenário acadêmico, tais como gênero, etnia e orientação sexual, se questionou a narrativa-mestre da história social, centrada numa identidade de classe bastante homogeneizadora e o bojo das pesquisas se deslocou do mundo da produção para o universo das sensibilidades.

Com a entrada em cena de novos atores sociais, as problemáticas se complexificam e demandam renovadas estratégias; novas interrogações abalam as lógicas estabelecidas de modelos normativos que acreditavam que tudo já estava predito. Vestígios metafísicos são abandonados, e se passa a enfatizar mais o dever ser do que o ser.

No campo específico do que era designado por história cultural, há um rompimento com as velhas análises mais orientadas na direção de determinada história intelectual, preocupada com correntes de idéias e com suas figuras representativas consideradas mais significativas e também com aquelas correntes que entendiam a cultura como expressão enlevada de certo espírito humano.

Acontece um efetivo dilaceramento das correntes positivistas e teleológicas da análise histórica, que pretendiam abarcar toda a realidade.

A grande mudança, o que levou à denominação nova história cultural, foi a difusão de novo conceito de cultura, oriundo principalmente da antropologia e seu maior compartilhamento por diversos setores universitários. A supremacia do cultural

no cenário acadêmico analisado pode ser compreendida como indicação de saturação disciplinar com estruturas, modos de produção, de uma história como processo sem sujeito, e de estudos literários dissociados de aspectos culturais, históricos e sociais. Ambos os campos passam a exigir serem encarados como feixes de práticas discursivas, nos quais se fragmentaram e se dissolveram difusamente seus objetos. A cultura passa a ser entendida como um conjunto simbólico de significados construídos e compartilhados pelos homens e as práticas culturais como lugares de exercícios de conflitos, de dominação, de poder.

Cultura é aqui entendida como algo que guia e verte processos comunicativos concretizados em uma profusão de sistemas simbólicos, certezas íntimas e significâncias responsáveis pela conservação, reprodução e transfiguração do social; pode ser compreendida também como saber partilhado por coletividades, crescentemente heterogêneas na contemporaneidade, sabedoria essa resultante de complexas relações cognitivas e que orienta o senso comum em seu contato com aquilo denominado de realidade.²⁸

Lembra Carlos Corrêa que “embora o interesse pela produção da história da cultura tenha favorecido um papel central da dimensão cultural na constituição do mundo social, ela não foi capaz de romper com o modo de perceber as práticas e os objetos culturais como reflexo de divisões sócio-econômicas. Isto porque, as primeiras iniciativas de se produzir a história da cultura mantinham uma forte ligação com alguns dos pressupostos metodológicos desenvolvidos no campo da história sócio-econômica. Esta fase inicial da história cultural é reconhecida como história das mentalidades”.²⁹

Ainda segundo Corrêa é no cerne da denominada terceira geração dos *Annales* que Chartier passa a propagar as suas ponderações e críticas acerca da história das mentalidades e, a partir delas, propõe algumas transformações no modo de tratar a cultura. Uma de suas primeiras propostas se dá em relação ao que ele chama de primado quase tirânico do social, que favoreceu a produção de uma história social da cultura, inquietada em descrever culturalmente os grupos sociais (erudito x popular) ou assinalar socialmente a origem dos produtos culturais (elite x povo). Com isso, Chartier rejeita o

²⁸ OLINTO, Heidrun Krieger; SCHØLLHAMER, Karl Erik. *Literatura e Cultura*. Rio de Janeiro, PUC-Rio, São Paulo, Loyola, 2003.

²⁹ CORRÊA, Carlos Humberto Alves. “Notas de Estudo: a história cultural e as possibilidades de pesquisar a leitura” *In Revistacorde*, n. 3, jul.-dez. 2004. Texto eletrônico disponível em http://www.acordeduca.com.br/pag_revistas.htm.

raciocínio de que os contrastes e as desigualdades culturais estejam necessariamente dispostos em função de um recorte social anteriormente constituído.

Ao se convencer do definhamento do esquema de interpretação utilizado pela história social da cultura para se aproximar dos objetos e práticas culturais, Chartier assinala a necessidade de se ponderar em outros termos a relação entre recortes sociais e práticas culturais. Propõe, assim, o desvio de uma história social da cultura para uma história cultural do social.

Uma sociologia retrospectiva, que durante muito tempo fez da distribuição desigual dos objetos o critério primeiro da hierarquia cultural, deve ser substituída por uma outra abordagem, que centre a sua atenção nos empregos diferenciados, nos usos contrastantes dos mesmos bens, dos mesmos textos, das mesmas idéias.³⁰

Diz Corrêa que, dentro da asserção de Chartier, alguns pares antagônicos, tais como criação x consumo e produção x recepção, são problematizados de modo a dar visibilidade às imbricações, às circularidades, aos intercâmbios e aos influxos recíprocos entre estes campos normalmente apresentados como dicotômicos. Pode-se afirmar que essa maneira de identificar os contrastes culturais deixa perceber que eles são constituídos de maneira imbrincada, através de um jogo inventivo de apropriações, de reempregos, de mudanças de rumo a partir dos quais se agrupam, elementos de origens bastante variadas.

Saber se pode chamar-se popular ao que é criado pelo povo ou àquilo que lhe é destinado é, pois, um falso problema. Importa antes de mais identificar a maneira como, nas práticas, nas representações ou nas produções, se cruzam e se imbricam diferentes formas culturais.³¹

Ainda segundo Corrêa, dois conceitos são importantes na proposta que Chartier faz para a produção de uma história cultural. O primeiro deles é a noção de apropriação, utilizada para demarcar o consumo cultural como uma operação de produção que, apesar de não produzir nenhum objeto, especifica a sua presença a partir de formas de uso dos produtos culturais, a princípio impostos pelos setores hegemônicos, pelos diversos estratos sociais.

O segundo conceito é o de representação, utilizado por Chartier para nomear o modo pelo qual “em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler por diferentes grupos sociais”.³² A edificação das

³⁰ CHARTIER, 1990, *Op. cit.*, p. 136.

³¹ *Idem*, p. 56.

³² *Idem*, p. 16.

identidades sociais seria a consequência de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e de designar e a definição, submissa ou resistente, que cada grupo social gera de si mesmo.

A história cultural passa, portanto, a operar com novos conceitos; é uma tendência historiográfica contemporânea que utiliza novos princípios de inteligibilidade para inquirir a realidade.

Outra questão revitalizada pela nova história cultural foi a do poder. Sobretudo com as contribuições significativas de Michel Foucault foi construída uma renovada anatomia do poder e da história política. Fugindo da visão tradicional que via eventos políticos sobretudo a partir e através do Estado, das batalhas, dos heróis e das relações diplomáticas, Foucault estabelece o conceito de normalização e indica a importância das discontinuidades para a análise histórica. Reitera que o que devemos buscar não são as origens de algo, pensando-as como causas, mas sim a procura de começos, que pressuporiam diferenças. O ser humano passa a ser encarado como transitório, datado. Como diz Jacques Revel trata-se “de confrontar práticas e medir desvios em relação à construção de objetos particulares em seqüências limitadas em vez de reconciliar abordagens diferentes numa abordagem única”.³³

Ampliando o foco de análise para além do Estado e de seus aparelhos, ao indicar a importância dos micro-poderes descontínuos e dispersos, Foucault desmantela dicotomias fortemente marcadas pela noção centro/periferia e em sua filosofia da história mostra o poder como eminentemente relacional.

Como argumenta Maria de Fátima Gouvêa,³⁴ a abordagem devastadora de Foucault, indicando a importância das discontinuidades e procurando eliminar dicotomias simplificadoras, foi vital para o surgimento de conceitos mais fecundos para o estudo do social, exemplificados pelos de poder simbólico, de Pierre Bourdieu e de apropriação cultural, de Roger Chartier.

A história cultural se transformou na principal ramificação dos estudos históricos porque, segundo Elias Saliba, os historiadores se libertaram do jugo de recortes tradicionais que exigiam posicionamentos prévios e porque, cansados com uma disciplina repleta de estruturas, hierarquias, modos de produção, se voltaram para o

³³ REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa, Difel, 1989, p. 38 Apud GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “A História Política no Campo da História Cultural” In *Revista de História Regional*, v.3, n.1. UEPG, Ponta Grossa, PR, verão de 1998. Texto eletrônico disponível em <http://www.rhr.uepg.br/v3n1/fatima.htm>.

³⁴ GOUVÊA, *Op. cit.*

cotidiano, repleto de circularidade cultural. Também Saliba considera que o passado passou a ser encarado como feixe de práticas discursivas e a cultura, municiada pelo arsenal do simbólico e do imaginário, se fragmentou no difuso território da indeterminação. Comenta Saliba que o crescimento da história cultural é devido à não existência nem de acessos privilegiados nem de requisitos preliminares que faziam parte de concepções historiográficas totalizantes e teleológicas.³⁵

A virada cultural foi embasada por duas vertentes: a virada lingüística e a virada antropológica.

Sinaliza Euges Lima³⁶ que a partir da década de 70 passada a historiografia se renovou, estreitando os laços com a antropologia, confluência essa conhecida como “virada antropológica”, que possibilitou a expansão das perspectivas dos historiadores, possibilitando a adoção da famosa tríade: novas abordagens, novos objetos, novos problemas, dilatando temáticas e métodos historiográficos.

Alerta Lima que a perspectiva cultural não é recente, pois já nos séculos XVIII e XIX historiadores como Legrand d’Aussy e Michelet se inquietaram com uma história social dos costumes franceses, mais estrutural que factual. Ainda segundo Lima é a partir da terceira geração dos *Annales*, “liderada” por Georges Duby e Jacques Le Goff que a dimensão antropológica se presentifica com maior impacto na historiografia contemporânea, quando uma maior apreensão do simbólico por parte dos historiadores se tornou fator crucial para o novo saber histórico e aspectos antes negligenciados passam a possuir nova mensuração.

Peter Burke é citado:

O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma “construção cultural”, sujeita a variações, tanto no tempo como no espaço. (...) A base filosófica da nova história é a idéia de que a realidade é social ou culturalmente constituída. O compartilhar dessa idéia, ou sua suposição, por muitos historiadores sociais e antropólogos ajuda a explicar a recente convergência entre essas duas disciplinas.³⁷

³⁵ SALIBA, Elias Thomé. “Perspectivas para uma historiografia cultural” *In Diálogos*, v.1, Maringá, PR, UEM, 1997. Texto eletrônico disponível em http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/Rev_a02.htm.

³⁶ LIMA, Euges. “História e Antropologia: uma aproximação profícua”. Texto eletrônico disponível em http://www.nethistoria.com/indexantigo.php?pagina=ver_texto&titulo_id=12.

³⁷ BURKE, Peter. *A Escrita da História - novas perspectivas*, São Paulo, UNESP, 1992, p.11 *Apud* LIMA, Euges, *Op. cit.*

A história cultural se consolidou no cenário acadêmico por ser transdisciplinar, priorizando conceitualmente a problemática das práticas e representações sociais (contribuição da antropologia) e acentuando os procedimentos de interpretação e textualização. As análises da lingüística e da teoria literária passam a embasar metodologicamente a história cultural, que passa a descortinar as práticas sociais como textos passíveis de leitura e interpretação crítica.

De acordo com Barbara Weinstein,³⁸ além da reorientação do objeto de pesquisa, o aporte distintivo do viés culturalista é o relevo dado aos modos de representação e na construção discursiva de identidades e subjetividades que indicam a relevância da virada lingüística para a nova historiografia.

Consoante Isabel Lustosa³⁹, a grande contribuição da antropologia à história foi a “revelação” de nossa diferença: o “outro” como nosso espelho, onde olhamos e nos reconhecemos, mas também nos estranhamos. Para Lustosa o exercício etnográfico nos ensina a humildade; ao relativizar a posição da cultura ocidental, percebemos que nem todos são iguais a nós e que existem outras, inumeráveis, formas de ser humano no mundo.

Já a história do tempo presente, para François Dosse, “não abrange apenas a abertura de um período novo, o mais próximo, abrindo-se ao olhar do historiador; ela é também uma história diferente, participando das orientações de um novo paradigma, que se procura na ruptura com o tempo único e linear, e tornando plural os modos de racionalidade”.⁴⁰

Apesar da existência de alguma desvantagem quando se realiza uma análise cuidadosa na perspectiva de uma distância temporal próxima, a história do tempo presente tem algumas vantagens. Para Dosse, é um bom laboratório para questionar o fatalismo causal, controlar testemunhos, disponibilizar fontes orais, permitindo interatividade entre o historiador e seu objeto de pesquisa, fazendo com que o historiador se coloque em posição privilegiada “para fazer uma história objetiva da subjetividade”.⁴¹

³⁸ WEINSTEIN, Barbara. “A Pesquisa sobre identidade e cidadania nos EUA: da nova história social à nova história cultural” In *Revista Brasileira de História*, v.18, n.35, São Paulo, 1998. Texto eletrônico disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000100011&script=sci_arttext.

³⁹ LUSTOSA, Isabel. “Clifford põe em questão a etnografia”. Resenha do livro *A experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX*, de CLIFFORD, James (Editora UFRJ – Organização de José Reginaldo Santos Gonçalves) In *Jornal do Brasil, Idéias*, 10/07/1999.

⁴⁰ DOSSE, François. *A História*. Bauru, SP, EDUSC, 2003, p. 173.

⁴¹ Idéia de Robert Frank *Apud* DOSSE, *Op. cit.*, p. 175.

Para Dosse a história do tempo presente é radicalmente diversa da clássica história contemporânea, tendo em vista que “está em busca de densidade temporal e procura escorar um tempo presente vivido numa espécie de tempo sem espessura”.⁴²

Questão que merece consideração é mencionada por Christian Martins.⁴³

Comenta ele que Ciro Cardoso, apoiado em Pierre Nora, demonstra que a análise do historiador do tempo presente não pode estar dissociada do processo histórico.

O historiador que se ocupa com a história imediata teria interesse em investir, pelo contrário, no acontecimento, utilizando-o como meio para, por seu intermédio, conscientemente, fazer surgir o passado, o espessor histórico, as estruturas, em lugar de, como era habitual no trabalho dos historiadores, fazer inconscientemente surgir o presente no passado (ou seja, projetar o presente no passado). Em outras palavras, os acontecimentos permitiriam evidenciar o sistema, a curta duração revelaria a longa duração estrutural.⁴⁴

Também para Jean Lacouture uma história instantânea sem mediação, em princípio, seria a sua própria negação, “à medida que a história precisa da dimensão da reflexão explicativa e à medida que o domínio da operação historiográfica se caracteriza pela seqüencialidade da verificação, delimitação, exclusão e coleção de dados a partir da intervenção de um mínimo de técnicas de mediação, sejam elas ‘caneta, papel, cola, pasta, documentos’”.⁴⁵

Antes de prosseguir, proponho uma pausa.

Tenciono que esta dissertação (um trabalho de história cultural) seja lida por estudiosos da literatura comparada. Daí julgar que o esmiuçamento dos pressupostos historiográficos que se seguirá seja fundamental.

E também o explicitamento de qual história estou falando; quero esclarecer meu posicionamento nesse relato.

⁴² DOSSE, *Op. cit.*, p.176-77.

⁴³ MARTINS, Christian Alves. “De um aprendiz para um historiador: comentários sobre ‘Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios’ de Ciro Flamarion Cardoso” *In Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v.3, n.2, abr.-jun. 2006. Texto eletrônico disponível em <http://www.revistafenix.pro.br/PDF7/14%20RESENHA%20CHRISTIAN%20ALVES%20MARTINS.pdf>.

⁴⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP, Edusc, 2005, p. 16 *Apud* MARTINS, Christian, *Op. cit.*, p. 3.

⁴⁵ LACOUTURE, Jean. “A História imediata” *In* LeGOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes, 1990, p. 216 *Apud* OLINTO, Heidrun Krieger. “Novas sensibilidades na historiografia (literária)” *In Itinerários*, Araraquara, SP, v. 22, p. 13-36, 2004.

Não se trata aqui de repetir o pesquisador da anedota, corriqueira entre antropólogos, e derivada da recente postura auto-reflexiva da antropologia, que chega a um grupo indígena e, depois de muito conversar, ouve do nativo a pergunta: “Agora que já falamos duas horas sobre você, podemos falar um pouco sobre mim?”⁴⁶

Porém, ensina Marialva Barbosa, na vinculação do historiador com o seu objeto de estudo não se pode suprimir o sujeito histórico, pois “a vivência, a subjetividade e as visões de mundo do narrador do presente estarão sempre contidas em qualquer história”.⁴⁷

Eu não sou totalmente neutro. É claro que nem o recorte que dei ao objeto nem as orientações metodológicas e teóricas que me orientaram escapam da minha experiência de vida, de minhas idiossincrasias; a escolha de um objeto de estudo nunca é imparcial: tanto sua escolha quanto o método a ser utilizado pressupõem um recorte da realidade.

A partir de uma pergunta, tudo se clarifica.

Até que ponto pode um historiador inventar novas imagens organizadoras da estrutura que formata sua narrativa, para além daquela aprovada pela academia? Essa é a pergunta que faz José D’Assunção Barros.⁴⁸ No decorrer de seu artigo D’Assunção lembra que também Dominick LaCapra pensou sobre um fazer historiográfico mais engenhoso e propôs a figura de um historiador dialógico ou mesmo carnavalesco (para homenagear Bakhtin), capaz de ultrapassar convenções narrativas unificadoras, investindo na multivocalidade dos agentes históricos; o historiador dialógico escapa da explicação única, aponta a possibilidade de compreensões alternativas, analisa as diversas perspectivas sem dar o “voto de Minerva” e, na opinião de D’Assunção, “ainda que expresse criticamente o seu ponto de vista particular, a voz do próprio historiador é apenas uma das muitas vozes. O historiador dialógico seria aquele capaz de argumentar a favor de todos e de cada um sem deixar de argumentar a favor de si mesmo”.⁴⁹ Já o historiador carnavalesco acena para “as possibilidades de os historiadores recorrerem

⁴⁶ Citado por PEIRANO, Mariza G.S. “Os Antropólogos e Suas Linhagens (A procura de um diálogo com Fábio Wanderley Reis)”. *Série Antropologia*, n.102. Brasília, Departamento de Antropologia, UNB, 1990, p. 8-9.

⁴⁷ BARBOSA, Marialva. “Por uma história dos sistemas de comunicação” *In Contracampo*, n.1, jul./dez. 1997. Disponível em <http://www.uff.br/mestcii/ccal.htm>.

⁴⁸ BARROS, José D’Assunção. “Imagens da História” *In Mneme – Revista Virtual de Humanidades*, n. 10, v.5, abr./jun. 2004. Texto eletrônico disponível em <http://www.seol.com.br/mneme/ed10/072.pdf>.

⁴⁹ *Idem, Ibidem*.

um dia a estratégias carnavalescas – como a inversão de categorias conceituais, a paródia e a farsa – no seu esforço criativo de descrever o mundo”.⁵⁰

Na dimensão dialógica dos estudos históricos, aponta LaCapra, busca-se não algum sentido abstrato, mas alguma coisa que guie pensamentos e práticas e essa procura não é efetivada nem em um passado hipostasiado nem em algum código-mestre teleológico, mas em e por meio de nossa própria negociação com o passado.⁵¹

Um possível modelo orientador para os historiadores pode ser, para LaCapra, o romance. Argumenta Luiz Valente⁵² que LaCapra “acentua a opacidade dos documentos e questiona a possibilidade de uma completa neutralidade do investigador, sugerindo, ao contrário, que a historicidade do próprio historiador exerce inevitavelmente um papel fundamental nas perguntas que ele levanta bem como nas respostas que propõe (...) questiona a possibilidade de qualquer relato totalizador e completamente objetivo do passado. [Procura] encontrar alternativas para o uso meramente documental ou neopositivista de textos literários (...) se interessa em particular pelo romance (...) pela capacidade que possui o romance de incorporar vozes contestatórias e contradiscursos”.

Destaco, contudo, que um romance não precisa adotar forma realista. Pelo contrário, escritores na contemporaneidade têm trabalhado nas fissuras da coerência, provocando vertigens e desassossegos, não permitindo um ancoradouro sereno para o leitor. Este pequeno parágrafo talvez seja o mais importante para se entender este trabalho.

Também Anselmo Alós aponta que o romance polifônico bakhtiniano é marcado por “profusão de vozes e consciências (entendidas enquanto subjetividades diferenciadas e singulares, vinculadas ao seu contexto social) plenivalentes (isto é, plenas de valor, que mantém com as outras vozes do discurso uma relação de absoluta igualdade como participantes do grande diálogo) e equípolentes (ou seja, participam do diálogo com as outras vozes em pé de absoluta igualdade)”.⁵³

⁵⁰ *Idem, Ibidem.*

⁵¹ FALCON, Francisco. História e representação *In Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*, Campinas, Papyrus, 2000, p. 74.

⁵² VALENTE, Luiz Fernando . “Entre Clio e Calíope: a construção da narrativa histórica em Os Sertões” *In História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. V, Suplemento, p. 39-55, jul. 1998. Texto eletrônico disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000400003&lng=e&nrm=iso.

⁵³ ALÓS, Anselmo Peres. “Texto literário, texto cultural, intertextualidade” *In Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, ano 4, n. 6, mar. 2006. Texto eletrônico disponível em http://paginas.terra.com.br/educacao/revel/edicoes/num_6/revel_6_texto_literario.pdf.

O romance, para Bakhtin, traz ao palco a heteroglossia. Para este autor não existe mundo cultural ou linguagem integrados; todos os ensaios de tal procedimento são construções do poder monológico. Argumenta James Clifford que Bakhtin vê o romance polifônico não como “um *tour de force* de totalização cultural ou histórica (...) mas sim uma arena carnavalesca de diversidade (...) seu romancista ideal é um ventríloco.”⁵⁴

Como já disse, procuro atestar a nova história cultural como uma teoria crítica contemporânea. A operacionalização interdisciplinar desta não dispensa a presença dos historiadores, notadamente dos que se devotam ao estudo do tempo presente. A experiência humana no tempo dinâmico é incessantemente construída e desconstruída, o que indica que uma nova topoanálise que não apenas retenha o tempo comprimido seja benquista.

A minha motivação é o entusiasmo pela teoria, é historiar disputas teóricas que ocorrem no cenário acadêmico, o incessante devir das idéias em deslocamento dialético. Tal qual Ítalo Moriconi, não acredito que uma força possa ser totalmente suprimida no plano argumentativo. O que está em permanente modificação são as relações entre as forças. Na esfera cultural, os valores são estratégias discursivas para afirmação e contestação de forças por outras forças.⁵⁵

E o que é uma teoria crítica contemporânea?

Nas academias européias, especialmente a britânica, e norte-americanas, todo o conjunto de teorias ligadas ao contemporâneo, ou dito de outro modo, todo o conjunto de conceitos ligados às ciências humanas e que tenta dar conta de modo interdisciplinar, transdisciplinar ou pós-disciplinar, como querem alguns, sobre fenômenos estéticos, literários, sociais e comunicacionais vários, é chamado de teoria crítica. Na maior parte dos casos a teoria crítica se constitui como uma área que tem a maior parte de seus docentes oriundos da teoria literária, mas desde a década de 70 passada, inclusive com a influência dos estudos culturais de Birmingham, a preocupação dos teóricos se alastrou para além da literatura. Daí a ampliação: teoria crítica.

⁵⁴ CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica *In A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Organizado por GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2002, p. 49-50.

⁵⁵ MORICONI, Ítalo. O lugar da arte: além do meramente crítico *In HOLLANDA, Heloisa Buarque de; RESENDE, Beatriz (orgs.). Artelatina: cultura, globalização e identidades*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000, p.195.

Pode ser dito que a tradição frankfurtiana é fundamental para a chamada teoria crítica, até porque a teoria crítica contemporânea, como sinônimo de “teoria” no sentido amplo e transdisciplinar mencionado acima, depende muito das articulações entre essa tradição e o pós-estruturalismo, além, evidentemente, das suas “encarnações” mais recentes, exemplificadas pelas teorias pós-modernas e o pós-colonialismo.⁵⁶

Procuro até ir um pouco além e trabalhar com algo denominado pelo teórico da literatura Jonathan Culler de, simplesmente, teoria. A teoria transdisciplinar de Culler, caracterizada pelo próprio como “ecletismo flexível” me atrai bastante nesse momento.

Tentando conceituar teoria e falando especificamente sobre o campo da literatura, embora eu acredite que possa valer para as humanidades em geral, Culler afirma que:

1. A teoria é interdisciplinar – um discurso com efeitos fora de uma disciplina original; 2. A teoria é analítica e especulativa; 3. A teoria é uma crítica do senso comum; 4. A teoria é reflexiva.⁵⁷

Diz também que desde a década de 1960, “textos de fora do campo dos estudos literários foram adotados por pessoas dos estudos literários”, o que faz com que teoria, nessa ótica, não se limitasse a um conjunto de métodos para o estudo do literário, e sim “um grupo ilimitado de textos sobre tudo o que existe sob o sol, dos problemas mais técnicos de filosofia acadêmica até os modos mutáveis nos quais se fala e se pensa sobre o corpo”.⁵⁸

Em outra obra Culler é mais específico:

os trabalhos de teoria literária estão íntima e vitalmente relacionados a outros textos, dentro de um domínio ainda não nomeado, mas muitas vezes chamado “teoria”, para resumir. Esse domínio não é a “teoria literária”, uma vez que muitos dos seus mais interessantes trabalhos não se dirigem explicitamente à literatura. (...) Poderia ser chamado de “teoria do texto”, se *texto* for entendido como “qualquer coisa articulada pela linguagem”, porém a mais conveniente designação é simplesmente o apelido “teoria”. Os escritos a que esse termo alude não encontram sua justificativa no aperfeiçoamento de interpretações e são uma intrincada mistura. (...) tais trabalhos extrapolam a moldura disciplinar dentro da qual seriam normalmente avaliados (...) sua força vem (...) não dos métodos

⁵⁶ Agradeço à professora Ângela Freire Prysthon, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE e Vice-Presidente da COMPÓS – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, pelos esclarecimentos, via correio eletrônico, sobre sua especialidade, a teoria crítica, bem como pelas sugestões bibliográficas e indicação dos sítios: a) <http://www.uta.edu/huma/illuminations/> - sobre a tradição frankfurtiana. b) <http://www.ensayistas.org/critica/teoria/castro> - sobre a teoria crítica contemporânea na América Latina. c) http://carbon.cudenver.edu/~mryder/itc_data/postmodern.html - mais ligado à nova aceção do termo teoria crítica.

⁵⁷ CULLER, Jonathan. *Teoria Literária: uma introdução*. São Paulo, Beca, 1999, p. 23.

⁵⁸ *Idem*, p. 13.

aceitos por uma disciplina específica, mas da persuasiva novidade de suas redescritões.⁵⁹

Procuo escapar do relato linear. Busco dispersar qualquer vestígio de autoridade de enunciador por meio da polifonia, por meio de um dialogismo que inclui, necessariamente, o leitor. Este encontrará inúmeras idas e vindas a diversas questões, algumas recorrentes, outras contraditórias. O que pode parecer redundância é, na verdade, um processo desconstrutor. Nesse sentido afirma Culler que “a desconstrução é criada por repetições, desvios, desfigurações. Ela emerge dos escritos de Derrida e de Man apenas por força da iteração: imitação, citação, distorção, paródia”.⁶⁰

Devo dizer que adoto posição simpática ao culturalismo e esse claro posicionamento se deve ao fato de eu acreditar que, qualquer que seja a conexão do historiador com seu objeto, não se pode suprimir o sujeito histórico, repleto de experiência de vida, subjetividade e visão de mundo próprias. E tudo isso está sempre encerrado em toda história. Também defendo, como Clifford Geertz, um anti-anti-relativismo,⁶¹ que ironiza receios infundados ante o relativismo cultural. Resenhando este livro recentemente editado entre nós, Lilia Schwarcz⁶² afirma que a ironia de Geertz é dirigida àqueles que pretendem realidades estáveis ou uma natureza essencial ao homem. É nesse livro que Geertz afirma que o antropólogo é um mercador do espanto e que a etnografia não objetiva pacificar nada, mas sim manter o mundo em desequilíbrio, virando mesas e soltando rojões. Boa sugestão para historiadores e comparatistas.

Quanto ao método, lembro que em comentário fornecido a entrevistadores, Pierre Lévy fala um pouco sobre sua visão das disciplinas, do método científico:

cuidado: as disciplinas são essencialmente constituídas em torno das relações de poder nos locais de ensino. Isso não tem nada a ver com o conhecimento. São organizações microterritoriais nas universidades, as disciplinas (...) o método é uma racionalização do poder. Não é a verdade... Isto é, não há nenhum método puro, neutro, perfeito. Na minha opinião, o método é sempre uma aparência enganosa, uma vez que as verdadeiras descobertas jamais se fazem seguindo um método, elas sempre se fazem transgredindo um método. Como se fez uma descoberta usando um método novo, acredita-se que foi esse método novo que permitiu a descoberta e que este é o método. Mas a descoberta é sempre, ao

⁵⁹ CULLER, Jonathan. *Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997, p. 14-15.

⁶⁰ *Idem*, p. 261.

⁶¹ GEERTZ, Clifford. Anti-anti-relativismo *In Nova luz sobre a antropologia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, p. 47-67.

⁶² SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. “Mercadores do espanto: a prática antropológica na visão travessa de C. Geertz”. Texto eletrônico disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012001000100012.

mesmo tempo, a descoberta de um método ... É evidente que existem algumas regras de base: o fato que uma experiência possa ser reproduzível, por exemplo, ou que, entre colegas, se possa exercer a crítica e trocar argumentos. Mas isso, eu quero dizer, é o método universalmente válido, já que, quanto ao resto, não há método algum (...) se há um problema que me interessa ou um objeto que eu desejo compreender, eu apelo, bom, do exterior, se diria a conhecimentos e a metodologias advindas de diferentes campos disciplinares – mas, do interior do próprio esforço de compreender, isso obedece à necessidade de uma pesquisa e é totalmente coerente. Isso só é eclético, se visto do ponto de vista da divisão disciplinar. Se visto do interior do esforço de conhecimento, nada tem de eclético.⁶³

Para elaborar esta dissertação também cliquei diversas vezes nos comandos de copiar, colar, recortar, do computador, em busca de reaproveitamentos, recortes e revisões. Talvez algo próximo daquilo que Luiza Lobo chama de “um novo tipo de palimpsesto”. Vale lembrar que palimpsesto originalmente designava manuscrito raspado e reutilizado e que mediante técnicas especiais revelava marcas de texto anterior em sua superfície. Penso que a acepção dada por Lobo, salvo melhor juízo, pode ser encarada como intervenção no texto original, principalmente com o uso das novas tecnologias. Também a crítica pós-estruturalista tem utilizado essa noção para afirmar o caráter provisório dos textos, questionando a idéia do autor único de uma obra. Não é plágio, é montagem crítica. Se bem que Machado de Assis denominou Shakespeare “um plagiário”. E o fez como o mais elevado elogio, na opinião de João Cezar de Castro Rocha. E também Jorge Luis Borges referia-se a um “apaixonado e devotado plágio”.

Justifico a larga utilização de textos eletrônicos por ser este um trabalho de história do tempo presente, que procura abranger a produção recentíssima dos pesquisadores, portanto muitas vezes sem tempo hábil para edição em suportes mais usuais.

Em textos pós-modernos, e este aspira ser algo próximo disso, muito se fala em polifonia. Esta dissertação aspira ser polifônica. Esta dissertação também contém outra característica pós-moderna, a explicitação da construção teórico-metodológica como algo moldado.

Um historiador deve agir na pós-modernidade, segundo Keith Jenkins,⁶⁴ desconstruindo qualquer interpretação com pretensões a certezas, apontando interesses ocultos, desmascarando pressupostos metodológicos e epistemológicos. Importante

⁶³ LÉVY, Pierre. Entrevista concedida a *Interface*. Texto eletrônico disponível em <http://www.corposem.org/rizoma/arvores.htm>.

⁶⁴ JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo, Contexto, 2001.

também a adoção de uma metodologia reflexiva e a realização de uma historicização radical da história.

As novas posturas historiográficas se preocupam em trazer para o primeiro plano os mecanismos de pesquisa, a explicitação de seu fazer. Também há uma preocupação estética na integração entre conteúdo e forma, fundamentada pela percepção de que a forma escolhida produz padrões de inteligibilidade específicos, estimulando o leitor a participar da elaboração da interpretação.⁶⁵

Os textos não possuem sentido perene, pois seu significado é sempre agenciado entre a proposta autoral e a recepção do leitor.

Procuro, mais do que produzir conhecimentos, sistematizar minimamente o estado da arte da literatura comparada, principalmente no Brasil, por meio de colagens, compilações, reempregos, reestruturações. Mais do que coligar textos, entretanto, permiti que os dizeres dos citados reverberassem, pois aprendi com Eleonora Brito que são as fontes que dão lastro de legitimidade aos nossos trabalhos. O objeto será urdido por discursos concorrentes. Sei que certa unidade formal é necessária, mas utilizo deliberadamente uma técnica de dispersão, de disseminação, transitando de um modelo de pensamento a outro, tendo em vista que prefiro raciocínios centrífugos a reflexões centrípetas; prefiro a livre flutuação dos significados a um discurso que se pretende fechado e único. Penso que a metodologia pós-moderna nas ciências humanas tem sido muito teorizada e pouco praticada, por isso esta dissertação pretende suprir alguma lacuna; intento uma obra historiográfica com algo de pós-moderna. Sobre isso afirma Estevão Martins:

Mas se bem podemos falar de uma especulação filosófica e lingüística sobre a historiografia a partir das posições do pós-modernismo, é mais difícil fazê-lo a partir de uma produção historiográfica específica que se possa chamar de pós-moderna⁶⁶

Os pontos de sutura que ligam pastiches, apropriações, *copylefts*, estão à mostra.

Acho que foi o poeta Waly Salomão quem disse que a memória é uma ilha de edição. Esta dissertação também foi produzida em uma; similar a uma montagem cinematográfica, reúne fragmentos textuais, levando em consideração o que ensinou Sergei Eisenstein, em *O Sentido do Filme*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990:

⁶⁵ Ver BARROS, José D'Assunção, *Op. cit.*

⁶⁶ MARTINS, Estevão de Rezende. "História" In *Crítica - Revista de filosofia e ensino*, ago.2004. Texto eletrônico disponível em http://criticanarede.com/fil_historia.html.

dois pedaços de filme de qualquer tipo, colocados juntos, inevitavelmente criam um novo conceito, uma nova qualidade, que surge da justaposição. Esta não é, de modo algum, uma característica peculiar do cinema, mas um fenômeno encontrado sempre que lidamos com a justaposição de dois fatos, dois fenômenos, dois objetos. (...) a justaposição de dois planos isolados através de sua união não parece a simples soma de um plano mais outro plano – mas o produto. (...) porque em toda justaposição deste tipo o resultado é qualitativamente diferente de cada elemento considerado isolado.⁶⁷

Embora não tenha intenção de sociologizar demais este trabalho, por considerar que a nova história cultural esteja muito mais próxima da antropologia e de suas análises simbólicas, creio que o conceito de campo, de Pierre Bourdieu, seja extremamente proveitoso para os exames que serão aqui realizados.

Não trato do campo artístico-literário propriamente dito, inclusive porque Bourdieu⁶⁸ já o analisou de forma fecunda, desmontando os argumentos ingênuos dos que encaram a obra de arte como resultado de individualidades criadoras, de talentos inatos, inexplicáveis, provavelmente fruto de humores divinos.

Campos são definidos por Bourdieu como “aspectos estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços”.⁶⁹

Como bem desenvolve Maurício Martins,⁷⁰ campo é um espaço social onde os partícipes estabelecem relações recíprocas no decorrer de suas atividades.

Para Bourdieu campo é uma rede de relações objetivas (de subordinação ou de dominação, de antagonismo ou complementaridade) entre posições. O ser humano busca fundamentalmente o poder (infelizmente, talvez até mais do que o prazer), por meio de acúmulo de capital, que pode ser social (posição hierárquica na sociedade), econômico (bens materiais), cultural (conhecimento valorizado na sociedade) ou simbólico (prestígio, reputação, fama, uma espécie de capital que incorpora no indivíduo, como se fosse algo natural nele, os outros capitais). No campo do poder todos esses capitais estão em permanente tensão.

Também o campo científico é lugar de uma luta concorrencial pelos monopólios da autoridade científica (capacidade técnica e poder social) e da competência científica (fala e ação legítimas, de modo autorizado e com autoridade).⁷¹

⁶⁷ EISENSTEIN, Sergei. *O Sentido do Filme*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990, p. 14 - 16 (itálicos do autor) *Apud* HIKIJI, Rose Satiko Gitirana. “Imagem-violência: mímeses e reflexividade em alguns filmes recentes”. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 1999. Texto eletrônico disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-21012002-154835/>.

⁶⁸ BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983, p. 89.

O ganho cognitivo propiciado por Bordieu é permitir que se considere o que antes era pensado como um indivíduo livre, agindo de acordo com sua vontade soberana, como alguém que toma parte em um espaço de forças estruturado que conforma a capacidade de ação e de decisão dos pertencentes a esse campo. Há uma enfática insurgência de Bourdieu contra concepções simplórias de autonomia do sujeito. Para explicar as aptidões subjetivas dos membros de dada sociedade, Bourdieu nos ensina que existe algo que cumpre a mediação entre aquelas aptidões e as chamadas condições objetivas de funcionamento da sociedade: o *habitus*, disposições inconscientes presentes nos diferentes indivíduos de dada sociedade e, ao mesmo tempo, resultado de intrincadas estruturas objetivas atuantes nessa mesma sociedade.

O sociólogo formula assim seu conceito:

o *habitus*, sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas.⁷²

O *habitus* é um conceito que integra o objetivo e o subjetivo. Sua aquisição é dialética, é herdado todavia modificável. Aponta Bourdieu um ponto importante: o *habitus* é antes de tudo interiorização, incorporação nas estruturas mentais dos distintos tipos de capital. Bourdieu chega a falar do *habitus* como algo pré-reflexivo.

A defesa de posição numa dada estrutura acadêmica é, a meu ver, mais do que simples disputa por funções de relevo, uma resposta dos contendores, por meio de seu *habitus*, a situações novas que a seu ver desestabilizam seu mundo.

Fui alertado por Jaime de Almeida sobre o forte componente geracional das disputas teórico-metodológicas no interior da academia. É verdade, toda uma formação profissional, toda uma história de vida está envolvida. Ou como me disse uma professora do Departamento de História da UNB, adepta do marxismo e já aposentada: “se eu concordasse com esses novos enunciados, teria de renegar tudo que já fiz e aprender tudo de novo”.

Para submeter a comunidade comparatista a procedimentos analíticos, me parece profícuo considerar, de maneira imbricada a esse conceito de campo formulado por

⁷⁰ MARTINS, Maurício Vieira. “Bourdieu e o fenômeno estético: ganhos e limites de seu conceito de campo literário” *In Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 56, São Paulo, out. 2004, p. 63-74.

⁷¹ ORTIZ, Renato (org.). “O Campo Científico” *In* _____. *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo, Olho d’Água, 2003.

⁷² BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974, p. 201-202.

Bourdieu, a noção foucaultiana de formação discursiva, que relaciona os grupos e seus lugares de fala, o que se pode e deve ser dito, além do que é interdito.

Aprendi com Thereza Negrão que um discurso nunca é inaugural, totalmente novo, autônomo ou independente de outros já proferidos. É sempre construído de modo relacional, seu sentido implica numa memória discursiva, um já-dito, que interatua historicamente com formulações anteriores, com as quais pode assumir postura de rivalidade ou de aliança.

O discurso é um palco de vozes sociais, materializado num texto que se articula no lingüístico e histórico. Os sentidos nascem de relações interdiscursivas, de textos que retornam da memória discursiva e há, sempre, uma alteridade constitutiva a atravessar os sentidos.⁷³

Adverte Foucault que enunciados diversos podem assumir resultados diferentes no interior de uma formação discursiva na qual é (re)produzido: “Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos e perigos (...) em uma sociedade como a nossa (...) sabe-se que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um não pode falar de qualquer coisa”.⁷⁴

Ensina Margareth Rago⁷⁵ que a grande contribuição de Foucault para a transformação na concepção do que é história foi o deslocamento de foco da análise dos eventos para as bases epistemológicas das formas de discurso que os figuraram como tais; isso fez com que os historiadores não mais procurassem hipotéticas verdades documentais e prestassem atenção nos campos de relações de força nos quais os jogos de poder são constituídos. Afirma Rago que Foucault defendia uma atitude historiográfica apoiada não mais na revelação e na explicação do real, mas na desconstrução deste real enquanto discurso. Na introdução de *A Arqueologia do Saber* Foucault defendia:

Ora, por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento. (...) não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em

⁷³ GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (orgs.). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos, SP, Claraluz, 2003.

⁷⁴ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo, Loyola, 1999, p. 8-9.

⁷⁵ RAGO, Margareth. “O efeito-Foucault na historiografia brasileira” *In Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v.7, n. 1-2, out.1995, p. 67-82. Texto eletrônico disponível em <http://www.fflch.usp.br/sociologia/revistas/tempo-social/v7-1e2/rago7.html>.

níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações.⁷⁶

A partir de Foucault, continua Rago, tanto os sujeitos quanto os objetos históricos aparecem não mais como pontos de partida para a explicação de práticas sociais, e sim como efeitos das construções discursivas. Os momentos estratégicos da problematização foucaultiana, para Rago, são: (1) A crítica ao essencialismo, questionamento tanto do conceito de verdade quanto da ciência enquanto discurso objetivo sobre o real, pois o que existe sob as máscaras sociais são outras máscaras, e não essências. O historiador tem como tarefa a desconstrução do que emergiu como discurso e a revelação de suas imbricadas teias de constituição e naturalização; (2) A desnaturalização dos objetos, pois estes são culturais, não naturais. O historiador deve se ater não mais nas formas de manifestação de um fenômeno no decorrer do tempo, mas indicar como complexas redes de poder elaboraram determinadas configurações culturais e históricas. Aqui Rago evoca também Paul Veyne, e diz que para esse pensador as transformações que os objetos históricos sofrem no decorrer do tempo não acontecem de maneira causal, mas de forma caleidoscópica. Também para Veyne o acontecimento não está dado como fato, mas emerge em um campo de forças; (3) O privilegiamento do descontínuo, onde o historiador, ao invés dos procedimentos usuais de eliminar os obstáculos para forçar uma seqüência evolutiva de linhas de continuidade, elege as discontinuidades como conceito operatório. Para Foucault, uma história geral desdobraria o espaço de uma dispersão; (4) A história genealógica, na qual Foucault propôs aos historiadores que se ocupem da constituição de domínio dos objetos e dos modos através dos quais os indivíduos se produzem e são produzidos em determinada cultura, por meio de práticas e discursos. Também Foucault sugere que se estude a história como campo de relações de força, sendo tarefa do historiador compreender como esses jogos de poder configuraram o campo.

As propostas pós-modernas apresentam três questionamentos à história científico-social, aquela que viu nas proposições novas um atentado contra a instituição profissional e acadêmica da história. São eles, conforme juízo de Guillermo Padilla: (1) à capacidade de produzir conhecimentos “objetivos”, inequívocos, sobre o passado, baseada em uma epistemologia ou teoria da correspondência ou da equivalência exata entre enunciado e realidade; (2) à idéia rankeana de que as ações humanas são reflexo

⁷⁶ FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. São Paulo, Forense Universitária, 1986, p. 7 *Apud* RAGO, *Op. cit.*, p. 71.

das intenções dos atores, pelo que o historiador só tinha que deixá-las aparecer dentro de um relato coerente; (3) à suposição de uma temporalidade diacrônica e linear na qual é possível observar cadeias de causalidade entre os acontecimentos.⁷⁷

O que está sendo colocado em relevo pelas recentes proposições é que um mesmo texto, um mesmo documento, pode ser interpretado de inúmeras maneiras e não que a realidade seja somente texto; não são negadas as estruturas sociais e políticas, mas é requerido que estas têm que ser analisadas por meio de sua articulação lingüística, que a realidade só pode ser alcançada por meio da linguagem.

Podemos considerar que o real está no texto e este não reflete a realidade, ele a constrói. O que normalmente se chama de realidade é um embate permanentemente em processo de desconstrução/construção e é representação de sujeitos que a enunciam. Além do mais, esses sujeitos enunciadores vivem em um cotidiano não muito estável, e se apóiam numa memória discursiva que sobrevive em uma relação dialética entre recordações e esquecimentos; permanências e rupturas são forças conflitantes que perpassam toda a sociedade.

A realidade é histórica. O que o historiador pretende hoje é reconstituir, recriar essa realidade, a partir do texto, abandonando tentativas de reproduzir o real, como advogava a historiografia ingenuamente realista.

O que designamos de realidade histórica é uma elaboração que emerge de um diálogo entre o historiador e o passado. Porém tal conversação não ocorre no vazio, mas sim no interior de uma comunidade profissional de especialistas que comparte critérios de plausibilidade, por meio dos quais a validade dos argumentos utilizados é atestada.

Heidrun Krieger Olinto⁷⁸ indica que, quando François Furet propôs o advento de uma história-problema no lugar de uma história-narrativa, chamada por ele de acontecimental, na verdade estava refutando uma história, principalmente biográfica e política, centrada nos “grandes eventos”, produtora de um enredo linear artificial e compreendida como uma sucessão teleológica de eventos-origens.

Ao contrário, e certa de que seu objeto de estudo é fruto de construções, a história-problema buscava colocar ao passado questões seletivas, devendo o historiador abdicar à ingenuidade epistemológica, assumindo que é um construtor dos fatos que formam os seus objetos de pesquisa.

⁷⁷ PADILLA, Guillermo Zermeño. “Sobre la crítica ‘posmoderna’, a la historiografía”. Texto eletrônico disponível em http://www.hemerodigital.unam.mx/ANUIES/ibero/historia/historia9/sec_38.html. Tradução livre minha.

Citando Furet, Olinto declara que no entanto foi deixada uma brecha para a volta da narrativa, agora com nova roupagem:

a história oscilará provavelmente sempre entre a arte da narrativa, a inteligência do conceito e o rigor das provas, mas se essas provas forem mais seguras, os conceitos mais explicitados, o conhecimento ganhará com isso e a arte da narrativa nada perderá.⁷⁹

Ainda conforme Olinto, o acontecimento retorna, não mais como datas e fatos alinhados, como ocasiões privilegiadas, mas pela emergência de um terreno disciplinar ambíguo, a história do tempo presente, história instantânea ou história imediata.

Caracterizada pela simultaneidade de sua produção, apreensão e mediação, esta história, mergulhando em períodos recentes, não contraria a tarefa tradicional do historiador, pela proximidade temporal, mas antes pela integração e transformação desta em discurso.⁸⁰

Faz ver Eneida Souza⁸¹ que um saber narrativo busca uma contínua edificação do objeto analisado; seus pequenos relatos, inscritos sob o signo do efêmero e do incompleto, jogam com os intervalos e com os lapsos do conhecimento, estimulando os gestos de apagar, rabiscar, rasurar textos em permanente processo de aditamento. Voltarei mais tarde a essa questão do rasuramento de textos.

Segundo Souza, a estrutura ensaística, afinada à reflexão narrativa, ajuda a desmistificar as metanarrativas, circunscritas a ineficazes empreendimentos globalizantes e totalizadores. Os pequenos relatos, por outro lado, insistem no aspecto local dos discursos e das responsabilidades, reafirmando o caráter transitório das assertivas. Esta minha narrativa está inserta em um processo transitório e inconcluso. Tenho consciência de que outros olhares, melhor treinados e instruídos, fariam narrativas mais densas. Mas isso faz parte das regras da análise cultural, que permitem o desmanche e o rasuramento de textos que se sobrepõem.

Chama a atenção Souza para o fato de a Nova História utilizar a narrativa para contar os acontecimentos, interrogando os antigos enfoques de análise, prioritariamente centrados nas datas impostas pelo discurso oficial, nos grandes fatos ou no realce dado a nomes consagrados pela mitologia política. O cotidiano irrompe à cena, o antes considerado inexpressivo para a elucidação dos acontecimentos históricos é enfatizado,

⁷⁸ OLINTO, 2004, *Op.cit.*

⁷⁹ FURET, François. “Da história-narrativa à história-problema” *In A Oficina da História*. Lisboa, Gradiva, s/d, p.98. *Apud* OLINTO, 2004, *Op. cit.*

⁸⁰ OLINTO, 2004, *Op.cit.*

⁸¹ SOUZA, Eneida Maria de. “Saberes Narrativos” *In Semear*, n.7. Texto eletrônico disponível em http://www.lettas.puc-rio.br/Catedra/revista/7Sem_03.html.

pequenas narrativas passam a ser igualmente responsáveis pela construção de sentido na história.

Afirma Souza que também Peter Burke indica a transformação metodológica ocorrida frente aos objetos da história quando o modo narrativo passa a ocupar o lugar do analítico. Como a escrita da história é concebida como gênero narrativo, a abordagem do historiador se transforma em favor dos acontecimentos antes desprezados para a análise, robustecendo a função do historiador, que é a de contar uma história, sujeita a interpretações parciais, já que o narrador utiliza um ponto de vista pessoal e está consciente da polifonia do processo criador. Diz Burke:

Em primeiro lugar, poderia ser possível tornar as guerras civis e outros conflitos mais inteligíveis, seguindo-se o modelo dos romancistas que contam suas histórias, partindo de mais de um ponto de vista. (...) Tal expediente permitiria uma interpretação do conflito em termos de um conflito de interpretações. Para permitir que as “vozes variadas e opostas” da morte sejam novamente ouvidas, o historiador necessita, como o romancista, praticar a heteroglossia.⁸²

Ainda para Souza o saber narrativo se diferencia

pela sua natureza avessa à demonstração e à especulação. Através do pluralismo irreduzível dos “jogos de linguagem”, insiste-se sobre o caráter local de todos os discursos, compromissos e legitimações.

Ensaiam-se (...) nos pequenos relatos (...) pontos de cruzamento de teorias, descompassos históricos e recomeços constantes.⁸³

Contar uma história ou compreendê-la, aponta José Jobim, é utilizar uma herança cultural, pois

O narrador lida não somente com normas, funções e valores sociais, mas também com a maneira como estes são representados, pois os próprios processos de representação são prescritos culturalmente (...) Ao selecionar os elementos de sua narrativa e estabelecer relações entre eles, o historiador lhes dá uma certa ordem e sentido, provenientes da própria perspectiva dele; sua narrativa é constituída daquilo que foi selecionado, por razões nem sempre explicitadas, como pertinente ao seu discurso, seja porque o considerou “importante” ou “valioso”, seja por qualquer outro critério que tenha presidido sua escolha.⁸⁴

Expõe Cristiane Nova⁸⁵ que para Paul Ricoeur a história se diferencia das demais ciências humanas porque sua escrita teria sempre a estrutura discursiva do

⁸² BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In _____. (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992, p. 337. *Apud* SOUZA, Op.cit. na nota 81.

⁸³ SOUZA, Eneida Maria de. Tempo de Pós-crítica. In CUNHA, Eneida Leal; SOUZA, Eneida Maria de (orgs.). *Literatura comparada: ensaios*. Salvador, EDUFBA, 1996, p. 35.

⁸⁴ JOBIM, José Luís. “Narrativa e História”. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, RJ, v. 12, 1996, p. 98-106.

relato, tendo em vista que os acontecimentos históricos, devido a sua especificidade, infundiriam uma estrutura narrativa. Para este autor, na interseção entre o tempo cósmico (objeto da Física e de pensadores como Aristóteles e Kant) e o tempo vivido (íntimo, pensado por Agostinho e Husserl), existe o tempo ordenado pelas técnicas de narrativização. Diz Nova que Ricoeur afirma que o princípio de todo relato é sua trama ou intriga, que seria a mediação entre o caos dos acontecimentos e a experiência humana, algo que atribui sentido e inteligibilidade; seria o tempo humano por excelência, pois é o único a que temos acesso, por meio da linguagem.

Ainda segundo a análise de Nova, Ricoeur confere às narrativas historiográficas a mesma disposição das ficcionais. Ambas seriam análogas, sendo sua distinção, bem mais que sua topologia, a aspiração da historiografia a ser um discurso sobre a verdade, um discurso representador de alguma coisa que realmente existiu. Por isso Nova reafirma que existe uma espécie de contrato de verdade entre o historiador e seu objeto, responsável pela credibilidade do discurso construído. O discurso do historiador seria, então, atravessado por uma intenção de verdade. E não se pode esquecer que aquele contrato tem de ser referendado pela comunidade profissional específica, formada por seus pares.

Argumenta Marialva Barbosa que os acontecimentos não são dados objetivos, pois são elaborados a partir das perguntas que fazemos sobre os fatos que se colocam diante de nós. Abandonar a positividade e perceber a historiografia como um conjunto de normas e procedimentos repleto de literariedade não é empreendimento que se faz sem dificuldade. Ancorado há séculos na dicotomia existente no espaço discursivo, estruturada pela oposição entre fato e ficção, a historiografia tradicional defendia ferrenhamente essa oposição. E, apesar de renitentes saudosistas, o panorama tem mudado, devido ao prestígio de autores cada vez mais influentes na área historiográfica.

As formas da linguagem seriam as únicas definidoras da realidade e, portanto, a escrita da história seria um discurso, sendo o passado passível de compreensão a partir de mediações operadas a partir do mundo das representações; passa a ser admitido o papel diligente da linguagem, das estruturas narrativas e dos textos na (re)criação da realidade histórica.

⁸⁵ NOVA, Cristiane. “História Hoje: problematizando a narrativa histórica” *In Leituras Contemporâneas*. Revista das Faculdades Jorge Amado, v.1, n.2, Salvador, jul./dez. 2003, p. 71-84. Texto eletrônico disponível em http://www.fja.edu.br/publicacoes/p_lc_02.pdf.

Dizer que toda narrativa possui dimensão fictícia e imaginária não implica que os acontecimentos narrados não tenham ocorrido, mas que “qualquer tentativa de *descrever* os acontecimentos (mesmo enquanto estão ocorrendo) deve levar em conta diferentes formas de imaginação”.⁸⁶

Lloyd Kramer chega a afirmar que “o único traço verdadeiramente distintivo da nova abordagem cultural da história é a abrangente influência da crítica literária recente, que tem ensinado os historiadores a reconhecer o papel ativo da linguagem, dos textos e das estruturas narrativas na criação e descrição da realidade histórica”.⁸⁷

Afirmar que um texto historiográfico leva em conta o ficcional não significa que tenha sido inventado, e sim construído. Afirma-se que é ficcional porque a narração do fato está subordinada ao modo como o historiador urde sua trama. E isso, notoriamente, é uma empresa literária. Chamar uma narrativa histórica de ficção não a degrada, porque ela permanece produtora de conhecimento.

Perceber o texto histórico como ficção (no sentido de construído, não de inventado) não é empreendimento tranqüilo, porque há alguns séculos os historiadores “rankeanos” procuram defender esse contraste, essa dicotomia que prevalecia no espaço discursivo. O modelo de história positivista, não custa lembrar, se centrava no factual; o historiador, “neutro”, pesquisava pilhas de documentos buscando verdades escondidas, visando extrair lições para o presente. A história era pensada como algo que coligia sábios ensinamentos de nossos antepassados. Os valores éticos, estéticos e morais eram vistos como naturais e dar prosseguimento a esses valores, à tradição, era a tarefa maior dos historiadores. O acaso e o desvio eram suprimidos da escrita histórica, visando garantir a imobilidade de uma natureza humana, a verdade do sujeito universal.

Enfatiza Marialva Barbosa que nem o mundo é só linguagem nem a linguagem é reflexo da realidade. Diz:

Na verdade, pressupor na análise a inter-relação entre texto e contexto é deixar de ver os textos, os documentos de uma época, como meros reflexos daquela época. Os textos não são documentos que revelam ou refletem um lugar, um tempo, uma cultura históricos coerentes e relativamente unificados. Ler textos dessa forma reduz sua complexidade e também obscurece a complexidade do próprio contexto. O contexto não é uma realidade pré-lingüística, descrita

⁸⁶ KRAMER, Lloyd. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra In HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992, p. 136-37.

⁸⁷ *Idem*, p. 131-32.

pela linguagem com fidelidade (...) Assim, cabe ao historiador ler o contexto como “intertextualidade” e não partindo da noção causal de reflexão.⁸⁸

Em instigante texto, Karl SchØllhammer indica que um dos motivos para o interesse atual que os estudos culturais vêm causando nos meios literários é que esses estudos estão incluindo, em suas estratégias analíticas e interpretativas, elementos provenientes dos próprios estudos literários.

Segundo o autor, várias disciplinas vizinhas dos estudos culturais também estão se preocupando, cada vez mais, com a constituição discursiva do objeto investigado. E mais, em processos auto-reflexivos a antropologia, a filosofia e a história, dentre outras,

se apropriam hoje de resultados teóricos desenvolvidos no âmbito dos estudos literários, o que não só verte uma luz qualitativamente diferente sobre a teoria literária como valoriza a criatividade literária no desenvolvimento de experiências textuais e poéticas dos autores contemporâneos. Um tópico, em particular, merece destaque nesta perspectiva: a teoria da narrativa.⁸⁹

Conforme SchØllhammer, o teórico Martin Kreiswirth chega a mencionar uma virada narrativista, que pressupõe um paralelo entre o momento atual, iniciado na década de 80 do século passado e a virada lingüística dos anos 1960 e 1970, ressaltando que a preocupação maior dos estudos da narrativa na contemporaneidade é entender o que é a narrativa, e não mais a investigação de sua operacionalidade.

Para os historiadores uma importância capital do texto de SchØllhammer é a diferenciação que faz do trabalho de Hayden White do de Dominick LaCapra. Segundo o autor, o mérito de White

tem sido mostrar para os historiadores o papel ativo dos Tropos retóricos e das estruturas narrativas na criação, na descrição e na compreensão da realidade histórica, liberando, assim, a historiografia da polêmica tradicional sobre a história como “arte” ou como “ciência”. (...) [Porém] Há no trabalho interpretativo do discurso histórico de White uma procura de *ordem e coerência* em estruturas profundas cujo centro gira em torno da pressuposição narrativista de maneira ontologizante que nos lembra o auge dos esforços narratológicos dos anos sessenta.⁹⁰

Julga o autor que, apesar de sua iniciativa revolucionária, White se alicerçou em conceitos textuais ultrapassados.

⁸⁸ BARBOSA, Marialva. “História e Comunicação: a construção de um modelo de história dos sistemas de comunicação”. Texto eletrônico disponível em www.eca.usp.br/alaic/chile2000/14%20GT%202000Historia%20da%20Comuniicaçao/MarialvaBarbosa.doc.

⁸⁹ SCHØLLHAMMER, Karl Erik. Estudos Culturais: novos desafios para a teoria da literatura. *Anais do VI Congresso da ABRALIC, 1998, CD-ROM*.

⁹⁰ *Idem, Ibidem*.

Já LaCapra se aproxima, ao tomar como referência a filosofia de Nietzsche, Heidegger e Derrida, além da teoria literária de Bakhtin,

muito mais a uma noção *textualista* e *desconstrutivista* do discurso histórico. Para LaCapra, do ponto de vista oposto de White, a interpretação histórica consiste em sublinhar as tendências conflitantes em textos e contextos que desafiem as tentativas historiográficas de representar a realidade histórica em termos de coerência e objetividade. Utilizando-se da noção bakhtiniana de *diálogo*, LaCapra procura ferramentas teóricas que permitam que o passado autônomo continue desafiando as tentativas do historiador de domesticá-lo na ordem discursiva. Quanto às categorias mediante as quais se descreve o mundo histórico, LaCapra destaca as contestações intrínsecas que se escondem nas incoerências dos documentos e nas complexidades dos fatos nem sempre redutíveis a uma explicação única. Na leitura crítica destes restos de incoerência, LaCapra enfatiza a importância da *interação conflitiva*, das vozes contestatórias ou daquilo que Bakhtin chamaria a *imaginação dialógica* na tensão entre texto e contexto que, idealmente, mantém o discurso explicativo *aberto*, criando, em vez de uma interpretação representativa, uma simulação textual da complexidade do objeto analisado. A ênfase de LaCapra na história enquanto conversação e diálogo com o passado em detrimento da história como reconstrução do passado, contesta no discurso histórico usos tradicionais de narrador onisciente, de ponto-de-vista unificado e da cronologia temporal ordenadora. Se a narrativa, para White, era considerada condição fundamental de compreensão histórica, para LaCapra representa apenas um código entre outros códigos possíveis cujo singular valor explicativo reside na tensão que possa criar entre o material descrito e ordenado intencionalmente pelo discurso e os caminhos tecidos para o leitor na procura de conhecimento histórico.⁹¹

Com o conceito de dialogia Bakhtin procurou expor as dinâmicas regulatórias da produção e das trocas dos bens simbólicos. Encarava esse universo composto por signos móveis, ambíguos, mutáveis, onde nada podia ser totalmente considerado superado ou esgotado. Rechaçava igualmente toda divisão maniqueísta, do tipo bom/mau, certo/errado ou verdadeiro/falso.

A importância do pensamento bakhtiniano para o momento atual das humanidades pode ser avaliado pelas palavras de Luiz Roncari:

De certa forma, esse universo do conhecimento e da vida ideológica, ele percorreu como um peregrino, como quem não conhecia fronteiras, regiões interditas ou proibidas, nem marcas intransponíveis (...) Nós que estamos acostumados com uma cultura de teses demonstrativas, que usamos os autores para afirmação de uma verdade que pretendemos nossa, pelo menos ao final, deveríamos perceber ou estranhar o tipo de relação que Bakhtin estabelece dentro do universo autoral. A surpresa que nos causa um de seus livros (...) se deve ao fato de eles resultarem sempre de uma relação; de quem foi aprender com aqueles que procurou conhecer. Antes de qualquer crítica, ouvia o que tinham a dizer, mais preocupado com as contribuições do que mostravam e deixavam entrever do que com os limites do que afirmavam. Num tempo como o que estamos entrando, em que os fatos nos levam à revisão de muitos valores que tínhamos por assentados e a partir dos quais interpretamos e lemos a tradição cultural, nunca seria demais dizer que o que temos de melhor para aprender com

⁹¹ *Idem, Ibidem.*

Bakhtin é o método, talvez mais que os conteúdos particulares das várias interseções dos campos do conhecimento em que trabalhou.⁹²

O dialogismo é o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso; na perspectiva bakhtiniana o sujeito deixa de ser o centro da interlocução que, não se estabilizando mais nem no eu nem no tu, passa a residir no espaço existente entre ambos.

O texto é tramado polifonicamente por fios dialógicos que debatem entre si; acontece também uma intertextualidade interna de vozes que falam, polemizam e reproduzem diálogo com outros textos e essa ambivalência intertextual interna, com sua multiplicidade de vozes e de leituras, substitui a verdade única, universal por um diálogo de “verdades” textuais (contextuais) e históricas.⁹³

Na concepção dialógica da linguagem de Bakhtin, um enunciador, ao constituir um discurso, leva em consideração o discurso do outro que, ao mesmo tempo, está presente no seu. Fundamentada nesse preceito bakhtiano basilar, a Escola Francesa de Análise do Discurso aduziu o princípio da heterogeneidade, no qual é mostrado com clareza que a linguagem é heterogênea, que qualquer discurso é urdido levando em conta o discurso do outro. Porém, qualquer formação discursiva regula o que o sujeito pode e deve dizer e, também, o que não pode e não deve ser dito; além disso, a história é uma produção de sentidos que se define por sua relação com a linguagem e toda formação discursiva possui uma memória discursiva que faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos.⁹⁴

Para Bakhtin todo discurso é dialógico porque não existe comunicação no vácuo; todo discurso é articulado em resposta a outro e está inserido em uma dinâmica social. Porém, explica Luis Ribeiro,

o diálogo não se dá apenas entre os dois contendores do discurso. Talvez uma das mais geniais criações de Bakhtin tenha sido a do terceiro do diálogo. Diz ele que um diálogo pressupõe sempre um terceiro diante de quem e em relação a quem o diálogo se trava. É ele a referência axiológica em relação à qual os valores, as concordâncias e as divergências se produzem. (...) este terceiro [que

⁹² RONCARI, Luiz. Prefácio In BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz. *Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo, EDUSP, 2003, p. XI.

⁹³ BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, Polifonia e Enunciação In _____. ; FIORIN, José Luiz, *Op. cit.*, p. 1-9.

⁹⁴ FIORIN, José Luiz. Bakhtin e a concepção dialógica da linguagem In ABDALA JUNIOR, Benjamin (org.). *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas*. São Paulo, Boitempo, 2004, p. 38 - 66. Ver também Glossário de Termos do Discurso (Instituto de Letras da UFRGS). Texto eletrônico disponível em <http://www.discurso.ufrgs.br/glossario.html>.

pode ser o leitor] é o parâmetro organizador da polifonia, é a referência necessária à inteligibilidade.⁹⁵

Com a noção de contexto dialógico LaCapra busca fugir da dicotomia sujeito/objeto.

O texto é estruturado de forma a permitir que o leitor encontre seu caminho no contexto das variadas falas que se entrecruzam no texto.

Ensina LaCapra que “a etimologia do termo ‘texto’ (em inglês *text*), do latim *texere*, (...) significa tecer (*to weave or compose*)”.⁹⁶ Daí se infere que “o contexto é tecido por textos, que por sua vez estão enredados a partir do contexto. A leitura e interpretação dos textos é também forma de estruturar contextos, bem como a elaboração dos contextos é também modo de construir a (re)significação dos textos”.⁹⁷

Textos e contextos para LaCapra possuem relação de complementaridade, opina Rui Bebiano.⁹⁸

Para LaCapra a tarefa do historiador é produzir um texto cujo desenrolar exponha um diálogo no qual fique claro que o passado está questionando nossa tentativa de domesticá-lo. Para ele o pior que um historiador pode fazer é ler textos e contextos de maneira unidimensional.

Censurando qualquer busca de coerência plena, LaCapra prefere investir nas tendências conflitantes, questionadoras de uma ordem existente na maioria dos livros de história. Por esse motivo, afirma Kramer, LaCapra recorre a Bakhtin e à ênfase deste autor sobre a interação entre inclinações opostas na vida e na literatura.

A ênfase dada por Bakhtin ao dialogismo fez a atenção convergir para as dimensões mais ambivalentes ou indefiníveis dos textos ... e ressaltou a importância do limite ou limiar onde aparentes opostos entravam numa relação de intercâmbio e possivelmente coexistiam, em geral em relacionamentos carregados de tensão.⁹⁹

Opondo-se a qualquer redução da realidade histórica a suas qualidades pretextuais, LaCapra, entretanto, vê a crença num campo histórico pretextual tão

⁹⁵ RIBEIRO, Luis FILIPE. “Literatura, Discurso, Sociedade”. Conferência pronunciada na UFRJ, no I Encontro de Ciência da Literatura, na Faculdade de Letras, em 20/05/98. Texto eletrônico disponível em <http://www.odialetico.hpg.ig.com.br/discurso.htm>.

⁹⁶ BARIANI, Edison. “Dominick LaCapra: tecendo textos e contextos” In *Revista Espaço Acadêmico*, n. 61, jun. 2006. Texto eletrônico disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/061/61bariani.htm>.

⁹⁷ *Idem, Ibidem*.

⁹⁸ BEBIANO, Rui. Sobre a história como poética In D’Encarnação, José (coord.). *As Oficinas da História*. Lisboa, Colibri - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002, p. 47-70. Texto eletrônico disponível em <http://ruibebiano.net/docs/estudos/hpoetica.pdf>.

⁹⁹ LaCAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History*, p. 313 Apud KRAMER, *Op.cit.*, p. 153.

difundido que estaria presente até mesmo na obra de um autor como Hayden White. Conforme Kramer,

Para LaCapra, portanto, White compartilha com outros historiadores o desejo de encontrar uma base segura que explique o que entendemos por realidade histórica. Onde a maioria dos historiadores situaria essa realidade no universo social ou político, White a coloca nos tropos que configuram a escrita histórica, mas, em ambos os casos, o desejo metafísico da presença plena, do significado pleno e da explicação plena atua como um pressuposto basilar não examinado.¹⁰⁰

Propõe LaCapra que o historiador dialógico recorra à perspectiva carnavalesca bakhtiniana para rebater dicotomias não flexíveis e fazê-las entrar em contato, reconhecendo-se mutuamente. Por que literatura e cultura devem estar em campos opostos?¹⁰¹

Ponto importante no pensamento de LaCapra é que, para ele, o historiador não deve procurar o passado, mas diversos passados possíveis. É nessa direção que propõe que a história se aproxime da filosofia e da teoria literária: para adquirir meios conceituais mais propícios para pensar além do paradigma documental.

Da perspectiva de Derrida, e também de LaCapra, os textos históricos sugerem cenas de uma batalha entre tendências opostas, mais precisamente como atos de dominação lingüística na qual uma tendência é hierarquicamente privilegiada como fonte de unidade e força.

Acredita LaCapra que essa perspectiva tem significantes implicações para a prática da História intelectual. A leitura da história vista a partir da crítica literária poderia, de acordo com LaCapra, colocar a história numa posição de crítica cultural.¹⁰²

Também argumenta Eleonora Brito¹⁰³ que os documentos não remetem a acontecimentos, pois são os próprios documentos os acontecimentos a serem inquiridos. Diferentemente de abordagens mais disseminadas entre o senso comum, a historiografia atual postula a não diferenciação entre realidade e representação, entre texto e contexto.

Também recorrendo a LaCapra e a Kramer,¹⁰⁴ Brito nos lembra que o passado nos é apresentado na forma de textos e de remanescentes textualizados, que podem ser arquivos, memórias, monumentos, livros, relatos esparsos, etc, e que os textos são o único contexto a que temos acesso. Brito também critica todo raciocínio que se baseia

¹⁰⁰ KRAMER, *Op. cit.*, p. 151.

¹⁰¹ Embora Lloyd Kramer reconheça que dificilmente os Departamentos de História farão concursos abrindo vagas para historiadores carnavalescos, com imaginações históricas de natureza poética.

¹⁰² SEABRA, Silvana. "História e Literatura: a teoria de Wolfgang Iser na escrita da História". Texto eletrônico disponível em <http://www.lettras.ufmg.br/site/publicacoes/cad42.doc>.

¹⁰³ BRITO, Eleonora Zicari Costa de. "Em torno da complexidade do campo historiográfico" *In NetHistória*. Texto eletrônico disponível em http://www.nethistoria.com/indexantigo.php?pagina=ver_texto&titulo_id=97.

na crença da existência de uma realidade histórica pronta e acabada esperando apreensão, tendo em vista que qualquer contexto é produzido por textos que o significam. E ensina: “quando o historiador diz que deve-se ler o documento à luz do contexto que o informa, ele na verdade está dizendo que àquele texto deve-se acrescentar outros que ajudem a elucidá-lo”.¹⁰⁵

O contexto deve ser interpretado como intertextualidade, pois o texto não é confeccionado do nada. Pelo contrário, todo texto se vincula com textos já produzidos, estando em persistente e ininterrupta ligação uns com os outros.

Há intertextualidade na medida em que, para o processamento cognitivo de um texto, recorre-se ao conhecimento prévio de outros textos.¹⁰⁶

A produção e recepção de qualquer texto depende do conhecimento de outros textos por parte dos interlocutores.

Aprofunda a questão Julia Kristeva:

O termo intertextualidade designa esta transposição de um ou vários sistemas de signos num outro, mas já que este termo foi frequentemente entendido no sentido banal de “crítica de fontes” de um texto, preferimos o de “transposição” que tem a vantagem de precisar que a passagem de um sistema significante a um outro exige uma nova articulação da temática existencial, da posição enunciativa e denotativa.¹⁰⁷

O objeto de estudo do historiador está localizado em um lugar e em um tempo determinados. Ao contextualizá-lo, tentamos estabelecer os parâmetros de objetividade de determinada época. Sem descurar, contudo, que o que é chamado de objetividade também é uma construção e que existe uma luta sem trégua por imposição de sentidos, uma forte concorrência de representações conflitantes. Não existe, portanto, uma realidade histórica como dado disponível esperando resgate.

A realidade não é pré-discursiva, ela é representada.

Representar o mundo é um modo de torná-lo compreensível. Representar é sempre uma construção social e, por isso, atividade plural, contraditória e representativa de grupos que lutam por interesses. É no cotidiano que os embates representacionais

¹⁰⁴ KRAMER, *Op.cit.*

¹⁰⁵ BRITO, *Op.cit.* na nota 103.

¹⁰⁶ KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. São Paulo, Cortez, 2003, p.75.

¹⁰⁷ KRISTEVA, Julia. *La révolution du langage*. Paris, Seuil, 1974, p. 60 *Apud* NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada: história, teoria e crítica*. São Paulo, Edusp, 2000, p. 163.

ocorrem, explicitando as lutas por poderes. Ensina Brito em outro texto¹⁰⁸ que qualquer novidade, para determinado grupo social, é remetida a uma rede de significações valorativa, situada em um processo de ancoragem, incorporada ao social pela identificação a um já-dito que lhe servirá de matriz de sentido e a legitimará ou não. Portanto, tudo que pode reconfigurar uma tradição é submetido a uma memória discursiva e, caso sancionado pelo grupo, se naturaliza por meio de um mecanismo de objetivação que buscará apagar qualquer indício que indique sua condição de constructo.

Comenta Brito que o ato de representar não é pura abstração; que também Pierre Bourdieu assinala que as representações fazem existir aquilo que anunciam no próprio ato de sua enunciação, que a “realidade” é o lugar permanente de luta para definição da “realidade”.¹⁰⁹

Aponta Chartier a importância de entendermos as “práticas discursivas como produtoras de ordenamento, de afirmação, de divisões”.¹¹⁰

Representações sociais são esquemas interiorizados que “traduzem as posições e os interesses objetivamente confrontados (...) e descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse”.¹¹¹ Indica Helenice Silva que, para Roger Chartier, uma das vantagens do conceito de representação é que ele permite amalgamar antigas categorias que a história social, a história das mentalidades e a história política mantinham separadas e assim, possibilitar a constituição de um novo enfoque historiográfico:

Desse modo, esse conceito possibilita unificar três dimensões constitutivas da realidade social: inicialmente, as *representações coletivas*, herdadas de Mauss e de Durkheim, que constituem a matriz das formas de percepção, de classificação e de julgamento; em seguida, as *formas simbólicas*, por meio das quais os grupos e os indivíduos percebem suas próprias identidades; por fim, a *delegação* atribuída a um representante (indivíduo, coletivo, instância abstrata), “da coerência e da permanência da comunidade representada”.¹¹²

Os historiadores culturais têm sido acusados de negar o real, acusação ridícula e absurda, nas palavras de Sandra Pesavento. Apenas se passa a levar em conta que o real

¹⁰⁸ BRITO, 2004, *Op.cit.*

¹⁰⁹ BOURDIEU, Pierre. A força da Representação *In A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo, EDUSP, 1998.

¹¹⁰ CHARTIER, 1990, *Op.cit.*, p. 28.

¹¹¹ *Idem*, p. 19

¹¹² SILVA, Helenice Rodrigues da. A história como “representação do passado”: a nova abordagem da historiografia francesa *In* CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações:*

é visto, vivenciado, sentido, imaginado e construído por diversos olhares situados em diversas espacialidades e temporalidades. Diz Pesavento: “o enunciado é simples, mas tem incomodado ...”.¹¹³

Já que não se pode repetir as experiências vividas, os historiadores elaboram versões reconstruídas pelas narrativas. Eles buscam

versões plausíveis, possíveis, aproximadas, daquilo que teria se passado um dia. O historiador atinge pois a verossimilhança, não a veracidade. Ora, o verossímil não é a verdade, mas algo que com ela se aparenta. O verossímil é o provável, o que poderia ter sido e que é tomado como tal. Passível de aceitação, portanto.¹¹⁴

Lembro aqui o conselho de Carlo Ginzburg: que os historiadores procurem indícios, pistas, verossimilhanças, mas que jamais afirmem sem provas.¹¹⁵

Também Pesavento cita Carlo Ginzburg : “A palavra *fictio*, corrobora Ginzburg, está ligada a *figulus*, oleiro, ou seja, aquele que cria a partir de algo”.¹¹⁶

A realidade para os adeptos do *lingüistic turn*, “não mais deve ser pensada como uma referência objetiva, exterior ao discurso, pois que ela é constituída pela e dentro da linguagem”.¹¹⁷ Os discursos falam por meio de seus enunciadores.

Aliás, uma boa questão a ser pensada: seria interpretar, afinal, como querem Deleuze e Guattari, nossa maneira moderna de crer e de sermos piedosos?

Conforme Claudia Costa o que historiadores, antropólogos e sociólogos vêm fazendo é apresentar textos culturais a partir de uma aglomeração de textos; a crença hermenêutica na questão da formação da subjetividade nas construções epistemológicas e nos procedimentos metodológicos está sendo colocada em xeque.

Para Costa “o objeto de qualquer prática discursiva não é nada mais que a própria produção dessa prática e é específico a ela (...) Estabelece-se um certo pacto em que o próprio discurso cria o seu objeto, ao contrário do pensamento hermenêutico, que

contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas, Papirus, 2000, p. 83. A obra de Chartier mencionada na citação é “Le statut de l’histoire”, *Esprit*, out. 1996.

¹¹³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. “História & literatura: uma velha-nova história”. Texto eletrônico disponível em <http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>.

¹¹⁴ *Idem, Ibidem.*

¹¹⁵ GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário *In Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História*. São Paulo:Companhia das Letras, 1989. p.143 - 179.

¹¹⁶ GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira. Nove reflexões sobre a distância*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p.55 *Apud* PESAVENTO, *Op. cit.* na nota 113.

¹¹⁷ CHARTIER, Roger. “A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas” *In Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n. 13, 1994, p.104.

antes via o objeto como um já-dado para ser conhecido pelo sujeito”.¹¹⁸ Nesta dissertação procuro interpretar o mínimo possível. Se algum autor escreveu algo, esse algo deve ser mantido.

Também Vincent Crapanzano adverte que “ a hermenêutica, como a oração, o auto-exame e a aplicação da Bíblia à vida cotidiana, é uma disciplina criada, entre outras coisas, para controlar a imaginação e a propensão desta para a interpretação alegórica e figurativa”.¹¹⁹

Para James Clifford há um deslocamento da primazia do “texto” para a “escrita”.
Informa-nos José Gonçalves com relação às idéias de Clifford que

é importante destacar que a metáfora mais importante no seu pensamento não é “texto” (como para a antropologia interpretativa), mas sim a “escrita” (...) Para Clifford, o “texto”, como o entendem os “antropólogos interpretativos”, traz em si um significado que deve ser resgatado pela interpretação. Há uma unidade a ser recuperada pelo intérprete. Já a metáfora da “escrita” traz como efeito a visão do texto como um campo de tensões, no qual não existe um significado único, coerente.¹²⁰

Há um processo contínuo de reescrita.

O que mais chama atenção é o temor às mudanças. Comenta Weinstein que “alguns historiadores sociais, como é de se esperar, têm se sentido ameaçados pelas novas tendências. Há uma forte crítica contra a ênfase no texto e na linguagem, e contra a aparente rejeição de uma realidade ou verdade histórica estável”.¹²¹

Acredito que exista certa exacerbação dessa crise, talvez até mesmo, por trás de uma pompa excessiva, um quê de estratégia artilosa, um anseio pelo retorno de regimes de verdade postos de lado.

Aliás, nem consigo enxergar essa tão propalada crise. O que seria a crise na historiografia? O abandono da premissa de que a história se faz através da descoberta de documentos escondidos em arquivos, repletos de realidades passadas ocultas à espera de estudiosos predestinados? O abandono de aspirações globalizantes e de modelos científicos cheios de respostas já sabidas de antemão? A abertura e ampliação do

¹¹⁸ COSTA, Claudia de Lima. O “outro” enquanto sujeito: a problematização pós-estruturalista In ANTELO, Raúl (org.). *Identidade e Representação*. Florianópolis, UFSC, 1994, p. 257-63 Apud LOBO, Luiza. “Tradição e Ruptura na crítica no Brasil: da sobrevivência da arte e do literário” In *Literatura e Cultura*, ano 1, n.1, 2001. Texto eletrônico disponível em http://www.letras.ufrj.br/litcult/revista_litcult/revistalitcult_vol1.php?id=10.

¹¹⁹ CRAPANZANO, Vincent. “Horizontes imaginativos e o aquém e além” In *Revista de Antropologia*, v.48, n. 1, São Paulo, jan-jun. 2005. Texto eletrônico disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012005000100009&lng=pt&nrm=&tlng=pt.

¹²⁰ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Apresentação In CLIFFORD, James. *Op.cit.*, p.13.

diálogo para com as disciplinas vizinhas? A fragmentação e constante mutação do objeto histórico? A virada antropológica? A virada lingüística? A meu ver, o que está havendo é um crescimento disciplinar extraordinário. O resto pode ser resumido na contundente análise de Remo Bodei¹²² citada por Patricia Furlanetto:¹²³ não é uma crise das filosofias da história, mas sim o rompimento da aliança entre Utopia e História e da concepção de que a história seria um grande mapa do tesouro, que, se fosse bem seguido, nos levaria a um futuro certo e vitorioso.

Os detratores da nova história cultural a qualificam de tendência da moda, a incriminando por não possuir unidade teórico-metodológica, por se reconhecer muito mais pelos temas trabalhados. Nas palavras de Jean Marcel França ainda temos um grande número de historiadores que acreditam que escrever história é “encontrar” um bom “documento” e que história cultural é uma espécie de invasão de teorias literárias ou de teorias da análise do discurso sobre o nobre domínio da história pura e séria e que leituras de Nietzsche, Wittgenstein, Foucault, Rorty, Derrida e similares são “preciosismo de cigarra vaidosa, desnecessário para uma formiga trabalhadora como o historiador”.¹²⁴

Na realidade, para esses historiadores, a história quanto mais literária for, menos rigorosa e confiável será. No entanto, o que os novos historiadores culturais procuram questionar é uma noção simplista de verdade histórica e solapar um projeto de história total, de viés teleológico, com pretensão de objetividade plena.

Como era de se esperar, projetos novos assustam ou não são totalmente compreendidos nem por determinados historiadores nem por alguns alunos. Cito, por exemplo, a historiadora Maria Yedda Linhares que em recente entrevista reclamava do “modismo atual, de certas teses de doutorado, como ‘o banho de mar em Copacabana em 1912 ...’ ”¹²⁵

Também Ciro Cardoso acusou os historiadores brasileiros de terem aderido à última novidade de Paris e a adjetivou de indigência teórica, reacionarismo, pobreza metodológica, ecletismo, modismo, defeituosa e deformada, causadora de distorções e inversões, etc. A acusação primordial é política:

¹²¹ WEINSTEIN, *Op.cit.*

¹²² BODEI, Remo. *A História tem um sentido?* Bauru, SP, Edusc, 2001.

¹²³ FURLANETTO, Patricia. “Porque devemos rever os sentidos da História” *In Revista PUCVIVA*, n.21. Texto eletrônico disponível em http://www.apropucsp.org.br/revista/r21_r13.htm.

¹²⁴ FRANÇA, Jean Marcel. “Burke põe teorias no liquidificador” *In Jornal do Brasil, Idéias*, 04/06/2005.

¹²⁵ *Nossa História*. Vera Cruz/Biblioteca Nacional, ano 1, n. 5, mar. 2004, p.50.

A função ideológica da “Nova História” não consiste numa apologia aberta do capitalismo, mas se dá de forma bem mais sutil: uma vez eliminados o racionalismo e em especial o marxismo, o que permanece, embora isto não se diga, é o próprio capitalismo – e uma série de concepções que não incomodam.
126

Quanto ao corpo discente, menciono que em 2004 fazia parte de um grupo do *Yahoo* denominado “*Alunosceppac*”, que servia como canal de informações e troca de idéias entre alguns alunos do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, da UNB. Vou reproduzir parte de uma mensagem dirigida ao grupo por uma associada, e chamo a atenção para o fato de a mesma ser uma aluna de pós-graduação em Ciências Sociais: (negrito meu). “Falei com a [professora] Geralda e ela aceitou (...) Disse que estávamos querendo uma história mais factual mesmo, conhecer os processos de independência, **saber a história mesmo** (nossa, agora os historiadores vão me matar)”. É certo que essa aluna se corrigiu, mas o ato falho diz muita coisa.

É muito provável que também alguns alunos de Letras estejam por aí se lamentando acerca das novas bibliografias adotadas nos cursos, querendo aprender literatura mesmo ...

O que é denominado por alguns autores, de modo pessimista, de crise, se constitui a meu ver em salutares questionamentos de verdades imutáveis, que geram uma dispersão da metafísica ocidental. Já afirmava Nietzsche que a verdade se resume a “um exército móvel de metáforas”, quando questionava assertivas de cunho cartesiano-kantiano que enfatizavam a razão, o progresso, o belo, o bom, a virtude.

O território de investigação da história cultural é amplo, apresenta diversificado espectro de campos temáticos e mostra uma crescente diversidade de objetos de pesquisa.¹²⁷ Diz Sandra Pesavento que a história cultural apresenta mais dúvidas do que certezas. O historiador abandona essas certezas estabelecidas e a inquietude ganha terreno. A meu ver esse termo de Chartier, inquietude,¹²⁸ define com maior sensibilidade o campo historiográfico na atualidade. Indefinição não significa circulação desordenada e irracional; aponta a necessidade de novas teorias, indica que a transdisciplinaridade efetiva pode ser praticada, se aproveitarmos sua força aglutinadora de diferenças, que acabam por pulverizar campos disciplinares fechados.

¹²⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion. Uma “Nova História” ? In *Ensaio racionalistas: filosofia, ciências naturais e história*. Rio de Janeiro, Campus, 1998, p. 100-101.

¹²⁷ Ver, por exemplo, PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) et al. *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre, EDUEFRGS, 2003.

¹²⁸ CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e a inquietude*. Porto Alegre, EDUEFRGS, 2002.

Talvez devamos ficar mais vigilantes com relação a um ponto levantado por Francisco Falcon no que concerne ao que chama de imperiosa necessidade de adotarmos

novas categorias de análise histórica uma vez que as abordagens positivas e suas técnicas tornaram-se insuficientes a um ponto tal que se poderia até mesmo pôr em dúvida os próprios pressupostos da historiografia. Em face de “acontecimentos-limite”, (...), as técnicas convencionais são inadequadas, já que nestes casos a linguagem pode esfacelar-se e cabe ao historiador perceber o processo significante e expressivo desse esfacelamento.¹²⁹

Também Dominick LaCapra, em recente obra,¹³⁰ adverte para essa problemática, propondo-se a explorar questões que, segundo ele, têm sido insuficientemente teorizadas: as relações entre experiência e identidade, história e diversas teorias da subjetividade, eventos extremos e suas representações.

Procedendo dessa forma, indica LaCapra, podemos enriquecer o debate historiográfico por meio de conceitos pouco utilizados como trauma e transcendência, além de redimensionarmos o papel desempenhado pela ética numa contemporaneidade repleta de alteridades.

Alguns teóricos, dentre eles Hayden White, garantem que a história e a literatura são discursos similares. Chegando mesmo a duvidar de uma consciência exclusivamente histórica, estes teóricos salientam a propensão fictícia das reconstruções históricas e negam o caráter científico da disciplina; praticamente recusam qualquer distinção entre o romancista e o historiador, ressaltando somente que este pretende que sua imaginação seja verdadeira.

White julga que

o modo como uma determinada situação histórica deve ser configurada depende da sutileza com que o historiador harmoniza a estrutura específica de enredo com o conjunto dos acontecimentos históricos aos quais deseja conferir um sentido particular. Trata-se essencialmente de uma operação literária, criadora de ficção.¹³¹

No entanto, assevera Tatiana Alves, apesar dos fatos ficcionais possuírem plausibilidade histórica e os fatos históricos carregarem sinais do imaginário, ambos não perdem seus sinais marcantes: não aconteceu a anulação total do documental nem do imaginário, tampouco indistinto embaralhamento dos dois.

¹²⁹ FALCON, Francisco. História e representação In CARDOSO; MALERBA, *Op.cit.* Apud MOSCATELI, Renato. “A narrativa histórica em debate: algumas perspectivas” In *Revista Urutágua - Revista Acadêmica Multidisciplinar da UEM*, Maringá, PR, n.6. Texto eletrônico disponível em <http://www.urutagua.uem.br/006/06moscateli.htm>.

¹³⁰ *History in Transit: Experience, Identity, Critical Theory*. Ithaca, Cornell University Press, 2004.

¹³¹ WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo, EDUSP, 1994, p. 102.

É importante saber que não será pela presença da História que o romance perderá seu estatuto de ficção, ao contrário, a imaginação se nutre do real recontextualizando os acontecimentos e atribuindo-lhe novos significados. Da mesma forma, o imaginário não constitui barreira à narrativa histórica, nem ela se anula com a intromissão daquele. Na verdade, a relação da Literatura com a História é quase um confronto de narrativa contra narrativa, porque ambas não começam nos fatos, mas na palavra escrita. A Literatura pertence à categoria do discurso relativo ao imaginado e a História à do discurso baseado no real, todavia é a escrita, presente em ambas, que dá significado aos eventos. Os acontecimentos são reais não porque aconteceram, mas porque são lembrados e representados através da narrativa.¹³²

No decorrer de seu texto Alves lembra que o conceito de história não é imóvel, e que principalmente com a Escola dos *Annales*, a partir de 1929, a historiografia abdicou de oferecer verdades e soluções definitivas, reconhecendo que fornece interpretações de fatos. Cada historiador apresentaria, então, “uma narrativa de um acontecimento a partir de um ponto de vista, como uma ‘fotografia’ do seu objeto que varia conforme a encenação, o enquadramento e a iluminação”.¹³³

Para Alves, a verdade histórica é mensurada pelos fatos selecionados e pela pesquisa documental. Trata-se de uma memória fabricada, porém autorizada pelo discurso científico.

Também é mencionada por Alves a historiadora Sandra Pesavento,¹³⁴ que afirma que toda representação é a presentificação de um ausente; que se a representação enuncia um outro distante de nós temporal e espacialmente, é viável concluir que não estamos lidando com a representação do real em si, mas da construção de um sentido. Dessa forma, nosso ponto de vista está sempre presente, o que torna qualquer discurso incapaz de ser explicado com um olhar isento.

E já que é impossível a realização de uma narrativa totalizante, tendo em vista que os humanos são históricos, o real está sempre sendo reescrito, reelaborado, ressignificado.

No artigo *Os Desafios Teóricos da História e a Literatura*, Carlos Mendonça e Gabriela Alves¹³⁵ ponderam que, com a crise dos antigos modelos de análise da realidade, com o término da crença sem limites em idéias e imagens legitimadoras do

¹³² ALVES, Tatiana. “Literatura e História como reinvenções do passado” *In Dubito Ergo Sum*: sítio cético de literatura e espanto. Texto eletrônico disponível em <http://paginas.terra.com.br/arte/dubitoergosum/1indteo.htm>.

¹³³ *Idem, Ibidem.*

¹³⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Leituras Cruzadas: diálogos da história com a literatura*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2000.

¹³⁵ MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de; ALVES, Gabriela Santos. “Os Desafios Teóricos da História e a Literatura”. Texto eletrônico disponível em <http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol1n2/historialiterat.htm>.

presente e antecipadoras de um futuro exuberante para o homem e para a civilização, acontece uma segmentação das ciências humanas, acompanhada de uma associação multidisciplinar que procura escapes para as perplexidades atuais; assim, segundo os autores, se esboçam objetos, problemas e sentidos novos, levando a uma profícua versatilidade teórica, uma visão interdisciplinar e a um grande apelo em termos de sedução temática. Para Mendonça e Alves, a aproximação entre as duas disciplinas é uma saída para aquelas perplexidades e corrobora o fascínio interdisciplinar.

Referem-se a Lawrence Stone¹³⁶ que, em texto publicado em 1979, vaticinava o renascimento da narrativa na historiografia contemporânea, devido ao declínio dos modelos explicativos totalizantes, e que esse renascimento não seria outra coisa senão a restauração de um costume que durante dois séculos encarou a narrativa como modalidade ideal, pois os historiadores sempre contaram histórias.

Outros estudiosos, como Peter Gay e Paul Veyne, também inferiram o dualismo presente na história, que seria concomitantemente arte e ciência. Conforme opinião de Mendonça e Alves, diversos trabalhos “são exemplos de escritos históricos capazes de problematizar o passado sem submetê-lo às verdades incontestáveis dos escritos unitários.”¹³⁷

Embora demonstre certo entusiasmo pela aproximação entre literatos e historiadores, pela “cumplicidade tão íntima que chega-se a pensar que talvez nunca mais ocorra outra separação entre História e Literatura”,¹³⁸ decorrente principalmente da virada lingüística que, demonstrando o papel instituinte da linguagem, propiciou a superação de barreiras institucionais, permitindo a convergência de campos diversos do conhecimento, Jaime de Almeida é taxativo: as duas disciplinas não se confundem, tendo em vista que o trabalho historiográfico não se reduz, de forma alguma, à narração escrita dos resultados alcançados, pois é intimado permanentemente a demonstrar sua objetividade, mencionando as evidências e os depoentes que as testemunharam. Almeida chama a atenção para o fato de que as notas de rodapé apontam para referentes extra-textuais, que é a posição assumida por Carlo Ginzburg¹³⁹ em *Relações de força: história, retórica, prova*. Realça Almeida também que Ginzburg, neste livro, justifica o

¹³⁶ STONE, Lawrence. “O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma velha história” *In Revista de História*. Campinas, 1991, n. 2, p.12-27 *Apud* Mendonça; Alves, *Op. cit.*

¹³⁷ MENDONÇA; ALVES, *Op. cit.*

¹³⁸ ALMEIDA, Jaime de. “Como os rios vão para o mar ... História e Literatura” *In Revista Múltipla*, UPIS, ano XI, v. 14, n. 20, jun. 2006, p.35.

emprego da palavra prova, e não só evidências, pelo historiador ao explicar que em diversos idiomas modernos o verbo provar significa validar, mas também experimentar.

Reforça que também no ensaio “Ekphrasis e citação”¹⁴⁰ Ginzburg assinala a importância das notas de rodapé, que apontam de forma sistemática e necessária as fontes, as categorias, os conceitos, as teorias, os modelos e as hipóteses que o historiador está utilizando em sua pesquisa, para firmar um diálogo processual e explícito entre o autor e seus leitores. Menciona Almeida igualmente o semiólogo Walter Mignolo que também diferencia as convenções de veracidade e ficcionalidade, que são historicamente construídas e claramente operantes no espaço discursivo no qual nos deslocamos, pois, afinal, nem os autores, nem os leitores, bibliotecários, editores e livreiros costumam ter dúvidas sobre o que procurar em um livro de história ou numa obra de ficção.¹⁴¹

Ainda recorrendo a Ginzburg¹⁴² explica Almeida que deve ser levado em consideração que quem escreve a história busca não a “verdade”, o que de fato aconteceu, mas a eficácia, ou seja, uma interpretação que convença o leitor; tal como o romance, a história edifica um mundo textual autônomo que não tem nenhuma relação rigorosamente comprovável com a realidade exterior ao próprio texto: tanto a ficção literária quanto a historiografia são auto-referenciais, ou seja, construções discursivas que se inscrevem como variação entre objetivos e limites da retórica.

Essa posição é endossada por LaCapra, que não nega o valor do modelo documental que considera, aliás, como uma condição necessária para a prática da história. Entretanto, indica que a dimensão retórica da historiografia deve ser levada em consideração, pois a retórica não é apenas um uso instrumental da linguagem, mas envolve uma compreensão dialógica do discurso e da verdade, questionando a possibilidade de relatos totalizadores e pretensamente objetivos do passado. Para ele, apesar das limitações de seu ofício, o historiador não deve descurar nem dos aspectos teóricos nem das evidências que o ajudam a construir seu relato. Seu esforço deve estar direcionado à produção de um conhecimento histórico crítico e responsável. Afirma:

¹³⁹ GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 11-12.

¹⁴⁰ GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa, Bertrand, 1991, p. 215-32.

¹⁴¹ MIGNOLO, Walter. Lógica das diferenças e política das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa *In Literatura e História na América Latina: Seminário Internacional*. São Paulo, EDUSP, 1993, p. 115-135.

¹⁴² GINZBURG, 2002, *Op.cit.*, p. 48 *Apud* ALMEIDA, *Op.cit.*

uma alternativa à concepção da objetividade salientaria a importância da pesquisa precisa e meticulosa, todavia reconhecendo que a linguagem ajuda a constituir seu objeto, declarações históricas dependem de inferências de traços do texto e a posição do historiador não pode ser tomada como certa.¹⁴³

Reforça Karina Bellotti que, para LaCapra, “não se pode escrever ‘qualquer coisa sobre o passado’, já que a abordagem do documento não exige o historiador de uma análise cuidadosa”.¹⁴⁴

Uma última questão metodológica tem de ser esclarecida. Levando em conta observação de Hugo Achugar quanto à existência de certos autores autorizados tanto pelas instituições universitárias quanto pelos colegas de profissão, que obrigam a utilização de determinados instrumentos teóricos e de certas “estrelas acadêmicas”, digo que utilizo aqui tanto autores consagrados, quanto outros que não são corriqueiramente citados para, em primeiro lugar, deixar bem claro que não sofri nenhuma pressão desse tipo, nem de meu orientador nem dos professores do PPGHIS ou da UNB; em segundo lugar, afirmo que todos os autores citados foram escolhidos por mim por critérios de relevância argumentativa.¹⁴⁵

¹⁴³ Citado no original por BELLOTTI, Karina Kosicki. “Mídia, Religião e História Cultural”. Texto eletrônico disponível em http://www.pucsp.br/rever/rv4_2004/p_bellotti.pdf. O texto original é: “An alternate conception of objectivity would stress the importance of thorough research and accuracy, while nonetheless recognizing that language helps to constitute its object, historical statements depend on inferences from textualized traces, and the position of the historian cannot be taken for granted”. LaCapra, Dominick. “History, Language, and Reading: Waiting for Crillon” *In The American Historical Review*, v.100, n. 3, jun. 1995, p. 804-5. Traduzido por Maria Isabel Edom Pires.

¹⁴⁴ BELLOTTI, *Op. cit.*

¹⁴⁵ ACHUGAR, Hugo. Entrevista concedida a William Acree. *A Contracorriente - Revista de Historia Social y Literatura de América Latina*, v. 3, n. 1, otoño 2005, p. 195. Diz Achugar: “A disciplina é dos que praticam a disciplina. Não existe a disciplina por si, não existe sem a prática, a disciplina muda com os praticantes. O poder existe na academia, existe nas revistas. Você não pode hoje em dia deixar de citar fulano ou beltrano. Está bem (...) mas você pode citar outros também, e isso não é feito, se fica sempre com certas figuras hegemônicas. Não estou falando dos colegas com mente mais aberta ou mais criativa, e sim da maioria”. Tradução livre minha.

Inter, Trans, Pós-disciplinaridade

“A questão não consiste em reconhecer a multiplicidade, mas em ligar-se com ela, fazer conexões, composições com ela.”

Tomaz Tadeu da Silva

Antes de mais nada, alguns aspectos de nomenclatura: disciplinas são áreas do conhecimento com tradição consolidada; a interdisciplinaridade acontece quando um objeto é submetido a enfoques disciplinares distintos e o resultado da investigação é o somatório dos vários olhares lançados; a transdisciplinaridade desloca os referenciais disciplinares, e as várias contribuições se entrecruzam em novo lugar; pós-disciplinas são assim denominadas porque são fundamentalmente transdisciplinares.

A articulação dos conhecimentos em um planeta crescentemente múltiplo, com desafios cada vez mais complexos, permite a emergência do que Edgar Morin denomina de novas humanidades.¹⁴⁶

Dialogando com a incerteza, Morin propõe ecologizar as disciplinas, fazendo com que elas se tornem simultaneamente abertas e fechadas, que progridam em vaivém, em um movimento que não pretende a demolição disciplinar, mas que considere suas condições culturais e sociais, observando seu nascimento, como suscitam problemas, se esclerosam e se modificam.

A literatura é eleita por Morin como a disciplina, como a arte capaz de transformar o ensino e o conhecimento humano.

Um pensamento adequado ao novo espírito científico proposto por Morin teria como características, segundo Eni de Paiva Celidonio¹⁴⁷, a compreensão da interdependência entre o todo e as partes, o reconhecimento de que os fenômenos são multidimensionais, o aceite de que as realidades são concomitantemente conflituosas e solidárias e, enquanto admite a unicidade, o respeito pela diferença. Ainda conforme Celidonio, esses seriam os traços marcantes da literatura comparada.

Fundamental é também lembrar Roland Barthes, pois para ele “a interdisciplinaridade não consiste em confrontar disciplinas já constituídas, nem

¹⁴⁶ MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000. *Apud* CELIDONIO, Eni de Paiva. “Interdisciplinaridade e Literatura Comparada: por um novo estatuto da literatura” *In Revista Eletrônica Colofão*, n.3.

¹⁴⁷ CELIDONIO, *Op. cit.*

escolher um assunto e convocar em torno dele duas ou três ciências, mas ‘consiste em criar um objeto que não pertença a ninguém’ ”.¹⁴⁸

A postura interdisciplinar por excelência seria: des/ler, des/centrar, des/locar, des/hierarquizar, des/construir.

A discussão teórica acerca da interdisciplinaridade é complexa, o que leva alguns pensadores a entendê-la como um novo gênero (Richard Rorty), uma nova teoria (Jonathan Culler) ou como uma pós-disciplina, como a concebem os críticos culturais. Pós-disciplinas são assim chamadas porque se organizam de maneira contrastiva às disciplinas tradicionais, sintetizando a inovação especialmente na escolha do objeto de estudo. Além disso, seus teores e propósitos mudam incessantemente e seus limites dificilmente são estabelecidos. São pós-disciplinas porque são transdisciplinares. Comenta Eneida Souza¹⁴⁹ que a crítica interdisciplinar se encontra no não-lugar onde as barreiras entre as disciplinas e as culturas são suprimidas, permitindo diálogos transculturais. Evidencia o território, o cotidiano, em substituição às análises globais, e considera o sujeito que faz e pensa, a palavra do artista, salientando a importância do olhar do outro no processo de produção do texto crítico. Leva em conta, ainda, o diálogo com as novas tecnologias, os meios de comunicação de massa, a indústria cultural, a economia de mercado e enfatiza a importância da contaminação e disseminação do discurso crítico no interior de um campo mais dilatado.

A descrença nas metanarrativas, a dissolução do pensamento metafísico e o fim da teleologia não significam uma acomodação ao *status quo*, como querem alguns. Pelo contrário, nos alertam que a vida é luta, estimulando o abandono de qualquer *a priori* concernente ao destino humano. Faz notar Luiza Lobo¹⁵⁰ que Richard Rorty propõe que o sentido de racionalidade e de civilização ultrapasse o significado que esses termos tinham na era moderna. Ao invés, propõe que esses vocábulos passem a exprimir a capacidade de aceitação do outro, que seria visto a partir de nós, valorizando a conversação, a negociação.

Sendo vários os mundos e as verdades, esses conceitos se impregnam de relativismo. A verdade, enfim, seria uma elocução dependente do contexto. Ratifica

¹⁴⁸ BARTHES, Roland. Jovens investigadores In _____. *O rumor da língua*. Lisboa, Edições 70, 1997, p. 81 *Apud* Celidonio, *Op. cit.*

¹⁴⁹ Citado por RIBEIRO, Marília Andrés. “Franz Weissmann no Circuito Atelier”. Texto eletrônico disponível em <http://www.comartevirtual.com.br/reflex08.htm>.

Rorty, também, que foi a virada lingüística que possibilitou escapar do cartesianismo, da metafísica, ao propor a valorização da linguagem contra a reificação do mundo objetivo. Em seu julgamento, as descobertas sobre a linguagem significam uma das mais importantes inovações científicas: a revolta contra a razão.

Na mesma linha de raciocínio, o cânone deixa de ser exclusivista, convertendo-se em algo processual, partícipe de complexas redes intertextuais, uma espécie de hipertexto sem preponderância de um autor sobre o outro, já que autores estão permanentemente sendo revalorizados ou caindo em desuso.

Na opinião de Eni Celidonio¹⁵¹ o século XX assistiu a uma das maiores revoluções no conhecimento, ou seja, o conhecimento dos limites do conhecimento; daí nenhuma configuração do conhecimento ser exaustiva em si mesma.

O caráter interdisciplinar do comparatismo é corroborado por Tania Carvalhal¹⁵² que assegura ser errôneo o pensamento de que o texto literário seja auto-suficiente, pois o literário é arquitetado a partir de inter-relações com outras formas de expressão e através de interseções com outras modalidades de arte e conhecimento.

A literatura comparada continua buscando sentidos em meio à fragmentação do conhecimento operada na sociedade atual; só que o novo horizonte de referência tem autoconsciência de sua fragilidade, não procura mais ancoradouros definitivos.

Ora, o mundo social não é totalmente coerente. Se a história é fragmentada, nossa vida pessoal também é formada por discontinuidades. Vivemos todos em um tempo que abandonou verdades absolutas, onde a realidade é conflituosa e é no cotidiano que os embates representacionais acontecem.

Sinaliza Edgar Nolasco¹⁵³ que os estudos literários estão traspassados pelos estudos culturais na atualidade e que o conceito de cultura para esses estudos não se restringe a uma soma aleatória das diferenças, fazendo parte de um projeto.

Para Jonathan Culler, “o projeto dos estudos culturais é compreender o funcionamento da cultura (...) como as produções culturais operam e como as identidades culturais são construídas e organizadas, para indivíduos e grupos, num

¹⁵⁰ LOBO, Luiza. “Richard Rorty e a importância do pós-moderno no contexto cultural brasileiro”. *Working Paper 21. University of Oxford. Center for Brazilian Studies*. Texto eletrônico disponível em <http://www.brazil.ox.ac.uk/workingpapers/lobo21.pdf>.

¹⁵¹ CELIDONIO, *Op. cit.*

¹⁵² CARVALHAL, Tania Franco. Interfaces da Literatura Comparada In SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco dos. *Literatura Comparada: interfaces & transições*. Campo Grande, UFMS, 2001, p. 11-20.

mundo de comunidades diversas e misturadas, de poder do Estado, indústrias da mídia e corporações multinacionais”.¹⁵⁴ Para este teórico os estudos da literatura só tendem a lucrar quando se ligam a outros discursos.

Outra defensora da aproximação entre a literatura comparada e os estudos culturais é Eneida Souza, para quem esse estabelecimento de relações não significa, de modo algum, um aviltamento dos estudos literários. Marca, isso sim, um vínculo maior da literatura com os fatos culturais, uma saída do confinamento anterior, “o convite à reflexão e a constante busca de uma voz crítica que não se deixa levar por uma dicção piegas ou pela angélica unanimidade do coro dos contentes”.¹⁵⁵ Para Souza a ligação é vantajosa porque não restringe a literatura a seus aspectos estéticos, possibilitando interpretações que propõem inumeráveis questões teóricas sedutoras para a época presente, além de ampliar o número de leitores, antes limitado a um público altamente especializado.

A literatura comparada passa a ignorar também o horror adorniano relacionado aos produtos da indústria cultural. É bom frisar que esse horror é, em minha opinião, pleno de elitismo e denota preconceito cultural, pois remete a “produções do espírito” bastante delimitadas. Além disso, não mais são encobertas as dissensões inerentes a qualquer prática que envolve intersubjetividades.

Também o intelectual público, sartriano, agora é substituído pelo intelectual pop. O modelo representado por Jean-Paul Sartre entra em crise porque o intelectual “não mais se vê como portador de valores universais, (...) pois a relativização valorativa passa a ser a pedra de toque, e (...) porque não mais se pode falar ‘em nome de’, o que poder-se-ia chamar de crise da representação, pois ‘cada grupo fala por si e de si’ ”.¹⁵⁶ Também devido à enorme quantidade de livros e artigos hoje publicados, sem contar as edições eletrônicas, que impossibilitam a um especialista dominar totalmente sua área de conhecimento.

Além disso não existe mais a figura do pesquisador guardião de segredos científicos. Segredo vem do latim *secretu*, que significa separado, afastado. Nada mais

¹⁵³ NOLASCO, Edgar. “Caldo de Cultura: a pesquisa dos estudos culturais na pós-graduação” *In Guavira Letras*, n.1, UFMS. Texto eletrônico disponível em <http://www.ceul.ufms.br/guavira/numero1/numero1.htm>.

¹⁵⁴ CULLER, 1999, *Op.cit.*, p.49.

¹⁵⁵ SOUZA, Eneida Maria de. Algumas Palavras *In Crítica Cult.* Belo Horizonte, UFMG, 2002, p.14.

¹⁵⁶ NERCOLINI, Marildo José. Nem Carteiro, Nem Profeta. Que caminhos são possíveis para o intelectual hoje? *Anais do VIII Congresso ABRALIC*, Belo Horizonte, 2002, *CD-ROM*.

longínquo da realidade atual, onde a figura do dono do saber é atenuada pelo trabalho de equipe. Vivemos sem dúvida a época das redes onde, mais do que aprendizados solitários e autodidatas, se estimula a criatividade e a articulação de dados.¹⁵⁷

Paulatinamente acontece um entrançamento do que antes era dividido em alta cultura, cultura popular e cultura de massa. Palavras de Ítalo Moriconi, um assumido intelectual pop :

Tem gente que não gosta, inclusive meus colegas professores mais tradicionais daqui da universidade ficaram um pouco ameaçados com esta imagem. Meus alunos começaram a me chamar de intelectual pop porque eu andei aparecendo muito em televisão. E hoje em dia a palavra pop está ligada a visibilidade, a uma pessoa que faz sucesso na mídia, etc. Agora, eu, particularmente, vejo um outro sentido para o pop, e esse eu assumo completamente. Nós, hoje em dia, convivemos com o cinema, o rock, a estrutura do sucesso e da fama, os problemas psicológicos relacionados a isso. Eu acredito que todos estes assuntos podem ser tratados filosófica e teoricamente. Digamos que o material que o teórico da universidade usa, muitas vezes pode vir da cultura pop. A cultura pop hoje é a Cultura, elas são quase sinônimos. Eu, por exemplo, posso pegar um filme como “A Cidade dos Sonhos” (Filme do diretor David Lynch) e fazer uma análise na minha aula de literatura. Acho que o intelectual pop é isso. Eu já fui uma pessoa que cresceu sob este universo. Sou de uma geração televisual, roqueira, meio pop ... Não há como se fazer uma separação então, até porque não há como separar minha vida de professor da minha vida de homem inserido neste contexto. Pra falar a verdade, até me orgulho de ser um intelectual pop. Acho que muitas críticas vêm de pessoas meio atadas que acreditam que o professor deve ser aquela figura séria, engravatada, que só fala de filosofia e outras coisas solenes. Eu acho que a cultura hoje é um pouco mais complicada, já que, se o pop não for abordado, é bem possível que não haja mais diálogo. As pessoas todas estão consumindo o pop. Se você não fizer uma reflexão em cima disso, você acaba saindo um pouco da realidade.¹⁵⁸

No ensaio “O não-lugar da literatura”, Eneida Souza afirma que uma das maiores contribuições de Derrida é considerar que “a função crítica da literatura é a de não constituir um lugar especificamente literário, mas de deslocar todos os lugares teóricos e literários”.¹⁵⁹ Nem um pouco preocupada em construir redomas em torno de posturas elitizadas, Souza é adepta das multiplicidades interpretativas, porque “a alta cultura encontra-se, paradoxalmente, disseminada nas baixas esquinas do mundo: nos viadutos de Nova York, na bolsa de valores de Tóquio e no centro das maiores cidades brasileiras”.¹⁶⁰

Em recente entrevista. Eneida Souza diz:

¹⁵⁷ SOUZA, Eneida Maria de. Tempo de Pós-crítica In CUNHA, Eneida Leal; _____. (orgs.).1996,*Op. cit.*, p. 27-39.

¹⁵⁸ Entrevista a *Acesso Online* – boletim informativo da Rede Sirius, v. 6, n. 41, jan./fev. 2004 – Texto eletrônico disponível em http://www2.uerj.br/~rsirius/boletim/entrevistas_07.htm.

¹⁵⁹ SOUZA, Eneida Maria de. O não-lugar da literatura In _____. *Crítica Cult.* Belo Horizonte, EDUFMG, 2002, p.84.

¹⁶⁰ *Idem*, p.88.

O crescimento tem a ver com a abertura de caminhos e não com a triste segurança diante das teorias e dos conceitos. A certeza de serem os conceitos operacionais, provisórios e contingentes, nos obriga aceitar o desafio do novo e do estranho (...) Essa perda do prestígio da cultura letrada está em sintonia com essa sociedade pautada por imagens, mas vai além. (...) A cidade letrada, da qual Ángel Rama tanto falou, está cedendo espaço para a cidade das imagens, uma cidade que considera a cultura de massa não o bicho papão da sociedade, mas componente efetivo dos saberes na atualidade. Estudar a literatura na sua acepção iluminista e mítica é fechar os olhos para a cultura que está ao redor, ou melhor, para os outros discursos que estão no seu interior. Abolir a hierarquia dos discursos é considerá-los dentro de uma perspectiva horizontal e transtextual, tornando cada vez mais difícil estabelecer critérios de superioridade para este ou aquele discurso.¹⁶¹

Na mesma entrevista Souza diz achar importante não haver incentivo para raciocínios baseados em maniqueísmos, binarismos e disputas ideológicas análogas a confrontos esportivos, como um Fla x Flu. Nesse sentido, afirma a entrevistada, a saída para as relações entre centro e periferia é

encontrar, na relação transnacional, semelhanças, pontos de fuga e diferença. Não mais almejar que a literatura [brasileira] seja conhecida nos grandes centros, mas tentar um movimento de inclusão das literatura ditas periféricas, com o objetivo de alcançar dimensões transnacionais, desvinculando - se das limitações locais e das imposições nacionais e globais. Entre o cinema iraniano e brasileiro, pontos de contato e propostas de novas linguagens; entre a literatura húngara ou eslovena e a latino-americana, pontos de conexão e de diferença. Sair do círculo montado pela modernidade é o que importa; enfrentar os desafios de uma cultura globalizada e homogênea, eis a questão.¹⁶²

Em outra entrevista, Souza fala da importância da cultura brasileira:

Não adianta ficar estudando Nietzsche, Freud, Lacan sem que haja uma perspectiva nacional. Não é trazer tudo para o ponto de vista local, não é isso. Mas a cultura brasileira deve ser realmente o ponto de partida. Como Freud entrou no Brasil, qual a influência de Freud no Brasil, e por aí vai. Não dá mais para trabalhar só valorizando o que vem de fora. Com relação aos estudos culturais, o importante é que realmente a literatura passa a ocupar esse não-lugar como todas as outras disciplinas. Não há a obrigação de tentar colocar a literatura num patamar mais alto do que ela tem. Ela tem o seu valor como a filosofia tem o seu valor, como a cultura de massa tem o seu valor. Essa necessidade de uma certa horizontalidade das disciplinas e não essa relação vertical é que justamente vai transformar os estudos culturais quase como numa democracia dos estudos. Isso tem trazido uma série de críticas, se diz que é o vale-tudo, que não se valoriza essa ou aquela disciplina. O importante é não ficar defendendo o gueto. Com a globalização, você passa a ter a defesa dos valores locais, da mesma maneira ocorre a defesa das disciplinas. Isso é o pior que pode acontecer, da mesma forma que existem os fundamentalismos.¹⁶³

¹⁶¹ Não consegui recuperar a referência da fonte, mas a fala é, indubitavelmente, de Eneida Maria de Souza.

¹⁶² *Idem.*

¹⁶³ SOUZA, Eneida Maria de. "Trânsito de idéias". Entrevista concedida a Sérgio de Sá. Correio Braziliense, *Pensar*, 12/07/2003.

Perguntada onde o texto literário se legitima, na acusação de vale-tudo, Souza continua

Em primeiro lugar, não é preciso pensar no conceito de literatura. Se você amplia o conceito, você tem a ordem ficcional que perpassa os discursos sem ser hegemônica. Se antes a gente brigava porque a ciência dominava os outros discursos, hoje temos essa categoria que perpassa o discurso da história, da filosofia, da psicanálise e, ao mesmo tempo, a ampliação do conceito de narrativa, que hoje é a grande discussão. Não se separa mais ficção de teoria, teoria de ficção, os dois conceitos podem estar imbricados, e sem privilegiar nem um nem outro, sem cair no binarismo que a gente caía. E a literatura entra aí com grande força, agindo de uma forma como nunca antes. É claro que a literatura tem de sair de um estudo mais fechado, estilístico, para ampliar esse conceito, transformar esses conceitos em determinadas metáforas — da narrativa, da ficção, do texto.¹⁶⁴

Sobre o assunto Maria Bordini comentando textos de Heidrun Krieger Olinto, diz que também esta autora possui um plano no qual

revoga o poder explanatório das teorias autonomistas da literatura em favor das teorias pragmáticas, cuja pergunta não é mais “o que é a literatura” e sim “o que se considera literatura”, levando em conta o onde, quando, como, por que e por quem. Coerente com seu projeto de verificar a aplicabilidade das teorias da ação lingüística à historiografia e induzida pela rejeição pós-moderna às narrativas-mestras, busca na produção de hoje exemplos que ilustrem sua orientação teórica eleita.¹⁶⁵

É bom salientar que, apesar das visões disciplinares concorrenciais, na história dificilmente existem vencedores ou vencidos cristalizados; geralmente vitórias e derrotas são transitórias.

Recorda-nos Maria Barcelos¹⁶⁶ que todo debate sobre a interdisciplinaridade dos estudos literários deve levar em consideração sua natureza indisciplinada¹⁶⁷ e, citando Sandra Nitrini, indica que os estudos literários trabalham, por meio da escritura, com a linguagem, local onde todos os saberes se entrecruzam.¹⁶⁸

Abandonar as dicotomias, procurar interações e reciprocidades.

Um campo de estudos é lugar científico e político repleto de embates internos e o vetor que o configura é determinado a partir de uma relação de forças. Fechada em si mesma, a disciplina só tende a perder.

¹⁶⁴ *Idem.*

¹⁶⁵ BORDINI, Maria da Glória. “Fronteiras entre Teoria e História da Literatura”. Texto eletrônico disponível em <http://www.pucrs.br/fale/pos/historiadaliteratura/textosraros/fronteiras.htm>.

¹⁶⁶ BARCELOS, Maria Regina Bettiol. “Interdisciplinaridade ou a Árvore do Saber” *In Revista Eletrônica Colofão*, n.3.

¹⁶⁷ BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo, Cultrix, 1977, p. 18-19 *Apud* BARCELOS, *Op. cit.*

¹⁶⁸ NITRINI, Sandra. *Op. cit.* Importante salientar que Nitrini, como diversos outros autores, assegura ser a Literatura Comparada uma disciplina indisciplinada. Sobre isso, ver NITRINI, *Op.cit.*, p. 117.

Aproveitando algumas observações de Eneida Cunha no tocante ao convívio de “forças várias de desleitura, de descentramento, de reversão, de revisão”¹⁶⁹ no campo comparatista, principalmente o brasileiro, Reinaldo Marques¹⁷⁰ propõe questões interessantes concernentes à aproximação entre o comparatismo e os estudos culturais: é válida uma postura defensiva, reativa, marcadamente identitária e fundamentalista por parte dos comparatistas frente ao diálogo com os estudos culturais e que os levam a todo instante a responder o que é a literatura comparada ou o que deveria ser?; para o enriquecimento disciplinar devem ser buscados pontos de aproximação e diferenciação?; ou se deve estender o viés pós-disciplinar dos estudos culturais ao comparatismo, como propõe Fredric Jameson,¹⁷¹ argumentando que definições devem ser evitadas, pois estão sempre a serviço de uma “vontade de pureza”?

Optando pela última alternativa, Marques julga, porém, que para melhor entendimento desse emergente mundo pós-disciplinar que se avizinha, é necessário recuperar questões atinentes à interdisciplinaridade, “por acreditar que, na transição dos saberes disciplinares e disciplinados para o âmbito do pós-disciplinar, a estratégia interdisciplinar constitua uma significativa e necessária etapa mediadora”.¹⁷²

Também Gianni Vattimo¹⁷³ postula que as disciplinas humanistas deveriam ser objeto de tratamento menos disciplinar e mais livre, permeáveis à pluralidade paradigmática e aos horizontes culturais.

Enquanto epistemologia da complexidade, a interdisciplinaridade elabora uma teoria descentrada da verdade e espaços discursivos articulatórios; segundo Marques, o encontro dos estudos literários com os culturais é um dos entrelugares no qual a vocação interdisciplinar é mais patente, constituindo-se espaço intervalar, interstício e borda marcado pela impossibilidade de fechamentos cientificistas plenos; ao contrário, se mostra como território a ser transposto, cruzado e rasurado por novos saberes que pensam a cultura como algo assinalado por uma heterogeneidade radical.

¹⁶⁹ CUNHA, Eneida Leal. Literatura Comparada e Estudos Culturais In MARQUES, Reinaldo e BITTENCOURT, Gilda Neves (orgs.). *Limiares Críticos: ensaios de literatura comparada*. Belo Horizonte, Autêntica, 1998, p. 69-70.

¹⁷⁰ MARQUES, Reinaldo. Literatura Comparada e Estudos Culturais: diálogos interdisciplinares In CARVALHAL, Tania Franco (coord.). *Culturas, contextos e discursos: limiares críticos do comparatismo*. Porto Alegre, EDUEFRGS, 1999, p. 58-67.

¹⁷¹ JAMESON, Fredric. “Sobre os ‘Estudos de Cultura’ ” In *Novos Estudos Cebrap*, n. 39, jul. 1994, p. 12.

¹⁷² MARQUES, 1998, *Op. cit.*, p. 62.

¹⁷³ VATTIMO, Gianni. “A educação contemporânea entre a epistemologia e a hermenêutica” In *Revista Tempo Brasileiro: interdisciplinaridade*, Rio de Janeiro, n.108, jan./mar. 1992, p. 9-18.

Pelo exposto, ficamos tentados a deduzir que, ao invés de arriscar formulações do tipo ontológico (a literatura comparada é...), seria mais proveitoso supor que o que se tem realizado como atividade comparatista em literatura se mostra mais do que um campo coeso de investigação; o comparatismo tem constituído, na atualidade, uma atitude, por meio da qual alguns estudiosos do literário procuram compreender o novo conjunto de perplexidades descortinadas nos horizontes culturais contemporâneos, buscando revelar facetas novas ou valorizar aspectos depreciados anteriormente.

A trajetória dos estudos comparatistas pode ser sintetizada pela passagem do uno ao diverso. Ensina Eduardo Coutinho que a história do comparatismo “é a história da passagem de um discurso coeso e unânime, com forte propensão universalizante para outro, plural e descentrado, situado historicamente, e consciente das diferenças que identificam cada *corpus* literário envolvido no processo de comparação”.¹⁷⁴

Também Evelina Hoisel assegura que é “no âmbito da Literatura Comparada, dos estudos comparatistas, que a ultrapassagem dos limites disciplinares tem encontrado maior ressonância”.¹⁷⁵ Eni Celidonio recorre também a Eneida Cunha¹⁷⁶ para reafirmar a crescente expansão dos limites disciplinares da literatura comparada que, através do trânsito cada vez mais intenso, vem deslocando os saberes, em uma articulação permanente do que é múltiplo e diverso. Consoante Cunha, a literatura comparada focalizaria prioritariamente as confluências, os deslocamentos, os intervalos e os trânsitos de culturas.

Correlacionado a teorias que demonstraram o obsoletismo das hierarquizações culturais e literárias e à transdisciplinaridade, o surgimento da noção de limiar, de limiares críticos no comparatismo, vincula-se às concepções de trânsito desimpedido entre os vários saberes e linguagens. Para Evelina Hoisel, se a atualidade teórica hesita diante de conhecimentos que se alojam no intervalar, deve-se prestar maior atenção, além dos centros e das periferias, a zonas limiares, onde teorias penetrariam pouco a pouco espaços que não se determinam com nitidez.

A noção de limiar impõe a de fronteira, a necessidade de estabelecer a demarcação que separa territórios geográficos e lingüísticos. É a linha que determinará - ou prescreverá - uma parada, um momento de suspensão em que é

¹⁷⁴ COUTINHO, Eduardo Faria. “Do uno ao diverso: breve histórico crítico do comparatismo” *In Organon*. Porto Alegre, v. 10, n. 24, 1996, p. 25-35.

¹⁷⁵ CUNHA, Eneida Leal. Os discursos sobre a literatura: algumas questões contemporâneas *In* COUTINHO, Eduardo F. (org.). *Fronteiras Imaginadas: Cultura Nacional - Teoria Internacional*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2001, p.78 *Apud* Celidonio, *Op. cit.*

¹⁷⁶ *Idem* nota 169.

necessário se deter, mas que também possibilita a ultrapassagem, a travessia, a transgressão. O limiar pode ser considerado, assim, o ponto de interseção entre o indiferenciado e o diferenciado, conectando o dentro e o fora, o interior e o exterior, a separação e a junção de territorialidades lingüísticas ou de espaços do saber. (...) Desse modo, define-se limiar como o ponto de tensão entre continuidade e descontinuidade, passagem de um *mesmo* para um *outro*, fazendo emergir nesse espaço a necessidade de comparar realidades geográficas, culturais e lingüísticas diversas, bem como estabelecer métodos adequados para a avaliação de distintos processos de organização, de produção de linguagens e de saberes.

A noção de limiar evidencia-se a partir da reversão de valores operada no pensamento ocidental, que fragmentou continuidades, abalou hierarquias, diluiu fronteiras e desvelou os pressupostos etnocêntricos com os quais as ciências humanas estabeleciam suas categorias e organizavam seus saberes, delimitando o alcance e o âmbito de sua atuação. (...)

O limiar define-se simultaneamente como espaço fechado/aberto, estático/dinâmico, paralizador/mobilizador. Não é uma delimitação nítida, diferenciada, mas interpenetrante. É, talvez, a figura que delinea o jogo de semelhanças e diferenças - e talvez possamos considerá-lo também como um *tropos* lingüístico/estilístico/metodológico - com que se desconstróem valores estabelecidos.¹⁷⁷

Esclarece ainda Hoisel que o termo limiar está intimamente relacionado com a noção foucaultiana de descontinuidade. É aceitar uma visão não linear, não cumulativa da história; ao invés de se buscar ligações entre eventos dispersos para enfatizar a continuidade que os atravessa,

interrogar sobre a incidência das irrupções dos acontecimentos, dos deslocamentos e transformações. (...) O que se afirma, em primeira instância, é a ausência de modelos, de antecedentes, de limites fixamente estabelecidos. (...) Na guerra - ou no diálogo - das linguagens e dos saberes, o limiar é o (não) lugar que propicia as idas e vindas, o trânsito através dos textos, das culturas, das territorialidades lingüísticas e geográficas.¹⁷⁸

Uma alegoria que traduz bem a idéia de limiar é a soleira da porta. Recorda Jair Giacomini, que essa é a definição dada pelo dicionário *Aurélio*; a imagem de alguém postado nesse lugar indica bem a falta de propósito do embate entre os que dizem que a literatura comparada se transformou no campo do vale-tudo e dos que argumentam que aqueles querem algo parecido com uma reserva de mercado para o saber privativamente literário. Um embate que, lembra Giacomini, transformou os últimos congressos da ABRALIC em campo minado.

Proposição interessante para fugir desta sempre latente colisão, podemos supor que a literatura comparada esteja na “soleira da porta” disciplinar: ela está fora ou dentro? Diz Giacomini:

¹⁷⁷ HOISEL, Evelina. A disseminação dos limiares nos discursos da contemporaneidade In CARVALHAL, Tania Franco (org.). *Culturas, contextos e discursos: limiares críticos do comparatismo* Porto Alegre, EDUFRGS, 1999, p. 42-43.

se usarmos uma estratégia interdisciplinar, diremos que ela está dentro e fora ao mesmo tempo. Essa última opção parece ser francamente mais produtiva, pois nos permite incidir sobre tal imagem múltiplos olhares - não mais o olhar unidirecional, que parte de um único e fixo lugar.¹⁷⁹

Para transitar nesse não-lugar, que vejo primordialmente ocupado, hoje, pela literatura comparada e pela história cultural, podemos recorrer à sugestão de Reinaldo Marques¹⁸⁰ de utilizar a noção de teoria itinerante proposta por Homi Bhabha.¹⁸¹

Adverte com razão Marques que essa noção não significa que exista um mercado de teorias ao qual se chega e se escolhe a teoria conveniente, movido pelo modismo e, contribuindo assim, para o estímulo das “idéias fora do lugar”.

Entende Marques que, ao contrário,

uma teoria itinerante pode constituir-se num instrumento de desconstrução e enfrentamento tanto do pensamento binário, com sua lógica de polarização e exclusão, quanto das identidades orgânicas e essencialistas. É uma teoria articulada a partir dos interstícios culturais, dos intervalos disciplinares, das situações de limiares, do trânsito entre diferentes saberes. (...) Bhabha vai se apropriando e disseminando conceitos ao longo de seus textos, oriundos de diferentes disciplinas afins; problematiza-os desfazendo seu caráter unívoco e uniforme, sem a preocupação de totalizar e fechar a argumentação. Isso porque ele se mostra extremamente consciente da função crucial do textual, do retórico, como forma de construção do político, da representação da alteridade, de reflexão teórica. (...) Para Bhabha, a teoria comporta uma força política, de intervenção nos processos de produção de identidades e diferenças culturais, na medida em que supõe um momento de negociação, em vez de negação.¹⁸²

Negociando no interior de uma temporalidade discursiva é possível, no entendimento de Bhabha, a articulação de elementos antagônicos e contraditórios. Afirma: “o evento da teoria torna-se a *negociação* de instâncias contraditórias e antagônicas, que abrem lugares e objetivos híbridos de luta e destroem as polaridades negativas entre o saber e seus objetos e entre a teoria e a razão prático-política”.¹⁸³

Chama a atenção Marques que a literatura comparada foi formada no contexto do colonialismo europeu, portanto suas metodologias contribuíram, num primeiro momento, para ocultar diferenças, para se retirar da alteridade qualquer aspereza. No entanto, Bhabha sugere que a noção goethiana de *Weltliteratur* (a idéia de uma literatura

¹⁷⁸ *Idem*, p. 44 - 45.

¹⁷⁹ GIACOMINI, Jair Marcos. “Literatura Comparada e Interdisciplinaridade” *In Revista Eletrônica Colofão*, n. 3.

¹⁸⁰ MARQUES, Reinaldo. O comparatismo literário: teorias itinerantes *In* SANTOS, *Op.cit.* p. 49-58.

¹⁸¹ BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte, UFMG, 1998.

¹⁸² MARQUES, 2001, *Op. cit.*, p.52-53.

¹⁸³ BHABHA, *Op. cit.*, p.51.

mundial que uniria todos os povos a partir do reconhecimento dos valores comuns) pode ser trazida para a atualidade:

Talvez possamos agora sugerir que histórias transnacionais de migrantes, colonizados ou refugiados políticos – essas condições de fronteiras e divisas – possam ser o terreno da literatura mundial, em lugar da transmissão de tradições nacionais, antes o tema central da literatura mundial.¹⁸⁴

Uma teoria itinerante presume, portanto, o trânsito de idéias, seus deslocamentos espaço-temporais. Teorias não estão fincadas ao seu lugar de origem. No processo de itinerância elas anexam outros sentidos, produzem novas significações.

Como o ser contemporâneo é bastante intrincado, a teoria que fala dele também o é, levando em consideração a tensão permanente existente entre os diversos aspectos da linguagem, do discurso e da narrativa, aspectos esses fundamentais para a análise da reprodução ou transformação das práticas sociais; cada vez mais as discussões na área de humanidades caminham para a transdisciplinaridade, numa perspectiva não hierarquizante.

É evidente que não foi só a literatura que se beneficiou com a transdisciplinaridade. A progressiva textualização, literalização dos discursos das ciências humanas, especialmente da antropologia e da história, demonstra que esse não é um caminho unidirecional.

Cogita Eliana Yunes:

Talvez avançando sobre a hipótese de Culler quanto à existência pura e simples da Teoria, sem adjetivos ou complementos, possamos falar de uma literatividade a que almejam os estudos contemporâneos. Mesmo os culturais.¹⁸⁵

Novas teorias demarcam políticas da diferença. E o novo tende a assustar.

Jonathan Culler adverte que as resistências à teoria se devem à impossibilidade de seu completo domínio.

Grande parte da hostilidade à teoria, sem dúvida, vem do fato de que admitir a importância da teoria é assumir um compromisso aberto, deixar a si mesmo numa posição em que há sempre coisas importantes que você não sabe. Mas essa é uma condição da própria vida. A teoria faz você desejar o domínio (...) Mas a teoria torna o domínio impossível, não apenas porque há sempre mais para saber, mas, mais especificamente e mais dolorosamente, porque a teoria é ela própria o questionamento dos resultados presumidos e dos pressupostos sobre os quais eles se baseiam. A natureza da teoria é desfazer.¹⁸⁶

¹⁸⁴ BHABHA, *Op.cit.* p. 33 *Apud* MARQUES, Reinaldo, 2001, *Op.cit.*, p. 54.

¹⁸⁵ YUNES, Eliana. Literatura e cultura: lugares desmarcados e ensino em crise *In* OLINTO; SCHØLLHAMER, 2003, *Op.cit.*, p. 65.

¹⁸⁶ CULLER, Jonathan, 1999, *Op.cit.*, p.24.

Conforme julgamento de Heidrun Olinto, Culler vê teoria como gênero porque seu estudo é realizado fora da matriz disciplinar; são reescrituras que fogem dos parâmetros disciplinares usuais. Mais que isso,

desafiam molduras disciplinares tradicionais (...) [porque] O entendimento do fenômeno literário, não como produto de uma realidade social ou de uma intenção autoral mas, também, como prática constitutiva dela, permite sinalizar problemas até então adormecidos à sombra das práticas discursivas hierárquicas privilegiadas.¹⁸⁷

O fascínio da proposição de Culler é que

a teorização equivale, nesta visão, à elaboração de um conjunto de discursos indomáveis, que crescem sem parar em função das próprias críticas e concepções vigentes, por causa das contribuições de novos pensadores à teoria e por causa da redescoberta de obras antigas invisíveis ou negligenciadas em seu tempo. Os seus exemplos ilustram o peso esmagador de indagações como estas: como pode-se escrever algo sobre o romance vitoriano sem estabelecer relações com a problematização foucaultiana acerca do desenvolvimento da sexualidade e com a leitura de Gayatri Spivak quanto ao papel do colonialismo na construção do sujeito metropolitano? A cadeia dessas perguntas se perde no horizonte porque não demanda apenas o conhecimento das críticas subseqüentes às afirmações de Spivak, mas igualmente as réplicas, trélicas etc.¹⁸⁸

Discorrendo acerca da interdisciplinaridade, Marialva Barbosa argumenta que o risco da organização disciplinar dos saberes é a hiperespecialização, que “coisifica” o objeto estudado, recusando ligações e solidariedades com as demais disciplinas.¹⁸⁹

Já Maria Esther Maciel afirma que

vivemos, hoje, sob o signo da multiplicidade, da confluência entre as artes e os campos disciplinares. Cabe ao intelectual contemporâneo estar atento a isso. A especialização e a fixidez do conhecimento já não condizem com as demandas do nosso tempo. O movimento, o trânsito, a abertura à alteridade são as linhas de força que nos definem.¹⁹⁰

Em outro texto Marialva Barbosa julga que o trajeto da disciplina História possa ser mencionado como modelar:

Mesmo quando sequer se cogitava falar em transdisciplinaridade, (...) disciplinas já tratavam de sedimentar o seu lugar de forças, através da aproximação com outros saberes.

Talvez o exemplo mais emblemático dessa estratégia tenha sido o da história, que através de uma série de ações científicas e políticas, consolidou a disciplina

¹⁸⁷ OLINTO, Heidrun Krieger. *Disciplina sem Disciplina – observações sobre estudos literários e culturais* In LOBO, Luiza (org.). *Globalização e Literatura – Discursos Transculturais*, v. 1. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999, p. 48-9.

¹⁸⁸ *Idem, Ibidem*, p.52.

¹⁸⁹ BARBOSA, Marialva. “Comunicação: a consolidação de uma interdisciplina como paradigma de construção do campo comunicacional”. Comunicação apresentada em congresso da ALAIC – Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, 2000.

¹⁹⁰ MACIEL, Maria Esther. Entrevista concedida a Sérgio de Sá. *Correio Braziliense, Pensar*, 31/07/2004.

como sendo lugar de convergência de múltiplos saberes, sem perder a sua característica mais peculiar. A história continuou regida pelos seus parâmetros teórico-metodológicos fundamentais, ainda que na convergência com a antropologia, a sociologia, a literatura, entre tantas outras aproximações e trocas.

A rigor o que se fazia naquele instante era um movimento duplo: primeiro, revitalizar uma disciplina que se dizia “nova” desde o movimento da *École des Annales* e que já possuía, naquele momento [anos 1970], exatamente meio século. Segundo, a partir dessas aproximações e trocas, realimentava-se o poder da disciplina através de cooperações que, a rigor, serviam também para atualizá-la num campo de luta política.¹⁹¹

Utilizo como exemplo do trânsito disciplinar, algumas questões da antropologia pós-moderna, também chamada de antropologia reflexiva e da historiografia pós-moderna (esta já apreciada largamente nos pressupostos teóricos e metodológicos deste trabalho). A meu ver a grande contribuição dessas teorias para a área literária foi trazer à tona a problemática da autoria, ou seja, clarificar a transição do aparato moderno, no qual pontificava a escritura autoritária do pesquisador, para a admissão, evidenciada nos textos dos pós-modernos, da existência de uma multiplicidade de vozes no *corpus* examinado; daí a importância deste breve exame da maneira pela qual a antropologia passa a se encarar como situada na confluência da enunciação discursiva com a contextura política e e dos questionamentos lançados pela historiografia aos estudos literários.

Questões que, a meu ver, debilitam as apreciações do crítico considerado como juiz, abrindo caminho para posições menos impositivas.

a) – A História:

A idéia de uma literatura nacional é originária da passagem do século XVIII para o XIX, quando os românticos alemães difundiram a premissa de que a literatura se define pela incorporação das características distintivas da nação.

Em 1983 foi publicado um livro que é considerado um marco nas discussões sobre nacionalismos. Trata-se de *Imagined Communities*, de Benedict Anderson,¹⁹² onde o autor desenvolve a idéia de que nações são comunidades imaginadas, unidas por sentimentos e características subjetivas (religião, língua, origem, etnia, cultura, folclore, hábitos, costumes, crenças, ideologia e diferenças diante de outras nações), que nos dá a sensação de pertencimento a um determinado grupo.¹⁹³

¹⁹¹ BARBOSA, Marialva. “Conceitos, armadilhas, olhares: apontamentos metodológicos para a consolidação de um campo transdisciplinar” *In Revista Eletrônica Ciberlegenda*, n. 9, 2002. Texto disponível em <http://www.uff.br/mestcii/marial7.htm>.

¹⁹² ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

¹⁹³ ANDERSON, *Op.cit*, p.14-16. *Apud* ALVES, *Op.cit*.

Decorrente dessa idéia de nação como comunidade imaginada, temos que também as fronteiras delimitadoras de estados-nações são imaginárias e elásticas, o que explicaria o atual aumento de conflitos questionadores de fronteiras estabelecidas; contestando a noção de uma globalização pacífica, o que vemos é o acirramento de nacionalismos, sentimento solidamente arraigado, pois os mitos, a memória e os valores simbólicos de identidade e origem não se adaptam de modo passivo.

O Estado, na tentativa de forjar uma identidade nacional, elabora políticas culturais com teor padronizado, intentando valorizar determinados referenciais simbólicos e, desse modo, imprimir em todos os habitantes aquilo que interessa ao projeto hegemônico. Assim se dá a invenção das tradições nacionais, no dizer de Eric Hobsbawm ou a construção das comunidades imaginadas, nos termos de Benedict Anderson. Elaborando supostos sentidos estáveis, é fornecida unicidade a um povo. Por meio de uma fictícia essência são mascaradas divisões sociais e é minimizada a existência de conflitos.

Sobre o assunto se pronuncia Miriam Volpe:

As teorias de Benedict Anderson (...) a definem como comunidade política imaginada, que adquire forma nas letras. Segundo o crítico, a linguagem escrita teria permitido o acesso a verdades ontológicas, possibilitando, assim, à elite letrada, fazer interpretações e abstrações que transcendem o real e o cotidiano do sentido concreto e fixar essas idéias nos textos. A linguagem, através do discurso histórico e, principalmente, do literário, teria propiciado que se imagine, se consolide e se dissemine a nação enquanto forma de comunidade pois, através da linguagem, é possível o registro de uma história, de uma genealogia, de uma vida nacional, de laços sociais, políticos e culturais que lhe dão existência.

[Existe] Um paralelo entre o conceito de origem antropológica da nação como comunidade imaginada de Anderson e o de tradição inventada, de que nos fala o historiador britânico Eric Hobsbawm - que analisa o papel representado pelas tradições na origem e no desenvolvimento da nação - (...). Para Hobsbawm, a nação seria um fenômeno dual, pois embora seja construída de cima para baixo, pela elite governante, ela só pode ser compreendida se analisada de baixo para cima, considerando as idéias, sentimentos e mudanças que se desenvolvem no povo, e que os intelectuais captam e transmitem em suas narrativas.¹⁹⁴

O questionamento da idéia de nação como algo homogêneo e totalizante foi uma força motriz importantíssima para que a literatura se abrisse para a dialogia, a intertextualidade e para a polifonia.

Terezinha Pereira recorda que para Homi Bhabha a idéia de nação nasce, bem mais do que respaldada por qualquer realidade racial, lingüística ou territorial, no desejo de se constituir uma nação. Esse desejo é o que determina o pacto nacional, fixa

as fronteiras, unifica a memória histórica, estabelece os pares dentro/fora, familiar/estranho, Mesmo/Outro. Porém, adverte Pereira, cada vez mais o Outro já não é delimitado pelas demarcações geográficas, mas sim por processos subjetivos interiorizados, que acarretam o deslocamento persistente das fronteiras, subdividindo os espaços internos:

O que se vê hoje é que a grande ficção que subjaz ao projeto de nação tem apresentado fissuras. Estas fissuras representam o transbordamento daquilo que ficava reprimido e que não foi esquecido, apesar do esforço do plebiscito diário.¹⁹⁵

A idéia de nacionalidade é um projeto de elites que pasteuriza diferenças culturais e mascara contradições sociais estabelecidas historicamente em um dado território.

O conceito de nação, que originou as literaturas nacionais, contraponto da literatura comparada, é vista agora como comunidade imaginada, “com o mesmo peso de outras calcadas em referenciais distintos, como língua, etnia ou religião”.¹⁹⁶

Outros referenciais também são vistos como elaborações frágeis.

Relembro que é no denominado Primeiro Mundo, a partir de 1960, que novos atores irrompem em cena. Grupos representando minorias culturais se mobilizam em movimentos sociais que questionam a validade das identidades universalizantes e a legitimidade das “grandes narrativas” teóricas. É nessa época que acontece o irrompimento da política de identidade.

As identidades são expressões culturais construídas. Podem ser compreendidas como construções relacionais e, como dependem do outro para que existam, são elaboradas a partir da diferença. São edificadas a partir de valores e de códigos sociais compartilhados de maneira coletivizada e suas significações e condutas devem ser compreendidas em suas dimensões espaço-temporais.

A identidade é sempre relacional, estabelecida por marcações simbólicas que envolvem sistemas classificatórios. Quando se fala em identidade, se fala em posicionamentos.¹⁹⁷

¹⁹⁴ VOLPE, Miriam. “O papel mediador do intelectual latino-americano na formação de nossas nações, identidades e tradições culturais”. Texto eletrônico disponível em http://www.ceud.ufms.br/litcomp/forum/forumII_16.htm.

¹⁹⁵ PEREIRA, Terezinha Scher. Relatos entrelaçados sobre novos espaços e fronteiras *In* LOBO, Luiza (org.). *Fronteiras da Literatura: discursos transculturais*, v.2, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999, p.77-78.

Contrapondo-se a qualquer noção de identidade como algo fechado, Júlio Diniz cita Hans Ulrich Gumbrecht, para quem o uso desse conceito é motivado por sentimento de nostalgia ou ressentimento, e propõe a substituição da idéia de identidade (fechada, imóvel, cristalizada) por identidades flutuantes, identificações múltiplas ou identificações nômades (abertas e em processo). Uma das bases de sustentação da história cultural, a noção de identidade tem sido bastante questionada atualmente. Talvez seja proveitoso substituímos essa categoria de análise por algo mais fluido, como identificações, experiência e subjetividade.

Argumenta Diniz que a noção de identificação reafirma a crise contemporânea das idéias de centro/periferia, fronteira, origem; fronteira deixa de ser obstáculo para se configurar como lugar de apropriação:

Não se trata do conceito matriz e fundacional de origem, gênese, grau zero. Parece-me muito mais o entre-lugar, tomando por empréstimo a Silviano Santiago esse produtivo conceito de leitura da cultura latino-americana, onde a tensão entre as partes distintas e forças contrastantes possa ser suplementada pela interpenetração de significantes, e não pela dicotomia de significados, pela rasura transgressora, e não pelo remendo conformado.¹⁹⁸

Para Diniz, o sujeito contemporâneo, destituído de qualquer lógica identitária coerente e estável, procura na cultura da emoção e do sentimento, em uma política do doméstico, aquilo que sobrou da implosão da política macrofísica.

Na contemporaneidade o sujeito multifacetado assume identificações plurais e flutuantes, caminha por bordas e por caminhos irregulares que o conduzem a atopias.

Como desejar ser de algum lugar se os pés se põem a deixar marcas no terreno baldio ao lado. Baldio ou pressupostamente ocupável, tolerantemente com-partilhado.

Não o dentro nem o fora - mas o meio; nem o interno nem o externo, mas o entre-lugar; nem a nostalgia nem o ressentimento, mas a fecundidade do vizinho, como queria Nietzsche.¹⁹⁹

Também o conceito de idioma se revela construção datada, fundamentada em interesses políticos hegemônicos. O idioma canônico deixa de ser encarado como único; há maior divulgação de que coexistem, só no Brasil, cerca de duzentos idiomas,

¹⁹⁶ COUTINHO, Eduardo. Fronteiras Imaginadas: o comparatismo e suas relações com a teoria, a crítica e a historiografia literárias. *Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIC*. Florianópolis, ABRALIC, 1998, *CD-ROM*.

¹⁹⁷ WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000, p. 7-72.

¹⁹⁸ DINIZ, Julio Cesar Valladão. “A voz - entre a Palavra e o som”. Texto eletrônico disponível em <http://www.uc.pt/ciberkiosk/ensaios/juliodiniz.html>.

discriminados em 180 línguas indígenas, além de aproximadamente outras 30 línguas de povos imigrantes. Além dessas linguagens distintas existem os registros populares, até recentemente tidos como marginais, que também questionam visões monolíticas.

A nova ótica historiográfica foi importante para os estudos literários porque, como pondera Rachel Lima,

o rompimento de categorias dicotômicas, ainda que através da imprecisão terminológica e da provisoriedade conceitual, enuncia, dessa forma, um desejo de questionamento da racionalidade logocêntrica, empenhada na construção de universais, que pressupõem a homogeneidade e a continuidade.²⁰⁰

A autora considera também que Michel Foucault exerceu papel relevante na reconfiguração das atribuições do historiador, quando propõe a mudança de foco do acontecimento para o discurso, recusando a existência de algum objeto natural, negando a busca por supostas verdades absolutas. Para Lima, depois de Foucault, o ofício de historiar é “correlacionar e interpretar a diversidade de objetivações construídas ao longo do tempo”. Para reforçar seu raciocínio, cita Paul Veyne: “a história se torna história do que os homens chamaram as verdades e de suas lutas em torno dessas verdades”.²⁰¹

A importância de Foucault é reforçada por Ivan Teixeira. Para ele, Foucault não vê a história como uma análise dos acontecimentos na sua relação de causa e efeito, mas como um grande discurso produzido pelo somatório dos acontecimentos físicos e espirituais de dada época; sua noção de *episteme* pode ser compreendida como a maneira pela qual os diversos discursos (arte, ética, política, etc.) que totalizam a vida social e cultural foram articulados. Importante frisar que Foucault explica os valores em termos estritamente sociais, afastando-se de qualquer recurso à metafísica. Por isso, argumenta Teixeira,

cada época cria o padrão que estabelece a noção de certo ou errado, de belo ou feio, de falso ou verdadeiro, etc. Os valores essenciais dos povos são sempre circunstanciais e sujeitos ao jogo transitório das formulações históricas, das quais depende a escolha das instituições e das pessoas que elaboram e preservam o código que regula a relação entre os indivíduos e destes com os padrões e os valores vigentes.²⁰²

¹⁹⁹ *Idem, Ibidem.*

²⁰⁰ LIMA, Rachel. Ainda a tradição do impasse. *Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIC*. Florianópolis, ABRALIC, 1998, *CD-ROM*.

²⁰¹ VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história In _____. *Como se escreve a história*. Brasília, UNB, 1998, p. 172 *Apud* LIMA, Rachel. “Mais um lance de dados” In *Em Tese*. Belo Horizonte, v. 2, 1998, p.11-20. Texto eletrônico disponível em <http://acd.ufrj.br/pacc/literaria/artigorachel1.doc>.

²⁰² TEIXEIRA, Ivan. “New Historicism” In *Cult, Op.cit.*, p.33.

Decorre daí que a noção de beleza é sancionada por convenções históricas; as obras artísticas não dependem do sobrenatural nem são fruto de puro talento individual.

b) – A Antropologia:

Como consequência da desintegração do sistema colonial a representação das culturas se tornou problemática e o próprio conceito de cultura teve de ser repensado: ao invés de uma totalidade, “algo relacional, uma inscrição de processos comunicativos que existem, historicamente, entre sujeitos em relação de poder”.²⁰³

A questionada autoridade etnográfica do antropólogo é análoga, a meu ver, à autoridade judicativa do crítico literário. Com um agravante. Enquanto aquela objetiva traduções, esta tem pretensões de sentenciar.

Discorrendo sobre a autoridade etnográfica, afirma José Gonçalves:

a “autoridade” em questão não é apenas uma espécie de justificação para uma posição de superioridade do etnógrafo, mas na verdade é peça fundamental na própria constituição do texto e, simultaneamente, na articulação da experiência representada. Em outras palavras, é o próprio conhecimento etnográfico (e simultaneamente o “sujeito” e o “objeto” desse conhecimento) que é constituído por distintas estratégias de autoridade.²⁰⁴

São algumas características marcantes da antropologia pós-moderna o dialogismo e a polifonia, a negociação e a dispersão da autoridade do pesquisador e o experimentalismo.

A busca de leis gerais por meio de recursos autoritários da antropologia convencional é desconstruída. Eis o que está sendo criticado: a estruturação dos textos como etnografia total; o fato de a presença do pesquisador no texto aparecer como não intrusiva; informantes individuais são excluídos e se faz referência a um imaginário sujeito coletivo homogêneo; o processo do trabalho de campo não é mencionado; o material etnográfico é apresentado como sendo ponto de vista dos nativos e não do antropólogo. A etnografia experimental, por sua vez, rompe com qualquer pretensão de descrição objetiva: o antropólogo renuncia a falar pelo outro, que passa a ter direito a palavra e voz; dúvidas do etnógrafo no decorrer do trabalho de campo são explicitadas, mostrando como é problemático o encontro com o outro; dialogismo como método, devido ao caráter intersubjetivo, negociado, do trabalho de campo; polifonia ou entrecruzamento das falas dos informantes; heteroglossia referenciando vozes diferenciadas.

²⁰³ CLIFFORD, James *Apud* CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. “A presença do autor e a pós-modernidade em Antropologia” *In Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 21, jul.1988, p.133-157.

²⁰⁴ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Apresentação *In* CLIFFORD, *Op.cit.*, p 13.

O antropólogo não se encontra mais numa posição privilegiada em relação à produção de conhecimentos sobre o outro. Ele não é mais aquele que re-elabora uma experiência para explicitar a realidade de uma cultura com uma abrangência e uma coerência impossível para aqueles que a vivem no cotidiano. O antropólogo não é mais um sujeito cognoscente privilegiado. Perdendo o status de sujeito cognoscente privilegiado, o antropólogo é igualado ao nativo e tem que falar sobre o que os iguala: suas experiências cotidianas.²⁰⁵

Na pós-modernidade o encontro etnográfico se transforma, nas palavras de Kevi Dwyer, em confronto etnográfico.²⁰⁶

A publicação de dois livros foi fundamental para os questionamentos que giram em torno da questão das condições de produção do texto etnográfico. Esses livros, marcos fundamentais de uma discussão sistemática sobre o fazer antropológico foram *Writing Culture: the poetic and politics of ethnography*, de James Clifford e George Marcus, reunião de textos discutidos em seminário realizado na *School of American Research*, na Califórnia, em abril de 1984 e *Anthropology as Cultural Critique: an experimental moment in the human sciences*, de George Marcus e Michael Fischer, ambos editados nos Estados Unidos em 1986. No modo de pensar de Valter Sinder

a partir da publicação destes dois livros, a questão da falta de credibilidade em relação às meta-narrativas que anteriormente legitimavam as regras da ciência (chamada por Marcus e Fischer como “crise da representação”), assim como a reflexão sobre a etnografia enquanto produção textual (*Writing Culture*), tornaram-se objeto de reflexão privilegiada por vários pesquisadores.²⁰⁷

Essa percepção da etnografia como produção textual já havia sido delineada por Clifford Geertz que, em seu livro *A Interpretação das Culturas*, editado em 1973, conjecturava ser o homem um animal atado à teia de significados por ele mesmo tecida. A cultura na sua ótica seria essa teia ou ainda um conjunto textual através do qual “todos os componentes são produzidos, percebidos e interpretados pelos próprios atores”.²⁰⁸

Assim, não se pode ter a ilusão de, numa análise cultural, atingir uma totalização qualquer, a não ser de maneira arbitrária. É reforçada a posição da historicidade humana, impossibilitando a busca de universais: reafirma-se que a história não é

²⁰⁵ CALDEIRA, *Op.cit.*, p.142.

²⁰⁶ Ver a esse respeito ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. “A interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição da produção etnográfica” *In Revista de Antropologia*, v. 41, n.2, São Paulo, 1998. Texto eletrônico disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77011998000200004&script=sci_arttext e PEIRANO, Mariza. *Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília, UNB, 1992.

²⁰⁷ SINDER, Valter. Considerações sobre antropologia e literatura: o ensaio como escrita da cultura. *In OLINTO; SCHØLLHAMMER, Op.cit.*, p.30.

²⁰⁸ GEERTZ, Clifford *Apud Sinder, Op. cit.*, p.31.

teleológica, que não existe nenhum inconsciente coletivo, nenhuma natureza humana. Fica impedido do mesmo modo qualquer juízo de valor, inclusive estético, que se pretenda absolutamente generalizado.

Para Geertz os textos produzidos pelo antropólogo são interpretações, elaboradas por meio de um esforço intelectual advindo de uma tentativa de se fazer uma descrição densa de dada cultura. Também as etnografias seriam ficções, não no sentido de falsas, inventadas, mas algo modelado.

O antropólogo, tal como o historiador e o romancista, ordena meticulosamente dispersões e isolamentos e produz um enredo que se pretende coerente. Coerência essa raras vezes percebidas no cotidiano.

A importância da antropologia interpretativa foi a de ressaltar a poética existente em qualquer representação.

Já a produção etnográfica mais recente tem como eixo os processos culturais e tecnológicos contemporâneos de ponta, associados à biotecnologia, à globalização, aos fluxos territoriais, à cidadania.²⁰⁹

Fundamentando sua proposta de uma antropologia da imaginação, Vincent Crapanzano desenvolve as noções de horizontes imaginativos e de liminaridade, travessia e meio-termo em recente livro. Nessa obra Crapanzano dirige seu olhar às dimensões ignoradas da experiência, e diz considerar imprecisão e obscuridade como componentes necessários a toda experiência, ao pensamento e à percepção.²¹⁰

Volta-se George Marcus mais recentemente para estudos que misturam a antropologia com as artes cênicas e cinematográficas, por exemplo. Identifica Marcus na escrita etnográfica experimental, conforme Rose Hikiji, a influência dessas últimas, principalmente por meio do uso pelos antropólogos de

aspectos cinematográficos da simultaneidade, multiperspectivismo e descontinuidade narrativa [que] estariam sendo praticados nestas etnografias contemporâneas, em nome da polifonia, fragmentação e reflexividade. O efeito cinematográfico de simultaneidade – a descrição de dois pontos separados no espaço em um único instante de tempo – aplicado ao texto etnográfico permitiria a problematização espacial, a representação da desterritorialização da cultura, de sua produção em vários locais diferentes ao mesmo tempo. O multiperspectivismo – a descrição de um único evento de pontos de vista radicalmente diferentes (...) – apareceria nas etnografias como sinônimo de

²⁰⁹ Cf. por exemplo RABINOW, Paul. Artificialidade e iluminismo: da sociobiologia à biosociabilidade *In Antropologia da Razão*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999, p. 135-158.

²¹⁰ CRAPANZANO, *Op.cit.*

polifonia. Enfim, a descontinuidade narrativa – inspirada no conceito de montagem cinematográfica – provocaria o rompimento da linearidade.²¹¹

Em alguns casos há radicalização absoluta. Menciona Felipe Teixeira que existe outra “forma de tratar a questão da mediação narrativa, que não passa pelo percurso da narrativização, tampouco pelo dialogismo. Trata-se da recusa da narrativa: a exposição do texto em suas fraturas, como puro percurso do pensar”.²¹²

A proposta da antropologia pós-moderna não se assenta somente em experimentalismos. A partir dela há uma maior negociação entre os saberes, o que possibilita questionamentos inéditos.

Diz Maria Claudia Coelho:

Em 1967, o meio antropológico foi sacudido pela publicação dos diários de Malinowski durante seu trabalho de campo nas Ilhas Trobriand. O diário esteve, desde então, no cerne de duas problematizações fundamentais propostas pela antropologia pós-moderna: o lugar da subjetividade do etnógrafo na pesquisa de campo e a concepção da etnografia como um gênero literário.²¹³

Para Clifford Geertz o antropólogo transita em dois mundos: o campo e a academia, a pesquisa e a escrita, “o estar lá – estar aqui”. Geertz pensa a etnografia como um gênero pleno de artifícios retóricos e está ciente do desconforto pelo qual passa a cena antropológica atual, que nasce da combinação de duas crises: a intelectual, devido à desconfiança da possibilidade de representação do outro e a moral, provocada pelo passado colonial da disciplina.

A partir do começo dos anos 1980 aconteceu na área acadêmica da antropologia séria crise, nomeada como crise de representação do outro. Após esse momento, falar sobre o outro de forma despreocupada não foi mais aceito, e a crise da ideologia da transparência da representação se problematizou intensamente.

Questões essenciais passaram a ser colocadas: quem fala e quem é representado? quem pode ou não representar o outro? como essas representações são construídas? quais os efeitos dessas representações?

Para André Brandão²¹⁴ o que tem sido enfaticamente discutido no campo disciplinar da antropologia é o problema da “autoridade etnográfica”, a questão das

²¹¹ HIKIJI, *Op.cit.*

²¹² TEIXEIRA, Felipe Charbel. “Narrativa e Fronteira Cultural” *In Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v.2, n.2, abr.-jun. de 2005. Texto eletrônico disponível em <http://www.revistafenix.pro.br/PDF3/Artigo%20Felipe%20Charbel%20Teixeira.pdf>.

²¹³ COELHO, Maria Claudia. “A literatura etnográfica” *In Jornal do Brasil, Idéias & Livros*, 09/08/2003.

inscrições de poder nos textos culturais. Pode-se definir esta autoridade como um movimento de dupla direção: em um primeiro momento se refere às estratégias desenvolvidas no campo da retórica, por meio das quais o antropólogo se constitui enquanto autor no texto e, ao mesmo tempo, aos modos como a esse texto é outorgado, do ponto de vista do conhecimento científico, uma validade e legitimidade acerca de um contexto sócio-cultural específico.

A importância de se discutir o problema da “autoridade etnográfica” no trabalho de campo é que esta autoridade é o elemento geral que dá corpo ao discurso antropológico e condiciona a forma final deste.

Fazendo breve histórico, pode-se afirmar que foi Bronislaw Malinowski, com seu clássico *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, quem fundou um modelo de autoridade antropológica que foi dominante na primeira metade do século passado.

Este modelo se baseava no trabalho de campo intensivo realizado por indivíduos academicamente treinados, diferentemente tanto do modelo museológico anterior, preocupado com a coleta e catalogação de artefatos culturais de diversas procedências, dispostos em uma perspectiva evolutiva, quanto dos relatos de missionários, viajantes e outros amadores.

Malinowski agrupou teoria e pesquisa e o resultado dessa junção foi a análise cultural através da forma de descrição não aleatória, mas metodologicamente orientada, a etnografia. Como elemento novo, temos a fundamental pesquisa de campo, realizada por pesquisadores treinados para isso.

Opina Eugênio Lacerda²¹⁵ que a novidade de Malinowski e dos antropólogos que o seguiram foi a de criar um novo contexto para descrever os outros. Nele, o outro e sua cultura eram distanciados e definitivamente apresentados como diferentes. Mas não mais em uma perspectiva de evolução, e sim de diferença. As etnografias passaram a carregar consigo uma consciência sobre a diversidade do mundo, revelando a idéia de um outro radicalmente diverso de nós. Como consequências centrais da criação desse novo contexto, ocorreu a denúncia do etnocentrismo e maior percepção do relativismo cultural.

²¹⁴ BRANDÃO, André Augusto. “Etnografia e Produção do Conhecimento: uma discussão introdutória em três autores” In *Revista UniVap*, v. 11, n. 20, São José dos Campos, SP, Universidade do Vale do Paraíba, 2004, p. 25 – 34. Texto eletrônico disponível em <http://www.univap.br/cultura/Univap20.pdf>.

²¹⁵ LACERDA, Eugênio Pascele. “Trabalho de campo e relativismo: a alteridade como crítica da antropologia”. Texto eletrônico disponível em <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a5-eplacerda.pdf>.

Para James Clifford “a observação participante, se compreendida em seu sentido literal – ou seja, o antropólogo utilizando uma forma de empatia para apreender o sentido de procedimentos localizados e específicos e, logo após, realocando tais sentidos em quadros mais amplos – consiste em uma fórmula paradoxal e enganosa”.²¹⁶

Em 1973 Clifford Geertz colocou e respondeu uma questão aparentemente simples: O que faz um etnógrafo? Escreve.

Geertz propõe em seu livro *A Interpretação das Culturas*, o projeto de tomar a cultura como textos passíveis de interpretação. A textualização, para Geertz, é o momento no qual tradições, rituais ou simples eventos cotidianos são marcados como um conjunto que carrega uma potencialidade ao nível do significado.

Esta nova forma de autoridade etnográfica, da qual Geertz é o expoente, está ancorada na “afirmação de que se estão representando mundos diferentes e significativos. A etnografia é a interpretação das culturas”.²¹⁷

Neste projeto de autoridade interpretativa, a elaboração da etnografia se faz fora do campo; ela se faz em um espaço onde os dados coletados são traduzidos num texto que se transforma em narrativa que, por sua vez, se encontra separada das situações discursivas típicas do trabalho de campo. O caráter alegórico da escrita etnográfica estaria no conteúdo, o que se diz sobre as culturas, e na forma, o modo da textualização. A representação cultural, por sua vez, é afirmada como necessariamente narrativa.

Para Clifford, “a antropologia interpretativa, ao ver as culturas como conjuntos de textos, frouxa e, por vezes contraditoriamente unidos, e ao ressaltar a inventiva poética em funcionamento em toda a representação coletiva, contribuiu significativamente para o estranhamento da autoridade etnográfica”.²¹⁸

A partir de Geertz, a pesquisa de campo, longe de ser uma fórmula, passa a ser vista como um fenômeno histórico, inserto em um contexto biográfico, político e teórico, o que implica diferenças de abordagem dependentes do momento histórico. A cultura passa a ser vista não mais como um todo coerente e integrado, mas como texto e a tarefa da antropologia o exercício de sua interpretação e crítica. Para ele, todos nós somos observadores situados e devemos buscar entender quem as pessoas de determinada formação cultural acham que são, o que elas fazem e por que razão elas crêem que fazem o que fazem. Uma das metáforas preferidas para definir o que faz a

²¹⁶ CLIFFORD, *Op.cit.*, p.33.

²¹⁷ *Idem*, p. 40.

²¹⁸ *Idem*, p. 43.

antropologia interpretativa é a da leitura das sociedades como textos ou como análogas a textos. A interpretação se dá em todos os momentos do estudo, da leitura do texto cheio de significados que é a sociedade à escritura do texto/ensaio do antropólogo, interpretado por sua vez por aqueles que não passaram pelas experiências do autor do texto escrito.

No decorrer da década de 60, houve um momento de crise, quando se pensou que a pesquisa de campo desapareceria em função do processo de descolonização que transformava os nativos em cidadãos de nações independentes.²¹⁹

Foi quando Lévi-Strauss destacou com otimismo que à disciplina interessavam principalmente as diferenças, que jamais seriam eliminadas. Com o advento da antropologia interpretativa, a pesquisa de campo tradicional e o modelo textual dela derivado começam a ser questionados de forma ampla.

É exatamente aqui que os antropólogos pós-modernos, de orientação hermenêutica, começam seu questionamento.

É importante salientar que o movimento foi desencadeado por antropólogos norte-americanos, de tendência teórica bem definida. Aqui no Brasil poucos antropólogos dialogam favoravelmente com as questões por eles levantadas.²²⁰

Para os pós-modernos, os modelos desenvolvidos no âmbito do que foi denominado “encontro colonial”, implicava uma ideologia de transparência e factualidade na representação do outro. Nesse gênero, chamado de “realismo etnográfico”, o nativo, sempre passivo, era submetido a uma autoridade soberana, produtora de um texto etnográfico e de uma voz autoral de caráter monológico, que não questionava o caráter da relação de poder entre observador e observados.

A alternativa proposta foi a construção de “etnografias experimentais”, que passam a ter como modelos a dialogia ou melhor ainda, a polifonia. O objetivo final seria fazer com que o etnógrafo agora se diluísse no texto, minimizando sua presença, dando espaço aos outros, que antes só apareciam através dele. A produção dialógica obriga os pesquisadores a encontrar várias formas de apresentar realidades que são negociadas, intersubjetivas e repletas de relações de poder. Sob este prisma a cultura é

²¹⁹ PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Brasília, UNB, 1992, p.15.

²²⁰ A bibliografia acerca do debate sobre o pós-modernismo na antropologia é vastíssima, múltipla e já tem algum tempo. Diálogo fecundo com a matriz brasileira pode ser encontrado em CARVALHO, José Jorge de: “O Olhar Etnográfico e a Voz Subalterna” e “Poder e Silenciamento na Representação Etnográfica”, ambos disponíveis na íntegra, na Série Antropologia, - http://www.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm – com os números 261 e 316, respectivamente.

sempre relacional, uma inscrição de processos comunicativos que existem historicamente entre sujeitos e relações de poder. A autoridade monofônica é questionada, e o dialogismo e a polifonia reconhecidos como modo de produção textual; a posição do antropólogo é relativizada, ele não é mais um sujeito cognoscente privilegiado e o ponto de vista nativo se torna meta inalcançável, pois as vozes são todas equiparadas.

Se os etnógrafos clássicos acreditavam ser possível ir além da diversidade das experiências de campo, de modo a reconstruir a totalidade, os pós-modernos contudo, negam a possibilidade de reconstruir uma totalidade que dê sentido a todas as posições diversas. O que o antropólogo pode fazer é inscrever processos de comunicação em que ele é apenas uma das muitas vozes. Ele pode evocar, sugerir conexões de sentido, provocar, ironizar, mas não descrever totalidades culturais. Essa perspectiva inverte o procedimento clássico, pois o autor não mais se esconde para afirmar sua autoridade científica, mas se mostra para dispensar sua autoridade.

Adverte Selma Baptista²²¹ que não há uma tendência única na antropologia pós-moderna. Há uma corrente principal, chamada de “meta-etnográfica” ou “meta-anropológica”, à qual pertencem James Clifford, George Marcus, Michael Fisher e o próprio Geertz, que acabou se engajando mais tarde. Essa corrente faz uma crítica dos recursos retóricos e autoritários da escrita etnográfica convencional, apontando alternativas. Também chamada de “antropologia da antropologia”, esta tendência deu abertura para o que veio, mais tarde, e a partir da iniciativa de antropólogos “periféricos”, a ser denominado de “estilística” da antropologia.

A segunda tendência, poderia ser caracterizada como uma “etnografia experimental”, envolvida na busca de uma redefinição das práticas. Seus representantes mais conhecidos são Paul Rabinow e Vincent Crapanzano.

A terceira, que pode ser caracterizada como a “vanguarda” pós-moderna da antropologia, representada por Stephen Tyler e Michael Taussig, busca o rompimento definitivo da autoridade etnográfica com o uso simbólico da montagem e da colagem nos textos, de forma a produzir interpretações nas quais a literatura, as reproduções de falas dos informantes, através de recursos variados, compõem textos cujo único

²²¹ BAPTISTA, Selma. Representação social na contemporaneidade: parâmetros experimentais na pesquisa e na escrita etnográficas, e as possibilidades de um diálogo interdisciplinar. *Anais do VIII Congresso Internacional da ABRALIC*. Belo Horizonte, ABRALIC, 2002, *CD-ROM*.

compromisso é criar no leitor condições mais propícias para a interpretação de certo tema ou aspecto narrado.

Várias são as críticas ao realismo etnográfico, que caracteriza a maior parte das etnografias clássicas e modernas: a forma pela qual é constituída a “autoridade” nas etnografias realistas; o generalismo do texto (apesar do trabalho de campo ser restrito no tempo e no espaço); o uso dos jargões (demonstração simbólica da competência antropológica do autor). Em contraposição, os textos experimentais incluíam a auto-reflexão do autor, as marcas da enunciação (escrita em primeira pessoa) e a negociação entre o etnógrafo e o sujeito analisado, e que teriam como resultado não uma interpretação coerente do outro, mas um misto de múltiplas realidades negociadas em textos etnográficos de autoria dispersa.

Aponta George Marcus a obra *Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem*, de Michael Taussig como um exemplo-chave do uso da montagem na representação alternativa de discurso, consciência e memória. Taussig opta pela montagem como estratégia narrativa que tem como finalidade a apresentação de diversas facetas do objeto em observação, privilegiando a pluralidade de vozes que o descrevem, experimentam, sentem.

Taussig, fortemente inspirado no conceito de montagem elaborado por Walter Benjamin, baseada no uso do fragmento, na polifonia que, muitas vezes, toma a palavra do autor e na participação ativa do leitor no processo interpretativo, propõe a justaposição de fragmentos do pensamento, como um relato jornalístico e um verso brechtiano, em busca de uma narrativa contra o terror, em sua etnografia sobre a violência colonial no início do século XX e o xamanismo atual na região do Putumayo, Colômbia.

Taussig inicia seu livro com as seguintes palavras:

A maior parte de nós conhece e teme a tortura e a cultura do terror unicamente através das palavras dos outros. Por isso preocupo-me com a mediação do terror através da narrativa e com o problema de escrever eficazmente contra o terror.²²²

Analisa, então, as formas através das quais diferentes atores narraram a prática violenta. Entre essas narrativas, estão romances, publicações de comentaristas estrangeiros e de jornalistas locais da época colonial, relatórios oficiais encaminhados ao então Ministério das Relações Exteriores da Grã-Bretanha a respeito das atividades

de colonização e cartas pessoais de funcionários coloniais. Interessam a Taussig as estratégias narrativas presentes nos textos em questão, o tom com que comunicam o terror, a forma como se apropriam dos acontecimentos para atribuir sentidos à experiência da tortura e da morte.

Como pequena síntese, pode-se afirmar que esses antropólogos pós-modernos sacudiram os alicerces disciplinares e, por isso mesmo, sofreram diversas críticas, a principal delas os acusava de promover um suicídio disciplinar.

Após vários desdobramentos e implicações, pode-se concluir que a etnografia permanece, mas não será a mesma.

²²² TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

A Literatura Comparada

“Literatura (...) não é um fenômeno natural como a mudança de dia e noite ou os elefantes africanos.”

Gebhard Rusch.

Já há algumas décadas se esboça um recartografar dos campos disciplinares, tendo-se em vista uma maior disseminação da crítica ao partilhamento positivista dos saberes. Pretensos métodos neutros são abandonados em favor de abordagens baseadas em problemas. A ciência “pura” buscava o mensurável e o reproduzível. Por isso, segundo Adriana Dorfman ela

excluiu da pauta de discussão uma série de práticas que, por encontraram-se no campo do discrepante, excêntrico, exótico, imoral, ilegal ou imaterial tornavam-se impalpáveis para a pesquisa. A criação de uma fronteira de contato entre a arte e a ciência propicia a exposição ou o re-posicionamento desses objetos antes excluídos; [somos estimulados a] entrar nos domínios interditados por Augusto Comte, rumo ao abstrato, ao falatório, à probabilidade, ao plural, a um universo aberto de variedades.²²³

Para Dorfman se buscam metodologias fronteiriças, suas aderências, conexões, limites, membranas, vizinhanças, que extrapolem as estruturas universitárias micro-territoriais constituídas ao redor de relações de poder nos estabelecimentos de ensino.

Assim, sentidos são entrecruzados no tempo e no espaço. Escritos são desdobrados, possibilitando detectar ecos, filiações, re-configurações e reproduções de significados.

As imagens interculturais, complexificadas pela multivocalidade atual, só podem ser elaboradas a partir de relações históricas específicas de dominação e diálogo.

Julga Carlos Rizzon que

Ao contextualizar o espaço dos discursos do campo literário, hoje, é necessário considerar noções de territórios discursivos mais amplos, reconhecendo-se as inter-relações dos saberes e as interfaces entre as diversas disciplinas do campo de conhecimento das ciências da linguagem. Os paradigmas pós-estruturalistas enunciados pelas teorias da multiplicidade, da desconstrução, da reversão de valores, da descontinuidade, do pensamento rizomático abalaram as reflexões que caracterizavam a literatura a partir de uma singularidade dos discursos produzidos por uma cultura, destituindo visões lineares, cumulativas e etnocêntricas.

A des-hierarquização das produções culturais e formas literárias, a aproximação e operacionalização do conhecimento de outras disciplinas e o trânsito entre linguagens distintas estabelecem um limiar que possibilita entrecruzamentos, congregando entre-espacos e pontos de abertura para a multiplicidade, a diversidade, a outridade. As demarcações dos limiares são desveladas pelo intérprete/leitor, que desconstrói modelos prévios e institui o

²²³ DORFMAN, Adriana. “O Espaço Interdisciplinar” *In Revista Eletrônica Colofão*, n. 3.

saber móvel, instalando e deslocando fronteiras no desdobramento de evidências que re-configuram o texto.²²⁴

A teoria da literatura comparada, hoje, afronta o bom-mocismo da crítica literária ortodoxa e, ao propor requintadas dissonâncias, desconstrutoras de explicações cristalizadas, redesenha novas estéticas.

A expressão “estudos literários” significa a coexistência de algumas disciplinas: o comparativismo, a crítica, a história e a teoria de um suposto objeto de estudo comum, a literatura, materializada nos textos literários. Todas essas disciplinas atuam conjuntamente, embora tenham suas especificidades. Diz Tania Carvalhal que todas se diferenciam das demais pelo modo particular de analisar, indagar e problematizar o literário. Ressalta Carvalhal que todas possuem dificuldades terminológicas: a atividade teórica pode ser nomeada de teoria literária, teoria da literatura ou das literaturas, poética, literaturologia; também a literatura comparada é designada por comparatismo, comparativismo literário, literaturas comparadas, crítica comparada, poética comparada, estudos literários comparados, dentre outros termos. Utilizo a nomenclatura literatura comparada porque é com esse nome que a disciplina está institucionalizada no Brasil.

Ainda segundo Carvalhal, essa dificuldade terminológica é devida à própria natureza plural do campo de conhecimento literário. Essas hesitações reafirmariam o pluralismo do campo disciplinar e a imbricação existente entre essas disciplinas.

Alerta Carvalhal, entretanto, que “um objeto científico é menos algo material do que um conjunto de problemas. Isso não impede que essas disciplinas atuem em conjunto e que emprestem, entre si, conceitos operacionais, metodologias ou recursos de investigação”.²²⁵

Para Tania Carvalhal, a relação entre o conceito de literatura comparada e os estudos literários firmaram-se pelo desbravamento da literatura comparada, desde o século XIX, quando “a migração de um elemento literário de um campo literário a outro, atravessando as fronteiras” passou a ser considerado como um dado importante para avaliar as trocas culturais. Para Carvalhal a literatura comparada é hoje plural; assume formas diversas, relacionadas não apenas com os conceitos teóricos que legitimam as metodologias adotadas mas também com os locais onde é exercida. E é

²²⁴ RIZZON, Carlos. “A Prática Interdisciplinar” *In Revista Eletrônica Colofão*, n.3.

²²⁵ CARVALHAL, Tania Franco. “Teorias em Literatura Comparada” *In Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 2, São Paulo, ABRALIC, mai.1994, p. 9-10.

precisamente a diversidade das práticas que possibilita converter seu conjunto em objeto de comparação, visto que não se pode comparar o que é totalmente idêntico.²²⁶

Hoje, opina Ilva Boniatti, o que se percebe nos estudos literários contemporâneos é o sentido de investigação, de reformulação e de questionamento, não só dos elementos visíveis, como o literário e o artístico, mas principalmente dos elementos excluídos pelas pesquisas tradicionais.²²⁷

Chama a atenção José Luís Jobim para o fato de que nas instituições universitárias brasileiras a divisão em departamentos não é apenas administrativa. Os departamentos são concebidos como grandes ajuntamentos de disciplinas que cobrem determinados campos. Pressupõe-se uma totalidade do saber, comprometida pelo isolamento disciplinar e pela insulação dos especialistas que ministram determinados conteúdos e evitam entrar na seara alheia.

Uma das balizas utilizadas para a demarcação de territórios especializados é a idéia de nacionalidade: literatura brasileira, literatura inglesa, literatura francesa, etc., apesar dos riscos de sua aplicação generalizada e acrítica.

Para Jobim, essa ânsia por demarcar territórios acontece para que se possa excluir mais facilmente aquilo que esteja fora dessas fronteiras e dos discursos legitimados.

Afirma Jobim:

a universidade brasileira ainda paga um pesado tributo a uma idéia positivista de divisão do saber em áreas demarcadas, o que pressupõe uma representação de estabilidade do conhecimento bastante questionável, pois mesmo no âmbito disciplinar a imagem de uma continuidade, permanência, reprodutividade e, por conseqüência, estabilidade do saber vem sendo posta em xeque (...) “Disciplina” na verdade é uma arena onde os partidários de diferentes modos de saber competem, cada qual com seu próprio objetivo de compreensão, identificação de problemas e linguagem privilegiada.²²⁸

O percurso do uso sistemático da comparação é longo.

É o caso dos *Essais* de Michel de Montaigne, escritos no final do século XVI e que, nas palavras de Tania Carvalhal são uma

²²⁶ CARVALHAL, Tania Franco. “Literatura Comparada: a estratégia interdisciplinar” In *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n.1, Niterói, RJ, Rocco, 1991, p.9.

²²⁷ BONIATTI, Ilva Maria. “A institucionalização da Literatura Comparada na Universidade de Caxias do Sul” In VIII Encontro de Jovens Pesquisadores da UCS, 2000, Caxias do Sul, RS, Resumo dos Trabalhos, 2000, p.122.

²²⁸ JOBIM, José Luis. “A Crítica da Teoria: uma análise institucional” In *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v.2. São Paulo, ABRALIC, mai. 1994, p. 71.

obra na qual o autor se vale longamente da comparação e do contraste, sobretudo como recurso crítico, para examinar o “Velho Mundo” à luz das diferenças de usos e costumes entre a Europa e os novos territórios descobertos.
229

Para Carvalhal o comparatista deve procurar equilibrar diferenças e convergências em suas análises de confrontos culturais e parafraseando Earl Miner (no livro *Comparative Poetics*), “evitar tomar o local pelo universal, o momentâneo pelo constante e, acima de tudo, o familiar pelo inevitável”.²³⁰

Fazendo-se um breve histórico da literatura comparada,²³¹ se constata que desde o início do século XIX comparar literaturas era a preocupação de alguns estudiosos. Atestam essa afirmação o *Cours de peinture et littérature comparée*, de J.F.Sobry (1810), uma referência à “história comparativa das artes e da literatura” em um livro sobre história da poesia, de J.J.Ampère (1830) e a formulação de alguns princípios fundamentais do que era considerada uma “história da literatura comparada” (propondo visão integrada da história da literatura, da filosofia e da política) para cursos ministrados por Philarète Chasles no *Collège de France* (1840).²³²

Julga Sandra Nitrini que o marco temporal da institucionalização do comparatismo foi o século XIX, quando diversas cadeiras de literatura comparada foram criadas em universidades européias. Essa primeira fase foi posteriormente denominada de “Escola Francesa” que tinha, com ressalvas, certa preocupação interdisciplinar, já que o conceito-chave nessa época era o de influência.

Comenta Nitrini que a circunscrição disciplinar do comparatismo é, sem dúvida, uma invenção francesa. Dominante até a primeira metade do século XX, teve como primeiro autor realmente importante Paul Van Tieghem, cuja obra mais importante, publicada em 1931, foi *La Littérature Comparée*. Foi desse autor a formulação da distinção, vigente à época, entre literatura comparada e literatura geral. Para Tieghem enquanto o comparatismo teria por objeto o estudo das relações entre duas ou mais literaturas, a literatura geral faria uma síntese dos fatos comuns a várias literaturas.

Essa distinção foi alvo de muitos questionamentos, que podem ser sintetizados no argumento do crítico René Wellek, tcheco radicado nos EUA, que se notabilizou por

²²⁹ CARVALHAL, Tania Franco. “A Literatura Comparada na era da globalização”. *Anais do V Congresso Internacional da ABRALIC*. Rio de Janeiro, ABRALIC, 1997, v. 1, p. 113.

²³⁰ *Idem*, p. 119.

²³¹ Lembro que o objetivo deste trabalho é o delineamento dos contornos mais recentes do comparatismo.

²³² COUTINHO, Eduardo. “Literatura Comparada: uma disciplina interdisciplinar” *In Cadernos da Pós-Graduação*, n. 4, UEMG/Campus da FUNEDI, Divinópolis, MG, nov. 2002.

ter desferido inúmeras críticas, durante o II Congresso Internacional de Literatura Comparada, em 1958, ao que chamava de obsolescência metodológica que, em sua opinião, era caracterizado por: demarcação artificial de temas, conceito mecanicista de fontes e influências e motivação por nacionalismo cultural:

Esta distinção, sem dúvida, é insustentável e impraticável. Por que se poderia, por exemplo, considerar literatura “comparada” a influência de Walter Scott na França, enquanto um estudo de romance histórico durante o período romântico seria visto como literatura “geral”?²³³

Já a segunda fase, marcada pelo desenvolvimento da “Escola Americana” a partir dos anos 1950, enfatizou o cunho interdisciplinar, notadamente pela aproximação do comparatismo com outras disciplinas acadêmicas e com metodologias diversificadas.

Um representante dessa escola, Henry Remak tentou definição sucinta:

Literatura Comparada é o estudo da literatura, além das fronteiras de um país particular; e o estudo das relações entre literatura, de um lado, e outras áreas de conhecimento, e da crença, tais como as artes (ex: pintura, escultura, arquitetura, música), filosofia, história, ciências sociais, religião, etc., de outro. Em suma, é a comparação de uma literatura com uma outra ou outras, e a comparação da literatura com outras esferas da expressão humana.²³⁴

Embora hoje não exista mais sentido em se falar de “escolas”, afirma Nitrini, durante bastante tempo aconteceu acalorado debate entre os partidários desses dois posicionamentos. Quem fez avaliação sensata foi Harry Levin:

Já vivemos com crises sociais e políticas demais. A crise na literatura comparada, longe de ser um conflito franco-americano de linhas nacionalistas, tem sido uma questão metodológica entre duas gerações – e, enquanto tal, uma manifestação de crescimento. (...) Nossos problemas são os mesmos, e devemos continuar como parceiros na busca de solução.²³⁵

Uma dificuldade recorrente é a delimitação do campo disciplinar, sempre mutável. Debates acerca do método comparatista e sobre a especificidade de seu objeto atravessaram todo o século XX e até hoje não se chegou a um consenso.

O comparatismo literário geralmente é definido como o estudo sistemático da relação existente entre textos e/ou discursos que têm sido aceitos como literários e

²³³ WELLEK, René. A crise da literatura Comparada In COUTINHO, Eduardo; CARVALHAL, Tania Franco (orgs.). *Literatura Comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 108-119 *Apud* NITRINI, *Op. cit.*, p. 26.

²³⁴ REMAK, Henry. Comparative Literature; its definition and function In *Comparative Literature Method and Perspective*. Carbondale, London/Amsterdam, Southern Illinois University Press/ Feffer S. Simons, 1971 *Apud* NITRINI, *Op. cit.*, p.28.

²³⁵ LEVIN, Harry. Comparando a Literatura In COUTINHO; CARVALHAL. *Op.cit.*, p. 274-294 *Apud* NITRINI, *Op. cit.*

outros textos e/ou discursos que tenham sido incorporados ou não no sistema literário.²³⁶

Ótimo panorama do comparatismo hodierno é fornecido por Eduardo Duarte:

Se o horizonte epistemológico da Literatura Comparada busca recortar-se na contemporaneidade como “a conjunção heteróclita de vários olhares” para o estabelecimento de um “espaço nômade do saber”, segundo a precisa expressão de Eneida Maria de Souza,²³⁷ é porque o saber hoje perseguido pelo comparativista, longe das totalizações e das certezas essencializantes, reivindica a diversidade mais que a unidade e procura dar ouvidos à dialogia que emana da cena necessariamente plural da cultura contemporânea. Cena que gera um novo olhar, também pluralista, na direção do legado cultural do passado, nele descobrindo falas até então veladas pelos sentidos dominantes.²³⁸

Ensina Eduardo Coutinho que, embora surgido no século XIX, no apogeu do historicismo, do positivismo e da compartimentação dos saberes acadêmicos oriunda da divisão de trabalho da era moderna, o comparatismo, desde o início, foi constituído como disciplina acadêmica em oposição às literaturas nacionais, portanto com perspectiva transdisciplinar. Mas, enquanto a produção literária das diversas nações eram pensadas como entidades políticas homogêneas, a literatura comparada se expressava sob o rótulo, profundamente questionável na atualidade, de tradição ocidental.

Apesar da maleabilidade de seu caráter interdisciplinar, estudando outras manifestações artísticas e freqüentando outros terrenos disciplinares, a literatura comparada em sua fase de estabelecimento sempre reconheceu as fronteiras acadêmicas: “um estudo comparatista sobre o tema do incesto ou da revolução, por exemplo, era abordado por um viés que enfatizava o literário e não o psicanalítico ou o sociológico respectivamente, com o objetivo explícito de deixar clara a diferença entre as duas áreas”.²³⁹

Diz Coutinho que em sua fase de configuração e consolidação a disciplina nunca questionou as bases que lhe serviam como referenciais: os conceitos de nação, idioma e literariedade.

Hoje, entretanto, a situação é diferente. A obra literária deixa de ser encarada como fato natural, a literatura passa a ser vista como uma prática discursiva

²³⁶ Ver Representações (materiais) da narrativa *In* OLINTO; SCHØLLHAMER, *Op.cit.*, p 57.

²³⁷ SOUZA, Eneida Maria de. “Literatura Comparada - o espaço nômade do saber” *In Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 2, São Paulo, ABRALIC, mai.1994, p. 19-24.

²³⁸ DUARTE, Eduardo de Assis. Classe, Gênero, Raça. A Literatura Comparada no Milênio. *Anais do V Congresso Internacional da ABRALIC*. Rio de Janeiro, ABRALIC, 1997, v. 1, p. 412.

²³⁹ COUTINHO, 1998, *Op. cit.*

intersubjetiva dentre outras e o conceito de literariedade já não passa de construção elaborada por razões de ordem histórico-cultural.

A prática comparatista, antes coesa, se difunde em reflexões variadas, conscientes da condição discursiva e do *locus* de enunciação. Citado por Coutinho, o crítico Hillis Miller se referiu à mudança: da “ênfase do estudo retórico intrínseco da literatura para o estudo de suas relações extrínsecas e sua localização nos contextos histórico, psicológico e sociológico”.²⁴⁰

O interesse passa da natureza e função da literatura para a tentativa de compreensão das várias contradições da categoria do literário em culturas diversas. A contextualização passa a ser a nova palavra de ordem e o critério exclusivamente estético passa a ser afrontado, sendo agora encarado como mais um dentre outros critérios de valor, associado a outros fatores que envolvem obrigatoriamente o político.

Explica Coutinho que o comparatismo nunca manteve limites inflexíveis com os discursos da teoria, da crítica e da historiografia literárias.

A teoria, defendida por René Wellek e Austin Warren em seu clássico livro *Teoria da Literatura* (1942), como o estudo dos princípios da literatura, suas categorias, seus critérios, aliada à aspiração totalizadora das correntes imanentistas do período posterior à Segunda Guerra Mundial, buscava freneticamente modelos generalizadores e extensivos a qualquer contexto, independentemente das circunstâncias históricas e culturais da produção e da recepção; a pretensão era a busca de leis, de regras válidas em toda circunstância.

O resultado foi o arraigamento e disseminação de profundo etnocentrismo que tomava como referencial canônico a Europa.

A partir dos anos 1970, com as contribuições intelectuais do desconstrucionismo, da Nova História, dos estudos culturais e pós-coloniais, a teoria literária se historicizou, abandonou o anseio universalista, o texto literário se explicitou como discurso, como linguagem, como espaço de reflexão complexo, mutável, contraditório, provisório e político.

Afirma Coutinho que também a crítica abandona parâmetros tidos até então como inalteráveis, a tradição sobre a qual se apoiava passa a ser denunciada como falocrática, racista, e o lugar de enunciação não mais é camuflado, problematizando

²⁴⁰ *Idem, Ibidem.*

agora textos que não possuíam status de literariedade, o que complexifica qualquer abordagem.

Já a historiografia literária, antes relegada a plano secundário ou preocupada em estabelecer séries cronológicas artificiais, na contemporaneidade descarta toda noção de evolucionismo, de progressão, e é vista como reescritura permanente de textos anteriores com o olhar do presente; as narrações passam a ser compromissadas com o tempo e o lugar da enunciação, concebidas como a história da produção e da recepção de textos que são, concomitantemente, documentos do passado e experiências do presente.

Adverte Coutinho que as barreiras entre o comparatismo e a teoria, a crítica e a historiografia literárias nunca se sustentaram na prática e pergunta:

E, se tais tentativas de compartimentação já não tinham suporte substancial na fase tradicional da disciplina, o que dizer agora, na era do multiculturalismo, em que a própria identidade do texto literário foi posta em questão, e marcas indistigáveis de heterogeneidade pontuam qualquer mapeamento das histórias humanas? ²⁴¹

Os estudos literários abrangem, portanto, a teoria literária, a literatura comparada, a historiografia literária e o trabalho da crítica propriamente dita. São indissociáveis.

Para Reinaldo Marques a literatura comparada vem se constituindo num locus de enunciação exposto à heterogeneidade dos discursos. Há um intento real de ultrapassar posições críticas fundamentadas tanto em um pensamento binário, com sua lógica opositiva e excludente, quanto em prerrogativas que garantam a determinados discursos ou campos disciplinares a possibilidade de transcendência e totalização. ²⁴²

A esfera de ação do comparatismo na atualidade é bastante ampla, como nos mostra o sempre referido, por especialistas da área, Relatório Bernheimer, realizado em 1993 e apresentado à Associação Americana de Literatura Comparada para vasto debate. Ao fazer uma análise dos rumos da literatura comparada durante os últimos anos nas universidades norte-americanas, os autores desse relatório concluíram que:

Estudos valiosos usando modelos tradicionais de literatura comparada ainda estão sendo produzidos, naturalmente, mas estes modelos pertencem a uma disciplina que, por volta de 1975, já se sentia cercada e na defensiva. O espaço disciplinar hoje envolve comparações entre produções artísticas comumente estudadas por diferentes disciplinas; entre várias construções culturais daquelas disciplinas; entre tradições culturais ocidentais, tanto erudita quanto popular, e aquelas das culturas não ocidentais; entre produções pré e pós contato cultural

²⁴¹ *Idem, Ibidem.*

²⁴² MARQUES, 2001, *Op.cit.*

dos povos colonizados; entre construções de gênero definido como feminino e aqueles definidos como masculino, ou entre orientações sexuais definidas como normais e aquelas definidas como “gay”; entre modos de significação racial e étnico; entre articulações hermenêuticas de significação e análises materiais de seus modos de produção e de circulação; e muito mais. Estes modos de contextualizar a literatura em amplos campos do discurso, cultura, ideologia, raça e gênero são tão diferentes dos antigos modelos de estudos literários, de acordo com autores, nações, períodos e gêneros, que o termo “literatura” pode não descrever mais adequadamente nosso objeto de estudo.²⁴³

Para os críticos tradicionais, confrontados com essa outra possibilidade da ordem, isto deve ter causado o mesmo estremeamento em suas certezas classificatórias que Foucault causou em seus leitores ao apresentar aquela enciclopédia chinesa citada no prefácio de *As palavras e as coisas* e que ensinava que os animais se dividem em:

a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pêlo de camelo, l) *et coetera*, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas.²⁴⁴

Aponta Fabiana Souza que esta série transgride todo pensamento possível, ao mesmo tempo que gera a suspeita de uma desordem diferente da incongruência e da inconveniência das aproximações, “a desordem que faz cintilar os fragmentos de um grande número de ordens possíveis na dimensão, sem lei nem geometria, do *heteróclito*.”²⁴⁵

Citando essa enciclopédia Foucault queria destacar que ordem, espaço e fala estão em íntima relação; a revolta de certos intelectuais contra propostas novas decorre do receio diante das transformações ocorridas na ordem familiar e estabelecida.

Segundo Jaime de Almeida, desde os anos 1970 os relatos historiográficos da história propriamente dita e também os da história literária foram inquiridos acerca de suas premissas, intentos e configurações. O teórico da literatura Hans Robert Jauss, criador da Estética da Recepção, que pensa a literatura como um sistema definido pela produção, recepção e comunicação, estabelecendo uma dialética entre autor, obra e leitor, foi um dos críticos mais incisivos, tanto da história sintética universalista e totalizante, compreendida como uma concatenação cumulativa unidirecional, quanto de uma história literária escrita a partir de uma compilação de autores e obras encadeadas numa narração que colocava em seqüência estilos e épocas relativamente homogêneas.

²⁴³ NITRINI, *Op.cit.*, p.120-121.

²⁴⁴ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo, Martins Fontes, 1995, p. 5.

A historiografia literária está, desde então, procurando distanciar-se das velhas teses monocausais e globalizantes e dos conceitos evolutivos lineares, e busca explicações multicausais, funcionais e estruturais para formular novos modelos teóricos que dêem conta dos complexos processos de transformação do fenômeno literário. Este situa-se agora numa teia comunicativa complexa e dinâmica em que se destacam a relação texto/leitor em contextos históricos datados, com seus respectivos horizontes de expectativa, bem como a explicitação da presença ativa do autor e sua inserção em estruturas institucionais de saber e poder.²⁴⁶

A partir dos anos 1990, a voz autoral particular das grandes histórias “unitárias” da literatura está sendo substituída por coletâneas de ensaios de autoria e temática múltiplas que assinalam margens de consenso/dissenso de subgrupos em constante deslocamento no interior de uma comunidade sem identidade perceptível.²⁴⁷

Sugere também que o que se realiza na atualidade é a escritura de histórias e poéticas no plural.

Em esclarecedor ensaio Heidrun Krieger Olinto indaga o que pode ser, hoje, assumido como literatura. Diz que a comunidade de especialistas possui extensão não calculável e que não tem identidade nítida, indicando falta de interesse em assumir vínculos teóricos conclusivos. Comenta que essa falta de atração por projetos programáticos fica evidente nos vários manuais de teoria literária editados, demonstrando a recusa por qualquer direção perceptível, preferindo optar pelo consenso ou dissenso de diversos subgrupos. A área literária possui várias coordenadas e nenhum vetor conclusivo.

Menciona a publicação, na Alemanha, de recente obra introdutória que assume simplesmente que o objeto da ciência da literatura não existe, o que provoca mistura de “felicidade e pavor”,²⁴⁸ porque nas palavras de Olinto, “a promessa de encanto pela constante inovação reflexiva assusta pelo impossível desenvolvimento de um saber cumulativo, linear”.²⁴⁹

Para uns, impressão de perda e transitoriedade; para outros, estímulo pela abertura de caminhos e auto-reflexões.

²⁴⁵ SOUZA, Fabiana Marques de Carvalho. “Ceticismo na Arqueologia de Michel Foucault” *In Dubito Ergo Sum* - Sítio cético de literatura e espanto. Texto eletrônico disponível em <http://paginas.terra.com.br/arte/dubitoergosum/arq67.htm>

²⁴⁶ ALMEIDA, Jaime de. *Op. cit.*, p. 42-3.

²⁴⁷ *Idem, Ibidem*. Nessa parte de seu trabalho, Almeida aponta como sua principal referência o artigo de Heidrun Krieger Olinto, intitulado “Como falar de histórias (de literatura?) hoje?” *In Palavra*, n. 7, 2001, p. 114-123.

²⁴⁸ FOHRMANN, J. e MÜLLER, H. (eds.). *Literaturwissenschaft*. München, Fink, 1995.

²⁴⁹ OLINTO, 2001, *Op.cit.* - Texto eletrônico disponível em http://www.suigeneris.pro.br/literatura_1001.htm.

Manifesta-se nesse embaralhamento de pressupostos epistemológicos, metodológicos, teóricos, a sensação sensocomunal disciplinar da urgência em propor alguma construção de sentido que possibilite qualquer convenção homogeneizadora a algo que ainda se percebe como devotada aos estudos da literatura.

E se a história da literatura não pode mais ser pensada como um encadeamento cumulativo unidirecional, o que fazer? Olinto fornece alguns exemplos, dos quais selecionei dois:

Um primeiro exemplo mencionado é a obra coletiva *Columbia literary history of the United States*,²⁵⁰ que se diferencia por ser construída como galeria de arte, possuindo diversas “entradas” que levam a vários “corredores”; diverge de projetos anteriores de história da literatura que buscavam homogeneidade porque sua estruturação acentua a complexidade, a contradição, a diversidade. Seus editores abdicam de qualquer intervenção sintetizadora, consentindo na publicação das colaborações dos inúmeros autores na forma original.

Considera Olinto que

ao leitor, permite-se, desta forma, a experiência paradoxal do confronto de elementos articulados aleatoriamente numa estrutura harmônica ou dissonante sem síntese.²⁵¹

Outro empreendimento digno de nota é uma obra com mais de mil e cem páginas, “de orientação filosófica divergente e de origens nacionais, geográficas, disciplinares, étnicas, raciais, e culturais não sintonizáveis”.²⁵² Trata-se da *A new history of French Literature*.²⁵³

O editor explica que o projeto foi idealizado para um leitor mediano e que a literatura francesa não é exposta como inventário de autores e títulos, mas como grande conjunto de perspectivas culturais e históricas. Assegura Olinto que o objetivo do organizador não foi elaborar nada nos moldes tradicionais enciclopédicos: portanto não apresenta nem uma narrativa histórica contínua nem um dicionário ordenado alfabeticamente.

A alternativa proposta por Hollier funda-se no princípio da montagem, do arranjo de fragmentos, sem pretensão de compor imagens unificadas. (...) o livro é concebido para produzir efeitos de heterogeneidade e dispersão problematizando as categorias tradicionais da maioria das histórias de literatura

²⁵⁰ ELLIOT, T. et alii. *Columbia literary history of the United States*. New York, Columbia UP, 1998.

²⁵¹ OLINTO, 2001, *Op. cit.*

²⁵² *Idem, Ibidem.*

²⁵³ HOLLIER, Denis (org.). *A new history of French Literature*. Cambridge, Harvard UP, 1989.

que, ao contrário, procuram a síntese (...) E, deste modo, leitores - leigos e profissionais - são estimulados a compor o seu próprio menu individual e a participar de um circuito comunicativo por princípio aberto e interativo.²⁵⁴

Quero incluir nessa relação uma obra publicada no Brasil. Trata-se do livro *Nenhum Brasil Existe*,²⁵⁵ uma seleção de oitenta e oito ensaios assinados por professores e pesquisadores da literatura nacional, de todas as correntes possíveis, que discorrem sobre diversos temas relativos à cultura nacional, no qual é rechaçada qualquer idéia sobre uma possível síntese da historiografia literária.

Observa Heloisa Toller Gomes que, independentemente de alguma crise, da desconfiança para com a pertinência de denominações convencionais, estudiosos de literatura, ao mencionar o lugar de onde falam, continuam a se qualificar, até entre seus pares, como professores de literatura.

Mesmo que os estudos culturais estejam espantando os resquícios do beletrismo e ajudando no reconhecimento dos fortíssimos componentes ideológicos subjacentes à maior parcela da literatura ocidental, não têm tido interesse em fornecer fundamentação que satisfaça no tocante ao manuseio crítico do material literário.

Afirma Gomes: “A questão do literário permanece latente, voltando recorrentemente à tona com a força do reprimido”.²⁵⁶ Lembro que em seu último livro, *The Literary in Theory*, lançado nos EUA em outubro deste ano, Jonathan Culler desenvolve o tema: teria a teoria negligenciado o literário?

Embora o limite do literário esteja cada vez mais difuso, seus praticantes necessitam de uma moldura conceitual mínima. Medos pairam no ar.

Mostra um dos possíveis medos Rildo Cosson:

Quero iniciar essa reflexão lembrando de um conto de Murilo Rubião, intitulado *Teleco, o coelhinho*. Nesse conto, *Teleco*, a personagem principal que dá nome ao conto, é um coelho que não é bem um coelho. Na verdade, *Teleco* é uma metamorfose ambulante, pois se transforma continuamente em diversos animais. Ele é referido como um coelhinho porque é assim que se apresenta no primeiro encontro com o narrador, mas também pode ser cavalo, pulga, leão, porco do mato, ave já extinta e até mesmo um canguru que se acredita homem com o nome de Barbosa. Em suma, como confessa, a versatilidade é o seu fraco. Enquanto passa de uma forma a outra para divertir ou agradar, o narrador acolhe *Teleco* em sua casa e o mantém sem qualquer questionamento sobre a identidade primeira do coelhinho. O problema surge quando transmutado em canguru e de posse de uma namorada, *Teleco* afirma ser um homem com o nome de Barbosa.

²⁵⁴ OLINTO, 2001, *Op. cit.*

²⁵⁵ ROCHA, João Cezar de Castro (org.). *Nenhum Brasil Existe: Pequena Enciclopédia*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2003.

²⁵⁶ GOMES, Heloisa Toller. “Identidade Literária e Interdisciplinaridade: Literatura, Antropologia e História”. *Anais do VIII Congresso Internacional da ABRALIC*. Belo Horizonte, ABRALIC, 2002, CD-ROM.

A partir desse momento, tudo se complica e o outrora amável coelhinho termina sendo expulso da casa do narrador.

A situação atual da Literatura Comparada parece ter muitos pontos de ligação com aquela vivida por Teleco. A disciplina, que nunca teve seus limites rigidamente estabelecidos, tem se ocupado de tantas matérias que já não se sabe bem se ela deve mesmo se chamar Literatura Comparada ou Estudos Culturais ou Comparatismo Cultural. O certo é que uma literatura comparada ocupada em estabelecer o sucesso de um autor em outro país ou as relações de influências e débitos entre duas literaturas nacionais, conforme seus primórdios no século XIX, parece muito distante das atuais práticas comparatistas, que quebram o par literatura/literatura em favor dos pares literatura/artes e literatura/humanidades. (...)

[Nas notas de seu artigo, Cosson lembra que] Ao final do conto de Murilo Rubião, Teleco, o coelhinho, esgota-se em múltiplas metamorfoses, num processo incessante que já não tem como controlar. A última metamorfose é a transformação em uma criança encardida e sem dentes. Morta. Será esse o destino possível e temido das metamorfoses da Literatura Comparada?²⁵⁷

No decorrer do texto, Cosson afirma que, sem desconsiderar a pertinência do questionamento sobre o lugar institucional da literatura comparada, vai mudar um pouco de perspectiva e acaba se apropriando do ensaio de Tania Carvalhal, intitulado *Literatura Comparada: a estratégia interdisciplinar*, no qual a autora, certamente um dos maiores expoentes da disciplina em nosso país e recentemente falecida,²⁵⁸ analisa o percurso teórico e histórico que faz a literatura comparada passar de uma disciplina centrada nas relações literárias de duas nações para o estudo das relações entre as disciplinas das ciências humanas. Na perspectiva de Carvalhal, essa passagem acontece por meio de um processo de “*mise en relation*” que é a característica básica da disciplina. Em outras palavras, continua Cosson, é porque a literatura comparada sempre se preocupou em pôr em relação duas literaturas que agora passa a colocar em relação as disciplinas. Trata-se de uma ampliação de campo que, partindo das relações interliterárias, passa pelas relações interartísticas e chega às relações intersemióticas e interdisciplinares. Desse percurso, resulta outra definição do comparatismo. A disciplina deixa de ser simples ramo da história literária para se configurar como

uma prática intelectual que, sem deixar de ter no literário o seu objeto central, confronta-o com outras formas de expressão cultural. É, portanto, uma maneira específica de interrogar os textos literários, concebendo-os ou não como sistemas fechados em si mesmos, mas na sua interação com outros textos, literários ou não.²⁵⁹

²⁵⁷ COSSON, Rildo. “A contaminação como estratégia comparatista” *In Dubito Ergo Sum* - Sítio Cético de literatura e Espanto. Texto eletrônico disponível em <http://paginas.terra.com.br/arte/dubitoergosum/convidado09.htm>.

²⁵⁸ Setembro de 2006.

²⁵⁹ CARVALHAL, Tânia. 1991, *Op.cit.*, p. 13.

O desenvolvimento recente da literatura comparada no Brasil está intimamente relacionado com sua institucionalização. As duas principais associações representativas em nosso país são a ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada)²⁶⁰ e a ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística).²⁶¹

Tem-se notícia que em 1984 alguns professores de literatura planejaram, durante encontro de coordenadores de pós-graduação ocorrido na sede da CAPES/MEC, em Brasília, a criação de uma organização comparatista de âmbito nacional.²⁶²

Posteriormente, aproveitando a realização do XI Congresso da Associação Internacional de Literatura Comparada em Paris, no ano de 1985, os brasileiros participantes do evento decidiram fundar a ABRALIC, que a princípio ficaria sediada na capital federal. Optaram, entretanto, quando de seu regresso ao Brasil, pela constituição da entidade durante as atividades do I Seminário Latino-Americano de Literatura Comparada, que ocorreu de 08 a 10 de setembro do ano seguinte, na UFRGS. A data precisa de fundação foi 09 de setembro de 1986, sendo eleita a professora Tania Franco Carvalhal sua primeira presidente.

O sentido de associação foi exemplarmente enunciado por Antonio Candido, já no decorrer do I Congresso da ABRALIC, dois anos depois:

uma entidade que representa uma fase nova da disciplina em nosso meio (...) Penso que a Associação Brasileira de Literatura Comparada, ABRALIC, encerra o período que começou pelas manifestações espontâneas, passou mais tarde à prática individualizada, antes de alcançar o reconhecimento institucional (...) Mas faltava algo importante, e eu diria decisivo: a consciência profissional específica, que se adquire e fortalece sobretudo pelo intercâmbio, os periódicos especializados e a vida associativa, marcada por encontros, simpósios e congressos. Foi o que começou com a ABRALIC.²⁶³

A sede da associação foi sempre itinerante, atualmente está localizada na UFRGS, com consistente projeto de resgate de sua memória. Já realizou dez congressos bianuais. É presidida por José Luís Jobim e pode ser dito, sem medo de erro, que é a associação de pesquisadores de literatura numericamente mais expressiva do país, e que atualmente é a principal entidade da América Latina em sua área.

²⁶⁰ Endereço eletrônico: <http://www.abralic.org.br/>.

²⁶¹ Endereço eletrônico: <http://www.anpoll.org.br/>.

²⁶² BONIATTI, *Op.cit.*

²⁶³ CANDIDO, Antonio. Discurso proferido no I Congresso da ABRALIC. Porto Alegre, UFRGS, junho de 1988. Texto eletrônico disponível em <http://www.abralic.org.br> - História da ABRALIC.

Explica Ilva Boniatti que desde a sua fundação, a ABRALIC tem repensado criticamente o constructo teórico de “literatura nacional”, abordando as relações e diálogos culturais e priorizando as noções de contraste e diferença.

Os congressos da ABRALIC são realizados com periodicidade bienal.

Seu sexto congresso, organizado em Florianópolis - SC, em 1998, é considerado um marco divisor, que teve como temática “Literatura Comparada = Estudos Culturais?”, com instigante chamada de trabalhos:

Ao avaliar as abordagens horizontais (de texto a texto) como práticas ultrapassadas, na medida em que percebe a tendência inegável dos estudos literários na direção de abordagens verticais (que vinculam o local e o global), a ABRALIC propõe que se questionem hierarquias e mediações, acumulações diferenciais de poder e prestígio, linguagens e valores.²⁶⁴

A proposição de seu sexto congresso, efetivado em Florianópolis em 1998, foi a de problematizar as relações cada vez mais próximas entre a literatura comparada e os estudos culturais que, possibilitando a adoção de abordagens teórico-metodológicas alternativas, têm desarticulado e controvertido antigas tradições disciplinares, dentre elas a enunciação de sentenças universais e a revisão de categorias tais como autor, literatura e nação.

Com a criação da ABRALIC e com a publicação e razoável circulação de sua revista a partir de 1991, é aberto um caminho internacional de mão-dupla para o comparatismo brasileiro, que passou a valorizar problemáticas como a identidade cultural e questões filosóficas de ponta, além de utilizar uma metodologia pluridisciplinar, abrindo-se à antropologia, à história e à sociologia, por exemplo.

Elaborando-se uma brevíssima cronologia do exercício da crítica literária no Brasil, pode-se afirmar que de 1930 a 1950 houve o predomínio da chamada crítica de rodapé. De 1950 a 1970 aconteceu uma oposição direta à crítica de jornal, enquanto as faculdades de Letras buscavam crescente legitimidade. E a partir dos anos 70 se desenvolveram estudos mais especializados a partir da criação dos cursos de pós-graduação. A novidade a ser destacada a partir da década de 80 passada é a aproximação entre a academia e o jornalismo cultural, com a emergência do “intelectual pop”.

Ensina Gilda Bittencourt que, desde o século XIX, alguns estudiosos já exerciam o comparatismo em nosso país, porém de modo não sistemático. É indicado como precursor o ensaísta Tobias Barreto, que no ano de 1886, em Recife, ministrou aulas da matéria em curso específico, além de publicar artigos especializados nos jornais locais.

Menciona Bittencourt que Barreto objetivava reunir esses escritos esparsos em um livro que seria intitulado *Traços de Literatura Comparada do Século XIX*, todavia tal intento não se concretizou. Cabe ressaltar que Barreto argumentava que a “Literatura Comparada só podia existir nas nações cultas, pois somente elas tinham obras capazes de resistir ao confronto severo dos intercâmbios culturais”.²⁶⁵

Outros críticos nacionais da mesma época também dedicavam-se à disciplina, porém, sem uma intenção manifesta como Barreto. Característica marcante do período é a utilização da “busca do referencial europeu como parâmetro de avaliação”²⁶⁶ como opção teórico-metodológica rígida, indicando uma visão evolucionista da história que acarretava um modelo de crítica binário altamente hierarquizante.

No começo do século XX, continua Bittencourt, os dispersos estudos comparatistas nos trabalhos críticos nacionais mudam um pouco de enfoque.

O primeiro a propor mudanças em relação ao foco anterior é João Ribeiro, que encarava a disciplina como ocupação de crítica histórica e que, principalmente no texto “Literatura Comparada”, constante de *Páginas de Estética*, de 1905, estudou a produção cultural através do vínculo existente entre a literatura erudita (“estrato culto”) e a literatura popular (“estrato espontâneo”).

Até esse momento, o comparatismo é exercício voluntário, sem diretriz teórica definida e sem institucionalização acadêmica.

Mais tarde, Otto Maria Carpeaux, Eugênio Gomes e Augusto Meyer podem ser citados como expoentes da matéria em nosso país. Carpeaux procurava sempre afinidades, elementos comuns, investigação de fontes e confronto estilístico entre as obras analisadas. Gomes, especialista no trabalho literário de Machado de Assis, investigava possíveis influências inglesas na obra machadiana; identificou nesse afã tanto coincidências quanto modificações e/ou adaptações introduzidas pelo escritor brasileiro, contestando tese de Sílvio Romero de que Machado seria mero reprodutor dos estilos de Swift e de Sterne. Já o crítico gaúcho se dedicava à pesquisa das fontes, porém enfatizava que o mais importante não era demonstrar alguma filiação passiva ou possíveis coincidências, mas principalmente destacar as divergências e ultrapassagens

²⁶⁴ Ver História da ABRALIC - nota anterior.

²⁶⁵ FARIA, Gentil de. Tobias Barreto e a Literatura Comparada. *Anais do II Congresso da ABRALIC*. Belo Horizonte, UFMG, 1991, p. 27 *Apud* BITTENCOURT, Gilda Neves. “Literatura Comparada no Brasil: disciplina acadêmica e campo de pesquisa” *In Dubito Ergo Sum* - Sítio Cético de literatura e Espanto. Texto eletrônico disponível em <http://paginas.terra.com.br/arte/dubitoergosum/convidado16.htm>.

criativas. Explica Tania Carvalhal que o que deve ser salientado em Meyer é “a justeza da desconfiança que demonstra em relação às pesquisas de influência e, principalmente, como se retrai diante dos paralelismos binários sem caráter interpretativo”.²⁶⁷

A primeira menção à Literatura Comparada na universidade brasileira aconteceu na década de 30 passada, com a fundação da Faculdade Paulista de Letras e Filosofia, cujos professores conjecturavam a criação da disciplina História Comparada das Literaturas Novo-Latinas.

O surgimento efetivo da cadeira de literatura comparada deu-se nos anos 1940, ministrada por Tasso Silveira, também autor do primeiro manual totalmente dedicado ao comparatismo, editado em nosso país em 1964. O estabelecimento de ensino pioneiro foi a Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette, depois transformada na Faculdade de Filosofia e Letras do Estado da Guanabara.

Em 1945 surge a primeira tese da disciplina no Brasil, defendida por Antonio de Salles Campos, e que versava sobre as origens e a evolução dos temas da primeira geração de poetas românticos brasileiros.

Uma figura proeminente, verdadeiro marco divisório no comparatismo nacional foi Antonio Candido de Mello e Souza, instituidor do setor de Teoria Literária e Literatura Comparada, em 1962, na Universidade de São Paulo.

Dono de profícua produção acadêmica e crítica, preocupou-se com os modos de absorção, de transformação e de afastamento dos paradigmas europeus, insistindo em “uma atitude comparatista intimamente ligada com o Brasil e que encontra, por isso, uma maneira peculiar e nossa de examinar a questão”.²⁶⁸ Foi formulador de um pensamento dialético entre o localismo e o cosmopolitismo, “ponto de partida para a busca de um modelo comparatista descolonizado, justamente por se propor a analisar os mecanismos através dos quais uma literatura responde criativamente aos impactos recebidos de fora”.²⁶⁹

Para Antonio Candido, a literatura latino-americana devia se libertar de qualquer idéia de causalidade mecânica, exemplificada pelo conceito de influência analisado pela noção de dependência. Ao invés de refletir essa literatura por um viés unilateral, Candido pensa a influência como espécie de influxo positivo, como instrumento

²⁶⁶ BITTENCOURT, *Op. cit.*

²⁶⁷ CARVALHAL, Tania Franco. *Literatura Comparada*. São Paulo, Ática, 1986, p.27.

²⁶⁸ CARVALHAL, Tania Franco. Antonio Candido e a Literatura Comparada no Brasil. *Anais do I Congresso da ABRALIC*. Porto Alegre, UFRGS, 1988, v.1, p. 15 *Apud* BITTENCOURT, *Op. cit.*

libertador que possibilita a integração internacional, pois o que era visto como assimilação se mostra, na verdade, como movimento recíproco; qualquer empréstimo se mostra como algo que acarreta transformação criadora do modelo original.

Avalia Nitrini que a visão de Candido não necrosou até hoje. Sua postulação da existência de uma relação dinâmica entre literatura e sociedade, sua teoria dialética do localismo e cosmopolitismo, sua concepção de literatura como sistema, toda sua instrumentalização conceitual, enfim, é pertinente para o estudo do comparatismo pós-colonial brasileiro e latino-americano.²⁷⁰

Na década de 1970 os estudos comparatistas disseminaram-se com a criação de cursos regulares de pós-graduação, que possibilitaram a elaboração metódica de trabalhos de maior envergadura.

Assinala também Bittencourt que no decorrer da mesma década, os estudos comparatistas receberam estímulo extraordinário por meio da introdução de conceitos advindos de contribuições teóricas que se mostraram operacionalmente bastante eficientes. Um desses conceitos, postulado por Mikhail Bakhtin e Julia Kristeva, é o de intertextualidade, importantíssimo tendo em vista que “desfaz o preconceito de hierarquia, do débito, inerente às antigas noções de fontes e influências, assim como resgata o valor da cópia em relação ao modelo”.²⁷¹

Já a ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística) foi fundada em maio de 1984 por professores reunidos em Brasília e sua principal característica é associar Programas de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. No momento conta com inúmeros programas filiados; sua nova diretoria para o biênio 2006 – 2008 foi eleita recentemente, a UNB sediará a associação nesse período, sendo o professor Rogério da Silva Lima, dessa instituição, eleito seu presidente.

É uma associação mais voltada para o institucional, apoiada fundamentalmente no trabalho dos GTs temáticos. Hoje esses Grupos de Trabalho perfazem um total de trinta e um. A ANPOLL já realizou dezenove encontros nacionais, seguindo uma sistemática: nos encontros ocorridos em anos ímpares, os coordenadores dos Programas de Pós-Graduação e dos GTs discutem a pós-graduação brasileira; nos pares, a reunião

²⁶⁹ BITTENCOURT, *Op. cit.*

²⁷⁰ NITRINI, *Op.cit.*, p. 194-210.

²⁷¹ SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo. Perspectivas da Literatura Comparada no Brasil In CARVALHAL, Tania F. (org.). *Literatura Comparada no Mundo: questões e métodos*. Porto Alegre, L&PM/VITAE/AILC, 1997, p.41 Apud BITTENCOURT, *Op. cit.*

se dedica aos debates dos GTs e articula seus trabalhos. Há um GT de Literatura Comparada bastante atuante, atualmente coordenado por Rachel Esteves Lima.

Características presentes na linha de pesquisa “Limiaries Críticos” do GT de Literatura Comparada da ANPOLL, cujas preocupações foram formuladas por Rildo Cosson no Colóquio *Palavras: o futuro das letras*, realizado na UFPel, Pelotas, RS, no ano de 2000.

Questões como a abertura do cânone, quebra das oposições entre alto e baixo, popular e erudito, ampliação do corpus literário para além das coordenadas estéticas, apagamento de fronteiras da literatura em relação a disciplinas como a história, a sociologia e a antropologia, entre tantas outras, têm colocado em discussão as noções tradicionais de exegese, interpretação e avaliação do texto literário. Os novos aportes teóricos e metodológicos – a exemplo do pós-estruturalismo, desconstrução, crítica feminista, psicanálise, novo historicismo, teoria do discurso, pós-colonialismo, etc. – não apenas renovam os conhecimentos da área, mas também desafiam a própria maneira pela qual ela é constituída.²⁷²

Como demonstrativo do leque de interesses do GT, vou citar alguns conceitos operatórios por meio dos quais o Grupo de Pesquisa “Teorias críticas de literatura comparada na América Latina”, da UFBA e partícipe do GT da ANPOLL, busca construir uma memória da crítica cultural latino-americana: alegoria do Terceiro Mundo, calibanismo, dialética da malandragem, entrelugar, estética da fome, heterogeneidade cultural não-dialética, hibridismo, idéias fora do lugar, literatura de fundação, mestiçagem, mirada estrábica, modernidade periférica, pós-ocidentalismo, razão antropofágica, realismo mágico, subalternidade, super-regionalismo, transculturação e tropicalismo.

No tocante ao comparatismo latino-americano, a partir das décadas de 1960 e 1970, houve forte preocupação em se indagar sobre os modelos de literatura comparada e de historiografia literária até então utilizados e com a procura de instrumentos específicos para se pensar o contexto local.

Rememora Eduardo Coutinho o conto “São Marcos”, presente no livro *Sagarana*, de João Guimarães Rosa, no qual o narrador comenta, em dado momento, que a população de Calango Frito, arraial onde a ação se desenrola, “não se edifica com os sermões do novo pároco padre Geraldo”, porque são compreensíveis. Diz o povo:

²⁷² Citado por Paulo Sérgio Nolasco dos Santos na Apresentação do livro *Literatura Comparada: interfaces e transições*. Campo Grande, MS, UCDB/UFMS, 2001, p. 6.

“Ara, todo o mundo entende”, e “clama saudades das longas arengas do defunto padre Jerônimo, ‘que tinham muito mais latim’ ”.²⁷³

Para Coutinho o povo queria o latim, o incompreensível, o enigmático, devido à dificuldade de entendimento. Julga Coutinho que essa mitificação do que vem de fora é fortemente arraigada na América Latina, indicando que essa atitude foi designada por Roberto Schwarz de “torcicolo cultural”.²⁷⁴

Para Coutinho, a importação das teorias multiculturais do meio acadêmico norte-americano seguiu lógica similar. Embora importante em um primeiro momento, por denunciar uma espécie de ideologia da mestiçagem que neutralizava diferenças fundamentais na América Latina, o multiculturalismo foi tomado aqui como panacéia, sem nenhum filtro crítico que propiciasse maior entendimento do contexto segregacionista no qual se desenvolveu, o que está permitindo, a seu ver, a disseminação de uma política de guetização que só favorece a manutenção endogênica de culturas.

Essa matéria tem causado celeuma: a mudança do centro disseminador de saberes disciplinares, que passou da Europa para os EUA, o que faz com que críticos do culturalismo preguem vigilância renovada frente ao americanocentrismo e sua política de globalização desenfreada.

O teórico da literatura Roberto Schwarz é um crítico da filosofia francesa pós-estruturalista, dos estudos culturais e dos seus congêneres pós-coloniais.

Conforme opinião de Julio Diniz,²⁷⁵ o teórico marxista, ancorado na modernidade, lamenta que aquelas teorias tenham contribuído para o desprestígio do nacionalismo cultural e insiste que, tanto a acusação de que as hierarquias (anterior/posterior, centro/periferia, modelo/cópia) são improcedentes, quanto a concepção fragmentada da cultura, além da “desmontagem de andaimes convencionais da vida literária (tais como as noções de autoria, obra, influência, originalidade, etc.), fazem parte de refinada concepção teórica que, porém, não soluciona a questão da cópia, dependência e imitação em nosso continente”.²⁷⁶

²⁷³ COUTINHO, Eduardo. Teorias transculturadas ou a migração de teorias na América Latina In _____. *Literatura Comparada na América Latina: ensaios*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2003, p. 113.

²⁷⁴ SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar In _____. *Ao Vencedor as Batatas. Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1981, p. 22 Apud COUTINHO, *Op.cit.*, p 113.

²⁷⁵ DINIZ, *Op.cit.*

²⁷⁶ SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração In BORNHEIM, Gerd. *Cultura brasileira: tradição/contradição*. Rio de Janeiro, Zahar/Funarte, 1987, p.98 Apud DINIZ, *Op. cit.*

Crítico de filosofias que só servem para, em sua opinião, proporcionar alívio ao amor próprio do mundo subdesenvolvido, muito bem recebidas em países “que vivem na humilhação da cópia explícita e inevitável”, Schwarz assegura que o problema da cópia, da imitação (Schwarz não se refere aos termos fonte e influência, preferindo os conceitos de imitação e cópia) decorre de um “conjunto particular de constrangimentos históricos”.²⁷⁷

Principalmente denuncia Schwarz a sucessão de tendências críticas literárias que seriam importadas em ritmo acelerado, sem que haja justificativa plausível para o descartar sucessivo das anteriores; a descontinuidade crítica não favorece, segundo o crítico marxista, a eliminação das coações históricas que condicionam “a fatalidade da imitação cultural”.²⁷⁸

Comenta Nitrini que, para Schwarz, objeções filosóficas não resolveriam problemas efetivos, cabendo ao crítico dialético da historiografia cultural seguir o “passo globalizante dado pela economia e sociologia de esquerda, que estudam o nosso ‘atraso’ como parte da história contemporânea do capital *e de seus avanços*”.²⁷⁹

Também crítica do que chama de recepção desenfreada das teorias estrangeiras, Maria Cevasco aponta que a teoria, no atual momento multinacional do capitalismo, é apenas mais um produto e, para reforçar seu argumento, lembra que são os Estados Unidos os grandes exportadores de toda a parafernália que divulga as teorias: livros, jornais, cursos, redes de informações e revistas especializadas das *University Presses*, imprimindo freneticamente as últimas formulações de suas escolas teóricas. Cevasco é também crítica dos estudos culturais e propugna, como afirma em seu livro *Para ler Raymond Williams*, “resgatar a possibilidade de uma posição crítica efetivamente empenhada”²⁸⁰ dentro da tradição cultural marxista.²⁸¹

Indico aqui que Rachel Lima chama a atenção para o fato de que “Desde então [VI Congresso da ABRALIC, Florianópolis, 1998], pareceu ter ficado claro que, no

²⁷⁷ SCHWARZ, Roberto. Nacional por Subtração In _____. Que horas são?. São Paulo, Companhia das letras, 1987, p. 35-36.

²⁷⁸ *Idem, Ibidem.*

²⁷⁹ NITRINI, *Op.cit.*, p. 224.

²⁸⁰ CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo, Paz e Terra, 2001, p.20.

²⁸¹ Ver também as críticas aos posicionamentos de Cevasco: LIMA, Rachel Esteves. “Resistência à teoria” In *Correio Braziliense, Pensar*, 12/07/2003 e LOPES, Denilson. “Os Estudos Culturais Renovados” In *Jornal Brasileiro de Ciências da Comunicação*, ano 7, n. 268, São Bernardo do Campo, SP, mar. 2005.

Brasil, a resistência ao novo campo disciplinar partia, em bloco, dos professores da Universidade de São Paulo, presentes ao evento”.²⁸²

As imagens interculturais, complexificadas pela multivocalidade atual, só podem ser elaboradas a partir de relações históricas específicas de dominação e diálogo.

Escrevendo sobre a recepção de teorias estrangeiras em países periféricos como o nosso, Maria Cevasco diz que ao retornar de viagens de estudo ao exterior e ser indagada por algum colega sobre as novidades em teoria literária, sua primeira tentação é ser jocosa:

O que está na moda é um *look* desconstrucionista, composto por um boné marxista, tudo envergado, se for nos Estados Unidos, por uma modelo negra, de preferência homossexual.²⁸³

Reafirma que Roberto Schwarz nomeou de “torcicolo cultural” nossa ânsia de consumir produtos teóricos importados. Segundo Cevasco essa doença foi diagnosticada por Schwarz já no século XIX brasileiro e seus sintomas sempre foram “adorar, citar, macaquear, saquear, adaptar ou devorar” hábitos e modismos europeus.²⁸⁴

Reclama Cevasco que “a teoria se predica pela ausência de qualquer traço de ‘autoridade’- tudo depende do tipo de olhar – ou de dogmatismo – cada um usa a instância que quiser para olhar o objeto literário, ou de centralidade – a teoria é uma interpretação da interpretação”.²⁸⁵

Usando Hayden White como modelo negativo, cita-o:

Esta é a função da teoria em geral (...), isto é, prover uma justificativa a uma instância em relação aos materiais com que se está lidando, de forma a torná-la plausível. Na verdade, a função da teoria é justificar a própria noção de plausibilidade.²⁸⁶

E contrapõe:

Se aceitarmos que a função da teoria é meramente dar plausibilidade a uma visada, segue-se que teremos tantas teorias quantas forem as visadas. Assim concebida, a teoria é um esquema de contemplação que se monta e desmonta de acordo com a conveniência. Arma-se, assim, um jogo lógico de variantes que se combinam em abordagens abstratas de textos literários e teóricos. Muda-se o ângulo, muda-se a teoria.

²⁸² LIMA, 2003, *Op.cit.* Essa tese também é levantada por Denilson Lopes In “*ABRALIC é uma festa*”. *Correio Braziliense, Pensar* 13/08/2000.

²⁸³ CEVASCO, Maria Elisa. *Viagens Teóricas. Anais do III Congresso da ABRALIC*. São Paulo, EDUSP/ABRALIC, 1995, p.291.

²⁸⁴ SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas. Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1981 *Apud Cevasco, Op. cit.*, p.292.

²⁸⁵ Cevasco, *Op. cit.*, p.293.

²⁸⁶ WHITE, Hayden. “Getting out of History ” In *Diacritics*, v. 12, Fall 1982, p.11 *Apud Cevasco, Op. cit.*, p. 293.

Se, como se postula, não há nada fora do texto e a teoria, de caminho para o conhecimento, torna-se uma forma de construir uma plausibilidade, estamos já aí, em pleno reino do arbitrário. Como no mundo da moda, usa-se esta ou aquela teoria de acordo com a ocasião e necessidade, real, ou, mais provavelmente, fabricada.²⁸⁷

Diz Sérgio Bellei que para Schwarz as teorias pós-estruturalistas causariam alívio para os subdesenvolvidos, porque elas funcionariam como textos de mediação que recusam a opressão do centro sobre a periferia.

O que a crítica de Schwarz sugere é que a noção cultural de descentramento pode estar sendo utilizada de forma ilusória para resolver teoricamente um problema que é prático e diz respeito a relações de poder entre o centro e a periferia. Por mais que se repita e que se demonstre *teoricamente* que a periferia tem valores a contribuir, que a periferia vale tanto ou mais do que o centro, o centro continua a manter o poder de escolha: pode ouvir ou deixar de ouvir os argumentos da periferia. Na prática, sabemos e a história mostra que só os ouve quando lhe convém ouvir. A postura teórica do descentramento, em outras palavras, não altera condições de subordinação efetivas. Na verdade, ao imaginar que a postura teórica é suficiente, e, assim, ignorando ou negligenciando outras posturas, pode até servir de apoio às condições existentes de subordinação.²⁸⁸

Embora não falando exatamente neste contexto, Homi Bhabha faz uma pergunta pertinente sobre a nem sempre bem compreendida relação entre os posicionamentos teóricos e políticos:

Existe uma pressuposição prejudicial e autodestrutiva de que a teoria é necessariamente a linguagem de elite dos que são privilegiados social e culturalmente. (...) Os domínios olímpicos do que é erroneamente rotulado como “teoria pura” são tidos como eternamente isolados das exigências e tragédias históricas dos condenados da terra. Será preciso sempre polarizar para polemizar? Estaremos presos a uma política de combate onde a representação dos antagonismos sociais e contradições históricas não podem tomar outra forma senão a do binarismo teoria versus política?²⁸⁹

Na mesma obra, Bhabha conclui:

É um sinal de maturidade política aceitar que haja muitas formas de escrita política cujos diferentes efeitos são obscurecidos quando se distingue entre o “teórico” e o “ativista”²⁹⁰

Faz notar Claudia Pfeiffer que Homi Bhabha

defende a impossibilidade de dissociação da teoria e sua ordem política, isto é, toda teoria é construída sob uma posição política, não há, pois, “teorias alienadas” e “teorias comprometidas”: toda teoria é comprometida a despeito dos anseios contrários ou não daquele que teoriza, uma teoria é sempre uma política da interpretação. O texto de Bhabha que inicia o volume é o primeiro a chamar a atenção para uma diferença fundamental entre os conceitos de diversidade

²⁸⁷ CEVASCO, *Op.cit.*

²⁸⁸ BELLEI, Sérgio Luiz Prado. Entre o Centro e a Periferia - poder e discurso cultural nas zonas de contato. *Anais do III Congresso da ABRALIC*. São Paulo, EDUSP/ABRALIC, 1995, v.2, p. 658-59.

²⁸⁹ BHABHA, *Op.cit.*, p. 43.

²⁹⁰ *Idem*, p. 46.

cultural e de diferença cultural, mostrando que tratar a ordem do social como um amálgama de diversidades culturais implica em trabalhar-se sob a forma do multiculturalismo que folcloriza singularidades, mantendo uma forma elitista de cultura como quadro referencial. Diferentemente, ao se tratar a ordem do social a partir do conceito de diferença cultural, leva-se em conta uma definição que se dá somente pela relação e não por si mesma. A diversidade pressupõe culturas fechadas coexistindo em relação de poder entre aquilo que é culto e aquilo que é regional, folclórico, exótico. De outro modo, a diferença cultural é o hibridismo, o traço distintivo que só se marca na relação do sujeito com o outro, deslocando a coletividade fechada para o sujeito que circula nos espaços em relação sempre com outros sujeitos, no contínuo embate das diferenças.²⁹¹

Já para Silviano Santiago a maior colaboração da América Latina para a cultura ocidental é a destruição sistemática dos conceitos de unidade e pureza. Nosso continente assinala sua marca no mapa civilizatório do Ocidente quando os conceitos opressores dos europeus são contaminados por trabalhos que desviam e destróem normas. Nossa postura deve ser de assimilação e de agressividade, de falsa obediência, rompendo o silêncio, assinalando sua diferença, marcando presença. Propõe Santiago aos dominados um exercício antropofágico que, em resposta àqueles padrões de unidade e pureza, oferece em troca “uma tradução global, de pastiche, de paródia, de digressão”.²⁹² É interessante esclarecer que neste texto Santiago utiliza a grafia entre-lugar, modificada para entrelugar em ensaios posteriores.

Autor de diversos livros ficcionais, com vasta produção acadêmica e jornalística, e certamente um dos críticos culturais mais importantes da América Latina, Silviano Santiago é o criador desse conceito já clássico de entrelugar, importante para o estabelecimento de uma crítica mais flexível, que considera a contradição e o paradoxo e que busca romper com qualquer discussão do tipo particular versus universal.

Declara Nitrini:

Silviano Santiago parte do sistema de colonização dos países subdesenvolvidos. Para ele, fomos vítimas de um processo de “ocidentalização”. Por meio da violência e de uma ideologia de superioridade, fomos levados a crer na supremacia do dominador.²⁹³

Entrevistado por Rachel Bertol, Santiago declara que deveríamos escutar mais Goethe, “acreditando que tudo o que é humano não nos deve ser estranho”. Em sua opinião a busca de identidade cultural, na contramão dos seguidores de Ariano

²⁹¹ PFEIFFER, Claudia Castellanos. Resenha do livro *O Espaço da Diferença*. ARANTES, Antônio Augusto (org.). Campinas, Papyrus, 2000. Texto eletrônico disponível em <http://www.comciencia.br/resenhas/difer.htm>.

²⁹² SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano In _____. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo, Perspectiva, 1978, p. 23. Texto eletrônico disponível em <http://www.rizoma.net/interna.php?id=199&secao=panamerica>.

²⁹³ NITRINI, *Op. cit.*, p. 218.

Suassuna, não passa exclusivamente pela defesa do folclore ou pela aceitação dos chamados valores nacionais, mas sim por um movimento de fuga, em direção a parceiros no plano mundial, deslocamento a que denomina de cosmopolitismo do pobre.

Há um componente nacional que precisa ser (re)trabalhado em conformidade com a situação atual, onde a internet, por exemplo, possibilita o conagraçamento de grupos até então distantes e alheios um ao outro, mas passíveis de serem reorganizados a partir de uma concepção de identidade mais ampla, ou seja, aquém e além do nacional (...) O que estou querendo dizer é que o indígena, o negro, a mulher negra, os sem-terra, ou qualquer outro grupo pobre, interiorano ou cidadão, todos eles não precisam aceitar as restrições e os imperativos econômicos históricos e passageiros como restrições culturais. Eles não precisam ter necessariamente a mentalidade de “lavrador”, que lhes foi inculcada pela velha escola. Não precisam ficar eternamente cavoucando a terra (no sentido literal e também no sentido simbólico). Eles podem ter a mentalidade do “marinheiro”, para ficar com a clássica e envelhecida oposição de Walter Benjamin.²⁹⁴

Santiago é qualificado por Denilson Lopes como

um ensaísta que defende a multiplicidade e o deslocamento, um pensador que possui um olhar atento e fascinado pelo presente e que, sem receio de se expor às fragilidades de modismos, não perde a oportunidade de se posicionar nesse mundo pós-utópico sem cair no desespero dualista revolução x barbárie, Santiago mais provoca e inquieta do que fecha conclusões.²⁹⁵

Ainda segundo opinião de Lopes, Santiago se recusa a ser um comentador bem comportado como Leyla Perrone-Moisés, e além de deslocar o pensamento de Deleuze, Derrida e Foucault para fora de qualquer cânone, fazendo-os vivos, dialoga fecundamente com os estudos culturais e a teoria pós-moderna, ademais de refazer nossa história cultural “a partir de um ponto de vista alternativo à linhagem canônica e modernista uspiana de Antonio Candido e Roberto Schwarz, que se cristalizou numa crítica materialista, centrada numa dialética entre arte e sociedade e na preocupação adorniana com a forma e que confunde mal-estar com atitude crítica”.²⁹⁶

O entrelugar de Santiago é definido por Denilson Lopes como “espaço político e existencial, local e transnacional, de afetos e memórias”.²⁹⁷

Explicando o conceito de entrelugar, Ângela Prysthon ensina que esse conceito, para Homi Bhabha, significa lugar e momento de trânsito, processo contínuo no qual

²⁹⁴ SANTIAGO, Silvano. “Contra a pasmaceira”. Entrevista concedida a Rachel Bertol. *O Globo. Prosa&Verso*, 12/02/2005.

²⁹⁵ LOPES, Denilson. “ Intelectuais públicos e a vitalidade do ensaio” *In Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, v.VII, n.5, May.-Ago. 2005, p.97-102. Texto eletrônico disponível em http://www.eptic.com.br/portugues/08-Denilson_Lopes.pdf.

²⁹⁶ *Idem*, p.98.

²⁹⁷ *Idem*, p.99.

são produzidas incessantemente as articulações das temporalidades e das espacialidades do contemporâneo, ou seja:

tempos e espaços múltiplos nos quais vão se confrontar permanentemente presente e passado, modernização e tradição, tecnologia e natureza (...) a noção de entrelugar traz à tona uma espécie de reordenação (política e cultural) do mundo, um remapeamento baseado na superação de vários dos pilares da modernidade cultural, como a dialética da dependência cultural, a distinção entre original e cópia, a oposição entre tradição e novidade.²⁹⁸

Explica também Prysthon que o teórico cultural Silviano Santiago já utilizara o termo em 1978, porém com conotação diversa; para Santiago entrelugar é o ponto de partida para se constituir um pensamento desconstrutor da história da dependência. Prysthon diz que o entrelugar é o local privilegiado para a encenação dos múltiplos embates político-culturais contemporâneos, já que “os discursos tecidos no entrelugar, as teorias baseadas nas culturas periféricas, as políticas da diferença apontam para um entrelaçamento entre experiência cultural, a prática da crítica e o terreno da política, para um transbordamento da cultura para fora do campo estético”.²⁹⁹

Outro conceito bastante utilizado por comparatistas latino-americanos é o de transculturação.

Em 1940 Fernando Ortiz demarca uma divisa no debate teórico latino-americano ao introduzir essa noção, opondo-se à idéia de que a produção teórica na região seria simples aculturação do pensamento eurocêntrico.³⁰⁰ Essa noção foi adaptada à literatura por Ángel Rama,³⁰¹ mas já em 1928 os processos transculturais embasavam o movimento antropofágico dos modernistas brasileiros.³⁰²

A proposição de Rama era a busca de um aparato crítico mínimo que pudesse viabilizar um discurso único e coerente que permitisse unificar as obras literárias latino-americanas, em substituição aos métodos europeus.

O uruguaio Ángel Rama foi um ensaísta, jornalista cultural e militante pedagógico que renovou o espaço da crítica latino-americana. Primeiro com a idéia de transculturação narrativa, com a qual procurava identificar, na produção literária latino-

²⁹⁸ Prysthon, Ângela. “Margens do Mundo: a periferia nas teorias do contemporâneo”. Comunicação apresentada no Núcleo de Teorias da Comunicação do XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte, set. de 2003.

²⁹⁹ *Idem, Ibidem.*

³⁰⁰ ORTIZ, Fernando. Del fenómeno de la transculturación y su importancia en Cuba *In El Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1983.

³⁰¹ RAMA, Ángel. *Transculturación narrativa en América Latina*. México, Siglo XXI, 1982.

³⁰² BERND, Zilá. Os Deslocamentos Conceituais da Transculturação *In ____*. *Americanidade e transferências culturais*. Porto Alegre, Movimento, 2003, p. 17-25.

americana, valores vitais das culturas regionais que faziam frente ao fluxo modernizador e homogeneizador do capitalismo hegemônico. Segundo, com o conceito de “cidade letrada”, lugar do saber legitimado pela escrita. Situando a criação literária e as demais produções culturais num mesmo nível, postulava a visibilidade de um projeto de recuperação da tradição oral da literatura, logo, da cultura indígena para o sistema literário da América Latina. Requeria

reintegrar na literatura como materiais legítimos, não só as criações anteriores, ou contemporâneas à Conquista, recolhidas pelos europeus, mas também o acervo folclórico de cantos, contos, mitos, textos filosóficos ou religiosos, que até o presente foram meros documentos nas mãos dos antropólogos, mas que não foram valorizados pela crítica literária até o ponto de lhes conferir um lugar respeitável dentro de um sistema de valores.³⁰³

Aponta Bernd que Rama desenvolveu a noção de Ortiz a partir de obras de José María Arguedas, Juan Rulfo, García Marquez e Guimarães Rosa. Para Rama, conforme opinião de Bernd, esses escritores produzem ficção que

não é caudatária nem da cultura vencedora nem da cultura vencida; ela constitui uma terceira margem que não existia antes. (...) Esses narradores do transcultural, ao mesmo tempo em que resgatam um passado, apostam em um futuro que possa acelerar a expansão de uma nova cultura. Os autores assumem um papel de mediadores, de tradutores culturais, e se situam na interface das dimensões regionais e universais. Entre os ensinamentos mais notáveis de Rama, é preciso sublinhar o seguinte: a transculturação é um processo, e seu resultado é forçosamente heterogêneo.³⁰⁴

Ainda para Bernd, o conceito de transculturação é astuto, tendo em vista que implode tanto conceitos modernos como mestiçagem cultural e sincretismo (que incorporavam a alteridade mas ao preço de sua pasteurização) quanto qualquer binarismo, ao mostrar o processo cultural como suscetível a mesclas e à reciclagem de vestígios culturais de origens diversas.

Uma possível direção a ser trilhada pelos teóricos comparatistas latino-americanos, e não só, é aquela que liga as tradições nacionais com as forasteiras. Considera Eneida Souza que concepções estreitas do marcadamente regional devem ser abstraídas e colocadas “em posição particularizada frente à tradição estrangeira: nem narcísica nem edípica [pois] o olhar unívoco em direção a uma tradição carece de

³⁰³ RAMA, Ángel. “Um processo autônomo: das literaturas nacionais a literatura latino-americana” *In Argumento*, n.3. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973, p. 48 *Apud* MASINA, Léa. Três visões críticas sobre a América Latina: Antônio Cândido, Ángel Rama e Antonio Cornejo Polar *In* CARVALHAL, 1999, *Op.cit.*, p.107-115.

³⁰⁴ BERND, 2003, *Op.cit.*, p. 19.

malícia [e] a cisão excludente de tradições teóricas revitaliza a gasta polêmica das idéias ‘fora do lugar’”.³⁰⁵

Propõe então a apropriação da metáfora “*la mirada estrabica*”,³⁰⁶ que “traduz o caráter ambivalente e seminal das culturas representativas do chamado terceiro mundo: um olhar dirigido para a inteligência européia e outro para as entranhas da pátria”.³⁰⁷ Esse olhar estrábico anularia, conforme Souza, “o pólo de oposição que gira em torno das categorias exterior/interior, centro/periferia, sujeito/objeto”.³⁰⁸

Indaga Eneida Cunha: que direções devem ter os estudos comparatistas na contemporaneidade?³⁰⁹

Ela mesma responde, informando que a resposta que procurava foi encontrada nas conferências de Ítalo Calvino.³¹⁰

Resposta que, sintomaticamente, é incompleta e aberta, pois são apenas cinco as indicações que lá estão postas: *leveza, rapidez, exatidão, visibilidade, multiplicidade*.

A *leveza* contra o peso aniquilante da busca do sentido último e definitivo, da compulsão à completude; a *leveza* da vivacidade e mobilidade do olhar, para mudar pontos de observação, adotar diferentes óticas e lógicas, buscar outros meios de conhecimento e controle; *leveza* para lidar com a pulverização da realidade, com a diversidade de cada coisa; a *leveza* que é possível conseguir olhando indiretamente, flagrando imagens em espelhos. (...)

A *rapidez*, enquanto agilidade e desenvoltura, para passar de um objeto a outro, pôr em comunicação o que é diverso, estabelecer aproximações, harmonias, dissonâncias ou contrastes inesperados, operar sobre continuidades e descontinuidades, produzindo fulgurações repentinas. Também a *rapidez* do olhar que dura pouco, mas nele tudo se torna diverso do que era antes. Contra o discurso metodologicamente monótono, lento, prudente, Calvino propõe a *rapidez* da expressão econômica, breve (...) Textos curtos, formas breves, escrita ágil e concisa, leituras que descartam a pretensão de esgotar seus objetos ou de possuí-los, que desejam apenas tocá-los – com precisão.

Para lidar com a variedade dos objetos e a incerteza dos valores e dos conceitos, com as correspondências, a profusão, o movimento, a irregularidade e a desordem, para oferecer combinatórias de soluções particulares, dada a ausência ou a impossibilidade de conclusões gerais, para ligar pontos dispersos traçando uma forma, um desenho ou uma perspectiva, nítidos mas provisórios, porque só existem na leitura, Calvino propõe a *exatidão* e explica: “para mim, exatidão quer dizer principalmente três coisas: 1) um projeto de obra definido e bem calculado; 2) a evocação de imagens visuais nítidas, incisivas, memoráveis; (...) 3) uma linguagem que seja a mais precisa possível como léxico e em sua capacidade de traduzir nuances do pensamento e da imaginação”.

³⁰⁵ SOUZA, 1996, *Op. cit.*, p.38.

³⁰⁶ Idéia de Ricardo Piglia.

³⁰⁷ SOUZA, 1996, *Op.cit.*, p.39.

³⁰⁸ *Idem, Ibidem*.

³⁰⁹ CUNHA, Eneida Leal. Literatura comparada: alternativa institucional ou contingência finissecular? In _____. ; SOUZA, 1996, *Op.cit.*, p. 19-25.

³¹⁰ CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

A *visibilidade* (...) é o penúltimo valor: a partir de uma imagem, desenvolver suas potencialidades, formar um campo de analogias, simetrias, contracomposições, explorar o conteúdo visual das metáforas (...) agir em sintonia com o tempo, com a civilização da imagem e, simultaneamente, agir na contramão do tempo, fraturando a impossibilidade contemporânea de deter a sucessividade vertiginosa das imagens. Reciclar imagens usadas e, a partir de uma imagem escolhida no variadíssimo repertório da cultura (...) produzir conhecimento e informação.

O mais peculiar – talvez o único traço estável – dos estudos de Literatura Comparada [e da nossa Nova História Cultural] é a sua definição prévia de um trabalho com o múltiplo (...) Para conhecer a *multiplicidade* e conhecer na *multiplicidade*, Calvino nos mostra que é preciso abdicar das causalidades, trocando-as afirmativamente pela postulação do acaso, das dissonâncias, do entrechoque, do paradoxo, da plurivocidade, das diferenças. (...)

Assim – como a múltipla, diversa e fragmentária vida contemporânea – está se fazendo o melhor da Literatura Comparada.³¹¹

Novos olhares, novos estímulos, teorias da desordem.

A sexta proposta para o próximo milênio, prevista e não escrita por Ítalo Calvino, seria a consistência.

O escritor argentino Ricardo Piglia diz que seria mais produtivo que a sexta proposta fosse deslocamento/distanciamento.

Como poderíamos considerar esse problema do ponto de vista da América Hispânica, da Argentina, de Buenos Aires, de um subúrbio do mundo. Como veríamos o problema do futuro da literatura e de sua função. Não como o vê alguém em um país central com uma grande tradição cultural. Propomos então esse problema a partir da margem, da borda das tradições centrais, olhando de viés. E este olhar de viés nos dá uma percepção, talvez, diferente, específica.³¹²

A proposição de Piglia é, além de sair do centro e avaliar as possíveis vantagens de se falar das bordas, a busca por um lugar utópico para a literatura.

No ensaio "Una propuesta para el nuevo milenio",³¹³ publicado pouco antes da conferência mencionada acima, Piglia escreveu:

No ano de 2100, quando o nome de todos os autores estiver perdido e a literatura for intemporal e anônima, esta pequena proposta sobre o deslocamento e a distância será, talvez, um apêndice ou uma intercalação apócrifa em um website chamado *As seis propostas*, que para esses tempos serão lidas como se

³¹¹ CUNHA, 1996, *Op.cit.*, p. 23-25.

³¹² PIGLIA, Ricardo. Conferência "Três propostas para o próximo milênio (e cinco dificuldades)", proferida na Casa de las Américas, Cuba, em 2000. Ver *Tres propuestas para el próximo milenio - y cinco dificultades*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 12-13. Traduzida e citada por GOMES, Renato Cordeiro. "De Italo Calvino a Ricardo Piglia, do centro para a margem: o deslocamento como proposta para a literatura deste milênio" *In Alea*, v. 6, n. 1, Rio de Janeiro, jan./jun. 2004. Texto eletrônico disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-106X2004000100002&script=sci_arttext

³¹³ PIGLIA, Ricardo. "Una propuesta para el nuevo milenio" *In Margens/Márgenes*, n. 2. Belo Horizonte, Buenos Aires, out. 2001.

fossem registros em um antigo manual de estratégia usado para sobreviver em tempos difíceis.³¹⁴

Como já foi dito, literatura comparada é hoje fundamentalmente transdisciplinar. Deixa de ter fronteiras rígidas, passa a interagir com campos do saber díspares, reafirmando a fusão do literário com o cultural. Sobre o assunto assim se expressa Luiza Lobo:

Mais que tudo, o caráter interdisciplinar da Literatura Comparada proporciona uma travessia de fronteiras reais entre países para além da literatura nacional, desconstruindo o antigo conceito de nação. Evidencia-se que a idéia de identidade nacional e de literatura erudita - que servia como baluarte político nacionalista para a sustentação no poder de uma elite - esgarçou-se para um campo cultural mais amplo e global (...) Na desconstrução do pensamento greco-judaico-cristão-ocidental, mostrou-nos Derrida que este pensamento pautado numa escrita ratificava o patriarcalismo e o pensamento metafísico logocêntrico, construindo um universo hoje em dispersão. Como parte deste processo desconstrutor do pensamento atual, (...) a literatura sai de seu reduto isolado e passa a transitar por diversas áreas do saber que a enriquecem e que muitas vezes lhe dão sua razão de ser. A desconstrução de antigos modelos canônicos representa, assim, paradoxalmente, a construção de novas formas de saber muito mais democráticas e abertas que as ensinadas na universidade a partir de uma concepção do saber como um universo fechado.³¹⁵

Também Hermenegildo Bastos ensina que a essencialização do literário se deu por causa e foi um dos instrumentos do processo de mundialização da cultura européia. O obscurecimento proposital da historicidade tinha dois objetivos claramente orientados: um para o futuro, como preservação de valores que asseguravam a perpetuação da cultura hegemônica e outro para o passado, como asseveração retrospectiva apta a naturalizar algo que não é da natureza, mas sim da cultura, fazendo-nos crer que a literatura sempre esteve no local onde agora a vemos. Indica Bastos que o processo de reprodução da literariedade consiste em rituais de sacralização que reproduzem todo um sistema de poder mas que, inversamente, e aí a história é reintroduzida, pode projetar a alteridade, embaralhando toda uma valoração textual que nada tem de inocente.³¹⁶

Sabe-se que o elemento central da disciplina, hoje, é o conceito de relação, o que implica novas perspectivas de enquadramento, análise e avaliação.³¹⁷

³¹⁴ PIGLIA *Apud* GOMES, *Op. cit.*

³¹⁵ LOBO, Luiza (org.). *Fronteiras da Literatura: discursos transculturais*. Apresentação do v.2. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999, p.7-8.

³¹⁶ BASTOS, Hermenegildo. Permanência da Literatura: direção da prática literária na era do multiculturalismo e da indústria cultural *In* LOBO, *Op.cit.*, p.45-50.

³¹⁷ JORGE, Carlos J.F. Discurso de encerramento do IV Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada – Universidade de Évora, Portugal, maio de 2001.

Dessa maneira, a compreensão da ambivalência das relações interculturais vigentes, a teorização dos complexos processos transversais de elaboração de significados nessas relações intersubjetivas, em todo o seu espectro de classe/solidariedade social, etnia/raça, gênero/orientação sexual, gerações, religião/crença, dentre outras, e a construção de uma sociedade mais democrática são os grandes desafios atuais.

Profere Ricardo Barberena que a nova epistemologia crítica se articula transitando por não-lugares interdisciplinares, intertextuais, intersemióticos e transgredindo diferenciações, demonstrando que os valores tradicionais se encontravam “atravessados por uma fragmentação de continuidades”.³¹⁸

Quando existe o reconhecimento de que as culturas são plurais e históricas, portanto não perenes, quando se desconfia de que toda a aproximação de cunho universalista anula as diferenças, se tem um alargamento substancial do campo literário, superando barreiras disciplinares separatistas.

Alguns estudiosos da literatura estão se inquirindo acerca de suas assertivas, desconstruindo o conceito imanentista de literariedade, pois estão constatando que o fazer literário é uma construção cultural e histórica; as análises formalistas, até recentemente modelares, e que pressupunham a auto-referencialidade da linguagem literária vêm sendo postas em xeque. Explica Rachel Lima³¹⁹ que novas tendências interpretativas de enfoque multicultural, que levam em conta as políticas de identidade e as representações das minorias questionam a ideologia que serve de suporte para discursos hegemônicos. O acolhimento na área literária dos conceitos de texto, percebido agora como qualquer prática que produz significado, e de intertextualidade, bem como a admissão de que o leitor é um produtor de sentidos, convulsionam uma pretensa universalidade paradigmática.

A rubrica “literatura” se amplia consideravelmente, escancarando contradições ocultadas por uma racionalidade logocêntrica, comprometida com a edificação de universais homogêneos e com continuísmos. Ainda segundo Lima, com o robustecimento do interesse pela historicidade das funções desempenhadas pela literatura, é findo o eterno movimento de retorno ao mesmo.

³¹⁸ BARBERENA, Ricardo. A Literatura Comparada e os Estudos Culturais. *Anais do II Colóquio Sul de Literatura Comparada*. Porto Alegre, ABRALIC, 2003, *CD-ROM*.

³¹⁹ LIMA, 1998, *Op.cit.*

Esses deslocamentos de perspectiva mostram claramente uma ruptura no modo de se pensar a literatura comparada. De uma disciplina preocupada com o estudo de literaturas nacionais, animada na busca de metodologia exclusiva e objeto genuíno para o estudo das conexões entre a literatura e outros contextos de significação, os comparatistas foram impelidos a reexaminar propósitos e procedimentos, o literário deixa de ser encarado como sistema estanque e alarga sua atuação pelos eixos interculturais, intersemióticos e transdisciplinares.

O saber passa a residir na articulação dos suportes, no agenciamento das interfaces, na arquitetura da rede de conhecimentos.

Mudança fundamental acontecida recentemente é o descentramento que, segundo Ângela Prysthon, aconteceu em vários níveis: territorial, identitário (provocado pela fragmentação social) e cultural (impulsionado pelo multiculturalismo). Processos que redimensionam e rediscutem o lugar do periférico na história e acarretam dissolução de fronteiras e interpenetração entre mundos e discursos variados.³²⁰

Para Prysthon uma política da diferença vai sendo produzida, por meio de negociações, sobreposições e deslocamentos culturais, gerando diálogos, por vezes tensos, entre mundos que se opõem, se complementam, que formam interstícios.

Sobre essa questão se pronuncia Homi Bhabha:

Os embates de fronteira acerca da diferença cultural têm tanta possibilidade de serem consensuais quanto conflituosos; podem confundir nossas definições de tradição e modernidade, realinhar as fronteiras habituais entre o público e o privado, o alto e o baixo, assim como desafiar as expectativas normativas de desenvolvimento e progresso³²¹

No entanto, existe uma discrepância visível entre os estudos de literatura ensinados na graduação que, presos a currículos antiquados continuam a dar relevo a periodizações estético-literárias descontextualizadas, passando aos alunos falsa noção de certa homogeneidade cultural e os mesmos estudos em nível de pós-graduação, epistemologicamente de ponta, principalmente nos programas que se abriram para a polifonia cultural, para o exame de processos interdiscursivos e transdisciplinares. Como são os alunos da graduação que repassam as noções que serão difundidas entre o senso comum, uma pergunta paira no ar: como disseminar os conhecimentos mais recentes nos currículos escolares, em seus diversos níveis?

³²⁰ PRYSTHON, Ângela. “Cosmopolitismo, Identidade e Tecnologia: embates culturais no contemporâneo”. Texto eletrônico disponível em <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/anteriores/semiosfera02/expressao/txtpens2.htm>.

³²¹ BHABHA, *Op.cit.*, p.21.

Perguntada sobre o feito atual dos estudos literários, Beatriz Resende julgou-os

Velhoscos. Quase sempre fora de moda. Continua havendo uma reverência excessiva aos modelos eurocêntricos. Mas também tem muita coisa boa. A interpelação da História, primeiro, de uma parte da Antropologia, em seguida, têm sido estimulantes. Os intelectuais diaspóricos e a produção da crítica latino-americana são, a meu ver, as melhores contribuições que os estudos literários brasileiros vêm recebendo.³²²

Em outra entrevista, Resende, que é uma das fundadoras do PACC (Programa Avançado de Cultura Contemporânea, da UFRJ), fala da dificuldade de alguns críticos literários em lidar com a literatura contemporânea:

Os defensores de uma Literatura nobre, com L maiúsculo, acabam se fechando para a literatura contemporânea. Eles não lêem os novos autores. Se os professores universitários não incentivarem seus alunos, eles vão sair da faculdade de Letras sem jamais terem lido os contemporâneos. Quando fui convidada para fazer resenhas para o site *no.com.br*, vivi uma experiência radical, porque não era simplesmente escrever sobre o que tinha acabado de ser lançado. Era escrever a crítica no momento exato em que o livro estava sendo lançado e ter essa escrita imediatamente veiculada. Foi uma experiência crítica nova, que só a internet é capaz de oferecer. É uma coisa que desde então vem me intrigando muito: a presentificação da vida contemporânea.³²³

Na orelha do livro *Apontamentos de Crítica Cultural*,³²⁴ Paulo Pires opina que, na atualidade, uma “colagem de teorias, ficções, sons, imagens e ruídos tomou o lugar de uma teoria pronta de cultura. (...) a experiência cultural contemporânea é pura sujeira, mistura de gêneros, estilos, tendências e níveis. Intelectual bom é intelectual sujo - de incerteza, vitalidade e petulância”.

Para Pires, lugar de intelectual é na rua, local no qual, segundo ele, Resende transita com desenvoltura. No ensaio “Ruídos da música popular”,³²⁵ no qual pensa as confluências entre a música popular e a literatura, ela nos indica de qual opção teórica fala: resistência aos diversos cânones, sejam literários ou musicais, pelo que há neles de excludente, tendo em vista que o cânone se constitui não pelo que escolhe, mas pelo que rejeita; abandono das obsessões classificatórias; e um esforço por não trabalhar com os costumeiros critérios de valor.

Esse transitar pelos diversos espaços citadinos é o que lhe permite ter visão não dogmática sobre a cultura. Falando sobre “estética da exclusão”, especificamente sobre o cantor de *rap* MV Bill, morador da Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, Resende

³²² RESENDE, Beatriz. Entrevista disponível em http://www.aeroplanoeditora.com.br/sala_apontamentosdecritica.html.

³²³ Ver <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/cadernos/ideias/2002/11/08/joride20021108005.html>.

³²⁴ PIRES, Paulo In RESENDE, Beatriz. *Apontamentos de Crítica Cultural*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2002.

afirma que ele é dono de discurso sofisticado, mas que devido à sua agressividade, há um misto de fascínio, perturbação e incômodo em todos que o ouvem ou vêem. Ironicamente, escreve:

Mas também a gente não ia querer que diante dos altos-falantes da Cidade de Deus ele pegasse um banquinho e um violão e cantasse que o barquinho vai e a tardinha cai!³²⁶

Saliento que Resende está falando sobre MV Bill antes de ele se tornar “midiático”, devido ao lançamento de livro e de documentário que fizeram sucesso.³²⁷

Vou me arriscar e propor, como designação para as produções artísticas dos habitantes dos lados mais desapossados das cidades e mundos partidos, e que questionam veementemente essa privação total, além da vigência de cânones, a “estética do empoderamento”.

Uma visita ao sítio³²⁸ da Rede EICOS - Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social, da UFRJ mostra que o empoderamento pode ser abordado por diversos ângulos, tendo em vista que perpassa diversas disciplinas. O termo surgiu na área do Desenvolvimento Sustentável e não trata apenas de processos de emancipação individual, mas da aquisição de uma consciência coletiva da dependência social e da dominação política. Pensa a inserção do indivíduo a nível macro, traça uma ponte entre o local e o global, e visa a uma possível ação. O conceito vai além das noções de democracia, direitos humanos e participação para incluir a possibilidade de compreensão a respeito da realidade do seu meio social, político, econômico, ecológico e cultural, refletindo sobre os fatores que formatam seu cotidiano bem como à tomada de iniciativas que podem melhorar sua situação. O empoderamento pressupõe acesso e uma participação crítica e ativa no poder.

Um processo de empoderamento para ser eficaz precisa contemplar quatro níveis:

- 1- Cognitivo, onde interessa a conscientização sobre a realidade e as causas da dominação;

³²⁵ RESENDE, Beatriz. Ruídos da música popular *In* _____, 2002, *Op. cit.*, p.121-169.

³²⁶ *Idem*, p.161.

³²⁷ SOARES, Luiz Eduardo; BILL MV; ATHAYDE, Celso. *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2005 e documentário *Falcão – Meninos do Tráfico* realizado em parceria com o produtor Celso Athayde, apresentado no programa Fantástico, exibido pela TV Globo em março de 2006.

³²⁸ Disponível em <http://www.eicos.psychology.ufrj.br/eicosnet/espanhol/empoderamento/empoderamento.htm>.

- 2- Psicológico, ligado ao desenvolvimento de sentimentos de auto-estima e autoconfiança, requisitos para as tomadas de decisões;
- 3- Econômico, que relaciona a importância da execução de atividades que possam gerar uma renda que assegure certo grau de independência econômica;
- 4- Político, que envolve a habilidade para analisar e mobilizar o meio social visando a nele produzir mudanças.

A estética do empoderamento, a literatura do empoderamento rompe com os conceitos de “literatura marginal” ou “cosmética da fome”, qualificações oriundas de posições sociais hegemônicas, para anunciar um acontecimento discursivo de um novo sujeito, político e literário, de enunciação. Dilacera uma propalada “construção discursiva marginal” para instalar uma poética política do lugar e indagar: de onde é possível falar? São as comunidades interpretativas “deles”, com seu conjunto de normas, convenções, códigos, ideologia, inquietando as “nossas”. Paulo Ribeiro é categórico:

A necessidade de estarmos atentos à compreensão destes processos de apropriação e de resistências é mais importante do que a lamentação pela perda de uma política (e de uma estética, de uma cultura, de uma sociedade...) pura, completa e transcendente.³²⁹

Resende é de opinião que o VI Congresso ABRALIC, aquele realizado em Florianópolis em 1998, propunha aos partidários dos dois enfoques ou um partilhar de caminho ou um embate, que foi a opção vencedora àquela altura, embora sem a aclamação de vitoriosos; todavia, continua, o VII Congresso, que aconteceu em Salvador em 2000, confirmou o espaço acadêmico da literatura comparada como variado e múltiplo, poroso a todos os debates possíveis em torno do literário.

Afirma Resende que:

A possibilidade de abertura teórica da Literatura Comparada talvez se dê por ser a mais nova das disciplinas da área de Letras (...) teve a imensa vantagem de chegar ao Brasil como o espaço acadêmico capaz de romper com os limites impostos pela filiação aos estados-nações que determinavam a tradicional divisão dos estudos literários por departamentos (...) propondo novas abordagens.³³⁰

³²⁹ RIBEIRO, Paulo Jorge. “Cidade de Deus na Zona de Contato. Alguns Impasses da Crítica Cultural Contemporânea”. Texto eletrônico disponível em <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/18095/1/R1987-1.pdf>.

³³⁰ RESENDE, 2002, *Op.cit.*, p.15.

Resende explica também o porquê da enfática defesa do cânone por certos setores da área de Letras:

Trata-se de um status atribuído, especialmente entre povos de passado escravista, ao diletantismo: literatura, assim, seria coisa de diletante, os beletristas e, se diletante, nobre. Porém, se nobre, em geral conservador. A força de defesa do cânone viria, mais facilmente, desta área, celebrada pelo conservador Harold Bloom.³³¹

Além disso, ensina Resende, alguns professores que se julgam guardiães do templo vêem os estudos culturais como diluidores de áreas prestigiadas, empíricos em demasia, e os acusam de negadores de arcabouços teóricos elaborados. Para Resende, intelectuais tradicionais que transitam com dificuldade por entrelugares, os acusam de desorganizar as disciplinas, vistas pelos tradicionalistas como sacralizações do saber, de falta de hierarquia e de não terem nitidez na escolha dos objetos de pesquisa, ou seja, tudo que desconcerta e ameaça os conservadores, avessos ao maior bem que a sociedade de redes proporcionou: a articulação dos saberes.

³³¹ *Idem, Ibidem*, p. 20.

O Cânone e sua implosão

“Essa epistemologia se saturou como um amor que se cansa.”

Michel Maffesoli

Retrucando algumas críticas a seu posicionamento no V Congresso ABRALIC , de 1996, Perrone-Moisés sustenta que

o pesquisador literário parte de seu objeto particular, o texto, para chegar, através dele, ao contexto, e não o inverso. A repartição de tarefas, entre os pesquisadores das diversas áreas, otimiza a produção do saber. A interdisciplinaridade é a troca de informações precisas e bem fundamentadas entre várias disciplinas, e não um passeio amadorístico por várias áreas do saber, o qual redundaria numa a-disciplinaridade. É uma questão de divisão do trabalho, de formação teórica e prática, não de competência exclusiva. Bem poucos são os que transitam entre as áreas com real conhecimento das mesmas, e muitos os que se aventuram numa transdisciplinaridade ilusória.

Na última década, muitos pesquisadores literários perderam a confiança no valor intrínseco de sua disciplina. (...) improvisaram-se como antropólogos e sociólogos para ver apenas, nos textos literários, questões de etnia, gênero ou política. Ora, tudo isso está presente no texto literário, mas não de maneira imediata. O texto literário não é apenas reflexo e documento; o texto literário é uma forma de mediação, e uma mediação pela forma.

Atentar para a questão da forma não é formalismo. É decorrência daquilo que se entende por literatura. Evidentemente, o conceito de “literatura” é histórico. Não há uma essência literária, imutável através dos tempos. Entretanto, em cada momento, e segundo as circunstâncias, é possível chegar a um consenso provisório acerca do que se entende por “literatura”. Se ainda acreditarmos na especificidade dos estudos literários e desejarmos mantê-los como disciplina autônoma, necessitamos de um consenso mínimo a esse respeito, um consenso quanto às características básicas exigidas de um texto, para que este seja chamado de literário.³³²

Na continuação de seu texto, Perrone-Moisés reflete sobre o papel do crítico e do professor como mediadores na atribuição de valores. Como em sua opinião não existe possibilidade de consenso sobre valores culturais, já que “não há mais ‘a cultura’, mas ‘culturas’, entendendo-se por estas não apenas as não ocidentais-modernas mas qualquer conjunto de valores e práticas de uma maioria ou minoria”,³³³ estamos no meio de “um litígio sem precedentes”. Recorre então ao vocabulário do direito internacional e reflete sobre dois tipos de mediação: de conciliação e de arbitragem.

Isso remete a um problema, no julgamento de Perrone-Moisés: como o crítico e o professor foram desinvestidos de qualquer autoridade arbitral, tendo em vista a inexistência, na atualidade, de critérios prévios para o julgamento, sobraria para eles o

³³² PERRONE-MOISÉS, Leyla. A Literatura como Mediação. *Anais do VIII Congresso Internacional da ABRALIC*. Belo Horizonte, ABRALIC, 2002, *CD-ROM*.

³³³ *Idem, Ibidem*.

papel de conciliador. É nesse ponto que a dificuldade aumenta, na opinião de Perrone-Moisés, pois isso significa que os juízos de valor devem ser flexibilizados.

Até que ponto? (...)

Na ânsia de conciliação, o crítico passará a admitir e elogiar qualquer novidade (...); reconhecerá a hegemonia do mercado (...); cederá ao poder dos *lobbies* das chamadas minorias. Para não se sentir desatualizado, o professor retirará de seus programas os textos canônicos e introduzirá, no lugar deles, (...) *best-sellers* do momento. (...) Valorizará qualquer produto vindo das “margens”, independentemente de seu valor estético (o que é uma forma de paternalismo politicamente incorreto). Para se sentir “plugado”, substituirá totalmente os livros pelos veículos eletrônicos, as aulas por vídeo-conferências ou por consultas na internet; deixará de ser mestre para se transformar em animador de auditório.³³⁴

Lembra-nos Rachel Lima³³⁵ que o teórico da literatura Terry Eagleton postula que o declínio do prestígio das correntes formalistas na análise literária coincide com a efervescência dos movimentos sociais ocorridos nos anos 60 do século passado, o que acarretou o acréscimo dos corpos docente e discente, incrementando a heterogeneidade acadêmica, ampliando o universo de representações culturais e inviabilizando o consenso que existia no saber erudito da academia tradicional.

Esse quadro instável repercute também no Brasil. A análise literária passa a recair sobre o enfoque comparatista, “que procede por associações abdicando aos conceitos de continuidade espaço-temporal e de constituição orgânica da obra de arte”,³³⁶ categorias que “são a última sobrevivência das origens da história como o repositório das lembranças nacionais ou dinásticas”.³³⁷

Essa tendência, sentencia Lima de maneira enfática, passa a perturbar alguns professores que desempenhavam papel de destaque na área de Letras em nosso país, quando a propensão formalista detinha a supremacia no universo acadêmico nacional.

Começam, então, as acusações de que a especificidade dos estudos literários foi desprezada em favor de um vale-tudo explícito que difunde um ecletismo pouco exigente e que açodadamente coage, objetivando novas leituras e novas articulações do cânone literário.

Para esses profissionais, o que está vigorando é uma submissão aos critérios do politicamente correto, lógica importada da crítica norte-americana.

³³⁴ *Idem, Ibidem.*

³³⁵ LIMA, 1998, *Op.cit.*

³³⁶ *Idem, ibidem.*

³³⁷ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília, UNB, 1998, p.145 *Apud* LIMA, *Op. cit.*

Segundo Lima boa parcela da comunidade universitária nacional “é resistente ao abandono da crítica formalista [aquela que compreende a literatura como uma sucessão de sistemas estético-formais sem relação com o processo histórico], que lhe oferece a ilusão de poder continuar a ocupar um espaço legitimado socialmente em função da alegada especificidade da literatura”³³⁸ e por isso referenda os golpes dirigidos aos estudos culturais. Tais posicionamentos, contudo, não impedem o vigoroso crescimento das publicações com feição culturalista, que assumem “a liberdade do itinerário, que, em última instância, enuncia a emergência do aleatório e do acaso na história”.³³⁹

O conceito imanentista de literariedade é questionado. Coloca-se em xeque o paradigma formalista que presumia a auto-referencialidade da linguagem literária. Segundo Rachel Lima são três os fatores que abalaram esse modelo analítico que, não obstante, continua a ser predominante em determinados setores da crítica: o alargamento do conceito de texto, entendido agora como toda e qualquer prática significante, a introdução da idéia de intertextualidade e a compreensão de que o leitor é um produtor de sentidos.

Ainda conforme Lima, a desconstrução dos valores que sustentavam o cânone modernista, que alicerçavam os saberes aliados ao poder, causou profundo mal-estar no campo da teoria literária e revigorou a literatura comparada.

A gama de interesses da crítica acadêmica se amplia devido às novas tendências interpretativas e às representações interpostas pelas minorias, que dilataram o domínio do literário.

Na sociedade e na cultura contemporânea, sociedade pós-industrial, cultura pós-moderna, a questão da legitimidade do saber coloca-se em outros termos. O grande relato perdeu sua credibilidade, seja qual for o modo de unificação que lhe é conferido. Relato especulativo, relato de emancipação.³⁴⁰

Para Lyotard, é impossível submeter todos os discursos (ou jogos de linguagem) à autoridade de um metadiscurso que se pretende a síntese do significante, do significado e da própria significação, isto é, universal e consistente.

Com a rejeição dos paradigmas clássicos, os estudos literários não cabem mais em sistemas cerrados. Ao questionar e revisar o campo tradicional, ao indagar os porquês de determinadas exclusões, se aproximam de outras ciências sociais, se abrem ao imaginário popular e redefinem os contextos de significação.

³³⁸ LIMA, *Op. cit.*

³³⁹ *Idem, Ibidem.*

³⁴⁰ LYOTARD, Jean-François. *O Pós-moderno*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986, p. 69.

Argumenta Luiza Lobo, baseando-se em Roberto Reis,³⁴¹ que a idéia de um *Kanon* (em grego, vara de medir) se tornou obsoleta, assim como uma estética baseada na filosofia kantiana, que pregava o bem e o belo desinteressados. Diz:

A primeira pergunta é sobre a legitimação do belo, que estaria na base de formação do cânone. Quem será o juiz deste conceito? Em que definirá a medida desta beleza? (...) Sem dúvida caminhamos na direção contrária à apontada por Harold Bloom em *O Cânone Ocidental*, que desejaria retornar a Shakespeare e apenas ao panteão de autores clássicos e anglo-saxônicos estudados em Yale até 1950.³⁴²

A naturalização da cultura impede que esta seja encarada como reunião de códigos simbólicos, ocultando mecanismos que hierarquizam e estabelecem relações de poder. Conta Reis que durante uma aula sua, um estudante universitário afirmou que era preciso “educar os africanos”. Aparentemente uma simples afirmação, que contudo é desmontada:

observei que o vocábulo “educação” era problemático (para não falar no termo “africanos”) em sua fala, pois pressupunha que nós, ocidentais (e “civilizados”), possuíamos alguma coisa (“educação”) que eles “africanos” (e “primitivos”?) não tinham. E mais: em seu discurso, “educação” parecia aludir a uma cultura (a ocidental) que está alicerçada na escrita, e que os “africanos”, necessitando adquiri-la, pois a desconheciam, não teriam “educação”- isto é, cultura. Ou seja: “educação” passava a ser sinônimo de *nossa* “educação” (tomada esta como referência e implicitamente entendida como “superior”). Com isso se ignorava por completo as milenares culturas africanas calcadas (não na escrita mas) na oralidade. Em síntese, um enunciado cheio de boas intenções retomava (ou corria o risco de retomar), ainda que inconscientemente, toda a ideologia de base do colonialismo.³⁴³

Após os ensinamentos de Michel Foucault, diz Reis, todo discurso passou a ser encarado como uma arbitrariedade e, assim, a supremacia da escrita, no Ocidente, pode ser vista como fazendo parte da estrutura de domínio.

Reis cita igualmente Jenaro Talens, para quem “um texto literário não é uma presença, mas um espaço vazio, cuja semantização está para ser produzida pela praxis historicamente determinada do leitor”.³⁴⁴

É o ato da leitura, da interpretação, que dota de significado aquele espaço vazio.

Se o discurso está sempre condicionado pelo lócus de enunciação, a leitura está sempre sujeita ao lugar de recepção. Temos, por conseguinte, que todo texto, inclusive o literário, é uma confluência de intrincadas tramas culturais.

³⁴¹ REIS, Roberto. *Cânon* In JOBIM, José Luís (org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro, Imago, 1992, p. 65-92. Texto eletrônico disponível em <http://paginas.terra.com.br/arte/dubitoergosum/arquivo78.htm>.

³⁴² LOBO, 2001, *Op.cit.*

³⁴³ REIS, *Op.cit.*

³⁴⁴ *Idem, Ibidem.*

Ainda segundo Reis, cânone entrou para as línguas românicas com o sentido de “norma” ou “lei”. No começo do cristianismo foi usado por teólogos para separar textos e autores segundo critérios de preservação ou banimento, para fins de pregação aos fiéis e incorporação à Bíblia. Critérios de autoridade intimamente relacionados com a manutenção do poder prevalecente é que determinavam a conservação ou a exclusão das “verdades” a serem difundidas. Indica Reis que o desempenho dessa influência se fazia em um espaço social definido, no caso, a Igreja.

Os editores³⁴⁵ do livro *Declínio da Arte/Ascensão da Cultura* explicam no prefácio da obra que “o cânone moderno unifica e singulariza, porém, ao preço de separar enquanto agrupa e de hierarquizar enquanto une”.

Da mesma forma assinala Reis que o cânone resulta de operações de seleção e exclusão, portanto intimamente ligado à questão do poder. Por meio das teorias críticas contemporâneas, mas não só, o preconceito contra a cultura do outro, ainda influente em alguns setores da crítica literária, é exposto e estorvado.

Também a literatura desempenhou papel central na disseminação de certos conceitos e preconceitos que ajudaram a reforçar a hegemonia de determinados setores sociais. Pelo menos até a era moderna, consolidou a dominância das elites letradas; indivíduos delas oriundos sancionaram sua ideologia como “o discurso” a ser adotado por toda a sociedade.

O cânone literário é defendido por seus partidários porque, segundo eles, é uma reunião de obras-primas de gênios universais, constituindo um patrimônio da humanidade, e é algo de valor inquestionável, um modelo a ser seguido, fundamental para transmissão de “verdades” inquestionáveis, atemporais e universais às sucessivas gerações que hão de vir.

Todavia, diz Reis, percebeu-se recentemente que a humanidade representada no cânone é bastante limitada, muito pouco diversificada.

Assim, não obstante determinados representantes de instâncias autorizadas, geralmente acadêmicos do “alto clero”, julgarem ser um despropósito qualquer contestação à sua prerrogativa para cancelar quais os bens simbólicos que podem ser considerados canônicos, aumentaram os questionamentos do porquê só as obras provenientes da chamada “alta cultura” possuem a possibilidade de acesso àquela lista.

³⁴⁵ Raúl Antelo, Maria Lucia de Barros Camargo, Ana Luiza Andrade e Tereza Virginia de Almeida, editores do livro *Declínio da Arte/Ascensão da Cultura*. Florianópolis, ABRALIC/Letras Contemporâneas, 1998.

Os argumentos de que as obras escolhidas são possuidoras de predicados intrínsecos, no caso valor estético, literariedade, não são mais aceitos pacificamente pelos que denunciam o que denominam arbitrariedade de um comportamento que reproduz uma estratificação social e simbólica extremamente rígida e restritiva.

Ao se estilhaçar a redoma de a-historicidade que conservava o cânone, se escancaram tanto a fetichização do objeto literário quanto os processos de hierarquização que permitem a certos “eleitos” aprovar ou eliminar determinados autores.

A civilização representada no cânone é ocidental, branca, cristã, patriarcal e heterossexual. Onde estão os “africanos”, “asiáticos”, mulheres, negros, muçulmanos, os não pertencentes às elites sociais, as minorias sexuais, os de etnias não-brancas?

A noção de valor e a atribuição de sentido não são empresas separáveis do contexto cultural e político em que se reproduzem, não podendo, por conseguinte, ser desconectadas de um quadro histórico. (...) Sob este prisma, o texto literário deixa de ser um objeto estático (e estético) e passa a se entrançar com o autor, o leitor, com o horizonte histórico que lhe é subjacente ou que lhe deixou pegadas, com outros textos, com o passado e o presente e o futuro, estabelecendo uma emaranhada rede de afiliações intertextuais. (...) Uma indagação do cânon tampouco deve ser apartada de toda uma tendência, nesta época tida por pós-moderna, de colocar entre parênteses alguns dos alicerces da cultura ocidental: a metafísica, o racionalismo, o humanismo, o logocentrismo, o falocentrismo, o patriarcalismo, o etnocentrismo, o capitalismo, o colonialismo, o imperialismo, a hegemonia burguesa, o arianismo, o racismo, a homofobia, os mitos do Estado, da objetividade, da ciência, do progresso, da tecnologia, a moral judaico-cristã, para listar as mais relevantes. Todos estes saberes serviram para assegurar a dominação do Ocidente, do branco, do homem, das classes privilegiadas sobre outras culturas, etnias, grupos sociais, sexualidades.³⁴⁶

Sob a ótica de que a literatura é um constructo cultural e não uma categoria universal, esse conceito passa, então, a ser compreendido como uma prática discursiva dentre outras, representando e produzindo a realidade, ao invés de recalcar alteridades e instituir obstáculos sociais.

Uma das advertências dirigidas aos defensores dos estudos culturais é que os expoentes dessa área ocupam altos postos nas universidades do Primeiro Mundo, tendo interesses tanto em aumentar sua influência acadêmica quanto em robustecer seu prestígio, em virtude de interesses mercadológicos editoriais.

Outra censura que Perrone-Moisés dirige aos partidários do multiculturalismo é a utilização, em sua opinião, desmedida e sem critério, dos vocábulos “alteridade” e “outro” que, na prática, estimularia “a criação de guetos estanques, (...) transformados em objetos de estudos particularistas, apaziguadores de conflitos sociais e, em última

instância, incentivadores de prósperos nichos mercadológicos”.³⁴⁷ Nesse mesmo texto a autora faz uma apreciação negativa dos estudos pós-coloniais que, para ela, são paradoxais, porque as margens utilizam o mesmo discurso logocêntrico que criticam para contestar o centro hegemônico: as línguas dos colonizadores, as filosofias européias, as tendências teóricas dos Estados Unidos, a nação preponderante na atual conjuntura mundial. Afirma que embora as idéias de Derrida, por exemplo, sejam muito utilizadas, elas não estão sendo bem compreendidas pois, segundo ela, nada mais longe do pensamento do filósofo do que “os discursos tolerantes e apropriadores do ‘outro’ como forma de boa consciência política”.³⁴⁸ Assegura que o próprio pensador protestou contra o uso moralizante da palavra “outro”, que

ele parte do princípio de irredutibilidade do outro ao mesmo, e por isso considera as palavras “tolerância”, “fraternidade” e “integração” como insuficientes para inventar o novo cosmopolitismo que o mundo de hoje exige. O cosmopolitismo que ele visa não é o apagamento das diferenças culturais nem a ilusão de uma convivência pacífica, mas, partindo da aceitação do princípio da diferença, e até mesmo da hostilidade entre as culturas, um processo de permanente negociação da convivência na *polis*.³⁴⁹

Os estudos culturais, no parecer de Leyla Perrone-Moisés, essencializam seus objetos, alardeiam conclusões dogmáticas e moralizantes e se iludem ao acreditar estar exercendo prática política só por utilizar, no âmbito limitado da universidade, uma nomenclatura politicamente correta. Para a professora, existe nesse campo do saber “uma chance e um perigo. A ‘chance’, é a de esses estudos abrirem novos territórios na vasta área dos estudos literários; e o ‘perigo’, é o de esses estudos perderem de vista o seu objeto, o discurso *literário*, que não é um discurso à parte mas um discurso particular, no qual o contexto se refrata em forma de texto”.³⁵⁰

Não há dúvida de que vamos na direção oposta à indicada pelo anacrônico Harold Bloom, que em seu livro *O Cânone Ocidental*³⁵¹ lista como autores dignos de pertencer ao seu rol apenas Shakespeare e uma galeria de autores clássicos anglo-saxônicos.

³⁴⁶ REIS, *Op.cit.*

³⁴⁷ PERRONE-MOISÉS, Leyla. “Desconstruindo os Estudos Culturais”. Comunicação apresentada no IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada - Universidade de Évora, Portugal, maio de 2001.

³⁴⁸ *Idem, Ibidem.*

³⁴⁹ *Idem, Ibidem.*

³⁵⁰ *Idem, Ibidem.*

³⁵¹ BLOOM, Harold. *O Cânone Ocidental*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1995.

O conjunto de pensadores que criticam posicionamentos favoráveis ao cânone é chamado por Bloom de “Escola do Ressentimento”, segundo ele composta por esquerdistas frustrados com o fracasso do comunismo, e que não apresenta soluções para os problemas mundiais, apenas queixas.

Em entrevista ao suplemento *Cultura y Nación*, do jornal argentino *El Clarín*, Bloom afirma:

Temo que seu ressentimento seja contra a grandeza de Shakespeare, Cervantes, Dante, Tolstoi, contra os escritores mais importantes da tradição ocidental. Contra o que chamam de mística da literatura, a qual, segundo eles, não é mais que uma máscara que oculta a opressão de classe, ao que chamam de imperialismo ocidental, dominação masculina ou até dominação homossexual. Estão ressentidos contra a grandeza cognitiva e estética. Isso me surpreende e entristece, e seguirei lutando contra, porque implica destruir o mais valioso da tradição ocidental. O que importa de Shakespeare é o poder de seu intelecto, a amplitude de sua consciência, a intensidade de sua beleza, e algo parecido pode dizer-se de Cervantes e Dante. Não querer vê-lo me parece horrível, um pecado contra o que William Blake chamou de “divina forma humana”, um pecado contra o melhor e mais generoso que temos. (...) Faz tempo que me encontro travando uma batalha contra a destruição dos critérios cognitivos e estéticos que vem afetando os estudos literários. Desde o final dos anos 70, com a chegada nas universidades inglesas e americanas dos estudos culturais, essa estranha mistura de Foucault, Marx, feminismo e diversos modismos parisienses. (...) A literatura é minha religião.³⁵²

Esse livro de Bloom é adjetivado por Eduardo Portella como uma das obras mais autoritárias do século passado.

É um tribunal, mais que isso, uma lista do Santo Ofício. Ali estão os que passaram e os que não passaram no teste da posteridade. Os critérios não são satisfatórios. Há momentos em que ele apela para a musculatura do poeta. Com certa frequência esse argumento da musculatura irrompe nas páginas. Sou de uma geração, provavelmente as coisas mudaram muito, em que musculatura era mais do domínio da halterofilia. Hoje se chama malhação. Mas quando Bloom compara um poeta com outro, o faz em função da musculatura. Fulano tem muito mais musculatura do que Beltrano. Então são critérios fundados em relações de força, de autoridade, superioridades completas.³⁵³

Também crítica de Bloom, Luiza Lobo³⁵⁴ afirma que a literatura é tanto um eficiente veículo transmissor de cultura quanto eficaz instrumento de dominação de classe. E que é patente a exclusão, em qualquer lista de “grandes escritores da literatura universal”, de representantes dos chamados povos periféricos.

Para Lobo, um cânone conclusivo é inviável no tempo presente. Ao contrário, todo texto está inscrito na totalidade social, e a própria idéia de um cânone único é contraditória, já que a cultura está em permanente mobilidade.

³⁵² BLOOM, Harold. Entrevista ao jornal *El Clarín*, 13/04/2002. Tradução livre minha.

³⁵³ PORTELLA, Eduardo. Os paradigmas do silêncio *In* LOBO, 1999, v.1, *Op.cit.*, p.18.

É Maria Esther Maciel quem garante: “listas são limitadas, excludentes, insuficientes”.³⁵⁵

Segundo Maciel, criadora da personagem Zenóbia,³⁵⁶ que adora elencar esquisitices que vão de “peixes perplexos” a “cidades raras”, o que devemos fazer é nos abrir às impurezas da experiência, à força do trágico e ao êxtase do sublime. Tal como Zenóbia, cujo cotidiano é constituído por banalidades das quais ela procura extrair pequenas epifanias e assombros, podemos apostar na sensibilidade e na sutileza contra as desumanidades do mundo.

Somos compelidos por Maciel a abandonar práticas exauridas e a não renegar o prosaico. Defensora do trânsito desenvolvido por várias áreas do saber, nos incita a adotar postura transdisciplinar, a abandonar a fixidez de arcaicos sistemas de organização e classificação do conhecimento e a buscar a fluência entre as diversas artes de campos disciplinares, sem nos esquivarmos a explorar o insólito.

Em nossa época de enumerações impossíveis, a noção de um cânone regulador remete a uma taxonomia rígida. E nos lembra Maria Esther Maciel que modelos taxonômicos são arbitrários e insuficientes. Comenta a professora que diversos pensadores já demonstraram que obras de feição enciclopédica (no sentido de incompleto, conjectural, múltiplice) condizem mais com a pluralidade contemporânea. Umberto Eco é citado para efeito de exemplificação:

O conhecimento enciclopédico seria de natureza desordenada, de formato incontrolável, e praticamente deveria fazer parte do conteúdo de *cão* tudo o que sabemos e poderemos saber sobre os cães, até a particularidade por que minha irmã possui uma cadela chamada Best - em suma, um saber incontrolável até para Funes, o Memorioso.³⁵⁷

A conjuntura mundial que vige, não é demais repisar, aponta para a ocorrência simultânea de dois processos: ao mesmo tempo em que ocorre uma globalização transnacional da cultura e da economia, acontece concomitantemente uma pulverização desses setores nos níveis locais e regionais, propiciando o incremento de um contexto pluricultural, onde diversos grupos minoritários buscam maior acesso e participação, advindo daí um novo mapeamento político da subjetividade.

³⁵⁴ LOBO, 2001, *Op.cit.*

³⁵⁵ MACIEL, Maria Esther . “Caminhos da arte total” – Entrevista concedida a Sérgio de Sá. Correio Braziliense, *Pensar*, 31/07/2004.

³⁵⁶ MACIEL, Maria Esther. *O Livro de Zenóbia*. Rio de Janeiro, Lamparina Editora, 2004.

³⁵⁷ Ver MACIEL, Maria Esther. “O Inventário do Mundo: Arthur Bispo do Rosário e Peter Greenaway”. Texto eletrônico disponível em <http://www.revista.agulha.nom.br/ag31maciel.htm>.

Diversos “outros”, através de ações afirmativas e de políticas identitárias, questionam qualquer pensamento que tenha por base a compreensão da identidade como algo fixo, que possua uma essência. Ao invés, propõem que a identidade seja compreendida como processo, como algo sempre relacional e como ponto de partida para transformações de práticas discursivas e sociais que reinventem re-significações positivas para diferenciações até agora consideradas como negativas.

Lembra-nos Rose Braidotti que “como Deleuze argumentou, o centro está morto e vazio; não existem começos lá”.³⁵⁸

Argumenta Braidotti que na pós-modernidade se exacerba a disputa pelo controle do imaginário social e que, por isso, precisamos nos reinventar, precisamos pensar de maneira diferente, fugir de visões padronizadas.

Para ela estamos experimentando, dentro dos *ethnoscapes*³⁵⁹ da pós-modernidade, grande proliferação de figurações alternativas da subjetividade pós-humanista. Vemos prevalecer também processos de diversos tipos de deslocamentos, diásporas, hibridismos, transculturalidade.

E, importante, os intelectuais também se nomadizam. Diferentemente do migrante, que percorre itinerário fixo do lugar natal para o lugar anfitrião e do exilado, impossibilitado de retornar ao local de origem, o sujeito nômade nos oferece uma visão descentralizada e multidirecionada de alguém em mutação permanente, pleno de identidades complexas, e não mais preso a um eixo de diferenciação limitador. Penso como exemplo no intelectual nômade Edward Said que, antes de morrer, abandonou identidades fixas, manteve uma consciência periférica e participou sempre de rebeliões de saberes subjugados. Para Braidotti “é a subversão do conjunto de convenções que define o estado nômade”. E faz um alerta: o grande perigo a que devem ficar atentos os nômades é o modismo, o seguir por rotas preestabelecidas, porque espaços de transição necessitam de negociações permanentes.

³⁵⁸ BRAIDOTTI, Rose. “Diferença, Diversidade e Subjetividade Nômade” In *Labrys – Estudos Feministas*, n.1-2, jul./dez. 2002. Texto eletrônico disponível em http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/rosi1.html.

³⁵⁹ Aponta Braidotti que este é um termo de Arjun Appadurai que significa etno-paisagens, paisagem global re-localizada por faixas culturais que estabelecem vínculos não existentes nas ordens nacionais, regionais ou locais. É importante observar como estas verdadeiras ilhas semânticas - comunidades, tradições, culturas – se transladam. Esse processo, geralmente associado a algum sentido identitário, pode ser acompanhado por vezes de migrações massivas, outras vezes como simples difusão de bens culturais ou de re-semantização cultural.

O cânone esboroa no tempo presente porque os pontos que serviram de escora e solução de continuidade em períodos de transição anteriores não mais se sustentam quando da passagem da modernidade para a pós-modernidade.

A ênfase atribuída às literaturas nacionais atendia a um objetivo político subentendido: o reforço da identidade nacional por meio da língua e, com esse reforço, estimular o patriotismo.

Indica Gustavo Bernardo que

pautado nessa lógica, Vilém Flusser³⁶⁰ considerava o patriotismo um sintoma de enfermidade estética, na medida em que transforma o hábito em algo misterioso a ser sacralizado, glorificado, em suma fetichizado (...) O patriotismo que simplifica o mundo ao extremo e por isso mesmo gera tragédias concretas, mas inconcebíveis, ganha substância ideológica também nas metáforas do ensino da literatura e, principalmente, nas metáforas do ensino de história da literatura.³⁶¹

Como as identidades nacionais estão em declínio, o hibridismo cultural e as identidades híbridas são definitivamente algo novo produzido na modernidade tardia.

a) – Os Estudos Culturais:³⁶²

Relata Heloísa Buarque de Hollanda³⁶³ que, em conformidade com as políticas integracionistas do pós-guerra, surgiu nas universidades, fundações e agências de fomento dos Estados Unidos, uma nova grade disciplinar que ficou conhecida como *area studies*, que englobava os estudos culturais, econômicos e políticos acerca de sociedades “periféricas”. Essa grade se ramificou naquilo que ficou conhecido como africanismo, latino-americanismo, orientalismo, dentre outras, e obteve rápida expansão no decorrer da década de 60 passada, crescimento esse intimamente relacionado com a chamada Guerra Fria e, no nosso continente, com a consolidação das ditaduras militares.

A partir dos anos 80, contudo, perderam interesse, saíram dos currículos universitários e das agendas das políticas de fomento norte-americanas e foram substituídas, devido ao impetuoso aumento das atividades intelectuais diaspóricas e às mudanças paradigmáticas político-culturais desconcertantes que obrigaram um

³⁶⁰ Filósofo que alguns reputam como o Walter Benjamin da pós-modernidade.

³⁶¹ BERNARDO, Gustavo. “Da Literatura Comparada como Antídoto” *In Dubito Ergo Sum* - Sítio cético de literatura e espanto. Texto eletrônico disponível em <http://planeta.terra.com.br/arte/dubitoergosum/resenha22.htm>.

³⁶² Alguns autores utilizam a abreviação EC.

³⁶³ HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Paper* sem referência.

rearranjo dos estudos voltados para as políticas da diferença, por um novo debate mais interessado em mapear a geopolítica dos fluxos estabelecidos entre o local produtor de conhecimento e o território efetivo de intervenção.

Os novos estudos, fortemente marcados por análises locais e contextualizadas, incorporaram as experiências de setores dominados e novas práticas discursivas cosmopolitas passam a ter localização difusa.

Em seus primórdios os estudos culturais estavam mais preocupados com modos de analisar a cultura da classe operária, principalmente a inglesa.³⁶⁴

Nessa época o Centro tinha clara orientação marxista e conceitos e termos gramscianos como hegemonia e subalternidade, eram amplamente utilizados. Nesse tempo de configuração, também os trabalhos da Escola de Frankfurt sobre indústria cultural desempenharam papel relevante. Diz Ângela Prysthon:³⁶⁵

Há uma série de afinidades entre a visão macro dos frankfurtianos sobre a sociedade e os EC, embora a teoria crítica alemã negligencie um aspecto essencial para os EC: as formas nas quais a indústria cultural, mesmo a serviço do capital, pode propiciar oportunidades para a criatividade individual e coletiva.

A partir dos anos 1980 sofreram influência da teoria francesa, o que amplia seu escopo de interesses para o estudo de grupos sociais minoritários.

Para Prysthon, que faz menção à Jean-François Lyotard,

a pós-modernidade é a época onde já não existem mais metanarrativas, onde os jogos de linguagem, múltiplos e heteromórficos predominam numa sociedade pontilhista, na qual é impossível estabelecer regras gerais. Ou seja, nesta concepção está incluída, para além dos jogos de linguagem pura e simplesmente, a tendência para a pulverização dos grupos que os praticam e o desmantelamento dos valores universais e absolutos (...) [incluindo] os esquemas interpretativos absolutos (como o marxista e freudiano, por exemplo).³⁶⁶

Contemporaneamente os estudos culturais são configurados, fortemente, pelo lugar ocupado pelo periférico na teoria; Prysthon lembra que diversas outras teorias e estéticas problematizaram conceitos como identidade, representação, colonização, Ocidente, mas a diferença da abordagem dos estudos culturais é que ela vai, ao invés de meramente descartar ou inverter hierarquias e termos, questioná-los tanto em sua essência quanto nas suas interrelações.

³⁶⁴ São dessa época as obras *The Uses of Literacy* (Richard Hoggart – 1957), *Culture and Society* (Raymond Williams – 1958) e *The making of the english working-class* (E.P.Thompson – 1968).

³⁶⁵ PRYSTHON, Ângela Prysthon. Estudos Culturais: uma (in)disciplina? *In Comunicação e Espaço Público*, ano VI, n. 1 e 2, Brasília, 2003, p 136.

³⁶⁶ *Idem*, p. 137.

Rejeitando desde o início a possibilidade de existência de qualquer verdade absoluta, o novo campo de estudos EC foi concebido como indissociável das práticas. Reafirmando seu aspecto político, seus integrantes buscavam intervir, produzir algum efeito, fazer alguma diferença. Deixando de lado a pretensão de conhecimentos acabados, “a teoria não era vista como ‘vontade de verdade’, mas como conjunto de conhecimentos contestados, localizados e conjunturais, que têm que ser debatidos de um modo dialógico (...) Hall estava convicto de que no trabalho intelectual sério não existem indícios absolutos e poucas são as verdades inquebrantáveis”.³⁶⁷

Os estudos culturais possuem um viés mais sociologizante, indicando questionamentos mais políticos e menos filosóficos às questões culturais. Juntamente com a crítica pós-colonialista procuram as redes sociológicas, voltadas para as margens, que questionam o eixo de saber eurocêntrico.

Luiza Lobo³⁶⁸ afirma que ainda não se sabe se os estudos culturais são a tábua de salvação para as artes, se vieram abrir espaço para uma literatura em estertor, ou se acelerarão seu declínio.

Trazendo à cena aspectos cruciais de produção e consumo cultural, os estudos culturais abalaram o mercado de bens simbólicos e, mostrando claramente a dissensão ocorrida no cerne da crítica literária brasileira, colocaram em campos opostos os partidários e os detratores da incorporação, pelos estudos literários, dos pressupostos teóricos culturalistas.

Os estudos culturais se inserem em uma política acadêmica transnacional. Reavaliam referenciais teórico-metodológicos tradicionais, indicam outros caminhos bons para pensar, “descobrir” objetos e, no julgamento de Liv Sovik, podem ser caracterizados como uma sociologia do tempo cultural. Para Sovik o crescente interesse por esses estudos deve-se “a existência de uma demanda represada da cultura interdisciplinar e a um fastio da despolitização da questão cultural. Existe um anseio pela repolitização, pela abertura a uma dimensão política sem dogmatismos”.³⁶⁹

Já demonstrou Stuart Hall que, contrariamente à visão iluminista que propunha identidades fixas, o que vemos na contemporaneidade são indivíduos assumindo papéis

³⁶⁷ RESENDE, Beatriz. “Stuart Hall, o pensador da diáspora cultural”. O Globo, *Prosa&Verso*, 31/01/2004.

³⁶⁸ LOBO, 2001, *Op.cit.*

³⁶⁹ SOVIK, Liv. Entrevista concedida a Leandro Colling. Folha da Bahia, 11/04/2000.

múltiplos, sujeitos históricos estabelecendo relações por meio de identidades performáticas.

Em entrevista concedida a Heloísa Buarque de Hollanda e a Liv Sovik, um dos fundadores dos estudos culturais, Stuart Hall, discorre sobre o impacto de sua condição de migrante em sua produção intelectual e sobre as perspectivas do engajamento do intelectual na atualidade:

Tudo o que aconteceu a partir de minha decisão de não voltar para a Jamaica definiu meu destino e certamente minhas preocupações intelectuais (...) Toda minha formação foi, portanto, num cenário colonial (...) Jamais me consideraria um inglês (...) Quanto à Jamaica, é meu país perdido, onde já não me sinto mais em casa (...) Tornei-me um estudante de letras porque queria ser escritor. Em Oxford, onde me formei, eu odiava o clima de diletantismo literário que reinava por lá (...) Foi aí que comecei a trabalhar a relação entre texto literário e o contexto histórico e social (...). Quando entrei para a pós-graduação, pensei: o que preciso fazer é entender a diferença entre a cultura caribenha, de onde vim, e esta outra cultura que produz textos magníficos que são estudados de forma isolada, dentro de um cânone. Isso me trouxe de volta para o Caribe. Os estudos culturais começaram, portanto, com meu interesse nas culturas diaspóricas do Caribe. Foi aí que deslizei da literatura para a cultura (...) Creio que ser intelectual hoje é dizer a verdade para o poder. É pensar as conseqüências do poder, aquilo que o poder não quer tratar, o que compõe o inconsciente do poder (...) Não acredito de forma alguma na objetividade do conhecimento. Não acredito que o objetivo do conhecimento seja a vitória do “nosso lado”.³⁷⁰

Ensina Peter Burke que a expressão estudos culturais não significa estudos de todo tipo de cultura. É cultura sem a alta cultura, porque é um movimento de oposição à tradição de só se estudar a chamada “alta cultura”. Cultura deixa de ser entendida como cultura clássica para passar a ter um sentido maior, mais antropológico. Pleiteia Burke a inclusão da alta cultura nos estudos culturais, pois, segundo ele, a interação entre as tradições, além de ser um interessante, é um desafio.

Toda atividade humana precisa ser estudada. Podemos sempre aprender alguma coisa importante. Como historiador acho quase impossível entender a alta cultura de uma certa época sem contextualizar, sem situar essa subcultura num quadro mais geral. Até para entender Shakespeare precisamos estudar a cultura popular da época, do século XVI (...) O grande perigo é ver o passado com olhos do presente. Estamos vivendo uma época de intensos intercâmbios entre culturas populares e a alta cultura acadêmica. Mas não foi sempre assim. E seria errado olhar para o século XIX com esses olhos. O século XIX é época de mais fronteiras culturais. Precisamos repensar as categorias para todo o século, toda época e toda região. Segundo a situação, operar com um aparato conceitual

³⁷⁰ HALL, Stuart. Entrevista concedida a Heloísa Buarque de Hollanda e a Liv Sovik. *Jornal do Brasil, Idéias*, 02/01/2004. Ver também “O Pensador das Diásporas” *In Diálogos*. Texto eletrônico disponível em <http://portalliteral.terra.com.br/Literal/calandra.nsf/0/247401E88046A1A203256DF30078A313?OpenDocument&pub=T&proj=Literal&sec=Dialogos>.

um pouco diferente, mais flexível, para evitar anacronismos. A meu ver, para entender a cultura, precisamos sempre combinar empatia com distância.³⁷¹

Também Benjamin Abdala Junior, resenhando dois livros de Edward Said, *Cultura e Política* e *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*, afirma que “o pensamento crítico, em constante reconstrução, afasta-se da imagem antiga da singularidade do mestre-pensador, que se presume falar em nome de quem não tem voz. Cabe ao pensamento crítico reconstruir áreas de coexistência em lugar de campos de batalha”.³⁷²

O intelectual não é mais visto como um predestinado que lidera as massas na direção do próximo modo de produção.

Quanto a isso, me lembro das palavras de Jaime de Almeida, quando eu ainda cursava a graduação: “Se eu sou um sapateiro, não tenho de fazer sapatos que levem o proletariado ao paraíso; como intelectual, a postura é a mesma, eu só tenho que fazer meu trabalho da melhor maneira possível”.

Celebra Hall a disseminação das teorias críticas no interior da academia, pois as questões políticas e teóricas estão em permanente tensão; estimula-nos a ir na direção do “perigo”, não a evitá-lo.

Ao tratar dos estudos culturais, Beatriz Resende³⁷³ destaca como fator favorável o fato deles se apresentarem como estudo, indicando sua provisoriedade e sua abertura ao pensamento não dogmático. Esses estudos são comparados aos *Ensaio*s de Montaigne, pois ambos tentam romper com burocracias intelectuais de suas épocas: os estudos culturais com as delimitações disciplinares e Montaigne ao propor ensaios em uma época de Sumas e Tratados.

Algo a ser destacado é que, já que os estudos culturais fazem parte de uma nova geopolítica da produção do conhecimento, na qual procuram fugir de dicotomias hierarquizantes, tais como metrópole/colônia, para atuar em uma política acadêmica transnacional, em um contexto de tensão permanente entre local e global, eles só conseguem se consolidar, em nosso país, em centros de pesquisa relativamente independentes, tais como o Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC) da UFRJ ou em departamentos de disciplinas em fase de consolidação, exemplificados pelos de Comunicação e Educação. O PACC, vale mencionar, oferece um pós-

³⁷¹ BURKE, Peter. Entrevista concedida a Nahima Maciel. *Correio Braziliense*, *Pensar*, 22/01/2005.

³⁷² ABDALA JUNIOR, Benjamin. “O intelectual sob fogo cruzado” *In* *Jornal do Brasil*, *Idéias&Livros*, 05/04/2003.

doutorado na área e, de acordo com seu sítio institucional, os estudos culturais formam um campo de pesquisa, uma prática metodológica e/ou um viés epistemológico cuja área de atuação é a cultura, no sentido amplo dado pela antropologia mas restrito ao universo das sociedades industriais contemporâneas e suas inter-relações de poder. Na sua agenda temática estão, ainda conforme aquele sítio institucional, gênero e sexualidade, identidades nacionais, etnia, cultura popular e seus públicos, ecologia, políticas de identidade, práticas político-estéticas, discurso e textualidade, pós-modernidade, multiculturalismo e globalização, dentre outros. Ou seja: aqueles pontos que singularizam a contemporaneidade e que tornam necessários novos referenciais teóricos e metodológicos para a pesquisa sobre a cultura. Caracterizam-se ainda por sua interdisciplinaridade e diversidade metodológica e, finalmente, têm como traço marcante seu compromisso em interagir diretamente com as práticas políticas, sociais e culturais que são objeto de sua abordagem.

Devemos ficar atentos para o fato de que são vários os estudos culturais. Heloísa Buarque de Hollanda aponta para a circunstância de que, dependendo do contexto acadêmico, são diversas as formas que tomam esses estudos, tanto quanto à delimitação da área de pesquisa quanto à sua afiliação disciplinar. Diz a autora que muito provavelmente os estudos culturais são a primeira área do conhecimento visceralmente contextualizada, só podendo ser pensada em função de determinado contexto social ou institucional, sendo suas práticas, discursos e prioridades alterados conforme a totalidade na qual se insere. Ensina Hollanda que Edward Said se refere a uma cartografia espacial de uma idéia em movimento (conceito de *affiliation*, por meio do qual Said discorre sobre o horizonte das teorias viajantes, ou seja a trajetória de uma idéia ou de uma reflexão teórica entre países e comunidades acadêmicas), muito mais complexa do que até pouco tempo atrás era definido como mera apropriação ou aculturação. Eis o que propõe Said:

Primeiro há um ponto de origem, ou o que parece ser um ponto de origem, um conjunto inicial de circunstâncias onde a idéia nasceu ou fez-se discurso. Segundo, há uma distância percorrida, uma passagem através de pressões de diversos contextos enquanto a idéia se move de um ponto anterior em direção a um outro tempo e espaço nos quais vai adquirir uma nova proeminência. Terceiro, há um conjunto de condições - condições de aceitação, resistências - que entram em confronto com a teoria ou idéia migrante, possibilitando sua introdução ou tolerância por mais estrangeira que possa parecer. Quarto, a idéia agora totalmente ou parcialmente acomodada ou incorporada começa a ser

³⁷³ RESENDE, Beatriz. A indisciplina Estudos Culturais In _____, 2002, *Op.cit.*, p.9-54.

transformada por seus novos usos e por sua nova posição em diferentes tempos e espaços.³⁷⁴

Em seu texto, Hollanda apresenta argumentos que comprovariam essa tese de idéia migrante. Segundo ela, os estudos culturais se originaram no campo disciplinar da sociologia numa Inglaterra intensamente marcada pelas transformações de sua classe operária no pós-guerra. Consolidam-se nos EUA bem mais tarde, associados aos debates e disputas em torno dos direitos das minorias, do reconhecimento legal do multiculturalismo e das ações afirmativas e, no campo acadêmico, em torno das guerras curriculares acerca do cânone ocorridas na área literária. Já na América Latina, mesmo levando-se em conta as disparidades culturais, econômicas e sociais da região, se tornaram um espaço acadêmico privilegiado para se pensar a reinserção democrática de seus países no mundo e seus adeptos tentam, de modo não subalterno, inserir nosso continente em um projeto transnacional para pensar o mundo presente e os futuros possíveis.

Segundo Elisangela Mortari³⁷⁵ os estudos culturais latino-americanos agem em um campo teórico difuso, tendo em vista a confluência de inúmeras disciplinas, ao contrário dos estudos britânicos e norte-americanos, mais preocupados com a dimensão política da cultura.

Algo crucial realizado pelas teorias críticas contemporâneas foi o questionamento do conceito de diversidade cultural, pois este conceito esconde estratégia conservadora e hipócrita, mostrando condescendência com pluralidades mas sempre referido a uma norma ideal.

A noção que substituiu aquele conceito, a de diferença cultural, indica, ao contrário, que as diferenças não são algo natural na cultura, mas construções políticas, que não são indesejáveis e que independem de autorização para existir.

Sobre este tema se manifesta Raúl Antelo:

É pertinente, portanto, discriminar a reivindicação modernista de diversidade cultural, de fundo nacional-populista, da postulação pós-modernista de diferença cultural, de extração pós-colonial ou global (...) Enquanto a diversidade cultural legítima enunciados, a diferença cultural discrimina enunciações. Tributária, em consequência, do conceito letrado, urbano, funcionalista e, em última análise, dicotomicamente nacionalista de cultura, a tese racionalista da diversidade, longe de fundar a tolerância ou o progressismo pluralista da nação moderna, dissolve,

³⁷⁴ HOLLANDA, Heloisa Buarque de. "A Academia entre o local e o global" – Palestra na UFMG, 1997. Texto eletrônico disponível em <http://www.pacc.ufrj.br/heloisa/belohorizonte.php>.

³⁷⁵ MORTARI, Elisangela. "Ordenando os Estudos Culturais". Resenha do livro *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana*, de Ana Carolina D. Escosteguy. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. Texto eletrônico disponível em <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/resenha/txtresen2.htm>.

belicamente, o significado desses conceitos, porque, se aquilo que aceito se identifica àquilo que moralmente aprovo, não estou tolerando, a rigor, coisa alguma.³⁷⁶

O problema, ao invés de ser o de se encarar as diferenças apenas como inclusão/exclusão a um padrão dominante, passa a ser o de enunciação da diferença cultural, com toda as suas implicações metodológicas, políticas e teóricas.

Reafirma esse pensamento Rosa Fisher quando alterca que este é “um processo bastante complexo de significação - através do qual se produzem afirmações a respeito da cultura, as quais por sua vez constituem e engendram diferenças e discriminações, ao mesmo tempo que estão na base da articulação de relações de poder e de práticas sociais muito concretas, de institucionalização, de dominação e de resistência”.³⁷⁷

Na opinião de Tania Carvalhal, os estudos culturais são uma disciplina indisciplinada cuja característica marcante é a de se constituir em oposição frontal às disciplinas tradicionais, aglutinando a inovação especialmente na escolha do objeto de estudo.³⁷⁸

Julga Carvalhal que o acirramento dos ânimos de quem é contrário à aproximação entre o comparatismo e os estudos culturais se deve ao fato de que, para estes, a literatura pode não ser primordial, já que podem se desenvolver tendo como objeto somente manifestações culturais extra-literárias, o que seria um desprestígio para a área literária.

Contudo, prossegue Carvalhal, apesar de na literatura comparada a literatura ser, obrigatoriamente, um dos termos comparados, e nos estudos culturais essa obrigatoriedade não existir, as duas áreas possuem pontos de convergência, inclusive no tocante ao pioneirismo do comparatismo em lidar com materiais não convencionais de pesquisa, tais como correspondências, marginálias (anotações dispersas, comentários, reflexões curtas, etc.), textos de viajantes, mapas. Além disso, “literatura e cultura, são conceitos que se redimensionam e se recodificam nessa transição de milênio e, por isso mesmo, tornam-se por vezes vicários”.³⁷⁹

³⁷⁶ ANTELO, Raúl. “Guerra Cultural” *In Cult*-Revista Brasileira de Literatura, n.17, dez.1998.

³⁷⁷ FISHER. Rosa Maria Bueno Fisher. “Das Diferenças”. Editorial da revista *Educação&Realidade*, v. 24, n.2, jul./dez. 1999.

³⁷⁸ CARVALHAL, Tania Franco. *Literatura Comparada e Estudos Culturais: aproximações e distanciamentos*. *Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIC*. Florianópolis, ABRALIC, 1998, CD-ROM.

³⁷⁹ *Idem, ibidem*.

b) – O Pós-Colonialismo:

A teoria pós-colonial tem uma história recente, conforme ensina Igor Machado.³⁸⁰ Veio para propor um avanço teórico sobre as categorias de análise discriminadas pela noção de terceiro mundo e se refere, a princípio, a um pós-colonialismo real. Em sua origem se reportava ao fim do colonialismo no século XX, que caracterizou extensas áreas africanas e asiáticas. Surgiu também para suprir uma insuficiência representacional de grupos subalternos que até então não tinham controle sobre sua própria imagem; a teoria pós-colonial é um lugar de fala, uma luta por representação e espaço na academia dos países do primeiro mundo, na qual intelectuais de países considerados periféricos, Índia principalmente, expõem sua própria narrativa sobre populações marginalizadas de toda ordem, desde grupos étnicos até populações inteiras que são internamente colonizadas em países de todo o mundo.

Precusores da teoria pós-colonial, os estudos subalternos se originaram da reflexão coletiva do Grupo de Estudos Subalternos constituído ao redor de Ranajit Guha no final dos anos 1970. Esse grupo de historiadores do sul da Índia propunha a construção de uma nova historiografia despojada das heranças teóricas e culturais do colonialismo, distinta porque buscava a liberação epistemológica da História, entendida aqui tanto como disciplina quanto conhecimento da complexa realidade temporal. A subalternidade inclui e supera o conceito marxista de classe, é um efeito das relações de poder expresso através de uma gama variada de meios: lingüísticos, sociais, econômicos, culturais. São várias as interseções entre os estudos subalternos e a teoria pós-colonial.

Aponta Nádia Silva³⁸¹ que o projeto pós-colonial explora dissensos sociais não mais aglutinados em torno do antagonismo de classe; seu objetivo é a elaboração de estratégias legitimadoras de emancipação. Para os pós-colonialistas a cultura na atualidade é transnacional, porque relacionada a histórias específicas de deslocamento cultural, e tradutória, tendo em vista que os deslocamentos, associados à tecnologia midiática global, complexificam o significado de cultura.

³⁸⁰ Importante: o texto de Igor José de Renó Machado, *O que é Pós-colonialismo*, é uma versão preliminar. O autor pede para não citar, mas o trabalho possui diversas qualidades e, assim, resolvi utilizá-lo, mesmo advertido por meu orientador. Peço a compreensão do autor e esclareço que assumo todas as responsabilidades por sua utilização, pois a excelência do trabalho compensa o risco.

³⁸¹ SILVA, Nádia Regina Barbosa da. Sintomas Pós-Colonialistas na Literatura Brasileira Contemporânea. *Anais do VIII Congresso Internacional da ABRALIC*. Belo Horizonte, 2002, CD-ROM.

Nota Silva que “a passagem do cultural epistemológico para o cultural enunciativo abre possibilidade de outros tempos de significado cultural e outros espaços narrativos”.³⁸²

Retornando a Machado,

a teoria passa a ser localizada em sujeitos que partilham uma situação específica de vivências, inalcançável para os intelectuais do primeiro mundo: é a experiência da subalternidade representacional, aliada ao conhecimento profundo do tropos do conhecimento ocidental que garante a esses intelectuais uma visão privilegiada. É construído um lugar de onde se fala, só alcançável por aqueles sujeitos pós-coloniais, legitimado por antemão pela mera existência.³⁸³

Esses teóricos não ignoram as críticas anteriores, exemplificadas pelo marxismo e pelo nacionalismo, mas indicam que ambas são narrativas-mestras de matriz européia que ainda colocam a Europa como centro mundial.

Ressalta Machado que é “necessário dizer que a intenção dos pós-coloniais não é tanto eliminar o marxismo, mas antes redimensioná-lo criticamente. Na verdade grande parte dos intelectuais assume uma herança marxista. O pós-colonialismo buscaria desfazer o eurocentrismo explícito nessas narrativas”.³⁸⁴

A teoria pós-colonial é formada num processo de enunciação tangencial à história da dominação ocidental. Homi Bhabha denomina essa posição de “in-between”, lugar híbrido de negociação; Gayatri Spivak de “catacrese”, que seria a “propriedade de reverter, deslocar e redimensionar todo o aparato de conhecimento da dominação ocidental”.³⁸⁵

Mais do que desmascarar os discursos dominantes, se busca explorar suas fissuras objetivando construir narrativas outras.

É importante salientar que, para Machado, o pós-colonialismo acredita que as oposições dualistas são formas explicitamente colonialistas de pensar e, assim, a teoria pós-colonial tenta superar binarismos e atingir uma crítica realmente “catacrésica”.

Conforme julgamento de Miguel Vale de Almeida,³⁸⁶ as principais características dos estudos pós-coloniais são: o repúdio de todas as narrativas-mestras; a crítica do eurocentrismo nelas implícito; a narrativa-mestra principal seria a do modernismo, tanto na versão burguesa quanto na marxista; repúdio do orientalismo

³⁸² *Idem, Ibidem.*

³⁸³ MACHADO, *Op.cit.*

³⁸⁴ *Idem, Ibidem.*

³⁸⁵ *Idem, Ibidem.*

³⁸⁶ ALMEIDA, Miguel Vale de. *Um Mar da Cor da Terra. “Raça”, Cultura e Política da Identidade.* Oeiras, Portugal, Celta Editora, 2000, p. 229 *Apud* MACHADO, *Op.cit.*

como redução a uma essência sem história, assim como do nacionalismo; repúdio de toda história fundacional; repúdio de qualquer fixação do sujeito do terceiro mundo como categoria e asserção das identidades terceiro-mundistas como relacionais mais do que essenciais, alterando o enfoque da origem nacional para a posição do sujeito.

Além dos já citados Bhabha e Spivak, mais dois teóricos são bastante influentes: Frantz Fanon ³⁸⁷ com suas idéias sobre a construção de subjetividades brancas em sujeitos negros colonizados e os conseqüentes problemas advindos dessa forma de dominação e Edward Said ³⁸⁸ com seu conceito de orientalismo, que seria o modo de construção do Oriente baseado no lugar específico ocupado por este na experiência europeia ocidental; um estilo ocidental para reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente, descrevendo-o e colonizando-o.

Chama também a atenção Machado para o campo antropológico. A antropologia, segundo ele, sempre teve a primazia da representação do outro mas, carregada de culpa por sua origem imperialista e colonialista, teve um momento de hesitação teórica, que desembocou em um movimento autocrítico que originou o pós-modernismo antropológico dos anos 80 do século XX. É no espaço dessa hesitação teórica antropológica que movimentos como o pós-colonialismo e os estudos culturais cresceram. Machado chega mesmo a denominar esses movimentos de teorias antiantropológicas, “porque grande parte do posicionamento teórico dessas disciplinas pressupõe uma crítica radical ao conceito de cultura antropológico, tido como mais uma narrativa-mestra conivente com o orientalismo”. ³⁸⁹

Algumas críticas são dirigidas ao pós-colonialismo: a língua do “Império”, a inglesa é que é a portadora dos saberes emergentes; como existe um sentido implícito de posteridade no termo, indicando que as práticas de colonização já terminaram, o pós-colonialismo seria cúmplice do capitalismo ao mitificar uma situação que não é o fim das relações de poder, e sim suas reconfigurações; interações locais predominariam sobre as globais, obscurecendo a dominação capitalista; o simples descartar das categorias do nacionalismo e da identidade nacional, tendo em vista a “estrutura afetiva”³⁹⁰ que a nação representa e que dificilmente será substituída por uma abstração;

³⁸⁷ FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro, Editora Fator, 1983.

³⁸⁸ SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

³⁸⁹ MACHADO, *Op.cit.*

³⁹⁰ Idéia de Leela Ghandi *Apud* FONSECA, Ana Margarida. História e Utopia: imagens de identidade cultural e nacional em narrativas pós-coloniais. Comunicação apresentada no IV Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada – Universidade de Évora, Portugal, maio de 2001.

o rótulo abarca experiências muito específicas: não há distinção do que ocorreu em países asiáticos, africanos e latino-americanos.

Julga Shirley Carreira³⁹¹ que se a história recente de países que sofreram sob o jugo colonialista for examinada com rigor, com certeza se chegará à conclusão de que a colonização não acabou na maioria deles; opina Carreira que deve haver um reconhecimento de que nações imperialistas não abdicaram do papel de colonizador. Propõe aliar tradição à tradução, fugindo do exotismo e da visão folclórica encenada pelo olhar hegemônico.

A condição migrante é central para o pensamento contemporâneo, argumenta armando gnisci. Para ele estamos em transição, viver significa “estar-entre” e nosso tempo se liga a interesses plurais, fazendo com que a interculturalidade seja proposta como arena das poéticas e das ações libertadoras. Para gnisci, literatos como Harold Bloom voltam os olhos somente para trás, sendo na verdade cativos do imaginário dominante. Partindo de uma proposta da escritora Gloria Andalzúa, gnisci prega uma re-evolução: “ser migrante, estar em movimento, em tradução e alteração, é uma condição da poética, da ética e da política; uma condição da transformação em algo que não se enquadra no ‘cânone ocidental’”.³⁹² Censura entretanto o pós-colonialismo, dizendo que não possui vínculo com modos de ação mais enérgicos, sublevadores. Critica Gayatri Spivak e Homi Bhabha, por exemplo, por não conseguirem sair do que chama de impositação teórico-acadêmica de sua elaboração crítica, por se dirigirem apenas aos seus colegas e também, deixa subentendido, por ensinarem em universidades prestigiadas dos EUA. Chega a afirmar em tom irônico: “as fadas agora usam incenso indiano”.³⁹³

³⁹¹ CARREIRA, Shirley de Souza Gomes. “A representação do outro em tempos de pós-colonialismo: uma poética de descolonização literária” In *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades da UNIGRANRIO*, v. 2, n.6, jul.- set. 2003. Disponível em http://www.unigranrio.br/unidades_acad/ihm/graduacao/letras/revista/numero6/textoshirley4.html.

³⁹² gnisci, armando. “Migração e literatura” In *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades da UNIGRANRIO*, n. 7, out./dez. 2003. Texto eletrônico disponível em http://www.unigranrio.br/unidades_acad/ihm/graduacao/letras/revista/numero7/textognisci.html A exemplo da escritora feminista norte-americana bel hooks, gnisci adotou a grafia de seu nome em minúsculas.

³⁹³ Relutei em colocar essa nota, mas penso que gnisci está equivocado, talvez um resquício daquele pensamento que só consegue enxergar os intelectuais dirigindo as massas em direção ao próximo modo de produção. Ou será que, talvez, gnisci acredite que escrever seu nome com minúsculas seja uma estratégia discursiva mais eficaz?

O pós-colonialismo pode ser entendido como parte da teoria pós-modernista, que tenciona resgatar as falas das culturas e frações sociais ditas periféricas. Salientam seus teóricos a importância de se ouvir as margens, no intuito de se descentrar o mundo.

Comenta Maria Fontes:

A introdução de novas perspectivas sobre o cânone pelos estudos pós-coloniais redimensionou os valores “objetivos” da história literária, cuja descrição atendia a um sistema literário nacional ou plurinacional. Algumas contribuições de estudiosos da crítica histórica, promovidas pelos Estudos Culturais, foram dedicadas ao conceito de nação e de tradição nacional interpretados como uma invenção intencional de um mito e como construção ideológico-política, ou seja, a produção da nação como uma narração, evidenciando seu caráter de escritura. Tratou-se, na verdade, de verificar como o poder colonial deu vida a um sistema de representação e às formações discursivas que justificaram a política imperialista e ainda contribuíram para a manutenção do seu domínio e para a formação de um consenso. (...) Com os estudos pós-coloniais tratou-se, portanto, de evidenciar o caráter imaginativo, ficcional e poético da construção nacional que deslocou o conceito de realismo da história literária, ou seja, concernente à sua função descritiva, representativa e explicativa da continuidade da tradição. (...)

As reflexões acerca da história literária que nasceram dos estudos pós-coloniais trouxeram à superfície alguns conceitos que mudaram o modo de compreensão da própria literatura, hoje relida a partir de um ponto de vista intercultural e não mais eurocêntrico. Uma das tarefas da crítica advinda do pós-colonialismo foi, com efeito, a de desmascarar as estruturas retóricas que permitiram ao romance europeu apoiar o Ocidente em suas conquistas e dominação do mundo. A literatura, sobretudo os romances, constituíram-se em meios de propaganda para os projetos expansionistas comerciais, militares e políticos, legitimando o domínio europeu sobre o resto do mundo. Isto porque o processo de colonização requeria um forte aparato ideológico pois, para além das guerras de expansão dos territórios e das invasões, era necessário, para o seu sucesso e finalização, que toda a nação se transformasse em cúmplice, através de campanhas publicitárias, de seu próprio atraso, se convencendo, portanto, da missão civilizadora destinada aos colonizadores, como se fosse um destino.³⁹⁴

Opina Sérgio Costa que, mais do que uma matriz teórica, o pós-colonialismo seria “uma variedade de contribuições com orientações distintas, mas que apresentam como característica comum o esforço de esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade”.³⁹⁵

Para Costa, a abordagem da teoria pós-colonial é construída sobre a evidência já trivializada de que toda enunciação parte de algum lugar e sua crítica é dirigida ao conhecimento científico reprodutor da lógica da relação colonial:

³⁹⁴ FONTES, Maria Aparecida Rodrigues. “Literatura Comparada e a poética das relações: uma introdução ao conceito de *decolonizzazione*, em Armando Gnisci” In *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades da UNIGRANRIO*, n. 5, abr./jun. 2003. Texto eletrônico disponível em http://www.unigranrio.br/unidades_acad/ihm/graduacao/letras/revista/numero5/textomariaaparecida.html.

o prefixo “pós” na expressão pós-colonial não indica simplesmente um “depois” no sentido cronológico linear; trata-se de uma operação de reconfiguração do campo discursivo, no qual as relações hierárquicas ganham significado (Stuart Hall). Colonial, por sua vez, vai além do colonialismo e alude a situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais.³⁹⁶

Também é de opinião Costa que a inspiração de grande parcela dos autores pós-coloniais é a crítica foucaultiana à “episteme” das ciências humanas: “Trata-se de mostrar que a produção de conhecimento atende a um princípio circular e auto-referenciado, de sorte que ‘novos’ conhecimentos construídos sobre uma base de representação determinada reafirmam, *ad infinitum*, as premissas inscritas nesse sistema de representações”.

A recepção desses estudos na América Latina, entretanto, foi bastante reduzida na opinião de Ramón Teves.³⁹⁷ No entanto, um grupo de intelectuais latino-americanos desenvolveu uma enunciação particular do pós-colonialismo. Batizado de pós-ocidentalismo por Fernando Coronil e por Walter Dignolo, aproveitando sugestão do crítico cubano Roberto Fernández Retamar,³⁹⁸ esse movimento seria mais que uma simples recepção regional do pós-colonialismo. Segundo Teves, os estudos culturais e pós-coloniais, embora tenham tido alguma recepção na América Latina, com os aportes de Néstor Canclini, Jesús Barbero e Beatriz Sarlo, dentre outros, nunca chegaram a formar uma “escola” ou mesmo uma “corrente”. Nessa região esses estudos se mesclaram com questões específicas referentes à etnicidade, aos movimentos indígenas, com a reconstrução democrática e aspectos da cidadania.

É digno de menção que aproximadamente uma dezena de intelectuais de origem latino-americana, quase a totalidade ensinando em universidades norte-americanas, constituiu o Grupo de Estudos Subalternos Latinoamericanos,³⁹⁹ propondo que o pós-ocidentalismo seja uma versão regional do pós-colonialismo em territórios dos legados

³⁹⁵ COSTA, Sérgio. “Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial” *In Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, São Paulo fev. 2006. Texto eletrônico disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100007&lng=pt&nrm=iso

³⁹⁶ *Idem, Ibidem.*

³⁹⁷ TEVES, Ramón Pajuelo. “Del ‘Poscolonialismo’ al ‘Posoccidentalismo’: una lectura desde la historicidad latinoamericana y andina” *In Comentario Internacional*, n.2. Quito, Ecuador, Universidad Andina Simón Bolívar, 2001. Texto eletrônico disponível em <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/epram.pdf>.

³⁹⁸ RETAMAR, Roberto Fernández. Nuestra América y Occidente *In Casa de las Américas* 98, 1976, p. 36-57.

³⁹⁹ Ver a “Declaración de Fundación del Grupo de Estudios Subalternos Latinoamericanos” *In Procesos – Revista Ecuatoriana de Historia*, n. 10, I Semestre. Quito, Ecuador, Universidad Andina Simón Bolívar, 1997, p.144.

coloniais hispânicos. O pós-ocidentalismo significaria um aprofundamento da crítica pós-colonial, formulada pela ótica latino-americana; suas fontes de reflexão se encontram na própria trajetória do pensamento latino-americano. Esclarece Teves, no entanto, que o verdadeiro manifesto coletivo foi a publicação do livro *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales.Perspectivas latinoamericanas*,⁴⁰⁰ na qual diversos intelectuais de diversas procedências nacionais, disciplinares e geracionais discutem problemáticas variadas insistindo na formulação de uma perspectiva continental. O grupo advoga desmontar o mito eurocêntrico da modernidade e discutir os legados da condição colonial que ainda subsistem mesmo após o término formal do colonialismo.

Discutindo sobre a relação existente entre os espaços geográficos e as localizações epistemológicas, Walter Mignolo⁴⁰¹ afirma que a epistemologia fronteiriça sempre foi reprimida como impura por teorias que defendiam a unidade do idioma, a pureza do sangue e da razão (que não podia ser contaminada pelas emoções). A expansão colonial e imperialista não se deu somente nas esferas do econômico e do religioso, mas também nos âmbitos educativos e intelectuais. Para Mignolo, hoje, entretanto, está acontecendo uma transformação epistemológica radical que indica com clareza a relação entre os espaços geográficos e as enunciações teóricas que questionam, com fúria, a noção de uma história universalista.

Essa noção de história universal como progressão da humanidade rumo a uma etapa civilizatória mais alta, simbolizada pela Europa Ocidental, está sendo substituída por uma idéia de história mundial como uma multiplicidade de histórias locais; histórias locais interconectadas que a historiografia colonial ocultou. Nesse desenho geoepistemológico, pois, se vai desenvolvendo uma epistemologia fronteiriça, fruto do encontro dessas histórias locais e de projetos globais.

Adverte, contudo, Eric Hobsbawn que “uma história destinada unicamente aos judeus (ou aos afro-americanos, ou aos gregos, ou às mulheres, ou aos proletários, ou

⁴⁰⁰ LANDER, Edgardo (comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales.Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, CLACSO-UNESCO, 1993. Versão eletrônica do livro disponível em <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/lander/llander.html>.

⁴⁰¹ MIGNOLO, Walter. Espacios Geograficos y Localizaciones Epistemologicas: la ratio entre la localización geografica y la subalternización de conocimientos. *Anais do V Congresso Internacional da ABRALIC*. Rio de Janeiro, ABRALIC, 1997, v.1. Texto eletrônico disponível em <http://www.duke.edu/~wmignolo/InteractiveCV/Publications/Espaciosgeograficos.pdf>.

aos homossexuais) não pode ser boa história, embora possa ser uma história consoladora para os que a praticam”.⁴⁰²

⁴⁰² HOBBSAWN, Eric. *On history*. London, Weidenfeld&Nicolson, 1997, p. 277 *Apud* CARDOSO, Ciro Flamarion. “Epistemologia Pós-Moderna, Texto e Conhecimento: a visão de um historiador”. Texto eletrônico disponível em http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03_mesa1.htm.

A Questão Valorativa

“Cabe não confundir relativismo valorativo (ou axiológico) com *ausência* de valores. Afinal de contas, se é relativismo *de valores* é porque estes existem – e no plural.”

Ítalo Moriconi

Matéria importante que tem sido reconsiderada na academia é a questão do valor, que no caso específico do literário, John Kraniauskas chamou de valor de uso da literatura.⁴⁰³

A estética é readmitida na discussão acadêmica hodierna a partir de distintos ângulos de abordagem. Examinemos alguns.

Em instigante ensaio, Ítalo Moriconi afirma que o esteta do novo século não está prioritariamente interessado em contemplar objetos, mas em imergir participativamente nos entornos de sua produção, destacando os comportamentos, aspectos arquitetônicos e sociais, os componentes filosóficos e ideológicos, discernindo diferenças e fruindo intelectual e sensorialmente dessa prática persistente.

Salientando que o relativismo de valores é conseqüência de enredado processo histórico, diz que

cabe também não confundir com caos apocalíptico ou proliferação randômica a imagem da disseminação infinita de tais valores. Essa é uma imagem destinada a contra-restar a angústia provocada pela *imprevisibilidade* da multiplicação dos conflitos entre tantos valores. Mas convenhamos. Sejam um pouco cartesianos. Há sempre alguma geometria no abismo. A começar pela dimensão antitética, dual, inerente a qualquer conflito, isso para não falar da dimensão *pontual*, de cruzamento de linhas, inerente a qualquer lugar em torno do qual se desenrole um conflito. Todo conflito se dá inicialmente como impasse e situa-se numa encruzilhada, historicamente constituída. Conflitos envolvem pulsões e estratégias coletivas. Toda estratégia pode ser geometricamente projetada. De resto, nem toda geometria é cartesiana.⁴⁰⁴

Fundamental, no parecer de Denilson Lopes, é não deixar a estética nas mãos dos tradicionalistas de qualquer origem. Reportando-se a Arthur Danto, segundo quem devemos retirar a estética de seu “longo exílio na Era da Indignação”, Lopes é categórico:

É necessário não deixarmos este campo apenas para um pensamento conservador, que distancia as belas artes da vida, para as apropriações esteticistas

⁴⁰³ KRANIAUSKAS, John. Literatura y Valor. Coordenação do debate entre Beatriz Sarlo e Roberto Schwarz. *Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIC*. Florianópolis, 1998, *CD-ROM*.

⁴⁰⁴ MORICONI, 2000, *Op.cit.*, p.195.

nazi-fascistas, nem persistir na mera culturalização da arte, impetrada por políticas de identidade estreitas.⁴⁰⁵

Incentiva-nos Lopes a refletir sobre uma estética existencial, como uma ética, como forma de intervenção no cotidiano; e observa que o entendimento da cultura contemporânea tem de passar pela análise das imagens midiáticas, por uma estética da comunicação.

Como contraponto a posições intelectualistas, sugere o resgate do afetivo, colocando a estética no campo de ação, do compartilhamento de experiências, uma possibilidade de conversação.

implodir a dualidade arte e sociedade, num fluxo de discursos, imagens e processos que transitam social e temporalmente (...) Aprender com a experiência é sobretudo fazer daquilo que não somos, mas poderíamos ser, parte integrante de nosso mundo (...) A experiência é o que resta, quando as grandes idéias, os grandes pensadores já não satisfazem mais, são as brechas abertas em sistemas demasiado acabados, fechados ou que se tornam fechados, ortodoxias para crentes, cacoetes para epígonos. A liberdade do caminho, das infidelidades e traições teóricas, dos deslocamentos institucionais, das derivas existenciais, dos encontros ocasionais e inesperados. Com medo, com riscos.⁴⁰⁶

Em outro texto Lopes fala da importância

de eticamente cuidar de si para cuidar do outro. Não mais grandes explicações totalizantes de conjuntura, impositivas, mas jogos de imagens, correspondências e narrativas. Eu conto minha estória e você me conta a sua. As narrativas, mesmo escritas em primeira pessoa, são recriações, interpretações, incluem as fragilidades das alterações por que passamos. Não é uma teoria, é uma prática de lidar com diferenças.⁴⁰⁷

Também Beatriz Sarlo se posiciona nessa discussão.

O valor de uma obra artística, para Beatriz Sarlo, pode ser avaliada por critérios de “densidade”. Para ela, a organização lingüístico-formal e a organização semântica do conjunto de textos de Silvina Ocampo, Clarice Lispector e Diamela Eltit, por exemplo, difere da de Isabel Allende e Laura Esquivel, por mais antipático que seja, para Sarlo, nomear autores nessas ocasiões. O fundamento de valor de uma obra seria, então, sua maior ou menor densidade, por mais metafísico que isso possa parecer. Essa questão do valor tem atraído muitos pensadores por ser ponto fundamental na retomada da estética. Penso que essa questão da densidade possui alguma relação com determinada memória discursiva. Talvez possa se pensar em “originalidade”: Machado de Assis tem

⁴⁰⁵ LOPES, Denilson. Do Silêncio Culturalista ao Retorno da Estética. *Anais do Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação em Comunicação*. São Bernardo, SP, Compós, 2004.

⁴⁰⁶ *Idem, Ibidem.*

⁴⁰⁷ LOPES, Denilson. *Experiência e Escritura*. Texto eletrônico disponível em <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art06.html>.

densidade, Paulo Coelho não tem densidade, mas certamente esse critério é problemático.⁴⁰⁸

Embora a literatura esteja em um processo de mudança, julga Beatriz Sarlo, há algo de específico na crítica literária que não pode ser meramente repassada para outras disciplinas. É algo que, em sua opinião, exprime o grande debate atual: a discussão sobre os valores estéticos, das qualidades específicas do texto literário.

Opina Sarlo que, embora hoje se tenha uma preponderância das mídias audiovisuais, uma emergência do ciberespaço, ainda que no futuro enciclopédias incorporem textos não alfabéticos, sem dúvida a primazia coetânea é de textos escritos. Por isso foi uma má idéia, segundo ela, a adoção de uma postura defensiva por parte da crítica, quase que admitindo implicitamente que a problemática do estético, importante para a arte e para a política, estivesse nas mãos de críticos conservadores.

Para Sarlo os críticos literários deveriam reconhecer abertamente que a literatura é valiosa não porque todos os textos sejam iguais. Pelo contrário, a literatura é valiosa porque os textos são diferentes e resistem a interpretações sócio-culturais diversificadas. Alguns textos literários, para Sarlo, têm um algo a mais; não é uma essência e sim uma resistência, a força de um sentido que permanece, e varia, ao longo do tempo. Diz:

os homens e as mulheres são iguais; os textos não o são. A igualdade entre indivíduos é um pressuposto necessário (é a base conceitual do liberalismo democrático). A igualdade dos textos equivale a supressão das qualidades que fazem com que sejam valiosos.

A crítica literária necessita recolocar a questão dos valores se busca (...) falar sobre tópicos que não se inscrevem no território coberto por outras disciplinas sociais. (...) A literatura é socialmente significativa porque algo, que captamos com dificuldade, existe nos textos e pode voltar a ativar-se depois que se tenham esgotado outras funções sociais⁴⁰⁹

Lembra Nelly Richard ⁴¹⁰ que Beatriz Sarlo disse que, quando fazia parte, junto com colegas europeus e norte-americanos, de júris cuja tarefa era a de julgar filmes e vídeos, sempre surgia um impasse: os não latino-americanos viam os vídeos latino-americanos com olhar sociológico, sublinhando seus méritos sociais e políticos, enquanto ela tendia julgá-los a partir de perspectivas estéticas; eles se comportavam como analistas culturais, como antropólogos, enquanto ela adotava uma postura de crítica de arte. Segundo Sarlo os dialetos falados eram distintos.

⁴⁰⁸ Ver KRANIAUSKAS, *Op.cit.*

⁴⁰⁹ SARLO, Beatriz. “Los Estudios culturales y la crítica literaria en la encrucijada valorativa” *In Revista de Critica Cultural*, n. 15, Santiago de Chile, nov. 1997, p.32-38. Tradução livre minha.

Todo parece indicar que los latinoamericanos debemos producir objetos adecuados al análisis cultural, mientras que Otros (básicamente los europeos) tienen el derecho de producir objetos adecuados a la crítica de arte.⁴¹¹

O regresso da estética se dá também em um contexto que pode ser pensado de modo adjacente à noção da cultura como recurso a ser gerido.⁴¹²

Denilson Lopes aponta George Yúdice como um intelectual de perfil novo, que transita desenvoltamente da academia aos movimentos sociais, que não se amedronta de ser tachado de eclético, já que é o próprio presente que pede uma postura teórica mais porosa aos trânsitos midiáticos e aos diversos fluxos transnacionais que, para desgosto “dos viúvos de grandes sistemas teóricos e de nostálgicos da grande revolução”,⁴¹³ redimensiona questões que vão do imperialismo às relações centro/periferia.

Segundo Lopes, por meio de férteis análises do funk carioca, por exemplo, e incorporando criativamente o pensamento da diferença francês, noções de ética foucaultiana e a problemática da performatividade, Yúdice nos estimula a refletir acerca da abertura epistemológica dos estudos culturais no Brasil e na América Latina para além dos pressupostos elaborados por sua matriz marxista inglesa. Argumenta Lopes que longe de se reduzir ao politicamente correto e a um multiculturalismo difuso, a proposta de se enxergar a cultura como recurso a ser gerenciado mostra a decadência de estreitas políticas identitárias em favor de desidentificações não menos políticas de grupos que buscam formas alternativas de existência, altamente ambíguas, em sua busca por cidadania, desenvolvimento econômico e inclusão social.

Com relação à afirmação de Lopes, de que novas formas alternativas de existência são altamente ambíguas (para grupos que anteriormente reafirmavam uma política marcadamente identitária), Yúdice é bastante esclarecedor em recente entrevista:

Eu acho que o intelectual hoje é uma pessoa que intervém (...) Quanto à sociedade civil, acho que ela está mais “onguizada” (...) O neoliberalismo ajudou e atrapalhou. Permitiu a entrada de muito mais ONGs e cooperação internacional. Em alguns casos, o Estado está quase desaparecendo dos financiamentos para trabalhos nas comunidades. Esses grupos se “onguizaram”, se fizeram ONG. E as ONGs têm uma maneira de operar, são monitoradas, têm

⁴¹⁰ RICHARD, Nelly. Lo Estético (Valor, Fuerza) en el contexto de la globalización cultural. *Anais do VIII Congresso Internacional da ABRALIC*. Belo Horizonte, 2002, CD-ROM.

⁴¹¹ SARLO, 1997, *Op.cit.*, p. 37 *Apud* RICHARD, *Op.cit.* Preferi manter o original.

⁴¹² YÚDICE, George. *A Conveniência da Cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte, UFMG, 2005.

⁴¹³ LOPES, Denilson. “Os Estudos Culturais Renovados” *In Jornal Brasileiro de Ciências da Comunicação*, ano 7, n. 268, São Bernardo do Campo - SP, mar.2005. Texto eletrônico disponível em http://www2.metodista.br/unesco/jbcc/jbcc_mensal/jbcc268/polemicas_estudos.htm.

estruturas burocráticas a serem seguidas, muitos papéis a serem preenchidos (...) Cultura já não é mais arte. A arte é só a ponta do iceberg da cultura. A verdadeira cultura é a criatividade humana (...) o melhor é fazer como na ecologia, com a questão da sustentabilidade. E por isso, a gente precisa formar gestores que ajudem a encontrar pontos de equilíbrio entre os diversos participantes desse tipo de criação (...) Tudo isso precisa de uma coordenação para que se promova uma sustentabilidade, para que essas pessoas não virem simulacros de si mesmas (...) A grande mudança é na estrutura que não é só produtiva, mas também criativa e distributiva. Você tem que pensar em tudo isso sistemicamente: criação, produção, distribuição, domínio público (...) Eles mesmos se deram conta de que somente a cultura não vai necessariamente reduzir a pobreza, a cultura não tem esse poder. Os projetos culturais que pretendiam aumentar a auto-estima dos favelados em nome de resultados concretos como a busca de formação profissional, de obtenção de empregos e trabalhos não mostraram a eficácia imediata pretendida (...) A grande diferença é que agora esse projeto artístico não é ideologizado. Nos anos 90, não se encontram nesses projetos nada de socialista, de marxista. Na realidade eram projetos neoliberais no sentido em que a sociedade civil assumia a função de resolver problemas sociais. E então, era preciso articular os grupos sociais com os sistemas de financiamento. Os artistas eram dinamizadores da sociedade civil. Isso ainda continua um pouco. Grupos como o Afro Reggae têm explorado essa idéia, até em suas músicas, o assunto é a cidadania. Porque cidadania vende para as fundações.⁴¹⁴

Se as inclinações teóricas anteriores, simpatizantes do cânone restritivo, demonizavam os discursos procedentes dos grupos ligados às políticas identitárias, não vou cair na armadilha de me situar no lado reverso e angelizar as falas dos grupos minoritários só porque elas advêm de setores que não detêm a supremacia na sociedade, postura comum de certas militâncias partidárias.

Tenho consciência da ambigüidade presente na estratégia dos movimentos que utilizam a política de identidade tanto no espaço pós-moderno, quando essas organizações procuram aproveitar as brechas ou as margens da sociedade para desestabilizar seus centros, quanto na retomada dos princípios e padrões emancipatórios da modernidade quando, utilizando-se de processo de vitimização, esses grupos recaem na política essencialista que fixa as identidades para pleitear ou usufruir de determinados benefícios, como por exemplo as cotas para acesso à universidade.

Na perspectiva de Stuart Hall, a problemática das identidades culturais pode ser abordada de duas maneiras principais. Na primeira delas, a identidade é uma busca pelas origens grupais, um resgate das experiências históricas e dos códigos simbólicos que unificam dada sociedade. Essa concepção considera a existência de elementos estáveis comuns, uma essência comum partilhada, e embora este essencialismo esteja sendo amplamente questionado, pelo menos na academia, persiste e em alguns casos tem considerável força política, especialmente em suas versões fundamentalistas.

⁴¹⁴ YÚDICE, George. Entrevista concedida a Heloísa Buarque de Hollanda - 17/08/2005 – Texto eletrônico disponível em <http://portalliteral.terra.com.br>.

Em outro sentido, a identidade é pensada como construção móvel em um processo complexo que conjuga semelhanças e diferenças e que nunca é terminado.

As identidades culturais são os pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história. Não são uma essência, mas um posicionamento.⁴¹⁵

Se na área dos estudos literários, tendo-se em vista a natureza da argumentação, temos para alguns pesquisadores uma “epistemologia da evidência”, apoiada em aspectos textuais que privilegiam uma prosa impessoal, objetiva e caracterizada pelo rigor científico, para outros estudiosos a argumentação é fundamentada numa “erótica da evidência”,⁴¹⁶ que mostra uma prosa subjetiva, mais inventiva, reforçadora do envolvimento forte entre leitor e texto. Como complemento de seu raciocínio, Balocco diz que na área dos estudos culturais é valorizada certa “evidência experiencial”, mormente quando representativa de grupos minoritários.

Porém, afirmações identitárias “raivosas”, só como performances contingenciais.

Algo a ser realçado é que a história não é só a história de “meu” lugar cultural. Não há dúvida de que a produção cultural das diversas minorias tem sido objeto de crescente interesse, porém também não resta dúvida de que essas mesmas minorias têm desdenhado o que se convencionou chamar alta cultura.

Podemos argumentar que todos possuem o direito democrático de acesso aos produtos culturais em geral, inclusive aos clássicos da literatura, que não podem ser sumariamente descartados.

O grande problema do cânone é que esse juízo de valor é afirmado de modo terminante, impossibilitando qualquer debate e transformando toda discussão em impasse. É um erro sem tamanho obstaculizar a aproximação de quem quer que seja a qualquer obra cultural, já que a subversão estaria justamente na apropriação, pelos diversos setores culturais e sociais, daquilo que as elites chamaram de história universal, contribuindo para os hibridismos culturais, na mescla de tradições díspares.

Alerta João Rocha que

devemos diferenciar o canônico do clássico. O texto canônico define regras e condiciona interpretações, favorecendo a vigência do crítico juiz: aquele que não sabe escrever uma única linha sem ditar duas condenações e três sentenças de morte. Pelo contrário, o texto clássico sempre provoca novas leituras. A própria riqueza da obra permite que a passagem do tempo revele sua permanente

⁴¹⁵ HALL, Stuart. “Identidade cultural e diáspora” In *Cidadania. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24. Brasília, IPHAN/MEC, 1996, p.70.

⁴¹⁶ Idéia de Eve Kosofsky Sedgwick *Apud* BALOCCO, *Op.cit.*

atualidade. O texto clássico exige um crítico disposto a correr riscos, pois ele sabe que sua leitura é apenas uma possibilidade entre outras.⁴¹⁷

Repito: a imagem de literatura que o senso comum possui foi e é formatada por professores dos ensinos fundamental e médio. E esses professores, pelo menos boa parcela, são procedentes dos diversos cursos universitários de Letras.

Como tornar a literatura algo mais atraente?

Aproximando-a dos inúmeros estratos culturais e sociais.

A considerar, a própria dinâmica de nossa época. Pronuncia-se Wim Wenders:

cinema e *rock'n'roll* são, cada vez mais, as duas expressões contemporâneas mais precisas, mais espontâneas. Tenho a impressão de que todas as outras formas de reflexão, sobretudo o teatro ou a literatura, são demasiado lentas, pesadas. O cinema e o *rock'n'roll* são consumidos em harmonia com nossa época de consumo. De uma maneira direta, rápida.⁴¹⁸

Porém, nos alerta Eliana Yunes que

manifestações como o *rap*, o *hip-hop*, o *funk*, o *rock* estão longe de chegar aos bancos escolares, agravado o fato quando se pensa na origem social do discente da rede pública (...) Como tratar de filmes, diretores, estilos, linguagens se a familiaridade e o aparato reflexivo são rarefeitos? (...) o que fazem os pesquisadores com suas leituras e produção de pensamentos quanto ao campo de ensino e de que forma estamos na universidade, realizando ou podendo materializar a aplicação dos novos conhecimentos *na formação do quadro docente para o nível médio*? Nesta faixa estão igualmente os que se preparam para o magistério de primeiro grau, já afetado pelos índices baixos de leitura (literária ou não) e com uma visão de cultura como erudição e, portanto, excluída ou distante de sua experiência e ação. A polifonia é ruído e o multiculturalismo, um tropeço a mais.⁴¹⁹

É com a valorização dos autores emergentes, daqueles que falam a “língua dos seus”, que a literatura terá chance de renascer em uma sociedade midiática. Dando relevo ao que denominei de “estética do empoderamento”, se os representantes dessa estética forem adotados em sala de aula, notadamente nas primeiras séries do ensino formal, os vários estratos culturais se sentirão representados e se aproximarão de todas as literaturas, inclusive da clássica.

Em uma época de entrecruzamentos extremamente complexos, pretender um rol dos “grandes escritores da literatura universal” é incompreensível. Onde estaríamos nós, os denominados subalternos, periféricos, sempre excluídos de qualquer lista? Já que pretensos inventários que se apresentam como “desinteressados”, que dizem só levar em conta juízos estéticos se mostram, cada vez menos persuasivos, podemos imaginar

⁴¹⁷ ROCHA, João Cezar de Castro. “A pena afiada do crítico na mira dos clássicos” - entrevista a Cláudia Nina – Jornal do Brasil, *Idéias*, 03/06/2006.

⁴¹⁸ Wenders, Wim. “O nome do novo” *In Bravo! Entrevista*, nov. 2002.

diversos cânones coexistindo, desde que explicitassem o modo pelo qual foram formados e para que fins estão dirigidos. Outra opção seria não se listar nenhum cânone conclusivo.⁴²⁰

⁴¹⁹ YUNES, *Op.cit.*,p. 68.

⁴²⁰ Ver a Conclusão deste trabalho.

Rizoma

“É indizível o quanto de dor, pretensão, dureza, estranhamento, frieza, penetrou assim no sentimento humano, por se pensar ver oposições em lugar das transições.”

Friedrich Nietzsche

Dois franceses, o filósofo Gilles Deleuze e o psicanalista Félix Guattari, na tentativa de teorizar sobre o plural, sobre a multiplicidade coeva, escolheram a metáfora do rizoma para representar a fragmentação e a descontinuidade do pensamento atual.⁴²¹

Contrariamente à figura da árvore, caracterizadora do pensamento moderno, propõem uma imagem indeterminada para realçar o múltiplo, a diferença, o outro, as interligações. A árvore fixa o verbo ser, o rizoma institui a conjunção e ... e ...

Em um panorama rizomático, o objetivo passa a ser a transversalidade, o movimento desembaraçado e inédito pelo território do saber, a viabilização de conexões criativas e criadoras. Nos espaços micropolíticos, cotidianos, a fuga de controles absolutos, subvertendo pelas bordas. Mais do que criar modelos e impor soluções, produzir intensidades e experimentações.

O rizoma é uma anti-genealogia, é um sistema acêntrico. Procede por abertura, variação e captura; como a grama, um gramado, não se sabe onde começa nem termina. E, importantíssimo, não tem dono.

Sabemos que a literatura se desaurificou e se secularizou.

Tornou-se espaço de multiplicidades. Sua natureza se transforma à medida que suas conexões aumentam.

O caráter incerto, agitado e vago da multiplicidade mostra claramente que toda a forma é uma diligência provisória e que tudo pode ser criado ou pelo homem ou pelo acaso. A forma nasce com alguma data de vencimento e a significância é uma tentativa infrutífera de transformar o precário em signo preservável.

O rizoma é uma estrutura organizacional fluida da multiplicidade, que procede sem hierarquia nem dicotomia.

Seguramente Deleuze não é autor fácil. Na avaliação de Alexandre Werneck,

Erudito, Deleuze nunca se preocupou muito em não ser hermético; costura citações sem creditá-las (ler Mil Platôs, por exemplo, é um jogo de encontre-a-

⁴²¹ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma In _____. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*, v.1. Rio de Janeiro, Editora 34, 1995, p.11-37.

fonte inestimável), faz trânsito de um modelo de pensamento a outro sem cerimônia.⁴²²

Mas os princípios do rizoma são relativamente simples. Podem ser percebidos como estatuto possível do jogo de linguagem proposto para a época pós-moderna. A literatura pode ser percebida como um personagem desse jogo, um anti-xadrez, jogado a partir da comunicação entre locais de instabilidade, em um tabuleiro que facilita a proliferação de redes, por toda a sociedade, de modo não hierarquizante.

Modernidade é árvore; pós-modernidade é rizoma.

No rizoma não existe centro, nada é pré-definido, as ligações se fazem por meio de linhas que interligam qualquer ponto com qualquer ponto sem respeitar nenhuma hierarquia; não há eixo central que imponha formas dicotômicas. Nele circulam transitoriedades sem princípio nem fim.

Os princípios:

1° e 2° - Princípios de conexão e de heterogeneidade:

qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem. A árvore lingüística à maneira de Chomsky começa ainda num ponto S e procede por dicotomia. Num rizoma, ao contrário, cada traço não remete necessariamente a um traço lingüístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas. (...) Um rizoma não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais.⁴²³

Numa multiplicidade, sem começo nem fim, qualquer ponto é conectável com outro. Esses princípios assinalam o rizoma como sistema anti-hierárquico, onde nenhum ponto tem mais importância que outro.

3° - Princípio da multiplicidade:

É somente quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade, que ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto, como realidade natural ou espiritual, como imagem e mundo. As multiplicidades são rizomáticas e denunciam as pseudomultiplicidades arborescentes. (...) Uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade).⁴²⁴

⁴²² WERNECK, Alexandre. "A imagem (e o som) de Deleuze" *In* *Jornal do Brasil – Idéias&Livros*, 15/07/2006.

⁴²³ DELEUZE; GUATTARI, *Op.cit.*, p. 15-16.

⁴²⁴ *Idem*, p.16.

Não existe no rizoma um eixo central, existente nos modelos arbóreos. O múltiplo não deriva do uno, não existe padrão a ser observado; há multiplicidades de dimensão e natureza variável.

4° - Princípio da ruptura a-significante:

Contra os cortes demasiado significantes que separam as estruturas, ou que atravessam uma estrutura. Um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retomado segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas.⁴²⁵

É por isso que os autores afirmam que é impossível acabar com as formigas, posto que formam um rizoma animal que, mesmo destruído na sua maior parte, não cessa de se reconstituir. Este princípio resolve a questão do rompimento das ligações, pois qualquer linha pode se romper, mas outra ocupará seu lugar com dimensão e natureza diversas. Do rompimento não resulta qualquer significado; um rizoma admite direções móveis, trata-se somente de um movimento de desterritorialização e territorialização.

5° e 6° - Princípios de cartografia e de decalcomania:

um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural ou gerativo. Ele é estranho a qualquer idéia de eixo genético ou de estrutura profunda. (...) Do eixo genético ou da estrutura profunda, dizemos que eles são antes de tudo princípios de *decalque*, reproduzíveis ao infinito. Toda lógica da árvore é uma lógica do decalque e da reprodução. (...) Ela consiste em decalcar algo que se dá já feito, a partir de uma estrutura que sobrecodifica ou de um eixo que suporta. A árvore articula e hierarquiza os decalques, os decalques são como folhas da árvore. Diferente é o rizoma, *mapa e não decalque*. Fazer o mapa, não o decalque. (...) Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real. O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. (...) O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas.⁴²⁶

Ao contrário do modelo da árvore que, seguindo a lógica do decalque, é reproduzível infinitamente, o rizoma não pode ser explicado por nenhum modelo estrutural, porque é mapa e mapa não reproduz estruturas já dadas, ele as edifica. O rizoma não pode ser decalcado, suas formas e conteúdos não se alteram de forma pré-estabelecida. Levar em conta que o mapa do rizoma nunca é derradeiro é fundamental, pois o rizoma não existe, está sempre em construção.

⁴²⁵ *Idem*, p.18.

Em suma: a literatura é rizoma. Não há dúvida de que ela é mapa, mas os críticos canônicos a tratam como decalque.

⁴²⁶ *Idem*, p. 21-22.

Conclusão

“A verdade está perdida entre todas as contradições e o disparate.”

Bernardo Carvalho

Na contemporaneidade, com toda sua heterogeneidade conflitiva, com suas temporalidades superpostas, as misturas culturais buscam ancoragem em margens reversíveis que migram incessantemente.⁴²⁷ Por isso a noção de cânone é uma quimera despropositada.

Fugir de taxonomias rígidas, escapar de sistemas classificatórios estanques, eis o que importa.

Afirma Luiza Lobo

Não importa o que digam os bem-pensantes, como Leyla Perrone-Moisés, em sua defesa das “altas literaturas”, a verdade é que toda sorte de discursos se cruza nos meios de comunicação mais diversos, numa rede de intertextualidades: muros, programas de televisão, revistas on-line, programas de alta ou baixa qualidade, livros *best-sellers* e o hiperrealismo, no computador. Termina em grande parte o preconceito contra o não-erudito (...) Hoje é a fala, a oralidade [e a imagem, como bem ensina Nancy Alessio Magalhães] que preside as manifestações culturais mais importantes na história.⁴²⁸

Segundo Lobo, a “alta literatura” fica restrita a públicos especializados; núcleos são criados para se ler em segmentos, tais como a literatura de autoria feminina, afro-brasileira, etc. Lobo compara a situação atual com aquela vivida pelas rádios AM quando do começo das FM: sobreviveram, mas tiveram de se voltar para segmentos populacionais específicos.

Desconstruir não significa só arruinar ou exterminar; é, sobretudo, democratizar. Para Evando Nascimento a cultura ocidental foi construída sobre sólidos centramentos, desconstruídos no século XX, quando se percebeu que um centro único era incapaz de organizar a realidade.

Porém, Nascimento chama atenção para o fato de que devemos levar em consideração que, embora os sinais de descentramento, tais como o surgimento de um novo saber em rede sem centro fixo de organização, o debilitamento do conceito de soberania e maior ênfase nos direitos humanos sejam evidentes, temos de atentar para o visível recentramento mundial, com apenas uma potência hegemônica. Como esse processo é rigorosamente imperialista, contando com sofisticados recursos de

⁴²⁷ Idéia de Marli de Oliveira Fantini Scarpelli.

⁴²⁸ LOBO, 2001, *Op.cit.*

inteligência de que o colonialismo clássico não dispunha, temos, como consequência, a ocorrência de dois processos simultâneos: a desconstrução dos centramentos tradicionais e o retorno de aspectos neocoloniais.⁴²⁹

Na mesma direção, chama a atenção Eneida Maria de Souza. Perguntada sobre que lógica contemporânea é essa que afirma não haver binarismos como dentro/fora, centro/periferia, externo/interno, e se o império volta a ter endereço, respondeu que

depois do 11 de setembro, isso fica um pouco mais dúbio, um pouco mais complexo, é verdade. Há uns dez, 15 anos, nós estamos defendendo a quebra de fronteiras, o fim dessas conotações muito rígidas. Depois dessa posição dos Estados Unidos em relação ao mundo, temos de repensar isso. A globalização trouxe essa abertura, que é uma maravilha para os estudos literários, os estudos culturais. Ao mesmo tempo, o mundo mudou muito. Tudo isso hoje é para nós uma forma de resistência, uma resistência que foi invertida pelo imperialismo norte-americano. (...) Sim. Depois do lançamento de uma teorização, uma perspectiva de globalização, abertura de portos, volta-se a um momento anterior. É como se eles dissessem: pregamos uma coisa mas para nós as fronteiras estão muito rígidas. Para nós, como disse antes, isso se torna resistência. Não é por que aconteceu tudo isso que nós vamos desistir. Temos, no entanto, de separar a questão teórica da questão prática.⁴³⁰

Se o mundo é não-linear e desterritorializado, se em nossa época a cultura é dissociada definitivamente dos contornos rígidos e limitadores das fronteiras de um estado-nação,⁴³¹ se as identidades buscam novas formas de lealdades, fugindo, por meio de construções discursivas de alteridade, de nacionalismos triunfalistas, lutemos então por um pensamento fractal e rizomático, que analise sistemas culturais como zonas de contato e entrelaçamento.

Sobre o rasuramento de textos, é propício tratar de duas concepções correlatas de Jacques Derrida. A primeira é a idéia de “*sous rature*” (sob apagamento), termo que sinaliza algo visto e não visto, ausente e já presente, que funciona como memorizador do fato de que os velhos significados se foram e como memorizador que capta outros em formação. Assim, Derrida não busca simplesmente substituir um grupo de prioridades por outro. Ao contrário, ele busca minar o próprio processo pelo qual o significado é constituído. É um termo que também pode ser pensado como algo que rasura uma palavra. Conforme ensina Bento Borges, essa idéia de “*sous rature*” foi uma apropriação de um recurso gráfico que Derrida recolheu de Martin Heidegger. A palavra é escrita e logo depois cortada com um “X”. Sendo ao mesmo tempo a palavra e sua

⁴²⁹ NASCIMENTO, Evando. “Desconstruir é democratizar” *In O Globo, Prosa&Verso*, 08/10/2005, p.3.

⁴³⁰ SOUZA, Eneida Maria de. “Trânsito de idéias”. Entrevista a Sérgio de Sá. *Correio Braziliense, Pensar*, 12/07/2003.

⁴³¹ Sem descurar dos argumentos acima, de Nascimento e Souza.

anulação, esse recurso mostra que a palavra é inadequada porém necessária. Diz Borges que Heidegger repetidamente cruzava a palavra Ser. Por que não passamos a escrever ~~cânone~~? Cruzar com “X” talvez seja uma estratégia discursiva plausível, pois dessa forma inseriríamos o outro pressuposto derridiano na problemática canônica: sua concepção de *différance*, palavra que associa diferimento e adiamento, ou seja, indica alguma coisa ou algum fenômeno cujo sentido é sempre adiado. Dessa maneira, a meu ver, o sentido de cânone se alteraria: seria percebido como algo sempre inconcluso, sempre em construção, permanentemente adiado.

A abertura para a polifonia cultural é trilha sem volta. Já não vivemos tempos de verdades petrificadas, cada vez mais temos de atentar para diversidades criadoras; estamos no meio de um itinerário cambiante, cujos cruzamentos são imprevisíveis.

Ao reconhecer que as culturas são plurais, os estudos literários dão passo decisivo, pois abdicam de qualquer proposta cujo teor seja totalizante e exclusivo. Essa perspectiva plural é de fundamental importância tanto para a história cultural quanto para a literatura comparada, imersas em um mundo que tem paulatinamente mais “fluxos globais e fraturas de unidades nacionais homogêneas. Longe de um multiculturalismo flácido e populista, nosso horizonte é de intensificação de tensões, olhares múltiplos e estratégias diversas”.⁴³²

Para finalizar, dois pontos.

O primeiro é que fiquei satisfeito ao ver que o tema do XVIII Congresso da Associação Internacional de Literatura Comparada (AILC/ ICLA), que terá lugar de 29 de julho a 4 de agosto de 2007 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), será “Para além dos binarismos: descontinuidade e deslocamentos em Literatura Comparada”. O fato do maior evento mundial da área disciplinar ser realizado no Brasil só vem demonstrar a envergadura intelectual dos pesquisadores brasileiros, e o tema, rechaçando binarismos, demonstra que provavelmente acompanhei bem o raciocínio dos comparatistas ao longo de todo esse trabalho.

Segundo, e por último, envio uma citação de Deleuze e Guattari para os renitentes contendores dos dois lados do embate comparatista:

Escrever por intermédio de *slogans*: faça rizoma e não raiz, nunca plante! Não semeie, pique! Não seja nem uno nem múltiplo, seja multiplicidades! Faça a linha e nunca o ponto! A velocidade transforma o ponto em linha! Seja rápido, mesmo parado! Linha de chance, jogo de cintura, linha de fuga. Nunca suscite

⁴³² LOPES, Denilson. “ABRALIC é uma festa” In Correio Braziliense, *Pensar*, 13/08/2000. Texto eletrônico disponível em http://www2.correioweb.com.br/cw/2000-08-13/mat_5404.htm.

um General em você! Nunca idéias justas, justo uma idéia (Godard). Tenha idéias curtas. Faça mapas, nunca fotos nem desenhos. Seja a Pantera cor-de-rosa e que vossos amores sejam como a vespa e a orquídea.⁴³³

⁴³³ DELEUZE; GUATTARI, *Op.cit.*, p. 36.

Bibliografia

ABDALA JUNIOR, Benjamin (org.). *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas*. São Paulo, Boitempo, 2004.

_____. “O intelectual sob fogo cruzado” *In* *Jornal do Brasil, Idéias&Livros*, 05/04/2003.

ALMEIDA, Jaime de. “Como os rios vão para o mar ... História e Literatura” *In* *Revista Múltipla*, UPIS, ano XI, v. 14, n. 20, jun. 2006, p.33-50.

ALMEIDA, Miguel Vale de. *Um Mar da Cor da Terra. “Raça”, Cultura e Política da Identidade*. Oeiras, Portugal, Celta Editora, 2000.

ALÓS, Anselmo Peres. “Texto literário, texto cultural, intertextualidade” *In* *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, ano 4, n. 6, mar. 2006. Texto eletrônico disponível em http://paginas.terra.com.br/educacao/revel/edicoes/num_6/revel_6_texto_literario.pdf.

ALVES, Tatiana. “Literatura e História como reinvenções do passado” *In* *Dubito Ergo Sum*: sítio cético de literatura e espanto. Texto eletrônico disponível em <http://paginas.terra.com.br/arte/dubitoergosum/lindteo.htm>.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANKERSMIT, F.R. “Resposta a Zagorin” *In* *Topoi – Revista de História*, n.2, PPGHIS – UFRJ, mar. 2001. Texto eletrônico disponível http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/topoi_2.htm.

ANTELO, Raúl. “Guerra Cultural” *In* *Cult-Revista Brasileira de Literatura*, n.17, dez.1998.

BALOCCO, Anna Elizabeth. “Identidade e discurso acadêmico: o caso da prosa acadêmica sobre as literaturas de língua inglesa” *In* *Open to Discussion*, n.12, dez. 2002, Instituto de Letras da UERJ, Rio de Janeiro.

BAPTISTA, Selma. Representação social na contemporaneidade: parâmetros experimentais na pesquisa e na escrita etnográficas, e as possibilidades de um diálogo interdisciplinar. *Anais do VIII Congresso Internacional da ABRALIC*. Belo Horizonte, ABRALIC, 2002, *CD-ROM*.

BARBERENA, Ricardo. A Literatura Comparada e os Estudos Culturais. *Anais do II Colóquio Sul de Literatura Comparada*. Porto Alegre, ABRALIC, 2003, *CD-ROM*.

BARBOSA, Marialva. “Conceitos, armadilhas, olhares: apontamentos metodológicos para a consolidação de um campo transdisciplinar” *In Revista Eletrônica Ciberlegenda*, n. 9, 2002. Texto disponível em <http://www.uff.br/mestcii/marial7.htm>.

_____. “História e Comunicação: a construção de um modelo de história dos sistemas de comunicação”. Texto eletrônico disponível em www.eca.usp.br/alaic/chile2000/14%20GT%202000Historia%20da%20Comunicação/MarialvaBarbosa.doc.

_____. “Por uma história dos sistemas de comunicação” *In Contracampo*, n.1, jul./dez. 1997. Disponível em <http://www.uff.br/mestcii/cca1.htm>.

BARCELOS, Maria Regina Bettiol. “Interdisciplinaridade ou a Árvore do Saber” *In Revista Eletrônica Colofão*, n.3.

BARIANI, Edison. “Dominick LaCapra: tecendo textos e contextos” *In Revista Espaço Acadêmico*, n. 61, jun. 2006. Texto eletrônico disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/061/61bariani.htm>.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, Polifonia e Enunciação *In* _____. ; FIORIN, José Luiz. *Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo, EDUSP, 2003.

BARROS, José D’Assunção. “Imagens da História” *In Mneme – Revista Virtual de Humanidades*, n. 10, v.5, abr./jun. 2004. Texto eletrônico disponível em <http://www.seol.com.br/mneme/ed10/072.pdf>.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo, Cultrix, 1977.

_____. Jovens investigadores. *In* _____. *O rumor da língua*. Lisboa, Edições 70, 1997.

BASTOS, Hermenegildo. Permanência da Literatura: direção da prática literária na era do multiculturalismo e da indústria cultural *In* LOBO, Luiza (org.). *Fronteiras da Literatura: discursos transculturais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999, p. 45-50.

BEBIANO, Rui. Sobre a história como poética *In* D’Encarnação, José (coord.). *As Oficinas da História*. Lisboa, Colibri - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002, p.47-70. Texto eletrônico disponível em <http://ruibebiano.net/docs/estudos/hpoetica.pdf>.

BELLEI, Sérgio Luiz Prado. Entre o Centro e a Periferia - poder e discurso cultural nas zonas de contato. *Anais do III Congresso da ABRALIC*. São Paulo, EDUSP/ABRALIC, 1995, v.2, p.655-660.

BELLOTTI, Karina Kosicki. "Mídia, Religião e História Cultural". Texto eletrônico disponível em http://www.pucsp.br/rever/rv4_2004/p_bellotti.pdf.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar - A Aventura da Modernidade*. Companhia das Letras, São Paulo, 1986.

BERNARDO, Gustavo. "Da Literatura Comparada como Antídoto" *In Dubito Ergo Sum - Sítio cético de literatura e espanto*. Texto eletrônico disponível em <http://planeta.terra.com.br/arte/dubitoergosum/resenha22.htm>.

BERND, Zilá. Os Deslocamentos Conceituais da Transculturação *In* _____. *Americanidade e transferências culturais*. Porto Alegre, Movimento, 2003, p. 17-25.

_____; DE GRANDIS, Rita (orgs.). *Imprevisíveis Américas: questões de hibridação cultural nas Américas*. Porto Alegre, Sagra Luzzatto/ABECON, 1995.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte, UFMG, 1998.

BITTENCOURT, Gilda Neves. "Literatura Comparada no Brasil: disciplina acadêmica e campo de pesquisa" *In Dubito Ergo Sum – Sítio Cético de literatura e Espanto*. Texto eletrônico disponível em <http://paginas.terra.com.br/arte/dubitoergosum/convidado16.htm>.

BIZELLO, Alessandra Azeredo. As novas configurações e os estranhamentos na literatura comparada e na crítica literária do terceiro milênio. *Anais do II Colóquio Sul de Literatura Comparada*. Porto Alegre, ABRALIC, 2003, CD-ROM.

BLOOM, Harold. *O Cânone Ocidental*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1995.

BODEI, Remo. *A História tem um sentido?* Bauru, SP, Edusc, 2001.

BORDINI, Maria da Glória. "Fronteiras entre Teoria e História da Literatura". Texto eletrônico disponível em <http://www.pucrs.br/fale/pos/historiadaliteratura/textosraros/fronteiras.htm>.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974.

_____. A força da Representação *In A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo, EDUSP, 1998.

_____. *As Regras da Arte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

_____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

BRAIDOTTI, Rose. “Diferença, Diversidade e Subjetividade Nômade” *In Labrys – Estudos Feministas*, n.1-2, jul./dez. 2002. Texto eletrônico disponível em http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/rosi1.html.

BRANDÃO, André Augusto. “Etnografia e Produção do Conhecimento: uma discussão introdutória em três autores” *In Revista UniVap*, v.11, n. 20, São José dos Campos, SP, Universidade do Vale do Paraíba, 2004, p. 25 – 34. Texto eletrônico disponível em <http://www.univap.br/cultura/Univap20.pdf>.

BRITO, Eleonora Zicari Costa de. “Em torno da complexidade do campo historiográfico” *In NetHistória*. Texto eletrônico disponível em http://www.nethistoria.com/indexantigo.php?pagina=ver_texto&titulo_id=97.

BURKE, Peter. *A Escrita da História - novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. “A presença do autor e a pós-modernidade em Antropologia” *In Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 21, jul.1988, p.133-157.

CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP, Edusc, 2005.

_____. Uma “Nova História”? *In Ensaios racionalistas: filosofia, ciências naturais e história*. Rio de Janeiro, Campus, 1998.

_____. “Epistemologia Pós-Moderna, Texto e Conhecimento: a visão de um historiador”. Texto eletrônico disponível em http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03_mesa1.htm.

CARREIRA, Shirley de Souza Gomes. “A representação do outro em tempos de pós-colonialismo: uma poética de descolonização literária” *In Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades da UNIGRANRIO*, v. 2, n.6, jul. - set. 2003. Disponível em http://www.unigranrio.br/unidades_acad/ihm/graduacao/letras/revista/numero6/textoshirley4.html.

CARVALHAL, Tania Franco. “A Literatura Comparada na era da globalização”. *Anais do V Congresso Internacional da ABRALIC*. Rio de Janeiro, ABRALIC, 1997, v. 1, p.113-119.

_____. “Literatura Comparada: a estratégia interdisciplinar” *In Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n.1, Niterói, RJ, Rocco, 1991, p.9 -21.

_____. “Teorias em Literatura Comparada” *In Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 2, São Paulo, ABRALIC, mai.1994, p. 9-17.

_____. Antonio Candido e a Literatura Comparada no Brasil. *Anais do I Congresso da ABRALIC*. Porto Alegre, UFRGS, 1988, v.1.

_____. Interfaces da Literatura Comparada *In SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco dos. Literatura comparada: interfaces e transições*. Campo Grande, MS, UCDB/UFMS, 2001, p.11-20.

_____. Literatura Comparada e Estudos Culturais: aproximações e distanciamentos. *Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIC*. Florianópolis, ABRALIC, 1998, CD-ROM.

_____. *Literatura Comparada*. São Paulo, Ática, 1986.

_____.(org.). *Literatura Comparada no Mundo: questões e métodos*. Porto Alegre, L&PM/VITAE/AILC, 1997.

_____.(coord.). *Culturas, contextos e discursos: limiares críticos do comparatismo*. Porto Alegre, EDUFRGS, 1999.

CARVALHO, José Jorge de. “O Olhar Etnográfico e a Voz Subalterna” - Série Antropologia n. 261. Disponível em http://www.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm.

_____. “Poder e Silenciamento na Representação Etnográfica” - Série Antropologia n. 316. Disponível em http://www.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm.

CELIDONIO, Eni de Paiva. “Interdisciplinaridade e Literatura Comparada: por um novo estatuto da literatura” *In Revista Eletrônica Colofão*, n.3.

CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

_____. Viagens Teóricas. *Anais do III Congresso da ABRALIC*. São Paulo, EDUSP/ABRALIC, 1995, p.291-296.

CHARTIER, Roger. “A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas” *In Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n. 13, 1994, p.97-113.

_____. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e a inquietude*. Porto Alegre, EDUFRGS, 2002.

_____. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Lisboa, Difel, 1990.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica *In A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2002, p.17-62.

COCO, Pina. Luther Blisset e o terrorismo cultural *In OLINTO, Heidrun Krieger; SCHØLLHAMER, Karl Erik. Literatura e Cultura*. Rio de Janeiro, PUC-Rio. São Paulo, Loyola, 2003, p.158-168.

COELHO, Maria Cláudia. “A literatura etnográfica” *In Jornal do Brasil, Idéias & Livros*, 09/08/2003.

CORRÊA, Carlos Humberto Alves. “Notas de Estudo: a história cultural e as possibilidades de pesquisar a leitura” *In Revistacorde*, n. 3, jul.-dez. 2004. Texto eletrônico disponível em http://www.acordeduca.com.br/pag_revistas.htm.

COSSON, Rildo. “A contaminação como estratégia comparatista” *In Dubito Ergo Sum - Sítio Cético de literatura e Espanto*. Texto eletrônico disponível em <http://paginas.terra.com.br/arte/dubitoergosum/convidado09.htm>.

COSTA, Cláudia de Lima. O “outro” enquanto sujeito: a problematização pós-estruturalista *In ANTELO, Raúl (org.). Identidade e Representação*. Florianópolis, UFSC, 1994, p. 257-63.

COSTA, Sérgio. “Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial” *In Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, São Paulo, fev. 2006. Texto eletrônico disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100007&lng=pt&nrm=iso

COUTINHO, Eduardo Faria. “Do uno ao diverso: breve histórico crítico do comparatismo” *In Organon*. Porto Alegre, v. 10, n. 24, 1996, p. 25-35.

_____. “Literatura Comparada: uma disciplina interdisciplinar” *In Cadernos da Pós-Graduação*, n. 4, UEMG/Campus da FUNEDI, Divinópolis, MG, nov. 2002.

_____. Fronteiras Imaginadas: o comparatismo e suas relações com a teoria, a crítica e a historiografia literárias. *Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIC*. Florianópolis, ABRALIC, 1998, CD-ROM.

_____. Teorias transculturadas ou a migração de teorias na América Latina *In* _____. *Literatura Comparada na América Latina: ensaios*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2003, p.113-121.

_____.; CARVALHAL, Tania Franco (orgs.). *Literatura Comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

CRAPANZANO, Vincent. "Horizontes imaginativos e o aquém e além" *In Revista de Antropologia*, v.48, n. 1, São Paulo, jan-jun. 2005. Texto eletrônico disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012005000100009&lng=pt&nrm=&tlng=pt.

CRITICAL Art Ensemble. *Distúrbio Eletrônico*. São Paulo, Conrad, 2000.

CULLER, Jonathan. *Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997.

_____. *Teoria Literária: uma introdução*. São Paulo, Beca, 1999.

CUNHA, Eneida Leal. Literatura Comparada e Estudos Culturais *In* MARQUES, Reinaldo e BITTENCOURT, Gilda Neves (orgs.). *Limiares Críticos: ensaios de literatura comparada*. Belo Horizonte, Autêntica, 1998, p.65-71.

_____. Os discursos sobre a literatura: algumas questões contemporâneas *In* COUTINHO, Eduardo F. (org.). *Fronteiras Imaginadas: Cultura Nacional - Teoria Internacional*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2001.

_____; SOUZA, Eneida Maria de (orgs.). *Literatura comparada: ensaios*. Salvador, EDUFBA, 1996.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1998.

_____; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma *In* _____. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*, v.1. Rio de Janeiro, Editora 34, 1995, p.11-37.

DINIZ, Julio Cesar Valladão. "A voz - entre a Palavra e o som". Texto eletrônico disponível em <http://www.uc.pt/ciberkiosk/ensaios/juliodiniz.html>.

DORFMAN, Adriana. "O Espaço Interdisciplinar" *In Revista Eletrônica Colofão*, n. 3.

DOSSE, François. *A História*. Bauru, SP, EDUSC, 2003.

DUARTE, Eduardo de Assis. Classe, Gênero, Raça. A Literatura Comparada no Milênio. *Anais do V Congresso Internacional da ABRALIC*. Rio de Janeiro, ABRALIC, 1997, v. 1, p.411-415.

EISENSTEIN, Sergei. *O Sentido do Filme*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

FALCON, Francisco. História e representação *In Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, Papyrus, 2000, p. 41-79.

_____. *História Cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro, Campus, 2002.

- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro, Editora Fator, 1983.
- FARIA, Gentil de. Tobias Barreto e a Literatura Comparada. *Anais do II Congresso da ABRALIC*. Belo Horizonte, UFMG, 1991.
- FIORIN, José Luiz. Bakthin e a concepção dialógica da linguagem *In ABDALA JUNIOR, Benjamin (org.). Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas*. São Paulo, Boitempo, 2004, p. 38 - 66.
- FISHER. Rosa Maria Bueno Fisher. “Das Diferenças”. Editorial da revista *Educação&Realidade*, v. 24, n.2, jul./dez. 1999.
- FONTES, Maria Aparecida Rodrigues. “Literatura Comparada e a poética das relações: uma introdução ao conceito de *decolonizzazione*, em Armando Gnisci” *In Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades da UNIGRANRIO*, n. 5, abr./jun. 2003. Texto eletrônico disponível em http://www.unigranrio.br/unidades_acad/ihm/graduacao/letras/revista/numero5/textomariaaparecida.html.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. São Paulo, Forense Universitária, 1986.
- _____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo, Loyola, 1999.
- _____. *As palavras e as coisas*. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- FURET, François. “Da história-narrativa à história-problema” *In A Oficina da História*. Lisboa, Gradiva, s/d, p. 81-98.
- FURLANETTO, Patricia. “Porque devemos rever os sentidos da História” *In Revista PUCVIVA*, n.21. Texto eletrônico disponível em http://www.apropucsp.org.br/revista/r21_r13.htm.
- GEERTZ, Clifford. Anti-anti-relativismo *In Nova luz sobre a antropologia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, p. 47-67.
- GIACOMINI, Jair Marcos. “Literatura Comparada e Interdisciplinaridade” *In Revista Eletrônica Colofão*, n. 3.
- GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa, Bertrand, 1991.
- _____. *Olhos de madeira. Nove reflexões sobre a distância*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- _____. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

_____. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário *In Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História*. São Paulo:Companhia das Letras, 1989. p.143 - 179.

gnisci, armando. "Migração e literatura" *In Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades da UNIGRANRIO*, n. 7, out./dez. 2003. Texto eletrônico disponível em http://www.unigranrio.br/unidades_acad/ihm/graduacao/letras/revista/numero7/textognisci.html.

GOMES, Heloisa Toller. "Identidade Literária e Interdisciplinaridade: Literatura, Antropologia e História". *Anais do VIII Congresso Internacional da ABRALIC*. Belo Horizonte, ABRALIC, 2002, *CD-ROM*.

GOMES, Renato Cordeiro. "De Italo Calvino a Ricardo Piglia, do centro para a margem: o deslocamento como proposta para a literatura deste milênio" *In Alea*, v. 6, n.1, Rio de Janeiro, jan./jun. 2004. Texto eletrônico disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-106X2004000100002&script=sci_arttext.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Apresentação *In CLIFFORD, James. A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002, p.7-16.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. "A História Política no Campo da História Cultural" *In Revista de História Regional*, v.3, n.1. UEPG, Ponta Grossa, PR, verão de 1998. Texto eletrônico disponível em <http://www.rhr.uepg.br/v3n1/fatima.htm>.

GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (orgs.). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos, SP, Claraluz, 2003.

HALL, Stuart. "Identidade cultural e diáspora" *In Cidadania. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24. Brasília, IPHAN/MEC, 1996.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, UFMG, 2003.

_____. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. *A condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

HIKIJ, Rose Satiko Gitirana. "Imagem-violência: mímeses e reflexividade em alguns filmes recentes". Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 1999. Texto eletrônico disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-21012002-154835/>.

HOISEL, Evelina. A disseminação dos limiões nos discursos da contemporaneidade *In CARVALHAL, Tania Franco (org.). Culturas, Contextos e Discursos: limiões críticos do comparatismo*. Porto Alegre, EDUFRGS, 1999, p.42-49.

_____. Os discursos sobre a literatura: entrecruzamentos *In* COSSON, Rildo (org.). *O presente e o futuro das letras*. Pelotas, RS, UFPEL, 2000.

HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro, Imago, 1991.

JAMESON, Fredric. “Sobre os `Estudos de Cultura” *In* *Novos Estudos Cebrap*, n.39, jul. 1994, p. 11-48.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo, Contexto, 2001.

JOBIM, José Luís. “A Crítica da Teoria: uma análise institucional” *In* *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v.2. São Paulo, ABRALIC, mai. 1994, p.69-78.

_____. “Narrativa e História”. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, RJ, v.12, 1996, p. 98-106.

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. São Paulo, Cortez, 2003.

KRAMER, Lloyd. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra *In* HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992, p.131-173.

KRANIAUSKAS, John. Literatura y Valor. Coordenação do debate entre Beatriz Sarlo e Roberto Schwarz. *Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIC*. Florianópolis, 1998, *CD-ROM*.

LACERDA, Eugênio Pascele. “Trabalho de campo e relativismo: a alteridade como crítica da antropologia”. Texto eletrônico disponível em <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a5-eplacerda.pdf>.

LACOUTURE, Jean. “A História imediata” *In* LeGOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes, 1990, p. 216-240.

LANDER, Edgardo (comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales.Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, CLACSO-UNESCO, 1993. Versão eletrônica do livro disponível em <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/lander/lander.html>.

LIMA, Euges. “História e Antropologia: uma aproximação profícua”. Texto eletrônico disponível em http://www.nethistoria.com/indexantigo.php?pagina=ver_texto&titulo_id=12.

LIMA, Luiz Costa. O Comparatismo Hoje. *Anais do V Congresso Internacional da ABRALIC. Cânones & Contextos*, v.1, Rio de Janeiro, ABRALIC, 1997, p. 81-84.

LIMA, Rachel Esteves. Os Estudos Culturais e as casamatas em pânico. *Anais do IX Congresso Internacional da ABRALIC*. Porto Alegre, 2004, *CD-ROM*.

_____. Ainda a tradição do impasse. *Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIC*. Florianópolis, ABRALIC, 1998, *CD-ROM*.

_____. “Mais um lance de dados” *In Em Tese*. Belo Horizonte, v. 2, 1998, p.11-20. Texto eletrônico disponível em <http://acd.ufjf.br/pacc/literaria/artigorachell1.doc>.

LOBO, Luiza (org.). *Fronteiras da Literatura: discursos transculturais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999.

_____. “Richard Rorty e a importância do pós-moderno no contexto cultural brasileiro”. *Working Paper 21. University of Oxford. Center for Brazilian Studies*. Texto eletrônico disponível em <http://www.brazil.ox.ac.uk/workingpapers/lobo21.pdf>.

_____. “Tradição e Ruptura na crítica no Brasil: da sobrevivência da arte e do literário” *In Literatura e Cultura*, ano 1, n.1, 2001. Texto eletrônico disponível em http://www.letras.ufjf.br/litcult/revista_litcult/revistalitcult_vol1.php?id=10.

LOPES, Denilson. “ABRALIC é uma festa” *In Correio Braziliense, Pensar*, 13/08/2000. Texto eletrônico disponível em http://www2.correioweb.com.br/cw/2000-08-13/mat_5404.htm.

_____. “Intelectuais públicos e a vitalidade do ensaio” *In Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, v.VII, n.5, May.-Ago. 2005, p.97-102. Texto eletrônico disponível em http://www.eptic.com.br/portugues/08-Denilson_Lopes.pdf.

_____. “Os Estudos Culturais Renovados” *In Jornal Brasileiro de Ciências da Comunicação*, ano 7, n. 268, São Bernardo do Campo - SP, mar.2005. Texto eletrônico disponível em http://www2.metodista.br/unesco/jbcc/jbcc_mensal/jbcc268/polemicas_estudos.htm.

_____. Do Silêncio Culturalista ao Retorno da Estética. *Anais do Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação em Comunicação*. São Bernardo, SP, Compós, 2004.

_____. “Experiência e Escritura”. Texto eletrônico disponível em <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art06.html>.

LYOTARD, Jean-François. *O Pós-moderno*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.

MACHADO, Igor José de Renó. O que é Pós-colonialismo? Texto inédito.

MACIEL, Maria Esther. “O Inventário do Mundo: Arthur Bispo do Rosário e Peter Greenaway”. Texto eletrônico disponível em <http://www.revista.agulha.nom.br/ag31maciel.htm>.

_____. *O Livro de Zenóbia*. Rio de Janeiro, Lamparina Editora, 2004.

MARQUES, Reinaldo. Literatura Comparada e Estudos Culturais: diálogos interdisciplinares *In* CARVALHAL, Tania Franco (coord.). *Culturas, contextos e discursos: limiares críticos do comparatismo*. Porto Alegre, EDUFRGS, 1999, p. 58-67.

_____. O comparatismo literário: teorias itinerantes *In* SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco dos. *Literatura Comparada: interfaces & transições*. Campo Grande, UFMS, 2001, p. 49-58.

____.; BITTENCOURT, Gilda (orgs.). *Limiares críticos: ensaios de literatura comparada*. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

MARTINS, Christian Alves. “De um aprendiz para um historiador: comentários sobre ‘Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios’ de Ciro Flamarion Cardoso” *In* *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v.3, n.2, abr.-jun. 2006. Texto eletrônico disponível em <http://www.revistafenix.pro.br/PDF7/14%20RESENHA%20CHRISTIAN%20ALVES%20MARTINS.pdf>.

MARTINS, Estevão de Rezende. “História” *In* *Crítica - Revista de filosofia e ensino*, ago.2004. Texto eletrônico disponível em http://criticanarede.com/fil_historia.html.

MARTINS, Maurício Vieira. “Bourdieu e o fenômeno estético: ganhos e limites de seu conceito de campo literário” *In* *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 56, São Paulo, out. 2004, p. 63-74.

MASINA, Léa. Três visões críticas sobre a América Latina: Antônio Cândido, Ángel Rama e Antonio Cornejo Polar *In* CARVALHAL, Tania Franco. *Culturas, contextos e discursos: limiares críticos do comparatismo*. Porto Alegre, EDUFRGS, 1999, p. 107-115.

MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de; ALVES, Gabriela Santos. “Os Desafios Teóricos da História e a Literatura”. Texto eletrônico disponível em <http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol1n2/historialiterat.htm>.

MIGNOLO, Walter. Espacios Geograficos y Localizaciones Epistemologicas: la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. *Anais do V Congresso Internacional da ABRALIC*. Rio de Janeiro,

ABRALIC, 1997, v.1. Texto eletrônico disponível em <http://www.duke.edu/~wmignolo/InteractiveCV/Publications/Espaciosgeograficos.pdf>.

_____. Lógica das diferenças e política das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa *In Literatura e História na América Latina: Seminário Internacional*. São Paulo, EDUSP, 1993, p. 115-135.

MORICONI, Ítalo. O lugar da arte: além do meramente crítico *In HOLLANDA, Heloisa Buarque de; RESENDE, Beatriz (orgs.). Artelatina: cultura, globalização e identidades*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000, p. 193-207.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

MORTARI, Elisângela. “Ordenando os Estudos Culturais”. Resenha do livro *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana*, de Ana Carolina D. Escosteguy. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. Texto eletrônico disponível em <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/resenha/txtresen2.htm>.

MOSCATELI, Renato. “A narrativa histórica em debate: algumas perspectivas” *In Revista Urutágua - Revista Acadêmica Multidisciplinar da UEM, Maringá, PR, n.6*. Texto eletrônico disponível em <http://www.urutagua.uem.br/006/06moscateli.htm>.

NASCIMENTO, Evando. “Desconstruir é democratizar” *In O Globo, Prosa&Verso*, 08/10/2005, p.3.

NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada: história, teoria e crítica*. São Paulo, Edusp, 2000.

NOLASCO, Edgar. “Caldo de Cultura: a pesquisa dos estudos culturais na pós-graduação” *In Guavira Letras*, n.1, UFMS. Texto eletrônico disponível em <http://www.ceul.ufms.br/guavira/numero1/numero1.htm>.

NOVA, Cristiane. “História Hoje: problematizando a narrativa histórica” *In Leituras Contemporâneas*. Revista das Faculdades Jorge Amado, v.1, n.2, Salvador, jul./dez. 2003, p.71-84. Texto eletrônico disponível em http://www.fja.edu.br/publicacoes/p_lc_02.pdf.

OLINTO, Heidrun Krieger. “Novas sensibilidades na historiografia (literária)” *In Itinerários*, Araraquara, SP, v. 22, p. 13-36, 2004.

_____. Disciplina sem Disciplina – observações sobre estudos literários e culturais. *In LOBO, Luiza (org.). Globalização e Literatura – Discursos Transculturais*, v. 1. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999, p.45-53.

_____. “Como falar de histórias (de literatura?) hoje?” *In Palavra*, n. 7, 2001, p. 114-123.

____; SCHØLLHAMER, Karl Erik. *Literatura e Cultura*. Rio de Janeiro, PUC-Rio. São Paulo, Loyola, 2003.

ORTIZ, Fernando. Del fenómeno de la transculturación y su importancia en Cuba *In El Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1983.

ORTIZ, Renato (org.). “O Campo Científico” *In* _____. *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo, Olho d’Água, 2003.

PADILLA, Guillermo Zermeño. “Sobre la crítica ‘posmoderna’, a la historiografía”. Texto eletrônico disponível em http://www.hemerodigital.unam.mx/ANUIES/ibero/historia/historia9/sec_38.html.

PEIRANO, Mariza. “Os Antropólogos e Suas Linhagens (A procura de um diálogo com Fábio Wanderley Reis)”. *Série Antropologia*, n.102. Brasília, Departamento de Antropologia, UNB, 1990.

____. *A favor da etnografia*. Brasília, UNB, 1992.

____. *Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília, UNB, 1992.

PELEGRINI, Sandra. Resenha do livro *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*, de Ciro Flamarion Cardoso e Jurandir Malerba (orgs.) *In Revista Brasileira de História*, v.22, n. 43, São Paulo, 2002.

PEREIRA, Terezinha Scher. Relatos entrelaçados sobre novos espaços e fronteiras *In* LOBO, Luiza (org.). *Fronteiras da Literatura: discursos transculturais*, v.2, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. A Crítica Literária Hoje. *Anais do V Congresso Internacional da ABRALIC. Cânones & Contextos*, v.1, Rio de Janeiro, ABRALIC, 1997, p. 85-89.

____. A Literatura como Mediação. *Anais do VIII Congresso Internacional da ABRALIC*. Belo Horizonte, ABRALIC, 2002, *CD-ROM*.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). et al. *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre, EDUFRGS, 2003.

____ (org.). *Leituras Cruzadas: diálogos da história com a literatura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

_____. “História & literatura: uma velha-nova história”. Texto eletrônico disponível em <http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. Resenha do livro *O Espaço da Diferença*. ARANTES, Antônio Augusto (org.). Campinas, Papyrus, 2000. Texto eletrônico disponível em <http://www.comciencia.br/resenhas/difer.htm>.

PIGLIA, Ricardo. "Una propuesta para el nuevo milenio" *In Margens/Márgenes*, n. 2. Belo Horizonte, Buenos Aires, out. 2001.

PORTELLA, Eduardo. Os paradigmas do silêncio *In* LOBO, Luiza. *Fronteiras da Literatura: discursos transculturais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999, p. 11-19.

PRICE, Richard. “Meditação em torno dos usos da narrativa na antropologia contemporânea”. Texto eletrônico disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832004000100013.

PRYSTHON, Ângela. Estudos Culturais: uma (in)disciplina? *In Comunicação e Espaço Público*, ano VI, n. 1 e 2, Brasília, 2003, p. 134 – 141.

_____. “Cosmopolitismo, Identidade e Tecnologia: embates culturais no contemporâneo”. Texto eletrônico disponível em <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/anteriores/semiosfera02/expressao/txtpens2.htm>.

RABINOW, Paul. Artificialidade e iluminismo: da sociobiologia à biosociabilidade. *In Antropologia da Razão*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999, p. 135-158.

RAGO, Margareth. “O efeito-Foucault na historiografia brasileira” *In Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v.7, n. 1-2, out.1995, p. 67-82. Texto eletrônico disponível em <http://www.fflch.usp.br/sociologia/revistas/tempo-social/v7-1e2/rago7.html>.

RAMA, Ángel. “Um processo autonômico: das literaturas nacionais a literatura latino-americana” *In Argumento*, n.3. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973, p.37-49.

_____. *Transculturación narrativa en América Latina*. México, Siglo XXI, 1982.

REIS, Roberto. Cânon *In* JOBIM, José Luís (org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro, Imago, 1992, p.65-92. Texto eletrônico disponível em <http://paginas.terra.com.br/arte/dubitoergosum/arquivo78.htm>.

RESENDE, Beatriz. *Apontamentos de Crítica Cultural*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2002.

RETAMAR, Roberto Fernández. Nuestra América y Occidente *In Casa de las Américas* 98, 1976, p.36-57.

- REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa, Difel, 1989.
- RIBEIRO, Marília Andrés. “Franz Weissmann no Circuito Atelier”. Texto eletrônico disponível em <http://www.comartevirtual.com.br/reflex08.htm>.
- RIBEIRO, Paulo Jorge. “Cidade de Deus na Zona de Contato. Alguns Impasses da Crítica Cultural Contemporânea”. Texto eletrônico disponível em <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/18095/1/R1987-1.pdf>.
- RICHARD, Nelly. Lo Estético (Valor, Fuerza) en el contexto de la globalización cultural. *Anais do VIII Congresso Internacional da ABRALIC*. Belo Horizonte, 2002, *CD-ROM*.
- RIZZON, Carlos. “A Prática Interdisciplinar” *In Revista Eletrônica Colofão*, n.3.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. “A interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição da produção etnográfica” *In Revista de Antropologia*, v. 41, n.2, São Paulo, 1998. Texto eletrônico disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77011998000200004&script=sci_arttext.
- ROCHA, João Cezar de Castro (org.). *Nenhum Brasil Existe: Pequena Enciclopédia*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2003.
- RONCARI, Luiz. Prefácio *In BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz. Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo, EDUSP, 2003.
- SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- SALIBA, Elias Thomé. “Perspectivas para uma historiografia cultural” *In Diálogos*, v.1, Maringá, PR, UEM, 1997. Texto eletrônico disponível em http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/Rev_a02.htm.
- SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano *In _____. Uma literatura nos trópicos*. São Paulo, Perspectiva, 1978, p.11-28. Texto eletrônico disponível em <http://www.rizoma.net/interna.php?id=199&secao=panamerica>.
- SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco dos. *Literatura comparada: interfaces e transições*. Campo Grande, MS, UCDB/UFMS, 2001.
- SARLO, Beatriz. “Los Estudios culturales y la crítica literaria en la encrucijada valorativa” *In Revista de Crítica Cultural*, n. 15, Santiago de Chile, nov. 1997, p.32-38.
- SCHØLLHAMMER, Karl Erik. Estudos Culturais: novos desafios para a teoria da literatura. *Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIC*, 1998, *CD-ROM*.

SCHÜLLER, Donaldo. Do Homem Dicotômico ao Homem Híbrido *In* BERND, Zilá; DE GRANDIS, Rita (orgs.). *Imprevisíveis Américas: questões de hibridação cultural nas Américas*. Porto Alegre, Sagra Luzzatto/ABECON, 1995, p.11-20.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. “Mercadores do espanto: a prática antropológica na visão travessa de C. Geertz”. Resenha do livro de GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001. Texto eletrônico disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012001000100012.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar *In* _____. *Ao Vencedor as Batatas. Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1981, p.13-28.

_____. Nacional por subtração *In* BORNHEIM, Gerd. *Cultura brasileira: tradição/contradição*. Rio de Janeiro, Zahar/Funarte, 1987.

SEABRA, Silvana. “História e Literatura: a teoria de Wolfgang Iser na escrita da História”. Texto eletrônico disponível em <http://www.letras.ufmg.br/site/publicacoes/cad42.doc>.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A história como “representação do passado”: a nova abordagem da historiografia francesa *In* CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, Papirus, 2000, p. 81-99.

SILVA, Nádia Regina Barbosa da. Sintomas Pós-Colonialistas na Literatura Brasileira Contemporânea. *Anais do VIII Congresso Internacional da ABRALIC*. Belo Horizonte, 2002, *CD-ROM*.

SINDER, Valter. Considerações sobre antropologia e literatura: o ensaio como escrita da cultura. *In* OLINTO, Heidrun Krieger; SCHØLLHAMMER, Karl Erik. *Literatura e Cultura*. Rio de Janeiro, PUC-Rio. São Paulo, Loyola, 2003, p. 29-36.

SOUZA, Eneida Maria de. “Literatura Comparada - o espaço nômade do saber” *In* *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 2, São Paulo, ABRALIC, mai.1994, p.19-24.

_____. “Saberes Narrativos” *In* *Semear*, n.7. Texto eletrônico disponível em http://www.letras.puc-rio.br/Catedra/revista/7Sem_03.html.

_____. *Crítica Cult*. Belo Horizonte, UFMG, 2002.

_____. O Fim das Ilusões. *Anais do IX Congresso Internacional da ABRALIC*. Porto Alegre, 2004, *CD-ROM*.

_____. O não-lugar da literatura In _____. Crítica Cult. Belo Horizonte, EDUFMG, 2002, p.79-88.

_____. Tempo de Pós-crítica In CUNHA, Eneida Leal; _____. (orgs.). *Literatura comparada: ensaios*. Salvador, EDUFBA, 1996, p. 27-39.

_____.; MIRANDA, Wander Melo. Perspectivas da Literatura Comparada no Brasil In CARVALHAL, Tania F. (org.). *Literatura Comparada no Mundo: questões e métodos*. Porto Alegre, L&PM/VITAE/AILC, 1997.

SOUZA, Fabiana Marques de Carvalho. “Ceticismo na Arqueologia de Michel Foucault” In *Dubito Ergo Sum* - Sítio cético de literatura e espanto. Texto eletrônico disponível em <http://paginas.terra.com.br/arte/dubitoergosum/arq67.htm>.

STONE, Lawrence. “O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma velha história” In *Revista de História*. Campinas, 1991, n. 2, p.12-27.

TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. “Narrativa e Fronteira Cultural” In *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v.2, n.2, abr.-jun. de 2005. Texto eletrônico disponível em <http://www.revistafenix.pro.br/PDF3/Artigo%20Felipe%20Charbel%20Teixeira.pdf>.

TEVES, Ramón Pajuelo. “Del ‘Poscolonialismo’ al ‘Posoccidentalismo’: una lectura desde la historicidad latinoamericana y andina” In *Comentario Internacional*, n.2. Quito, Ecuador, Universidad Andina Simón Bolívar, 2001. Texto eletrônico disponível em <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/epram.pdf>.

VALENTE, Luiz Fernando. “ Entre Clio e Calíope: a construção da narrativa histórica em Os Sertões” In *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. V, Suplemento, p. 39-55, jul. 1998. Texto eletrônico disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000400003&lng=e&nrm=iso.

VATTIMO, Gianni. “A educação contemporânea entre a epistemologia e a hermenêutica” In *Revista Tempo Brasileiro: interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro, n.108, jan./mar.1992, p. 9-18.

VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história In _____. *Como se escreve a história*. Brasília, UNB, 1998.

VOLPE, Miriam. “O papel mediador do intelectual latino-americano na formação de nossas nações, identidades e tradições culturais”. Texto eletrônico disponível em http://www.ceud.ufms.br/litcomp/forum/forumII_16.htm.

WEINSTEIN, Barbara. “A Pesquisa sobre identidade e cidadania nos EUA: da nova história social à nova história cultural” *In Revista Brasileira de História*, v.18, n.35, São Paulo, 1998. Texto eletrônico disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000100011&script=sci_arttext.

WELLEK, René. A crise da literatura Comparada *In* COUTINHO, Eduardo; CARVALHAL, Tania Franco (orgs.). *Literatura Comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 108-119.

WERNECK, Alexandre. “A imagem (e o som) de Deleuze” *In* *Jornal do Brasil – Idéias&Livros*, 15/07/2006.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo, EDUSP, 1994.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual *In* SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000, p. 7-72.

YÚDICE, George. *A Conveniência da Cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte, UFMG, 2005.

YUNES, Eliana. Literatura e cultura: lugares desmarcados e ensino em crise *In* OLINTO; SCHØLLHAMER, 2003, *Op.cit.*, p.63-71.

Fontes

A Contracorriente - Revista de Historia Social y Literatura de América Latina, v. 3, n.1, otoño 2005.

Acesso Online – boletim informativo da Rede Sirius, v. 6, n. 41, jan./fev. 2004 – Texto eletrônico disponível em http://www2.uerj.br/~rsirius/boletim/entrevistas_07.htm.

BARBOSA, Marialva. “Comunicação: a consolidação de uma interdisciplina como paradigma de construção do campo comunicacional”. Comunicação apresentada em congresso da ALAIC – Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, 2000.

BLOOM, Harold. Entrevista ao jornal *El Clarín*, Buenos Aires, Argentina - 13/04/2002.

BONIATTI, Ilva Maria. “A institucionalização da Literatura Comparada na Universidade de Caxias do Sul” *In VIII Encontro de Jovens Pesquisadores da UCS*, 2000, Caxias do Sul, RS, Resumo dos Trabalhos, 2000, p.122.

BRITO, Eleonora Zicari Costa de. “História, historiografia e representações”. Comunicação apresentada no II Simpósio Nacional de História Cultural. Rio de Janeiro, 2004.

BURKE, Peter. Entrevista concedida a Nahima Maciel. *Correio Braziliense, Pensar*, 22/01/2005.

CANDIDO, Antonio. Discurso proferido no I Congresso da ABRALIC. Porto Alegre, UFRGS, junho de 1988. Texto eletrônico disponível em <http://www.abralic.org.br> - História da ABRALIC.

CHIAPPINI, Ligia. “Multiculturalismo e Identidade Nacional”. Comunicação apresentada no 1º Encontro Fronteiras Culturais. Porto Alegre, dez. 2000.

COSSON, Rildo. “Gênero e Representação”. Comunicação apresentada no XVII Encontro Nacional da ANPOLL. Gramado, RS, 2002. Texto eletrônico disponível em http://www.ceud.ufms.br/litcomp/forum/forumII_3.htm.

Cult - Revista Brasileira de Literatura. São Paulo, Lemos Editorial, n. 17, dez. 1998.

“Declaración de Fundación del Grupo de Estudios Subalternos Latinoamericanos” *In Procesos – Revista Ecuatoriana de Historia*, n. 10, I Semestre. Quito, Ecuador, Universidad Andina Simón Bolívar, 1997, p.144.

FONSECA, Ana Margarida. História e Utopia: imagens de identidade cultural e nacional em narrativas pós-coloniais. Comunicação apresentada no IV Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada – Universidade de Évora, Portugal, maio de 2001.

FRANÇA, Jean Marcel. “Burke põe teorias no liquidificador”. *Jornal do Brasil, Idéias*, 04/06/2005.

FREIRE, Janaína Cordeiro. Vozes de Spivak: subalternidade na crítica pós-colonial. Comunicação apresentada no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte, setembro de 2003.

Glossário de Termos do Discurso (Instituto de Letras da UFRGS). Texto eletrônico disponível em <http://www.discurso.ufrgs.br/glossario.html>.

HALL, Stuart. Entrevista concedida a Heloísa Buarque de Hollanda e a Liv Sovik. *Jornal do Brasil, Idéias*, 02/01/2004.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. “A Academia entre o local e o global” – Palestra na UFMG, 1997. Texto eletrônico disponível em <http://www.pacc.ufrj.br/heloisa/belohorizonte.php>.

JORGE, Carlos J.F. Discurso de encerramento do IV Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada - Universidade de Évora, Portugal, maio de 2001.

LÉVY, Pierre. Entrevista concedida a *Interface*. Texto eletrônico disponível em <http://www.corposem.org/rizoma/arvores.htm>.

LIMA, Luiz Costa. “A Origem do Horror”. Entrevista concedida a Cláudia Nina. *Jornal do Brasil, Suplemento Idéias & Livros*, 22/11/2003.

LIMA, Rachel Esteves. “Resistência à teoria” *In Correio Braziliense, Pensar*, 12/07/2003.

LUSTOSA, Isabel. “Clifford põe em questão a etnografia” . Resenha do livro *A experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX*, de James Clifford (Editora UFRJ – Organização de José Reginaldo Santos Gonçalves) *In Jornal do Brasil, Idéias*, 10/07/1999.

MACIEL, Maria Esther . “Caminhos da arte total” – Entrevista concedida a Sérgio de Sá. *Correio Braziliense, Pensar*, 31/07/2004.

Nossa História. Vera Cruz /Biblioteca Nacional, ano 1, n. 5, mar. 2004.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. “Leyla Perrone-Moisés prega o retorno à modernidade e à ambição crítica”. Entrevista concedida a Jadyr Pavão Jr. *Jornal da Tarde, Caderno de Sábado*, 15/08/1998.

_____. “Desconstruindo os Estudos Culturais”. Comunicação apresentada no IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada - Universidade de Évora, Portugal, maio de 2001.

PIGLIA, Ricardo. Conferência "Três propostas para o próximo milênio (e cinco dificuldades)", proferida na Casa de las Américas, Cuba, em 2000. Traduzida e citada por Renato Cordeiro Gomes.

PRYSTHON, Ângela. “Margens do Mundo: a periferia nas teorias do contemporâneo”. Comunicação apresentada no Núcleo de Teorias da Comunicação do XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte, set. 2003.

REDE EICOS - Sítio disponível em Disponível em <http://www.eicos.psych.ufrj.br/eicosnet/espanhol/empoderamento/empoderamento.htm>.

RESENDE, Beatriz. “Stuart Hall, o pensador da diáspora cultural”. O Globo, *Prosa&Verso*, 31/01/2004.

_____. Entrevista disponível em http://www.aeroplanoeditora.com.br/sala_apontamentos/decritica.html.

RIBEIRO, Luis Filipe. “Literatura, Discurso, Sociedade”. Conferência pronunciada na UFRJ, no I Encontro de Ciência da Literatura, na Faculdade de Letras, em 20/05/98. Texto eletrônico disponível em <http://www.odialetico.hpg.ig.com.br/discurso.htm>.

ROCHA, João Cezar de Castro - “A pena afiada do crítico na mira dos clássicos” – entrevista a Cláudia Nina – Jornal do Brasil, *Idéias*, 03/06/2006.

SANTIAGO, Silviano. “Contra a pasmaceira”. Entrevista concedida a Rachel Bertol. O Globo. *Prosa&Verso*, 12/02/2005.

Sítios sobre Teoria Crítica: a) <http://www.uta.edu/huma/illuminations/> – sobre a tradição frankfurtiana; b) <http://www.ensayistas.org/critica/teoria/castro> – sobre a teoria crítica contemporânea na América Latina; e c) http://carbon.cudenver.edu/~mryder/itc_data/postmodern.html mais ligado à nova acepção do termo teoria crítica.

SOUZA, Eneida Maria de. “Trânsito de idéias”. Entrevista concedida a Sérgio de Sá. Correio Braziliense, *Pensar*, 12/07/2003.

SOVIK, Liv. Entrevista concedida a Leandro Colling. Folha da Bahia, 11/04/2000.

Topoi - Revista de História, n.2, PPGHIS – UFRJ, mar. 2001. Textos eletrônicos disponíveis em http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/topoi_2.htm.

WENDERS, Wim. “O nome do novo” *In Bravo! Entrevista*, nov. 2002.

YÚDICE, George. Entrevista concedida a Heloísa Buarque de Hollanda - 17/08/2005 -
Texto eletrônico disponível em <http://portalliteral.terra.com.br>.